

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



**A SANTA LIGA (1570-1574): O CONFRONTO E O IMAGINÁRIO  
ENTRE O “TURCO” E O OCIDENTE**

MARIA DE JESUS FONSECA DE SOUSA

Tese orientada pelo Prof. Doutor António Manuel Antunes de Matos Ferreira e co-orientada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Alexandra Maria Pinheiro Pelúcia, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em HISTÓRIA E CULTURA DAS RELIGIÕES

2017

Este trabalho não segue o Novo Acordo Ortográfico.

## **Agradecimentos**

A escolha deste tema de dissertação deve-se em grande medida aos ensinamentos da Professora Doutora Ana Isabel Buescu, que nas suas aulas de História Moderna e História e Cultura das Mentalidades Moderna me incutiu o interesse sobre esta temática. Agradeço-lhe pela motivação e apoio que prontamente me demonstrou nos encontros em que discutimos esta temática de uma forma incansável.

Agradeço igualmente ao meu orientador, Professor Doutor António Matos Ferreira, por ter aceitado embarcar neste desafio e por me auxiliar, acreditar e confiar no meu trabalho. À Professora Doutora Alexandra Pelúcia fico eternamente grata por acompanhar o meu trabalho como co-orientadora e partilhar comigo as suas experiências e o seu conhecimento sobre tantas temáticas. Agradeço-lhe o empenho, interesse e dedicação incansável tão prontamente prestado e as críticas construtivas que permitiram o meu amadurecimento ao longo destes dois anos. À Professora Doutora Teresa Nunes, por ouvir os meus desabafos e me aconselhar com a maior prontidão.

Quero agradecer igualmente aos meus amigos. À minha “irmã” Vanessa Batista, sem a qual certamente não seria possível concluir este trabalho, que esteve sempre ao meu lado, que me apoiou nos momentos de maior dúvida, que me motivou e nunca me abandonou em qualquer momento, passando tantas tardes a trabalhar comigo, mostrando e ensinando-me o que é uma amizade verdadeira. Ao Rui, pelos momentos de diversão e descontração que me proporcionou, juntamente com a Vanessa, recebendo-me em sua casa nos momentos de maior aflição e desespero. À Catia Tuna, pelos encontros, partilhas, desabafos e amizade. Ao Gonçalo, namorado e amigo, meu eterno confidente, que nunca me deixou cair, que me soube segurar e puxar a mão para cima quando estava desmotivada e desamparada.

À minha família: à Marta por se mostrar sempre interessada e me acompanhar em longos dias de trabalho; à Rita, pelos sorrisos e carinho que me alegraram em tantos momentos; aos meus padrinhos, Serafim e Nazaré, por me amarem como uma filha e pela constante preocupação; ao João Paulo Serafim por me mostrar que quem luta sempre alcança e à Tila, pelas conversas de verão em que mostrava tanto interesse em que eu partilhasse mais e mais conhecimento sobre esta temática.

Aos meus pais, Maria Eugénia e António. À primeira por ser a minha âncora, por acreditar em mim todos os dias, por me amar de uma forma indiscreível; ao segundo, por

me ensinar a ser forte e intransigente nos momentos de fraqueza. Aos dois por me darem a oportunidade de estudar História, a grande paixão da minha vida. Ao Vítor, que foi irmão, pai e amigo. Pelos sorrisos, gargalhadas, leituras dos meus textos, partilha de conhecimento constante e auxílio em todas as fases da minha vida. Sem ti tudo isto não seria possível.

Ao Zé, meu querido e amado irmão, que já não está entre nós. A ti devo quase tudo. Contigo aprendi o que é a coragem, o que é o amor, o que é ser bom, o que é dedicação e partilha. Obrigada por todas as tardes que partilhas-te comigo na minha adolescência, pelos conselhos que até hoje guardo no coração. Espero que agora se cumpra a tua vontade de ser o teu orgulho. A ti, Zé, dedico este trabalho.

## **Resumo**

A presente dissertação de Mestrado tem como objecto de estudo os confrontos entre o Ocidente e o Império Otomano e o imaginário que daí decorreu ao longo dos séculos seguintes. As relações entre estes dois mundos remonta a séculos anteriores, pois o Mediterrâneo e as trocas comerciais que aí se desenrolavam favoreciam o contacto entre as principais potências da região. Também a rivalidade cultural, diga-se especificamente religiosa, movia estes contactos de ruptura e permanência.

Os objectivos principais desta dissertação passam por identificar os grandes confrontos que levaram ao eclipse de uma Liga, denominada Santa pelo Ocidente, contra o Império Otomano e compreender as “linhas de força” que a motivaram, bem como as suas consequências, nomeadamente a formação e consolidação de imaginários geográficos e fronteiriços religiosos pré e pós-Lepanto. Não tendo como objectivo analisar todos os factos históricos ocorridos entre 1570 e 1574, balizas cronológicas do presente estudo, pretende-se elaborar uma “visão de conjunto” que permita discutir aquilo que foi a consolidação de um imaginário ocidental, se quisermos “Europeu”.

A metodologia deste trabalho pode dividir-se em quatro fases. A primeira consistiu numa pesquisa que permitiu a identificação de estudos de caso. A segunda fase baseou-se numa síntese de investigação e análise com condução de estudo inserida numa abordagem heurística e estado da questão. A terceira diz respeito à identificação da problemática, prosseguida pela definição do objecto de estudo e objectivos da tese e, a quarta, ao levantamento de hipóteses e tentativa de resolução das mesmas através da investigação, crítica e hermenêutica.

**Palavras-chave:** Religião, Cultura, Santa Liga, Império Otomano, Idade Moderna

## **Abstract**

The following dissertation has as a primordial objective, the confrontations between the Western Europe and the Ottoman Empire, and the imaginary that resulted from that clash and that endured for centuries. The relations between this two worlds is very ancient, because the Mediterranean and the commercial trades that were made there favored the contact between the main regional powers. The cultural rivalry, most specifically the religious one, moved those contacts of rupture and permanence.

The main objectives of this dissertation are the identification of the highest confronts that led to the eclipse of a league, called "Holy" by the West, against the Ottoman Empire and understanding the "power lines" that motivated this confrontation and it's consequences, namely the formation and consolidation of the imaginary regarding the religious borders and geography pre and post Lepanto. Without having as a main purpose analyzing every historical facts occurred between 1570 and 1574, the timeline of the present study, it is intended to elaborate an "overview" that will allow us to discuss the consolidation of the Western (or, as some may say, "European") imagination.

The work methodology can be divided in four phases. The first one consisted on a research that allowed us to identify the case study. The second phase was based on a synthesis of investigation and analyzes with a study conduction inserted on a heuristic approach and a state of the matter. The third one it concerns the identification of the problem, followed by the definition of the study object and the thesis objectives and the fourth one, the making of hypothesis and it's consequent resolution through investigation, criticism and hermeneutics.

**Key-words:** Religion, Culture, Holy League, Ottoman Empire, Early Modern

## Índice

Introdução .....	8
Capítulo 1. O Mediterrâneo no início da segunda metade do século XVI: emergência de um conflito latente .....	16
Capítulo 2. O Império Otomano: a sua política expansionista .....	32
2.1. Primeira fase expansionista e de afirmação do Império Otomano .....	34
2.2. Transição para o apogeu da Sublime Porta: segunda e terceira fase da sua política expansionista.....	36
2.3. Quarta fase da política expansionista do Império Otomano .....	47
Capítulo 3. A formação e actuação da Santa Liga face ao avanço Turco no Mediterrâneo .....	51
Capítulo 4. Depois da Santa Liga: a consolidação de um imaginário ocidental .....	70
Capítulo 5. Estudo de caso – Portugal no projecto da Santa Liga.....	87
Considerações Finais .....	108
Bibliografia.....	112
Anexos.....	119
Elenco imagético .....	170

## Introdução

“ (...) nos nossos devaneios mais loucos, nos nossos próprios sonhos, a análise mostrar-nos-á que a imaginação não procede inteiramente ao acaso, mas há sempre uma conexão entre as diferentes ideias que sucedem umas às outras ”

David Hume in *Os Pensadores*, 1984, p. 40<sup>1</sup>

A partir de David Hume pode-se trabalhar o conceito de imaginário, pois, no seu seguimento, apesar de existir um debate até ao século XX sobre a distinção entre ideia e imagem, compreendeu-se a sua correlação. Neste sentido, o conceito referente ao imaginário que vai ser trabalhado nesta dissertação enquadra-se na sua componente colectiva, ou seja, no estudo do conjunto de símbolos, conceitos, memórias e imaginação de um grupo de indivíduos, neste caso, os que integraram a Santa Liga e os que rejeitaram o convite para a integrarem, em relação ao Império Otomano. Apesar dos factos históricos serem comprováveis através das fontes da época, o imaginário não é passível de se demonstrar objectivamente, apenas analisando e reflectindo em torno dos acontecimentos que comprovam a sua alteração ou actualização, portanto nas dimensões enquanto reflexão.<sup>2</sup>

Profundamente ligado a este conceito, no sentido em que o imaginário europeu se altera também devido à convivência e às ligações com o Império Otomano, é também necessário compreender a noção de Império. Este vocábulo tem origem no latim *Imperium*, que *grosso modo* significa poder e autoridade. Denota primariamente um colectivo que detém um território geográfico geralmente extenso, que pode não ser necessariamente contínuo, compreendendo um conjunto de nações e povos etnicamente e/ou culturalmente diversos. Diga-se que o Império Otomano foi um dos mais longos e persistentes da história, durando sensivelmente oito séculos (1299-1923)<sup>3</sup>, provocando na Europa um receio de invasão sem retorno.

---

<sup>1</sup> *Apud* Ana Maria Lisboa de Mello, *Poesia e Imaginário*. Colecção Memória das Letras, nº 11. Porto Alegre: Edipucrs, 2002, 1ª ed., p. 60.

<sup>2</sup> Vide Vagner Gonçalves da Silva (Org.), *Imaginário, Cotidiano e Poder, Memória afro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2007, p.9.

<sup>3</sup> O Império Otomano é também conhecido como Império Turco. O seu território ocupou partes de África, da Ásia e da Europa. Foi estabelecido oficialmente em meados do século XV, quando Mehmed II, com a conquista de Constantinopla transformou o Sultanato em Império.



A opção por tratar este tema e a sua exploração justifica-se por várias questões, como a importância transversal do imaginário na construção de personalidades religiosas e na definição de culturas através das suas alternâncias. O facto de este ser um tema pouco aprofundado na historiografia portuguesa e também europeia motivou por outro lado esta escolha, pois apesar de existir uma extensa bibliografia acerca da batalha de Lepanto, acontecimento histórico mais gritante que procedeu a formação da Santa Liga, do qual resultou a vitória sobre o Império Otomano, o imaginário que antecede e procede este acontecimento não está explicitamente trabalhado. É um tema que merece mais destaque e tratamento dentro da historiografia, sendo de ressaltar a sua importância até à época contemporânea, nomeadamente no que diz respeito à temática religiosa, motivos pelos quais esta dissertação se inscreve nesta especialidade histórica.

A emergência e a consolidação de novos Impérios desde sempre incentivaram a modelação de novas actuações nos principais campos estruturais, de que é exemplo a religião. É coexistente, nestes termos uma atitude de acção/reacção. Quando transportamos estes termos para o caso da consolidação do Império Otomano, vemos decorrer este processo. Aquando do avanço da sua expansão, como veremos mais adiante, as regiões, principalmente católicas, convivem numa dicotomia de admiração e temor em relação ao novo Império que avança sem termo. A admiração convive com o temor na medida em que o Império Otomano se afirma como quase invencível no seu avanço, o que provoca uma atitude de temor inabalável na “Europa”; mas, por outro lado, verifica-se uma admiração desmedida pelos governantes dos Otomanos, diga-se o sultão, que constrói exércitos rigorosamente disciplinados e, tem ideais expansionistas que não se pensam nem idealizam na “Europa”.<sup>4</sup>

Numa época em que se vive numa Europa ainda Renascentista, abalada pelas Reformas Religiosas é importante analisar a afirmação e consolidação de imaginários favorecidos pelo contacto com o Império Otomano. Assim, a problemática desta dissertação passa por analisar a alteração de um imaginário existente antes da formação da Santa Liga em relação ao imaginário existente após a sua finalização, através dos

---

<sup>4</sup> “Hay quien piensa que los Turcos son más poderosos, que no hay ataque que les puede doblegar, por más que los cristianos junten entre sí en una sola armada todas sus fuerzas y recursos (...). Añádese a esto que guerrear a su estilo es tarea muy fácil: prenden fuego, pasan a cuchillo, lo asolan todo y se dan a la fuga. Una hueste exigua y desesperada puede ocasionar calamidades ingentes”. Vide Alain Servantie e Ramón Puig de la Bellacasa (Org.), “L’ Empire ottoman dans l’Europe de la Renaissance: idées et imaginaires d’intellectuels, de diplomates et de l’opinion publique dans les Anciens Pays-Bas et le Monde Hispanique aux XV, XVI et debut du XVII siècles” in *Actes du programme organisé par l’Instituto Cervantes de Bruxelles*, 2003. Leuven: Leuven University Press, 2005, p. 43.

confrontos estabelecidos entre ambos e das alterações que vão ocorrendo durante 1570 e 1574. Apesar de ser esta a baliza cronológica principal, é necessário fazer a ressalva de que períodos ou datas anteriores e posteriores serão abordadas, no sentido de compreender essas alterações fundamentais da consciência imagética.

A Cristandade deixara de ser uma frente única e unida. Os estados cristãos tinham passado a actuar segundo os seus interesses nacionais e dinásticos. Seria a divisão da Cristandade um flagelo de Deus? Já no tempo das Cruzadas havia disparidades, mas, posteriormente as dissidências foram-se tornando mais profundas do que as que separavam os cristãos ocidentais dos orientais. A Reforma Protestante dividira a Europa e trouxera guerras que durariam até Vestefália (1648). Teriam Protestantes e Turcos o mesmo significado para as várias partes da Europa? Pode Lepanto ser inscrito no âmbito de um grande programa de Contra-Reforma?<sup>5</sup>

Em finais dos anos 50 do século XVI, os sucessores de Solimão voltaram a atacar. Em 1565 os turcos já tinham aparecido perante a ilha-fortaleza de Malta, vital estrategicamente, que estiveram muito perto de capturar. No verão de 1570 tropas turcas desembarcaram em Chipre, assenhoreando-se da ilha um ano mais tarde. À medida que os turcos avançavam entre 1550 e 1560, cresceram as incursões mouriscas e corsárias na costa marítima do Leste de Espanha, muitas vezes penetrando profundamente no interior. Ao mesmo tempo, os otomanos iam mais longe na Hungria, ameaçando a sua independência. Segundo uma parte da historiografia, aquela que carece de fontes que a comprovem, Ocidente e Oriente confrontaram-se entre a década de 50 e 60, só se retomando estes confrontos “*em 1590, após uma longa trégua*”<sup>6</sup>. Esta ideia de ausência de confronto durante quase trinta anos transmite a carência de estudo desta temática, o que é impeditivo para a compreensão das dinâmicas culturais e religiosas modernas.

Assim, inscrita no âmbito da História e Cultura das Religiões, esta dissertação pretende, de um modo geral, atender à conexão do estabelecimento do espaço e de uma ordem mediterrânicos cristão e muçulmano, no contexto da consolidação do Império Otomano, com a construção e a afirmação das dimensões de ordem religiosa e cultural. Questões como porque se torna tão fulcral conservar o domínio do Mediterrâneo, ou porque Lepanto historiograficamente tem uma leitura tão providencialista de um

---

<sup>5</sup> Vide Jaime Nogueira Pinto, *O Islão e o Ocidente - A Grande Discórdia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2015, p.60.

<sup>6</sup> Vide Brendan Simms, *Europa – a luta pela supremacia: de 1453 aos nossos dias*. 1ª ed, Lisboa: Edições 70, 2015, Cap.1.

acontecimento militar levantam-se como problemáticas a serem debatidas ao longo deste estudo.

No seguimento deste esclarecimento, afirmam-se como objectivos principais, que se procuram consolidar durante a investigação, compreender e analisar as estruturas mediterrânicas, que levam ao interesse comum por um espaço geográfico e marítimo tão alargado; analisar o avanço do Império Otomano para Ocidente e as respectivas conjunturas de conquista; construir uma relação de acção/reacção entre o que era o Mediterrâneo no início da segunda metade do século XVI, a política expansionista dos turcos e a formação da Santa Liga em 1570, convocando os principais potentados do Ocidente; analisar o papel da Monarquia Espanhola na constituição da Santa Liga, em oposição ao papel da Monarquia Francesa, na sua asserção estratégica; confrontar Lepanto, que advém da formação da Santa Liga com os imaginários pré e pós Lepanto; compreender e analisar o projecto de participação de Portugal na formação da Santa Liga e os contextos do mesmo, nomeadamente através da relação com o Papado, principal incentivador da formação da Santa Liga.

No que diz respeito às fontes impressas, em relação ao segundo capítulo e, com o objectivo de não fazer uma redacção puramente bibliográfica decidiu-se explorar a obra de Vicente Coma, *Descripcion geográfica política, militar, civil y religiosa del Imperio Otomano, con una noticia relativa á su administración de justicia, á su policía, á su hacienda, y á otros varios objetos; y la cronología histórica de los sultanes desde Otoman I, fundador del imperio, hasta Mahamud II, actualmente reinante*. Esta fonte permite ter um panorama alongado acerca da construção e consolidação do Império Otomano, tendo em conta todas as suas estruturas.

No que diz respeito à formação da Santa Liga, aos seus antecedentes e, à sua evolução, *La Guerre de Chypre et la Bataille de Lépante par le Vice-Amiral Jurien de la Graviere membre de l'Institut. Ouvrage accompagné de quatorze Cartes et Plans*, a obra de Marco Antonio Arroyo, *Relacion del Progreso de la Armada de la Santa Liga, hecha entre el Papa Pio Quinto, el Rey Catholico Phelippe Segundo, y Venetianos contra el Turco debaxo Don Inan de Austria Capitan general della, La Liga de Lepanto entre España, Venecia y La Santa Sede (1570-1573): ensayo histórico a base de documentos diplomaticos*, a *Historia del combate naval de Lepanto, y juicio de la importância y consecuencias de aquel suceso: obra premiada por voto unánime de la Real Academia de la Historia, en el concurso de 1853* permitem a construção de um diagrama temático e de análise, consoante o espaço geográfico onde foram concebidas, permitindo

compreender as dinâmicas defensivas de cada espaço geográfico, em relação à sua posição na Liga. A terceira e a quarta fonte contribuem ainda com um vasto leque de cartas que contribuem para uma análise mais aprofundada e científica.

Em relação ao caso espanhol e no que toca à análise do imaginário, a utilização de periódicos, nomeadamente, o *Diario Curioso, Historico, Erudito, Comercial, Civil, y Economico, El Imparcial, La Época* e *La Ilustración: revista semanal de literatura, artes y ciências*, foi bastante reveladora da importância de Lepanto e da importância e evolução do imaginário na sua análise, quer através de memórias, quer de críticas de carácter caricatural.

No respeitante ao caso francês e à sua posição no enquadramento europeu e às suas permanentes relações com o Império Otomano, as “Lettres de Catherine de Médicis publiées par M. le Cte Hector de la Ferrière, membre non résidant du Comité des travaux Historiques et des Sociétés savantes” permitem compreender as relações de influência sobre zonas geográficas vitais. Veneza é um exemplo desta rede, que mantendo permanentes pactos de paz com o Império Otomano, quando não os detém está associada à Liga, e quando tal sucede é influenciada pela Monarquia Francesa para que ceda de novo às relações próximas com o Império Otomano.

Ao contrário do caso espanhol, que além das suas crónicas, e do Arquivo do Escorial, onde se encontram grande parte das cartas trocadas e recebidas por Felipe II neste contexto, quando nos debruçamos sobre o caso português, as crónicas, têm um relevo importante no estudo da presente temática, sendo que é dado mais relevo a visita do Núncio Apostólico a Portugal. O tema que se pretende aqui abordar é inédito no seu estudo em Portugal, carecendo ainda de um estudo aprofundado, o que não se pode afirmar no caso espanhol, em que o estudo exaustivo das fontes existentes e a sua publicação é verificável, apesar de algo distante dos parâmetros que se pretendem tratar nesta dissertação, tanto no caso português como espanhol.

No caso português destacam-se as seguintes fontes: a crónica do Frei Manuel dos Santos, *Historia Sebastica, contém a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal e os sucessos memoráveis do Reyno, e Conquistas no seu tempo, dedicada a ELRey N. Senhor D. Joao V*, a crónica de Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo dELRey D. Sebastião, único em o nome, e decimo sexto entre os Monarcas Portuguezes: Do anno de 1568 até o anno de 1574* e a crónica de José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso, e lastimado, com a vida, e perda do senhor rey D. Sebastião, o desejado de saudosa memoria. Historia*

*chronologica de suas acções, e sucessos desta monarquia em seu tempo; suas jornadas a Africa, batalha, perda, circunstancias, e consequências notáveis dela.* Estas são as fontes que permitem levantar hipóteses acerca da hipotética participação de Portugal na Santa Liga, apesar de não serem assertivas nas suas afirmações, permitem analisar a postura política e religiosa de D. Sebastião num quadro de avanços e recuos efémeros.

O Estado da Arte do tema que se propõe tratar é um assunto sensível e delicado na sua abordagem. Se o compreendermos da perspectiva militar há uma panóplia bibliográfica extensa. Se por outro lado, partirmos da perspectiva que aqui se propõe abordar é ambíguo que se possa considerar vasto.

Sem hesitação, pode-se afirmar que Fernand Braudel é o *magister* no que toca ao estudo do Mediterrâneo, às suas estruturas e dinâmicas, a toda a envolvimento que pressupõe a Santa Liga, e às relações desta com o Império Otomano. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II* é um estudo de partida muito completo, que permite levantar variadas problemáticas, entre as quais se enquadra a deste estudo. *La organizacion naval de los Estados mediterrâneos* de Francisco Felipe Muñido é outra obra muito completa, analisada de uma perspectiva distinta da utilizada por Braudel e que acompanha a própria consolidação do Mediterrâneo enquanto espaço comercial e de circulação marítima com esse mesmo motivo, investindo destacadamente nas motivações que atraem ao longo dos séculos a chegada de novos potentados comerciais, com novos produtos do Oriente, produzindo um intercâmbio determinante à época para a interacção entre vários continentes.

Na temática acerca do Mediterrâneo merecem destaque as obras mais recentes de David Abulafia, *The Mediterranean in History* e *Empires of the Sea: The Final Battle for the Mediterranean (1521-1580)* de Roger Crowley. São obras do século XXI que apresentam uma análise historiográfica contemporânea, em relação aos avanços e recuos dos potentados do Mediterrâneo.

Quando se reflecte sobre o estado da arte direccionado ao Império Otomano, é ainda mais sensível e complexo elencar uma bibliografia completa, se não impossível. No entanto, há alguns autores que pela sua obra extensa e bastante detalhada merecem distinção prévia, como Robert Mantran, que contribui para a historiografia mais recente e atualizada do Império Otomano com a direcção de *Histoire de l'Empire Ottoman*, que aborda detalhadamente a evolução do Império, as suas pegadas enquanto invasor da Europa e, também, a sua evolução no que toca à dinâmica social, económica, política e cultural. Também a obra de André Miquel pode ser considerada um clássico, pela sua

extensão. *O Islame e a sua civilização*, apesar de se posicionar numa perspectiva mais clássica e menos actualizada que a obra de Mantran não deixa de ser uma obra geral de enquadramento à temática estudada, até pelo ponto de vista que proporciona em relação à obra de Robert Mantran. Além destes clássicos, outras obras mais recentes apresentam uma actualização historiográfica no que diz respeito à história do Império Otomano, de que são exemplo *The Ottoman Age of Exploration* de Giancarlo Casale e *The Ottoman Empire and the world around it*, de Suraiya Faroqhi.

Como disse anteriormente, a historiografia espanhola está bastante desenvolvida, especialmente quando reina o filho legítimo de Carlos V, Felipe II. Vários autores e historiadores estudam a sua acção política, económica, religiosa e cultural, de que cito as obras que investem com algum destaque na participação do rei na Santa Liga, de que são exemplo, Manuel Fernández Álvarez, *Felipe II y su tiempo*; e Manuel de Foronda Gomez, *Estudios del reinado de Felipe II*.

Quando se fala da Santa Liga, a obra de Braudel supracitada continua a ser a mais exhaustiva e sugestiva, pois há uma inumerável lista bibliográfica acerca da batalha de Lepanto, que não interessa especificamente a este assunto e que não aborda directamente a questão do imaginário e das alterações religiosas que tal implica. Assim as fontes acima exploradas são uma mais-valia para a perspectiva que me proponho abordar nesta dissertação. Não se pode deixar de nomear a obra de Christopher Walker, *O Islão e o Ocidente: uma harmonia dissonante de civilizações*, que trabalha a questão do imaginário enquadrado noutras balizas cronológicas, mas que apesar de tudo acaba por ser uma continuidade da semente estimulada pelas balizas aqui trabalhadas. Merecem igualmente destaque o artigo de Carlos Romero Mensaque, “La universalización de la devoción del Rosario y sus confradías en España”, um estudo excelente no que diz respeito à análise e percepção da importância do Rosário e de Nossa Senhora do Rosário, culto estimulado e consolidado com a vitória da Batalha de Lepanto; e o artigo de Padilha Rivadavia, “Maioria Tibi: Triunfo dinástico de Felipe II”, que em grande medida nos auxiliou no ponto de partida de reflexão que queríamos apresentar no quarto capítulo, apresentando-se no estudo como um instigador para reflexões mais aprofundadas.

Já em Portugal, o trabalho produzido cientificamente é escasso ou muito raro e diz especialmente respeito à figura e ao mito de D. Sebastião, não reflectindo problemáticamente sobre a questão da participação de Portugal na Santa Liga. É de realçar Giovanni Battista, que com a *Viagem do Cardeal Alexandrino*, publicada por Alexandre Herculano em *Opúsculos*, nos dá a conhecer a viagem feita pelo Nuncio, não

explicitando as conversações que o Cardeal teve com as altas figuras da Monarquia, mas dando a conhecer o seu percurso e as cortesias com que foi recebido, ilustrando bem as relações mantidas com a Santa Sé por parte da Monarquia portuguesa. Também a biografia de Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, se apresenta, a nosso ver, como o estudo mais completo e rigoroso que foi publicado até então no que toca à análise dos Núncios a Portugal e da problemática interligada com este assunto, o casamento de Margarida de Valois com D. Sebastião. A obra de Queiroz Velloso, *D. Sebastião (1554-1578)* é sem dúvida um clássico e um bom estudo de caso para reflectir sobre o reinado de D. Sebastião.

Neste seguimento, a redacção divide-se em cinco partes. A primeira aborda a temática do Mediterrâneo no início da segunda metade do século XVI, e reflete sobre a emergência do conflito que eclode já no fim do terceiro quartel do século XVI. A segunda parte está subordinada à política expansionista do Império Otomano. A terceira diz respeito à formação da Santa Liga face ao avanço Turco no Mediterrâneo, consequência da sua política expansionista. A quarta, mais reflexiva, debruça-se na consolidação do imaginário Ocidental. Por fim, um estudo de caso inédito – Portugal no projecto da Santa Liga (1570-1574).

## Capítulo 1

### O Mediterrâneo no início da segunda metade do século XVI: emergência de um conflito latente

Segundo Fernand Braudel “(...) o Mediterrâneo é uma massa compacta que extravasa com regularidade dos seus limites, espalhando-se simultaneamente em todas as direcções.”<sup>7</sup> A origem do vocábulo Mediterrâneo deriva do latim *Mediterraneus*, que significa entre terras.<sup>8</sup> Este mar, estimulado pelas suas características marítimas e terrestres, e pelos povos que habitavam nas suas costas, foi privilegiado, tanto no aspecto cultural, como no económico e político.<sup>9</sup> Desde a Antiguidade que grandes civilizações nasceram e usufruíram do Mediterrâneo, atingindo o seu apogeu e posteriormente o seu declínio à beira mar. São exemplo reflectido desta demanda os Egípcios, Fenícios, Gregos e Romanos. Os limites do espaço marítimo do Mediterrâneo definem-se pela Europa, África e o Oceano Atlântico, no que diz respeito ao cômputo geral. Estende-se de Este a Oeste, entre o Estreito de Gibraltar e a Síria, e de Norte a Sul, entre o Golfo de Génova e Tunes. Contudo, é mais do que isso na perspectiva de Francisco-Felipe Muñido, que afirma:

*“A individualidade histórica do Mediterrâneo é evidente até ao século XVII. Grécia, Roma, Bizâncio, Amalfi, Pisa, Génova, Veneza, Aragão e Turquia comerciam e combatem com um fim evidente, dominar este*

---

<sup>7</sup> Vide Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*. Volume II, 2ª ed. Lisboa: Publicações dom Quixote, 1995, p. 193.

<sup>8</sup> Este mar foi conhecido na Antiguidade e, ao longo da história por outros nomes, como *Mare Nostrum* (Nosso Mar), nome atribuído pelos Romanos. Também os Árabes, e posteriormente os Turcos, o denominaram de *al-Bahr al-al-Abyad Mutawassit* (Mar Branco). Vide Monique O’Connell, “The Italian renaissance in the Mediterranean, or, Between East and West” in *California Italian Studies*, Wake Forest University, 2010, p. 7. Os Povos Semíticos designavam-no como “Grande mar” e os Gregos de *Hecateus* (“o mar na nossa parte do mundo”). Vide Harris W. V., “The Mediterranean and Ancient History” in *Rethinking the Mediterranean*. Nova Iorque: Orford University Press, 2005, p. 15. Por outro lado os alemães apelidavam-no de *Mittlemeer* (“Mar do Meio”) e, os Egípcios de “Grande Verde”. Vide David Abulafia, *The Great Sea: a Human History of the Mediterranean*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2011, p. xxiii.

<sup>9</sup> Uma das características fundamentais do Mediterrâneo, ou dos Mediterrâneos, foi a proximidade e separação relativa das costas, permitindo diferentes barreiras de cultura, de que é exemplo a Cristã-Muçulmana. As distâncias foram reduzidas pela presença de ilhas que tenderam, de facto, a servir de pontes entre a cultura e a economia, como Creta, na Idade do Bronze, ou a Maiorca Catalã, no final da Idade Média. Algumas ilhas tornaram-se sociedades isoladas relativamente intocáveis pelo mundo exterior e esse isolamento pode ser visto na forma como a Sardenha foi lentamente integrada no mundo cultural e político da Europa Medieval, como resultado da colonização italiana. Mas mesmo essas sociedades, embora conservadoras em alguns aspectos, foram afectadas pelo comércio e adaptaram a sua produção para atender às necessidades da demanda externa. Vide David Abulafia (Dir.), “What is the Mediterranean?” in *The Mediterranean in History*. London: Thames & Hudon, 2003, p. 26.



*âmbito, centro e teatro das suas apetências. As suas acções exteriores têm no Mediterrâneo a sua origem e fundamento.*”<sup>10</sup>

Podemos identificar uma panóplia de factores e circunstâncias que determinam e influenciam a emergência de focos de poder, de cultura e de comércio. Entre eles destacam-se o clima e o regime local de ventos, os recursos da franja litoral a que se tem acesso, que não são o seu espaço marítimo mas que lhe dão fachada, a estrutura praticável do litoral e a facilidade oferecida ao trânsito terrestre. Compreenda-se que no presente estudo não se aborda somente o espaço físico do Mediterrâneo, mas também a área mediterrânica, que compreende uma extensão que termina numa linha imaginária até onde a sua influência se estende. Naturalmente este limite não é constante, nem fixo, mas variável consoante o tempo histórico em que se enquadra. Isto é o mundo mediterrânico como uma complexidade de relações de toda a natureza.

Apesar de não ser objectivo do presente trabalho descrever o meio geográfico mediterrânico, parece-nos propositado tentar compreender como esse meio foi vivido até à primeira metade do século XVI, apesar desse estudo já ter sido feito, aprofundadamente, por Fernand Braudel. No que toca à geografia observam-se vários obstáculos que influenciam a modelagem do Mundo Mediterrânico. A montanha é um factor geográfico natural, que determinou o desenho de determinadas áreas e focos de influência, nomeadamente no estabelecimento do caminho do Cristianismo e do Islão. Vejamos exemplos concretos: os Berberes da África do Norte, protegidos pelos altos cumes, continuavam pouco atraídos pela religião de Maomé; em Aragão, na região valenciana, e nas terras de Granada, a montanha continuava a ser uma zona de dissidência religiosa e de permanência muçulmana. Veja-se o exemplo de Granada apresentada pelo cronista Francisco Pedraza:

*“Não admira que os habitantes dos Alpujarras tenham abandonado a sua antiga fé. Os que continuam nestas montanhas são cristãos velhos: não lhes corre nas veias uma única gota de sangue impuro, são súbditos de um rei católico, e, contudo, por falta de doutores e devido às opressões de que são vítimas, são tao ignorantes daquilo que deviam saber para obterem a salvação eterna que apenas*

---

<sup>10</sup> Esta visão, apesar de ser um pouco redutora, demonstra bem a importância que o Mediterrâneo tem, apesar de não se verificar que as acções exteriores destes espaços tenham somente no Mediterrâneo a sua origem e fundamento. Podemos inserir a corrente historiográfica deste autor do lado mais conservador, visto que esta perspectiva pode ser acrescentada de muitos outros factores. Vide Francisco-Felipe Olesa Muñido, *La organización naval de los estados Mediterraneos y en especial de España durante los siglos XVI y XVII*. Volume I. Madrid: Editorial Naval, 1968, p. 106.

*lhes restam alguns vestígios de religião cristã. Haverá alguém que creia que, se os infiéis – Deus não o permita – se tornassem agora senhores do seu país, essa gente levaria muito tempo a abandonar a sua fé e a abraçar as crenças dos vencedores?’’<sup>11</sup>*

Constata-se, assim, que o âmbito mediterrânico não constitui uma plena unidade e sintonia. Podemos afirmar que a sua bacia se compartimenta em diversas áreas devido às suas próprias falhas. No Mediterrâneo, além das áreas Ocidental e Oriental, que se definem consoante o seu enquadramento histórico, devem ser distinguidas como verdadeiras regiões naturais os Mares Adriático e Negro. A importância da compartimentação que se opera no Mediterrâneo é decisiva no plano histórico.

As diferenças culturais e económicas entre o Mediterrâneo Ocidental e Oriental são flagrantes no século XVI, ainda que se verifique uma inversão do cunho que cada um imprime nas suas características. Vejamos como uma retrospectiva do plano histórico nos permite compreender melhor esta complexidade. Se observarmos o Oriente, a partir do século XIII, podemos afirmar que paulatinamente foi perdendo os seus trunfos, entre os requintes da civilização material e técnica, as grandes indústrias, a banca e as fontes de ouro e de prata. O desvanecer do Oriente observa-se no século XVI, durante a convulsão económica sem precedentes determinada pela abertura do Atlântico e consequente queda do antigo privilégio do Levante.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Vide Francisco Bermúdez Pedraza, *Historia eclesiástica de Granada y su arzobispado*. Granada: 1637, fólho 95. Pedraza nasceu em Granada cerca de 1576, e morreu no mesmo local em 1655. Foi advogado na Real Chancelaria de Granada, até 1608, depois deslocou-se para Madrid, onde foi ordenado sacerdote, em 1628. Posteriormente, exerceu o cargo de Tesoureiro da Catedral de Granada, até 1635, simultaneamente ao de Professor Catedrático de Direito e Reitor da Universidade de Granada. Vide *Enciclopedia Ilustrada Europeu-Americana*. Volume VIII, Bilbao: Espasa-Calpe, 1930-1933, pp. 315-316.

<sup>12</sup> No que toca às rotas para distâncias mais longas acredita-se que a rota circular mais frequente no Mediterrâneo Antigo ocorria da direita para a esquerda: do Egeu para Creta e depois do Egipto para o Levante, Chipre, costa da Anatólia, Cíclades, e de novo retornava a Creta e ao Egeu. Havia, naturalmente, outras rotas regionais (Egeu/Itália, Creta/Egipto, Egipto/Chipre, Chipre/Levante) e alternativas, como Egipto/Creta via costa da Líbia. É no século XV, que observamos o comércio do Levante atingir a sua maior prosperidade. Tal facto verifica-se também por ter beneficiado de muitas inovações técnicas. Os contratos notariais, muitas vezes elaborados numa única viagem deram lugar a sociedades ou empresas mais duradouras, que alargaram a sua rede de factores e representantes em todo o Mediterrâneo. Vide David Abulafia, *Op. Cit.*, pp. 73 e 209. De acordo com Santo Barsca, no final do século XV, Modon era o principal porto de todos os navios que iam e regressavam do Levante. Vide Benjamin Arbel, “The port towns of the Levant in sixteenth century travel literature” in *Mediterranean Urban Culture (1400 -1700)*, (Dir.) Alexander Cowan, Exeter: University Press, 2000, p. 164. Já no final dos séculos XVI e XVII, o Mediterrâneo sofreu uma espécie de desorientação. Apesar das tentativas dos Genoveses de reconquistar o comércio do Levante, o Mediterrâneo perdeu o seu primado no trânsito da Europa Ocidental para os comerciantes atlânticos. Vide Faruk Tabak, *The Waning of the Mediterranean (1550-1870): a geohistorical approach*. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 2008, p. 150.

No entanto, estas discrepâncias analisadas de um ponto de vista estratégico, acabam por criar uma certa unidade económica entre as duas bacias. De um ponto de vista mais exacto, podemos até afirmar que, em certa medida, forçam essa unidade, apesar de todas as barreiras subjacentes, incluindo as políticas, e através de todos os meios utilizados, inclusive os da pirataria. Observando este panorama, rapidamente concluímos que a existência de reciprocidade entre estes Mediterrâneos é evidente. O Oriente tem necessidade de participar das novas vantagens do Ocidente, desde a prata da América aos progressos da técnica. Por outro lado, a indústria ocidental, em fase de expansão, necessita de exportar os seus excedentes.<sup>13</sup>

Cristãos e Muçulmanos, integrados antes de mais em Estados detentores de uma estratégia económica específica percorreram o Mar Mediterrâneo, trocaram as suas mercadorias, mesmo nos momentos de maior conflito político e religioso, trocaram técnicas, readaptaram os seus mercados, estabeleceram regras estritas de funcionamento do comércio interno e externo, definiram a forma como as colónias mercantis estrangeiras se integravam na sua realidade.

No seguimento desta ideia de reciprocidade, surge paulatinamente um Império que vai contribuir para a emergência de um novo foco de poder, o Otomano. Progressivamente, vai encontrando formas de afirmação perante um Ocidente em evolução contínua. Desde o início do século XVI, o Mar Negro passa a ser conhecido como um *lago otomano*, em cujas ribeiras a Sublime Porta encontra, como séculos antes encontrou Bizâncio, madeira para as suas construções navais, ferro e aço para as suas armas, trigo e pescado seco para a população de Constantinopla e uma janela aberta ao comércio com a Ásia Central.

Pode afirmar-se que os grandes centros comerciais como Veneza, Génova e Ragusa cumprem, mediante o comércio marítimo, não só a importante função de pôr em contacto a produção das distintas áreas geográficas do Mediterrâneo, como a mais delicada, de estabelecer uma ponte entre os territórios submetidos ao Islão e aos Estados Cristãos, fazendo florescer necessidades mas também despertando apetências de conquista e pilhagem.

Atesta-se, assim, que o Mediterrâneo só tem unidade pelo movimento dos homens, as ligações que tal movimento implica e as rotas que o conduzem. Após esta análise, podemos colocar a área mediterrânica na tipologia de espaço-movimento.

---

<sup>13</sup> Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, pp. 158-159.

Segundo Lucien Febvre, “o Mediterrâneo são rotas”,<sup>14</sup> de terra e de mar, de rios e ribeiras, uma imensa rede de ligações. A unidade humana, no Mediterrâneo, é ao mesmo tempo um espaço viário e urbano, de linhas e centros de força. Em certa medida, conclui-se também que a Cidade do Mediterrâneo é criadora de rotas e, simultaneamente, é criada por elas. Em pleno século XVI destacam-se várias metrópoles mediterrânicas, como Veneza, Génova, Florença, Milão, Barcelona, Sevilha, Argel, Nápoles, Constantinopla ou o Cairo.<sup>15</sup>

No século XVI existe um quadrilátero urbano influenciador da economia, que se encontra na península itálica, constituído por Veneza, Milão, Génova e Florença. Logicamente que a influência que cada uma impunha era variável, consoante a sua posição e crescente poder. O caso da transferência de gravidade de Veneza para Génova entre 1570 e 1575 é ilustrativa dessa variável. Esta deslocação pode ser justificada pelo conflito e deslocação da Santa Liga, da qual Veneza fazia parte, para o mar Mediterrâneo, com o objectivo de confrontar o Turco.

Se nos debruçarmos sobre o caso específico de Veneza, concluímos que é um centro político influenciável pelo Oriente, situação que a torna vulnerável no seio da Europa. Vejamos em retrospectiva o seu papel ambíguo. Inicialmente, Estado vassalo de Bizâncio e, posteriormente, inimigo, conquistador e aliado daquele Império em decadência. Já no que diz respeito ao Império Otomano, é um benevolente vizinho e prudente aliado e inimigo, pois a sua posição alterava-se consoante as empresas do Turco em relação às suas possessões. De destacar ainda que Veneza não era autónoma no aspecto militar,<sup>16</sup> estando igualmente dependente do auxílio de outros potentados, como Espanha, França ou o Papado.<sup>17</sup> Na política, Veneza tem um objectivo evidente, que se traduz em manter e desenvolver o tráfico com o Oriente cujos produtos armazena para seguidamente exportar, ou negociar a partir dos principais portos do Ocidente. Afirma-se como *Estado Ponte*, de que economicamente beneficia pelos motivos supracitados.<sup>18</sup>

---

<sup>14</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p, 164.

<sup>15</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 310-312.

<sup>16</sup> A força naval veneziana tinha uma estrutura fundamentalmente defensiva, projectada para estar apoiada na sua cadeia de bases, da qual estava dependente. O seu equilíbrio ressentia-se de falta de suporte demográfico, para sustento da sua força naval. Vide Francisco-Felipe Olesa Muñido, *Op. Cit.*, p. 143.

<sup>17</sup> Veneza usava de máxima cautela e grande diplomacia. A República evitava sempre, tanto quanto possível, o dilacerar de conflitos com a potência de quem dependia, em grande parte, para o fornecimento de cereais. Vide Julieta Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua História*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000, p. 132.

<sup>18</sup> “Le point le plus civilisé du monde, au moyen âge et jusqu’à la seconde moitié du quinzième siècle ce n’était ni Paris, ni Rome, encore moins Byzance et Londres, c’était Venise”. Vide A. Baschet, *La diplomatie vénitienne. Les Princes de l’Europe au XVI siècle*. Paris: Ed. Plon, 1862, p. 5. Nesta linha de pensamento,

Esta situação de semi-estabilidade alterou-se profundamente à medida que nos encaminhamos para o fim do século XV. Em 1498 salienta-se a situação delicada de Veneza entre a possibilidade de uma guerra contra os turcos no mar, e uma guerra em terra contra Milão. Em 1499, reacende-se o possível conflito com os turcos, que se manifesta na batalha naval em Zonchio e a perda entre esse ano e o início do século de Lepanto, Modon e Gorizia. Depreende-se que para Veneza era difícil enfrentar uma potência militar como a turca “ (...) *la prima nel mondo a questi tempi*”.<sup>19</sup>

O final do século XV foi marcado ainda por uma difícil crise financeira que atingiu os principais centros correctores do Mediterrâneo com incidência para as casas bancárias de Veneza e Pisa. Como salienta Frederic Lane, esta profunda crise ocorrida entre 1496 e 1533 deve, no caso veneziano, relacionar-se directamente com o facto de os venezianos defrontarem, em duas frentes de guerra, a Lombardia e a Turquia.<sup>20</sup>

No entanto, apesar destas contrariedades, foi de particular importância o papel de Veneza como centro de informações, o que se explica, como refere Robert Mantran, entre outros motivos, pela oscilação entre os momentos de aliança e de hostilidade que caracterizam as relações mantidas com o Império Otomano<sup>21</sup> e do facto de remontar há muito a presença dos venezianos na Ásia Menor e no Levante. A Sereníssima foi aliás dos poucos Estados europeus que enviavam com frequência embaixadas a Constantinopla. No fim do século XV e durante todo o século XVI, o cargo de bailio em Constantinopla era um dos mais importantes de todos os cargos diplomáticos venezianos. Do ponto de vista das mentalidades, a visão de Veneza em relação aos turcos é imbuída de um enorme respeito e ambivalência pelo aliado/inimigo, mas limitada pela consideração, de resto consubstanciada na realidade histórica, de que os turcos eram um perigo eminente.<sup>22</sup>

\* \* \*

---

também Michel Ballard afirma que já em 1486, Veneza era a principal potência marítima do Mediterrâneo e da Europa. Vide Michel Ballard, “A Christian Mediterranean 1000-1500” in David Abulafia, *Op. Cit.*, pp. 183-219.

<sup>19</sup> Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, p. 361.

<sup>20</sup> Vide Frederic Lane, “Venetian Bankers, 1496-1533”, in *Venice and History. The collected papers of Frederic C. Lane*. Edited by a Committee of Colleagues and former students foreword by Fernand Braudel. Baltimore: The Johns Hopkins Press, p. 78.

<sup>21</sup> Vide Robert Mantran, “Venise centre d’informations sur les turcs”, *L’Empire Ottoman du XVIe. Au XVIIe. Siècle*. London: Variorum Reprints, 1984, pp. 11-116.

<sup>22</sup> Sobre a visão dos venezianos em relação ao mundo turco vide Paolo Preto, *Venezia e i Turchi*. Florença: Sansoni, 1975.

Quando reflectimos acerca da concepção cultural que emana de toda a área mediterrânica observamos que erradia a partir de diversas metrópoles ou espaços geográficos, num século de renovação, de inspiração e de cultura. Assim, “*La economía, la política, el pensamiento, que impulsa a la técnica, e incluso, la comprensión de lo geográfico, se hallan, en cada época, inmersos en la concepción cultural imperante en aquel momento histórico.*”<sup>23</sup> Uma cultura é, antes de mais, uma forma de interpretar o mundo visível e invisível que se aceita como existente. Assim, a cultura deixa o seu cunho em todas as acções que são resposta às apetências e exigências de uma concepção dada ao mundo e à vida.

Captar este fenómeno, quando se trata do século XVI, só é possível “*metiéndose en la vestidura carnal del hombre renacentista.*”<sup>24</sup> O Renascimento não constitui um sistema, mas uma expressão, uma atitude, uma forma de apresentação daquilo que transportam as sensações e emoções. O mundo greco-romano contempla-se como máximo expoente da *humanitas*. Já no século XIV escrevia Petrarca: “*La sola vista de los hombres actuales me hiere gravemente, mientras que los recuerdos, los gestos y los ilustres nombres de los antiguos me producen una inestimable alegría, tal que si la gente lo supiera le sorprendería que yo guste tanto de conversar con los muertos y tan poco de hacerlo con los vivos.*”<sup>25</sup>

Aceitar o legado de Roma e da Grécia Clássica, não implica repudiar a herança católica. Segundo Marcelino Menéndez, o homem do Renascimento assume e sente como própria, a dupla tradição pagã e cristã.<sup>26</sup> No século XVI vive-se todavia num mundo político supranacional, no qual a ideia de Cristandade dá fervor e suporte e em que a apetência de constituir um Império Cristão continua a ser um objectivo. O Renascimento implica portanto não só uma restauração do apreço que merecia o clássico, mas também

---

<sup>23</sup> Vide Francisco-Felipe Olesa Muñido, *Op. Cit.*, p. 158.

<sup>24</sup> Vide Juan Beneyto, *Espíritu y estado en el siglo XVI: ensayos sobre el sentido de la cultura moderna*. Madrid, 1952, p. 15.

<sup>25</sup> *Apud* Francisco-Felipe Olesa Muñido, *Op. Cit.*, p. 159. Das obras de Petrarca destacam-se *O Cancioneiro*, *Os Tributos*, *O Poema Africano* e *os Carmes Menores*, *Os Livros dos Antigos e dos seus Feitos*, *Os Tratados da solitária meditação*, *O Secretum*, *Os remédios da Fortuna*, *As polémicas e as obras menores* e *As Cartas*. Uma das missões mais importantes que Petrarca realizou foi a embaixada de 1356 junto do Imperador Carlos IV. O poeta foi encarregado de pedir auxílio imperial a favor de Milão, em luta contra a Liga Veneziana. O Imperador nomeou-o conselheiro e conde palatino, de que advêm novos privilégios, direitos, imunidades e benefícios. Em 1361, trocou Milão por Pádua, e no ano seguinte, mudou-se para Veneza. Debilitado por motivos de saúde, iria ainda a Veneza em 1373 para cumprir a sua última missão de paz. Em 1500, na viragem do século, o triunfo do Petrarquismo atingiu o seu auge influenciando profundamente todas as artes e os costumes. Vide Francesco Petrarca: *Gigantes da Literatura Universal*. Verbo: 1972, pp. 6-21, 33-48, 57-88.

<sup>26</sup> Vide Marcelino Menéndez y Pelayo, *Historia de los heterodoxos españoles*, Volume III, Madrid, 1947, p. 43.

uma actualização da cultura greco-romana, declinando a herança da *Christianitas*. Segundo Ramírez de Prado este fenómeno voltar-se-á a repetir, pois “*también nuestros tempos merecerán imitación de los venideros.*”<sup>27</sup>

O Renascimento insere-se no âmbito da emergência de um poderio marítimo cerrado no Mediterrâneo, assim como militar, político e económico. Destacamos de seguida o contexto em que emerge o conflito que será analisado ao longo deste estudo, assim como o imaginário que daí decorreu. Sob uma análise geral, parece-nos pertinente a apresentação das relações e conflitos que se viviam até então, assim como a afirmação de imperialismos, neste caso, o Espanhol e o Turco, em profunda relação e desenvolvimento na área mediterrânica.

Em finais do século XV e inícios do século XVI, o poderio marítimo do Mediterrâneo Cristão conheceu um desenvolvimento semelhante àquele que sucedeu durante a luta pelo domínio da península itálica, travada entre a França e a Espanha.<sup>28</sup> Os *Condottieri*, soldados profissionais que se voltaram para o mar e abriram a passagem dos exércitos através das zonas costeiras, começaram a ocupar-se de financiamentos, intendências e espionagem, dando corpo aos imperialismos francês e espanhol.<sup>29</sup> Veja-se o caso de Andrea Doria,<sup>30</sup> que ao abandonar o serviço do Rei de França, Francisco I, para seguir o Rei de Espanha, Carlos I, deu prova de aguda sagacidade política.

---

<sup>27</sup> Vide Francisco-Felipe Olesa Muñido, *Op. Cit.*, p. 160.

<sup>28</sup> Vide David Abulafia, *The Great Sea*, pp. 373-452.

<sup>29</sup> Sobre a caracterização da marinha espanhola e francesa Francisco-Felipe Olesa Muñido, *Op. Cit.*, pp. 129-210.

<sup>30</sup> Juan Andrea Doria, ou em italiano Giovanni Andrea Doria, nasceu em 1466 em Oneglia e iniciou a sua vida militar em Roma. Frequentou a Corte de Urbino, ao serviço de Fernando I de Nápoles e depois de variadas aventuras em Itália, recebeu o estatuto de *Condottieri*. A sua acção militar depois de 1506 exercitou-se na história de Génova. Doria cooperou na tentativa de recuperação deste local, depois da Batalha de Ravenna, altura em que Génova estava submetida ao domínio francês. Graças à sua persistência e destacada qualidade obteve o comando da esquadra que defendia o mar contra a incursão dos turcos contra este presídio. Submetendo-se ao serviço do rei francês combateu na Batalha de Pavia. Fracassando a sua tentativa de libertação de Francisco I, depois da derrota nesta Batalha, serviu o Papa Clemente VII, o qual o nomeou para expulsar de Génova o poderio espanhol. Depois de recusar a oferta de Carlos V para ficar ao seu serviço, retomou a sua estadia junto do rei francês. Na sequência de repetidas queixas, devido ao atraso da sua folha de pagamento e de recusar auxiliar Francisco I no assédio de Nápoles, acabaria por aceitar a oferta de Carlos V. Ao serviço deste, em 1532, recebeu o título e feudo do principado de Melfi. Interveio a favor de Espanha nas contendas entre esta e França no que dizia respeito à ocupação de Génova e no estabelecimento da Paz de Chateau-Cambrésis conseguiu que a Córsega fosse abandonada pelos franceses e restituída Génova. Acabaria por morrer em 1560. Vide Giovanni Gentile (*Dir.*), *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*. Volume XIII. Milão: Instituto dell'Enciclopédia Italiano fondata da Giovanni Treccani, 1931-1936, pp. 166-167.

É importante destacar neste âmbito, a aliança estabelecida entre a França e a Sublime Porta.<sup>31</sup> Os franceses auxiliavam os turcos nas suas incursões entre Barcelona e Génova e, apesar das tentativas de fazer frente a turcos e franceses, nos anos 40 do século XVI, pouco podiam fazer as galeras de Espanha, ainda que se juntassem com as genovesas.<sup>32</sup> A aliança formal franco-turca seria oficialmente estipulada com as capitulações de 1535, mas o contacto foi anterior, começando a aliança a vigorar oficiosamente depois da derrota de Francisco I em Pavia, em 1525.<sup>33</sup> Tradicionalmente, a França seguiu uma política de intervenção em Itália e aspirava exercer a hegemonia europeia, tal como Espanha.<sup>34</sup> Esta aliança gerava no seio da Europa diferentes opiniões, sendo de destacar, em pleno século XVIII, a opinião do almirante francês Jurien de la Gravière que a classifica de *impia*.<sup>35</sup> Naturalmente, após esta exposição se compreende que o choque entre a Espanha e a França se reflecta no Mediterrâneo.

Quando nos debruçamos sobre a questão dos Impérios, o Espanhol e o Turco mostram através das suas intervenções e influências as suas apetências, de que é ilustrativo o aspecto económico.<sup>36</sup> Todo o Mediterrâneo e, em especial todos os territórios submetidos ao Império Turco, encontram-se invadidos, durante o século XVI, pela moeda espanhola de prata.<sup>37</sup> As “*moedas de a ocho reales*”,<sup>38</sup> que se disseminam nos mercados do Mediterrâneo, encontram-se também na Índia e na China.

---

<sup>31</sup> Segundo Philip Mansel, o Império Otomano tornou-se mais familiar em França do que na restante Europa Cristã. Vide Philip Mansel, “The French Renaissance in Search of the Ottoman Empire” in *Re-Orienting the Renaissance: Cultural Exchanges with the East*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005, p. 105.

<sup>32</sup> Vide Manuel Álvarez, *Felipe II y su tiempo*. Madrid: Espasa, 1998, p. 437.

<sup>33</sup> Vide Georges Livet e Roland Mousnier (Dir.), *Historia Geral da Europa: a Europa desde o início do século XVI ao final do século XVIII*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1980, p. 311.

<sup>34</sup> Em 1453 confirma-se a presença da armada turca em Marselha, para em união com as galeras francesas saquear Niza, na altura possessão de Sabóia. Vide Francisco-Felipe Olesa Muñido, *Op. Cit.*, p. 129.

<sup>35</sup> Vide Francisco-Felipe Olesa Muñido, *Op. Cit.*, p. 128. Jurien de la Gravière foi um marinheiro francês, nascido em Gannat, em 1772, que morreu em Paris em 1849. Capitão de fragata em 1795, distinguir-se-à no caso de Léogane. Tornou-se capitão de navio em 1803, e integra, em 1809, na altura dos Salles-d’Olonne, com três fragatas, um combate furioso a seis navios ingleses, que acaba por forçar à reforma. Em 1814, toma posse da ilha de Bourbon. Contra-almirante em 1817, tornado Visconde por Luís XVIII, tornou-se, depois de 1830, vice-almirante e par de França. Veja-se Paul Agé (Dir.), *Larousse du XX siècle*, T. IV. Paris: Librairie Larousse, Montparnasse, 1931, p. 215.

<sup>36</sup> Sobre este assunto abordado de uma perspectiva mais aprofundada, vide Roger Crowley, *Empires of the Sea: The Final Battle for the Mediterranean (1521-1580)*. London: Faber and Faber, 2008.

<sup>37</sup> É importante destacar que para Espanhóis no século XVI, a palavra Turco não incluía somente os muçulmanos que fossem súbditos ao senhor de Constantinopla, mas também todos os tributários da Sublime Porta, incluindo habitantes árabes de metrópoles de zonas bem afastadas geograficamente de Constantinopla, como Argel, por exemplo. Vide Miguel Angel de Bunes Ibarra, *La imagen de los musulmanes y del Norte de Africa en la España de los siglos XVI y XVII, los caracteres de una hostilidad*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1989, p. 69.

<sup>38</sup> Pequenas peças que Castela cunha com a prata da América. Designadas como moedas de *a ocho reales*. Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, pp. 193-194.



Se nos reportarmos à importância geográfica e estratégica destes Impérios observamos pontos vitais para a hegemonia dos mesmos, sendo que assim se justificam as suas actuações enquanto intervenientes da história do Mediterrâneo. Sem qualquer dúvida observa-se que as ilhas, detentoras de um forte poder estratégico, eram usadas pelos Impérios como baluartes contra o inimigo, tanto no plano marítimo como comercial, daí a luta constante pela sua posse e dominação.

Na Espanha é notório que, durante todo o século XVI, coexiste a política mediterrânica de Aragão e a política atlântica de Castela, em regime de recíproca e leal assistência. A Coroa de Castela com os seus recursos financeiros e humanos está presente em Tunes, Malta e Lepanto.<sup>39</sup> Numa visão mais longínqua, os Estados da Coroa de Aragão também estão, sem reservas, na incorporação de Portugal, na campanha dos Açores e na jornada de Inglaterra.<sup>40</sup> É interessante destacar, por outro lado, que inclusive Castela nutre, desde o reinado de Fernando, o *Católico*, a vinculação ao âmbito mediterrânico como uma necessidade nacional. E é, quiçá, ainda mais interessante ver como os portos atlânticos da Baixa Andaluzia, durante o século XVI, fazem parte, em certo modo, de um âmbito duplo, ao ser ponto de partida de rotas atlânticas e base de esquadras de galeras destinadas a operar no Mediterrâneo.

No século XVI, não existe no Ocidente o vazio de poder que existiu noutras épocas. A Espanha torna-se na sua potência hegemónica, ou numa delas, que no Danúbio e no Mediterrâneo tenta evitar, pela força das armas, a expansão dos Otomanos. A diplomacia espanhola<sup>41</sup> cuidará de que o nascente poder moscovita impeça os Otomanos de sair do Báltico, e de que o Império Persa desenvolva uma sempre efectiva estratégia de desgaste.

Os reinos de Maiorca, Sardenha e Sicília são avançados baluartes de uma linha de expansão política espanhola que culmina em Nápoles e que tende a dominar pela diagonal o Mediterrâneo Ocidental. Os chamados *presídios de Toscana* constituem um admirável exemplo de posições de flanco ao largo da rota costeira italiana, que se prolonga ao Norte com o elo genovês e saboiano, que cobre até à praça e castelo de Niza, com o apoio da

---

<sup>39</sup> Sobre a política de Castela no Mediterrâneo vide Ramon Menendez Pidal (Dir.), *Historia de España, España en tiempo de Felipe II*, Tomo XXII. Vol. 2. Madrid: Espasa-Calpe, 1981, pp. 59-150.

<sup>40</sup> Sobre a anexação de Portugal, a dominação das ilhas dos Açores e a jornada de Inglaterra vide Idem, *Ibidem*, pp. 217-246.

<sup>41</sup> Também Veneza, em 1570, ante a agressão turca, despacha embaixadas à Pérsia e à Moscóvia. No entanto, segundo Philip Mansel, a embaixada mais importante em Constantinopla era a francesa, que funcionava como uma janela do mundo islâmico para a Europa. Esta embaixada está concentrada com base no poder e no negócio e não em Deus. Vide Philip Mansel, *Op. Cit.*, pp. 96-97.

Córsega, domínio genovês. No entanto, apesar do seu crescente poder, o dispositivo espanhol tinha dois pontos frágeis no que toca ao domínio do Mediterrâneo Ocidental: a saída da França ao Mediterrâneo pela Provença e a Narbonense, e a existência das praças berberiscas, em especial Argel e Tunes. Estes pontos débeis foram usados habilmente contra Espanha por Barbarroxa.<sup>42</sup>

Além dos locais estratégicos que supracitámos, Milão destaca-se como a mais importante praça de armas espanhola no Norte de Itália, equiparável a Nápoles no Sul. Mais a oriente, Parma, Modena, Cremona e Mântua dominam as rotas transversais do Norte de Itália, assim como as comunicações Nápoles-Roma-Brennero e Nápoles-Roma-Milão. Esta cobre os ataques franceses que, partindo de Génova, cruzam os Alpes, fundamental linha de comunicação entre Espanha e a Alemanha e defende uma possível infiltração turca. Ao oeste e a sul de Milão, os outros dois importantes núcleos secundários, Sabóia e Génova, fortalecem frente à França a posição espanhola e a sua rota marítima de assistência continental, cujo terminal, que é Génova, flanqueia a ilha da Córsega.

A posição espanhola, não só no Mediterrâneo, mas no Mundo, exige que a sua força naval seja essencialmente polivalente, apta não só para tomar parte nas grandes expedições de conquista integrando-se em *armada*, mas também na patrulha costeira, na protecção de tráfico, na exploração, no enlace e no apoio logístico.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Barbarroxa foi o nome dado pelos autores ocidentais a dois irmãos piratas que, durante a primeira metade do século XVI, assolaram as costas do Mediterrâneo e fundaram no Norte de África o principado da regência de Argel e a dinastia dos Osmãs. Eram filhos de um renegado grego, que abraçou o Islão. O segundo Barbarroxa sucedeu a Arug, no trono de Argel, seu irmão que, compreendeu que entregue às suas próprias forças, não poderia fazer frente aos numerosos inimigos, pelo que mandou embaixadores ao sultão de Constantinopla, Selim I, pedindo-lhe protecção e oferecendo-lhe vassalagem. Aceite a oferta recebeu o título de baxá e um socorro de dez mil janízaros e numerosa artilharia, com cujo reforço reconquistou Tunes, expulsando o bey Muley Hasan, em 1533 e devastou as costas do Mediterrâneo, tanto de Espanha como de Itália. Carlos V mandou pouco depois, em 1535, uma expedição composta por cerca de 400 navios e 50 000 homens de desembarque, ao comando do almirante Andrea Doria que o derrotou. Apoderando-se de la Goleta, deu liberdade a cerca de 20 000 cativos cristãos que ali tinha e obrigou o famoso pirata a fugir para Argel, que foi desde então o seu centro de operações. Pouco depois marchou a Constantinopla, em demanda de novos socorros, mas o sultão preferiu nomeá-lo grande almirante e generalíssimo das suas esquadras, em 1536. Durante este tempo, Carlos V mandou outra expedição contra Argel que, combatida por fortes tempestades, não conseguiu atingir o seu objectivo. Reorganizada a frota otomana e comandada pelo pirata/corsário, as nações mediterrânicas não tiveram descanso. Assolou as costas de Menorca, ameaçando Mahón; apoderou-se das ilhas Jónicas; dispersou no Golfo de Artá a esquadra do almirante Doria, em 1538; tomou Castel Novo, na Dalmácia, em 1539; derrotou outra frota cristã em águas de Cândia, em 1540 e, aliado a França, atacou Niza que se salvou graças ao socorro de um exército espanhol comandado pelo Marquês de Guast, que o obrigou a levantar o sítio e a refugiar-se em Tolón, onde permaneceu até se assinar a paz entre Espanha e França, em 1544. Ao regressar a Constantinopla saqueou as ilhas de Elba, Ischia, Prócida e Lipari. Esta seria a sua última campanha, vivendo desde então em Istambul, até à data da sua morte em 1556. Vide *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, pp. 666-667.

<sup>43</sup> Vide Francisco-Felipe Olesa Muñido, *Op. Cit.*, p. 135.

Apesar de toda a dinâmica estratégica de tentativa de hegemonia que se afirmava no Mediterrâneo Ocidental, decorre que, até 1556, o Mediterrâneo chegou, em grande parte, a ser dominado pelos Turcos, pois estendiam o seu domínio por todas as costas setentrionais da África. Particularmente, como supracitado, o Mediterrâneo Oriental era tido como uma espécie de *lago otomano*.<sup>44</sup> O ano de 1556 afirma-se como um ano de viragem, de novas presenças no mundo mediterrânico. Como se fez referência anteriormente, Carlos V abdica no seu filho, Felipe II, as coroas de Castela, incluindo Navarra e as Índias, Aragão, Valência, Sardenha, Maiorca, Barcelona e Sicília. Antes tinha já renunciado a Nápoles, Milão e aos Estados da Flandres. A dieta de Frankfurt reconhece em 1558, como sucessor, a Fernando, rei de romanos e irmão de Carlos V.<sup>45</sup>

Além de todas as questões territoriais eminentes, a pouco tempo de Felipe II subir ao trono, os Turcos saqueiam Maiorca, em 1558. Consequentemente Maiorca, Valência e a Catalunha estão em perigo pela presença próxima do Turco. Após pedidos de auxílio perante tal acontecimento, duas companhias de Aragoneses chegam poucos dias depois a Barcelona. Verificou-se em Valência um problema complexo por se temer um levantamento de mouriscos.<sup>46</sup>

A partir de 1559, com a desmobilização da frota francesa e com o afrouxamento dos laços políticos entre os Estados cristãos e o Sultão, o mar Ocidental tornou-se, incontestavelmente, um mar hispânico. Aos muçulmanos cabe o domínio de uma das margens, de forma alguma a mais rica, a África do Norte, que, aliás, só dominam graças aos seus corsários, e ainda assim a título precário, dada a constante ameaça da linha de presídios espanhóis. Esta ameaça não é inédita, pois, já em 1535, Carlos V tinha investido vitoriosamente contra Tunes, e em 1541, fracassou por pouco frente a Argel, fracasso que a todo o momento poderia ser vingado, dado que, em Madrid, o *Consejo de Guerra*

---

<sup>44</sup> Vide Javier Campos e Fernandez Sevilla (Dir.), *Felipe II y su época: Actas del Simposium*. Madrid: San Lorenzo del Escorial, p. 327.

<sup>45</sup> Consentindo a petição de seu filho Felipe, Carlos manteve o título de Imperador até que, em finais de Fevereiro de 1558, a Dieta imperial de Frankfurt aceitou a sua renúncia ao solo imperial. A 12 de Março foi eleito Fernando I como novo imperador, sendo coroado a 14 de Março na catedral de S. Bartolomé de Frankfurt. Vide Juan Antonio Vilar Sánchez, *Carlos V, Emperador y Hombre*. Madrid: Editorial EDAF, 2015, p. 306.

<sup>46</sup> Valência esteve, no século XV, em profundo contacto comercial com as cidades italianas, os países muçulmanos da Andaluzia e da Berberia, com as terras do Sultão do Egipto, o império bizantino, Flandres e Inglaterra. Maiorca era uma escala muito frequentada na rota que seguiam as embarcações valencianas em direcção a Itália, Rodes, Tunes e Egipto. A chegada do Turco imprimia nas regiões ocidentais um estímulo perante aqueles que esperavam o apoio do sultão em terras cristãs. Veja-se Paula Limão, *Portugal e o Império Turco na área do Mediterrâneo (século XV)*, volume 1. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994, p. 92. Para o estudo de uma questão mais aprofundada sobre os mouriscos, vide Ramon Menendez Pidal, *Op. Cit.*, pp. 47-58.

mantém actualizado um plano de ataque à cidade, a ser posto em execução a qualquer momento julgado conveniente.<sup>47</sup>

Em 1560, Felipe II, em carta dirigida ao capitão-general de Valência ordena-lhe que adopte precauções para resistir a um possível ataque dos piratas e dá autorização aos cristãos para que se apoderem dos efeitos de propriedade dos mouriscos que tentem fugir e embarcar em naves “sarracenas”. Procede-se, além disto, à fortificação das costas, por ordem de Felipe II. Verifica-se, assim, o revés. Não só havia uma ameaça da linha de presídios espanhóis, mas também das praças espanholas.<sup>48</sup>

Depois da paz de Cateau-Cambrésis<sup>49</sup> e até ao cerco de Malta, em Maio/Setembro de 1565, a história do Mediterrâneo, só por si, forma um todo coeso. O *status quo* tinha-se alterado. A Alemanha pela paz interna de Augsburgo, em 1555, alcançada pelo tratado assinado por Fernando I, irmão de Carlos V, e as forças da Liga de Esmalcalda (aliança defensiva de príncipes protestantes do Sacro Império Romano-Germânico) estabelecia a tolerância oficial dos luteranos, seguindo a política de *cujus regio, ejus religio*. Segundo este epíteto, a religião (católica ou luterana) do Príncipe da região, seria aquela à qual os súbditos ficariam sujeitos, estando disponível a possibilidade de emigrar para outra região, caso a confissão escolhida pelo Príncipe não fosse a desejada.<sup>50</sup> Por outro lado os tratados de paz entre o Império Espanhol e o Papado pelo acordo de Setembro de 1557, libertaram a Espanha de uma pressão inequívoca. A 12 e 14 de Setembro o Papa assinou dois tratados, o público e o secreto, pelo qual se dava a Felipe II o direito de nomear governador da disputada praça de Paliano, sempre que a eleição não recaísse em nenhum inimigo do Papa, e em compensação o rei espanhol daria alguma praça a Caraffa, representante do Papa; este pretendia Siena. O Papa prometia desfazer a Liga com os franceses, permanecer neutral e receber o Rei Católico como filho obediente, devolvendo-lhe todos os seus privilégios. Se nos detivermos sobre as condições de paz, parece que o Pontífice foi o vencedor e o rei de Espanha o vencido. Mas ambas as potestades sabem o que tal acto significava. A cerimónia de submissão era questão de forma, para salvar

---

<sup>47</sup> Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, p. 157.

<sup>48</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 158.

<sup>49</sup> Acordo assinado a 3 de Abril de 1559, na França, entre os reis Felipe II de Espanha, Henrique II de França e Isabel I de Inglaterra, pondo fim às Guerras de Itália. A França renunciou definitivamente às suas ambições sobre o Milanesado e Itália. A paz consolidou-se com dois matrimónios, o de Filiberto, duque de Sabóia com Margarita, duquesa de Berry, irmã de Henrique II; e o de Felipe II com Isabel de Valois, filha de Henrique II. Tal paz viria a consolidar e incitar a hegemonia espanhola. Vide Bertrand Haan, *Une paix pour l'éternité, La négociation du traité du Cateau-Cambrésis*. Madrid: Casa de Velásquez, 2009, pp. 125-197.

<sup>50</sup> Sobre o assunto de uma perspectiva mais aprofundada vide Heinrich Lutz, *Reforma y Contrarreforma, Europa entre 1520 y 1648*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

perante o mundo católico, a personalidade espiritual, que o vencedor reconhecia sinceramente no Papa. O objectivo do Papa seria totalmente contrariado, pois ao contrário do seu objectivo inicial de enaltecer o poder e prestígio do Pontificado em Itália, afastando os espanhóis, confirmou a hegemonia espanhola na Itália.<sup>51</sup>

Quando se faz referência ao Império Otomano, é importante ressaltar o plano religioso. Aliás, todos os planos a que é feita referência são indissociáveis no período histórico estudado. O Sultão - ao invés do Papa, referência de poder e influência na Cristandade -, afirma-se como *príncipe dos crentes*, acumulando em si o poder temporal e espiritual, ideia que remonta à tradição do Ocidente. Espelha-se assim uma ideia de proximidade entre dois mundos que se afirmavam tão distantes, mas por vezes na sua ideologia tão próximos, não só no domínio do religioso e do político, mas também no expansionista, apesar de o fazerem com perspectivas distintas.

A evolução desta vertente expansionista é notória no Império Otomano. Senhores das margens da bacia oriental após a ocupação da Síria, em 1516, e do Egipto, em 1517, os Turcos vêem-se perante a obrigação de conquistar o mar, criando para tal uma poderosa frota. Tanto no caso espanhol como no turco, cada um dos dois grandes Mediterrâneos propiciou e, em certa medida, estimulou a manifestação de ambos os imperialismos. No século XVI, os dois Mediterrâneos são duas zonas políticas de sinal inverso. As grandes lutas marítimas, na época de Fernando o *Católico*, de Carlos V, de Solimão e de Felipe II concentram-se quase sempre no ponto de junção dos dois mares. Ora vejamos, Djerba em 1510, 1520 e 1560; Trípoli em 1511 e 1551; Coron em 1534; Tunes em 1535, 1573 e 1574; La Prevesa em 1538; Malta em 1565; Lepanto em 1571; Modon em 1572 e, Bizerta em 1573 e 1574.<sup>52</sup>

A passagem de um para o outro Mediterrâneo era feito pelos muçulmanos através do canal da Sicília, cruzando-o em diagonal, ou buscando o abrigo da costa tunisina. Por sua vez, os cristãos preferiam o Estreito de Messina. A expansão otomana há que inserir-se em função das possibilidades que a permeabilidade europeia e mediterrânica, na sua correlação oferece. Conquistada a quase totalidade da Península Balcânica, no século XIV, e travado, no início do século XV, o crescimento do estado otomano na Ásia, à causa da derrota sofrida às mãos de Timur-Lenk,<sup>53</sup> o assalto de Constantinopla em 1453

---

<sup>51</sup> Sobre um estudo mais aprofundado acerca desta contenda vide Ramon Menendez Pidal, *Op. Cit.*, pp. 387-405.

<sup>52</sup> Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, p. 157.

<sup>53</sup> Conhecido no Ocidente pelo nome de Tamerlão, foi responsável por uma força nova e temível que nascera na Ásia Central. Este turco da Transoxiana, que começou como empregado do cã mongol de Djagatai, foi

e o estabelecimento nela da capital otomana<sup>54</sup> transporta não só o fim de Bizâncio, mas também a renovação, sob distinto signo, do seu Império, que parece começar a ser mediterrâneo e europeu, e não só oriental. Podemos mesmo afirmar que estamos perante a formação e consolidação de um império oriental com vocação europeia.<sup>55</sup>

A progressão pela ribeira este e sul do Mediterrâneo e a eliminação até ao possível, dos estabelecimentos genoveses e venezianos, nos arquipélagos do Egeu e do Jónico e nas costas do Peloponeso e do Mar Negro, materializam a política de expansão mediterrânica do Império Otomano. A presença na ribeira norte do Mar Negro e a progressão nas águas do Danúbio materializam a apetência de dominar na Europa. Os avanços turcos colocam em perigo não só o Sacro Império, mas também a *Terra Ferma* veneziana e ainda as possessões espanholas do Milanesado. No âmbito mediterrânico, o Império Otomano, valendo-se da técnica grega, aproveita e reutiliza as frotas bizantinas, influenciando-as com um novo espírito ofensivo, o espírito dos povos da estepe, com a sua consequência inerente – a pilhagem.<sup>56</sup> Ao êxito alcançado pelo Império Otomano na sua política de progressão pela ribeira sul do Mediterrâneo, não lhe é alheio o feito de ser esta ribeira uma zona já islamizada desde há séculos atrás, nem a íntima colaboração entre turcos e tártaros da Crimeia.<sup>57</sup>

---

proclamado rei da Transoxiana em Balkah, em 1370. Tinha submetido entretanto o Khwârizm, o Turquestão Oriental, o Irão, a Geórgia, a Arménia, o Qiptchaq e o sultanato muçulmano de Deli. Em 1401 é senhor do Iraque, onde, mais uma vez, Bagdade é pilhada. Está em contacto com os dois maiores estados muçulmanos – o Sultanato Mameluco e o Império Otomano. Face à recusa do primeiro em reconhecer a sua suserania, a Síria é devastada em 1400-1401. Depois, tomando como pretexto a deposição dos emires anatólios, Timur invade a Ásia Menor em Junho de 1402. A 20 de Julho, Bayazid é derrotado e feito prisioneiro na batalha de Ankara. Vide Alain Ducellier, Michel Kaplan, Bernadette Martin, Françoise Micheau, *A Idade Média no Oriente: Bizâncio e o Islão, dos Bárbaros aos Otomanos*. (Trad. Luís de Barros), Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994, p. 337.

<sup>54</sup> Quando capturaram Constantinopla em 1453, os otomanos tentaram reconstituir na íntegra os elos comerciais que permitiram a Constantinopla florescer, até ao ponto de utilizar os mesmos edifícios bizantinos para promover o comércio e manter os mesmos centros de negócios. Os Otomanos estavam determinados a tornar a cidade mais uma vez uma grande capital. E qualquer discussão sobre o Mediterrâneo Oriental acerca dos otomanos deve compreender, em primeiro lugar, a enorme atração de Istambul. Antes da conquista de Constantinopla, Edirna (Andrinopla) era sua cidade principal, se quisermos a sua capital desde 1361. Vide David Abulafia, *The Mediterranean in History*, pp. 251-283.

<sup>55</sup> Molly Greene apresenta o Império Otomano como uma parte fundamental do Mundo Mediterrânico que criou e estendeu a herança imperial de Bizâncio, permitindo uma considerável diversidade cultural e religiosa, que consequentemente promoveu projectos inovadores de comércio e de reforma. Vide Idem, *Ibidem*, pp. 219-251.

<sup>56</sup> Vide Francisco-Felipe Olesa Muñido, *Op. Cit.*, p. 97.

<sup>57</sup> Os Tártaros da Crimeia são descendentes de uma mistura de turcomanos e outras civilizações que chegaram à Europa Oriental no início do século VII a.C. Emergiram como nação com a criação do Canato da Crimeia, Estado islâmico turcomano localizado numa área sob influência de diversas potências na Europa Oriental até ao início do século XVIII. Adoptaram o Islão no século XIII, tornando-se um importante centro do mundo islâmico. O Canato manteve um massivo comércio de escravos com o Império Otomano e o Médio Oriente. Tornou-se um protectorado do Império Otomano em 1475, quando o general otomano Gedik Ahmed Paxá conquistou a costa sul da Crimeia. No entanto, os otomanos respeitaram a legitimidade dos cãs em governar todo o resto da Crimeia e as estepes. A aliança com os otomanos tornou-

O núcleo político otomano, posicionalmente vinculado ao Oriente mediterrânico, e hegemonicamente, no religioso, ao Islão ortodoxo sunnita<sup>58</sup> tem na Península da Anatólia a sua imediata base de partida. Este Império nutre a necessidade de ser a “chave do Oriente”. Mas, quer também dominar no Mediterrâneo e na Europa, além de em ambas as partes assumir o papel de cabeça e paladino do Islão. A rota costeira faz-se até Orão, livre de estabelecimentos cristãos e em condições de fazer de Argel e Tunes dois importantes centros de agressão ao tráfico cristão no Mediterrâneo Ocidental e duas bases seguras para as forças operativas turcas. A ilha de Malta manteve-se em mãos cristãs e continuou a cumprir a sua função perturbadora do tráfico turco. Retoma-se aqui a ideia apresentada de que as ilhas tinham uma importância estratégica vital.

Compreendendo a área mediterrânica e os seus influentes apresenta-se um conflito eminente potenciado por vários motivos estratégicos. Estes motores passam pela política, a economia, a cultura e a religião. No entanto, não seria passível de fazer jus a estas dinâmicas sem perceber aprofundadamente a política expansionista de um Império em emergência, tanto na Europa como na Ásia. Potentado que viria a pôr em causa o equilíbrio vivido no Ocidente, quer pelas conquistas que leva a cabo, quer pela concentração de forças que exige à Europa para a resolução deste avanço, como veremos mais adiante.

---

se um importante factor de sobrevivência do Canato até ao século XVIII, enquanto os seus vizinhos, o Canato de Kazan e o Canato de Astrakhan foram destruídos pelo crescente poderio do Império Russo. Vide H. B. Paksoy, “Crimean Tatars” in *Modern Encyclopedia of Religions in Russia and Soviet Union*. Volume 6, Academic International Press, 1995, pp. 135-142.

<sup>58</sup> O Sunismo deriva de uma corrente de pensamento que aparecera nos primeiros decénios do século VIII e que começava a elaborar-se doutrinariamente, para o qual a obediência ao poder estabelecido era praticamente um dever. Rejeitando todas as formas de contestação e de rebelião, os doutores sunitas recomendavam que se seguissem as autoridades instaladas, na medida em que as suas ordens não envolvessem desobediência a Deus e ao seu Profeta. Baseavam-se, antes de mais, no Alcorão e na *Sunna*, mas insistiam também na importância do consenso comunitário – o *idjmâ*’ (acordo unânime da *umma* ou, mais restritamente, dos teólogos reconhecidos numa certa época). Assim, preocupado com a paz comunitária, o sunismo opunha-se fortemente ao legitimismo dos xiitas e ao particularismo insurrecional dos carijitas: a concepção do *imã* como chefe supremo da comunidade, difere profundamente nestas três famílias do Islão. Os sunitas tendiam a ver no califa apenas o que organizava a aplicação da Lei religiosa, deixando aos especialistas o cuidado da sua interpretação. Vide Alain Ducellier, Michel Kaplan, Bernadette Martin, Françoise Micheau, *Op. Cit.*, p. 143.

## Capítulo 2

### O Império Otomano: a sua política expansionista

«A expansão dos Otomanos na Europa não foi uma mera conquista militar, foi também fruto de hábeis manobras político-diplomáticas. Depois de os latinos terem sido expulsos dos Balcãs, na segunda metade do século XV, os mercadores locais, muçulmanos, gregos, judeus, foram encorajados a ocupar os seus lugares; e, no tempo dos otomanos, o comércio de Ragusa obteve resultados superiores aos que obtivera na Idade Média.»<sup>59</sup>

Giovanni Donini, *O Mundo islâmico*, p. 79

O Império Otomano nasceu entre finais do século XIII e inícios do século XIV, no canto noroeste da península da Anatólia, também chamada Ásia Menor. O fundador da dinastia que lhe deu nome foi Osmã.<sup>60</sup> Em 1299/1300, começou as suas primeiras conquistas em território bizantino.<sup>61</sup> As tribos guerreiras, como a de Osmã, floresceram porque podiam saquear os povos instalados e, porque o seu poder oferecia aos que os apoiavam uma segurança que os governos eram incapazes de proporcionar. Esses acampamentos guerreiros tornaram-se uma importante forma de organização política na Anatólia do século XIII.<sup>62</sup>

---

<sup>59</sup> Vide Giovanni Donini, *O Mundo Islâmico, do século XVI à actualidade*. (Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo), Lisboa: Editorial Presença, 2008, p. 79.

<sup>60</sup> Segundo a *Descripcion geográfica política, militar, civil y religiosa del Imperio Otomano, con una noticia relativa á su administración de justicia, á su policía, á su hacienda, y á otros varios objetos; y la cronología histórica de los sultanes desde Otoman I, fundador del imperio, hasta Mahamud II, actualmente reinante*, a família deste primeiro soberano advém de onde vieram as primeiras famílias turcas que apareceram. “Ademas de los imperios que los turcos formaron en Tartaria, fundaron en medio del Asia cuatro grandes monarquías. Las tres primeras las poseían príncipes de una misma familia llamada Seljucida: la cuarta es la que está sujeta á los príncipes de la familia Othman ú Osman y á sus sucesores.” Vide Don Vicente Antonio Roger Coma, *Descripcion geográfica política, militar, civil y religiosa del Imperio Otomano, con una noticia relativa á su administración de justicia, á su policía, á su hacienda, y á otros varios objetos; y la cronología histórica de los sultanes desde Otoman I, fundador del imperio, hasta Mahamud II, actualmente reinante*. 2ª ed., Madrid: Imprensa de D. Miguel de Burgos, 1829, p. 310.

<sup>61</sup> Morto Alaadin, último sultão de Iconium, a quem Osmã tinha servido com as suas tropas anteriormente como emir ou general, apropriou-se, juntamente com os demais chefes daquele exército, de uma parte dos Estados do monarca falecido. As discórdias recíprocas dos seus rivais serviram-lhe para levar a cabo o plano de sujeitar ao seu domínio quase todo o território que o cercava, intitulando-se “Senhor da Ásia Menor”. Como herdeiro de Alaadin coube-lhe uma parte da Bitínia, onde viria a estabelecer a sua capital e, da Capadócia, a cujas possessões juntou novas conquistas na Lícia e Cária contra os gregos. Faleceu em 1323, com o título de *ghazi, bey e kara*. Vide Robert Mantran (Dir.), *Histoire de l'Empire Ottoman*. Lile: Fayard, 1989, pp. 15-20.

<sup>62</sup> Vide Alain Ducellier, Michel Kaplan, Bernadette Martin, Françoise Micheau, *Op. Cit.*, pp. 295-296.



O êxito obtido pelos Otomanos na formação de um Estado/Império deveu-se à sua excepcional flexibilidade e a uma capacidade pragmática de adaptação a condições variáveis. Vindos da Anatólia e de outras paragens, tanto os cristãos como os muçulmanos aderiram em massa aos padrões Otomanos pelos benefícios económicos que daí advinham. Os governantes otomanos também atraíram alguns seguidores em virtude de terem outorgado a si mesmos o estatuto de *gazis*.<sup>63</sup>

Do século XIV ao século XVI, foram regulares os ataques otomanos aos principados turcomanos na Anatólia.<sup>64</sup> Desde o início, a sua expansão foi multidirecional – o seu alvo não eram apenas os chefes e os territórios balcânicos e bizantinos a Oeste e Noroeste, mas também a oposição aos sistemas políticos turcomanos, a Leste e a Sul.

Outro factor importante que desempenhou um papel relevante na ascensão dos Otomanos foi a geografia. A conquista de Tzympe, em 1352, no lado europeu do estreito dos Dardanelos proporcionou aos Otomanos uma sólida testa-de-ponte nos Balcãs, uma base territorial que de imediato os projectou para a dianteira dos seus rivais na Anatólia. Graças a esta possessão, os otomanos ofereciam aos potenciais aliados novos campos de enriquecimento inacessíveis aos seguidores de outras dinastias ou aos chefes tribais da margem asiática. Além de férteis, eram terras onde, à época, não havia turcomanos.

Assim, os Otomanos surgiram num contexto sem paralelo: as invasões dos nómadas Turcos fizeram ruir a supremacia do poder central de Bizâncio, na Ásia Menor; a invasão Mogol do Médio Oriente, instalando o caos, faz crescer a pressão das populações junto às fronteiras; a flexível e pragmática política otomana atraiu uma hoste de simpatizantes, independentemente do credo ou estatuto social; a posição geográfica que controlava o acesso dos nómadas aos Balcãs, angariando assim um número crescente de seguidores.

Apesar da morte de Osmã, no primeiro quartel do século XIV, os seus descendentes, homens de tradição guerreira e políticos experimentados continuaram a sua missão expansionista. Saliente-se, neste âmbito, que só será feita referência aos acontecimentos mais preponderantes, no que diz respeito à política expansionista do Estado/Império Otomano, dividido por quatro sultanatos na nossa proposta.

---

<sup>63</sup> O *Ghazi* era um guerreiro da fé em luta contra cristãos. A força desse apelo religioso deve ser questionada e reflectida, pois nessa mesma época os Otomanos recrutavam gregos cristãos para as suas cada vez maiores fileiras militares. Vide Donald Quataert, *O Império Otomano, das origens ao século XX*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 40.

<sup>64</sup> As dinastias turcomanas rivais, como Karaman, Germiyam e Timúridas, constituíam ferozes inimigos, além de serem uma ameaça para o Estado Otomano. Vide Idem, *Ibidem*, p. 41.

Até cerca de 1413, quando Musa é morto e sobe ao trono Mehmed I, ocorre a primeira fase de sultanato, sendo vitais as actividades que estes governadores desempenharam no garante da manutenção do território e do Império. Numa segunda fase da política expansionista enquadram-se os sultões que representam um período de transição, entre aquilo que foi a fixação e consolidação do Império e o apogeu do mesmo, terminando esta fase com Murad II, no final da primeira metade do século XV. No início da segunda metade inicia-se a terceira fase que, *grosso modo*, diz respeito à *idade de ouro* do Império. Foi nesta fase que ocorreram os maiores feitos dos Otomanos, quer com a aniquilação final do Império Bizantino, com a entrada em Constantinopla, quer com a afirmação do sultanato mais famoso da história, de Solimão. A quarta fase, a que nos propomos fazer referência e, que está directamente relacionada com o capítulo seguinte, inicia-se com Selim II, depois de 1566 e, podemos depreender que foi uma época mais frágil, comparada com a anterior.

## 2.1. Primeira fase expansionista e de afirmação do Império Otomano

Os governadores da primeira fase expansionista e de afirmação do Império Otomano foram Orcan (1326-1360),<sup>65</sup> Murad I (1362-1389),<sup>66</sup> Bajazeto I (1389-1402),<sup>67</sup> Solimão (1403-1406)<sup>68</sup> e Musa (1406-1413).<sup>69</sup>

Aquando da travessia da Anatólia Ocidental rumo aos Balcãs, os otomanos tomaram Bursa, em 1325/26, importante cidade bizantina, fazendo dela a capital do seu Estado em expansão. A conquista deste importante centro comercial tinha dado aos Otomanos a possibilidade de financiar o seu jovem Estado e constituir pela primeira vez um exército disciplinado e bem organizado. Em 1361, conquistaram Andrinopla, uma das principais cidades bizantinas, que passou a ser utilizada como palco estratégico determinante nas ofensivas dos Balcãs e que se tornou na nova capital otomana.

A partir de meados do século XV, as dinâmicas políticas são alteradas. Era necessário que, em primeiro lugar, se dessem senhores aos turcos e ao «*espírito ghazi*». Assim, compila-se e exalta-se o passado do povo *oghuzz* e erige-se a conquista como o

---

<sup>65</sup> A Osmã sucedeu o seu filho Orcan, que se apoderou do trono em 1326. Tomou Bursa em 1326, Niceia em 1331, Nicomedia em 1337 e o emirato de Kalesi, em 1345, transpondo o Helesponto em 1358. Orcan fez uma aliança com o imperador grego João Cantacuzeno, auxiliando-o na conquista de vilas situadas na costa do Mar Negro, casando depois com a filha do imperador, Teodora. Morria em 1360 com o título de *ghazi* e *bey*. As fontes afirmam que Orcan foi um excelente militar e um grande génio para a invenção de novas máquinas de guerra. O seu filho, Solimão, tomou várias vilas da Trácia, em 1341, tomou Tzympe, em 1352 e conseguiu atravessar o mar e tomar Gallipoli, em 1354. Vide Robert Mantran, *Op. Cit.*, pp. 20-26.

<sup>66</sup> Murad I subiu ao trono em 1362, com o título de *hudavendigar* e *emir ul-umera*. Apoderou-se da Trácia, transferindo a sua capital para Andrinopla, em 1366, conquistou a baía de Mísia e Sófia, em 1382 e, alcançou a Macedónia, em 1388. Em 1389 foi assassinado na batalha do Kosovo, vitória que possibilitou um Império solidamente estabelecido nos Balcãs. Foi Murad I que regulamentou a milícia dos janízaros, dando-lhe a forma que, *grosso modo*, conservou até à sua extinção. Tornou oficial a utilização do título de sultão a partir de 1383. Vide Idem, *Ibidem*, pp. 37-46.

<sup>67</sup> Bajazeto sucedeu ao seu pai Murad I em 1389, com o título de *yildirim*. As suas primeiras guerras contra os cristãos começaram entre os anos 1391-1393, apoderando-se da Bulgária, da Macedónia e da Tessália. Tomou várias vilas na Arménia e os Estados do emir Kurterum. Em 1394, era mestre da Romélia e da Anatólia ocidental. Após tal sucesso reduziu ao seu domínio quase todas as províncias dos príncipes asiáticos. A França propôs unir as suas armas às dos gregos para contestar o poder de um inimigo tão temível para a Cristandade. Foi enviado João, conde de Nevers, com os seus cavaleiros. No entanto, esta pequena hoste foi derrotada, no ano de 1396, perto de Nicópolis, na Bulgária. O sultão pôs sítio a Constantinopla, a fim de que o império fosse seu tributário ou estivesse sob a sua dependência e vassalagem. Porém, os progressos do famoso conquistador Tamerlão obrigaram-no a deixar precipitadamente Constantinopla, pondo fim ao decorrer das suas conquistas. O guerreiro asiático enviou uma embaixada ao imperador turco, e este recebeu-a com altivez, sem prever quais poderiam ser as consequências. Tamerlão, mal soube o que tinha sucedido com os seus embaixadores, encaminhou-se até ao exército otomano, alcançou-o e derrotou-o perto de Ankara, em 1402. Vide Idem, *Ibidem*, pp. 46-56.

<sup>68</sup> Depois da morte de Bajazeto, ocorre um interregno sob Solimão. Aquando da morte de seu pai, Bajazeto, no seu regresso à Europa, foi proclamado imperador pelas tropas que tinham ficado para guarnecer o país. A Romélia mantinha-se intacta. Em 1410, foi destronado pelo seu irmão Musa, e quando se colocava a caminho para implorar o socorro do imperador de Constantinopla, Manuel Paleólogo, mataram-no entre a dita cidade e Andrinopla, em 1406. Vide Idem, *Ibidem*, pp. 57-60.

<sup>69</sup> Depois de morto Solimão, decorreu o interregno sob Musa, filho de Bajazeto I. Entrou na Romélia, em 1409. Em 1412, conseguiu uma vitória contra o imperador da Alemanha, Segismundo de Luxemburgo e, desolou a Moreia, a Sérvia e vários Estados da Europa. Em 1413, foi combatido em Sofia, onde foi preso e estrangulado. Vide Idem, *Ibidem*, pp. 61-62.

princípio do Estado. No domínio das conversões, devem ter-se em consideração dois períodos distintos. Até à época de Bajazeto II, o Estado Otomano seguiu no domínio religioso uma política liberal, ocorrendo conversões voluntárias no seio da nobreza autóctone incorporada nas forças armadas. Depois de Bajazeto II, o Estado tomou consciência da sua natureza de grande potência muçulmana e começou a aplicar com maior rigor as normas reativas à condição dos não muçulmanos, que relegam para a categoria de cidadãos de segunda em muitas áreas geográficas.<sup>70</sup>

## 2.2. Transição para o apogeu da Sublime Porta: segunda e terceira fases da sua política expansionista

Uma segunda fase da política expansionista, maioritariamente representativa de um pronúncio de transição, consolida-se com os sultões Mehmed I (1413-1421)<sup>71</sup> e Murad II (1421-1451).<sup>72</sup> Após estes sultanatos e da recuperação de alguns territórios que tinham sido perdidos, ocorre uma nova fase que, de certo modo, coloca em perigo e alerta o Ocidente. Os avanços territoriais destes sultões levam, mais tarde, à formação de uma Liga comandada pelo Papa Pio V, com o objectivo de recuperar os principais territórios perdidos, principalmente para os Estados italianos, podendo ver-se num alcance mais

---

<sup>70</sup> Sobre uma leitura mais atenta sobre este assunto vide Suraiya Faroqhi, *The Ottoman Empire and the world around it*. Nova Iorque: I. B. Tauris, 2004, pp. 2-4.

<sup>71</sup> Depois de ter morto o seu irmão, sobe ao trono em 1413. Depois do Príncipe da Carmânia ter posto cerco à cidade de Belgrado, Mehmed marchou em sua busca, derrotando-o e tornando-o prisioneiro. Restabeleceu a glória do Império Otomano, tão deteriorado por Tamerlão e por muitas guerras civis que em pouco tempo sucederam. Submeteu de novo as províncias do Helesponto e da Capadócia, subjugou a Sérvia com uma parte da Esclavónia, fez tributária a Valáquia, submeteu Esmirna, apesar do seu Paxá Sineis suscitar um inimigo para disputar o trono com Mehmed em 1419. No que toca a Constantinopla, foi tão estreita a sua aliança com Manuel Paleólogo que lhe restituiu todas as praças de que os seus antecessores o tinham despojado no Ponto Euxino, na Propôntide e na Tessália. Morreu em 1421, na sua capital, Andrinopla. Vide Robert Mantran, *Op. Cit.*, pp. 62-66.

<sup>72</sup> Murad II, filho e sucessor de Mehmed I, começou o seu reino em 1421. Com o objectivo de se vingar dos gregos, abriu guerra ao Império de Constantinopla, tendo que levantar o sítio que pôs a esta cidade e à de Belgrado em 1422. O imperador grego faz a paz com o sultão, mas Tessalónica, que tinha sido cedida como uma das condições do Tratado, reclama a protecção dos Venezianos. Estes tratam de a defender, mas Murad é forçado a sitiar. Apesar do cerco, Murad abandonou o botim em 1429 e fez a paz com os Venezianos. Entretanto, Caraman Oglu suscita uma confederação de príncipes europeus com Ladislau como responsável. O Papa Eugénio IV autoriza o Rei da Hungria a romper o Tratado que tinha estabelecido com o sultão, através do cardeal Juliano Cesarini, legado do Papa na Alemanha, que persuadiu o rei da Hungria a que rompesse guerra com o turco. Em consequência, foi nomeado Huniades para comandar o exército contra o sultão, a quem tinham vencido em vários encontros. Murad apresentou-lhe batalha perto de Varna, e derrotou-o em 1444. Porém, abdicaria do trono em favor do seu filho, tendo regressado mais tarde devido a uma revolta dos janízaros. Quando regressou submeteu a Moreia, tornou tributários os príncipes da Bósnia e da Albânia e adiantou as suas conquistas até à Hungria, na batalha de Cassovie, em 1451. O príncipe Scanderberg, filho de João Castriot, soube vingar Huniades, derrotando em diferentes acções Murad, e obrigando-o a levantar o sítio de Croia, capital da Albânia, em 1448. Morreu dia 11 de Fevereiro de 1451. Vide Idem, *Ibidem*, pp. 67-80.

longínquo como uma estratégia de Contra-Reforma, num sentido de afirmação e renovação da Cristandade. Neste enlace, é com Mehmed II (1451-1481), Bajazeto II (1481-1512), Selim I (1512-1520) e Solimão I (1520-1566), que, num século, o Império se torna a maior potência da Ásia e quiçá da Europa.<sup>73</sup>

Nos mais de cem anos que precederam a subida ao trono de Mehmed II, os Otomanos disseminaram-se pelo interior das regiões balcânicas e anatólias e, seguiram com veemência a sua política expansionista. Quando Mehmed II chegou ao poder possuía um forte alicerce em que se basear. A 29 de Maio de 1453, concretizou o maior sonho otomano e muçulmano – a conquista de Constantinopla, promovida a nova capital do império, com o nome de Istambul.<sup>74</sup>

Mehmed II sucedeu a seu pai Murad II, em 1451. Acometeu uma parte da Moreia, tendo concluído a sua submissão em 1458. Desde muito cedo pôs em causa a sobrevivência do Império Bizantino, pondo sítio a Constantinopla. Em Abril de 1453, os seus soldados acometeram a cidade por terra, enquanto uma esquadra avançava por mar. O porto encontrava-se bem fortificado e fechado, o que levou a que os buques não conseguissem entrar.<sup>75</sup> Apesar dos gregos se defenderem com valor, assim que num dos ataques pereceu o seu imperador Constantino Dragasés, terminou a resistência. Depois de tomada a cidade e da sua pilhagem, Mehmed deu liberdade aos prisioneiros e dispôs que se celebrassem as exéquias do imperador defunto com uma pompa digna da sua alta hierarquia. Três dias depois fez a sua entrada triunfante na cidade concedendo a todos o livre exercício da sua religião, instalando ele mesmo um patriarca, e estabelecendo em Constantinopla a sede do seu império.

De uma perspectiva analítica, a conquista da capital bizantina e dos seus recursos garantiu o crescimento do Império Otomano em várias vertentes. A tomada do seu

---

<sup>73</sup> Vide André Miquel, *O Islame e a sua civilização*. (Trad. Francisco Nunes Guerreiro), Lisboa: Edição Cosmos, 1971, p. 252.

<sup>74</sup> A palavra *Istambul* deriva da palavra coloquial grega *eis tin polin*, “para a cidade”. Originalmente, referia-se somente à cidade muralhada e excluía todos os seus subúrbios (incluindo Gálata, Uskudar, Eyup). Para descrever toda a cidade, os Otomanos continuaram a usar a denominação bizantina de Constantinopla (Kostantiniyye), acompanhada com um conjunto de termos metafóricos: *Deraliyye* (Portão Sublime), *Dersaadet* (Portão da Felicidade), *Asitane-i Saadet* (Limite da Felicidade), ou a efémera *Islambol* (Cidade do Islão ou Abundante Islão) no século XVIII. Durante o domínio do Império Otomano, fontes ocidentais continuaram a referir-se à cidade como Constantinopla, reservando o nome *Stamboul* para a cidade muralhada. Vide Gábor Ágoston e Bruce Masters, *Encyclopedia of the Ottoman Empire*. Nova Iorque: Facts on File, 2009, p. 286.

<sup>75</sup> Mehmed mandou cobrir duas léguas de terra com tábuas de pinho untadas e sobre elas fez passar a reboque galeras e barcas que tinha disposto que se tirassem do estreito, com o auxílio de máquinas e através de força manual. Construiu-se, à vista da praça, uma ponte de barcas para estabelecer uma bateria de canhões. Vide Robert Mantran, *Op. Cit.*, pp. 84-90.

principal porto e do respectivo arsenal contribuiu para a sua afirmação como potência marítima e naval, assim como o acesso a madeiras da Grécia e do Mar Negro. Por outro lado, a manutenção dos edifícios bizantinos e a aceitação de população estrangeira na cidade permitiram o domínio comercial. Assim se verifica que Mehmed encetou todos os esforços para fazer, de novo, da sua capital um centro económico da vida mediterrânica, o que irá conduzir a uma política de aceitação da presença das colónias de mercadores estrangeiros, com destaque para os judeus.<sup>76</sup> Segundo Robert Mantran, a autorização do sultão para que os mercadores estrangeiros pudessem comerciar na sua capital é o resultado, não de um acordo entre ambas as partes, mas de uma outorga, pelo turco apenas, de uma liberdade limitada.<sup>77</sup>

Associado à tomada de Constantinopla está o facto de Atenas passar a integrar o Império Otomano, em 1459. O sultão penetrou até ao Danúbio e pôs sítio a Belgrado, em 1456, se bem que Huniades o obrigou a levantá-lo. Não obstante, a morte deste homem reanimou o seu valor, tendo-se apoderado de Corinto em 1458, feito tributário o Peloponeso, tomou Mistra em 1460, arrancou Lesbos aos genoveses em 1463 e, apesar de ter sido acometido por uma doença, conquistou a Carmânia. Em 1467 concluiu a conquista do império grego, mediante a tomada de Cinópolis, Trebizonda e parte da Capadócia, que estava na sua dependência. Neste mesmo ano anexa o Sul da Crimeia.<sup>78</sup> Em 1469 cerca a ilha de Negroponto e, no ano seguinte, apoderou-se de Cálcis, a sua capital e, entregou-a à pilhagem. Ainda no mesmo ano, Uzun Hassan<sup>79</sup> declara guerra a Mehmed, que se defronta com ele perto de Caisar. No mesmo ano anexa a Eubeia aos venezianos. Em 1473, apoderou-se de Caffa, noutro tempo chamada Teodósia, e fez um voto de exterminar todos os cristãos.

A posição do papado em relação a este avanço turco determinou as preocupações que Sisto IV alimentou face ao desequilíbrio evidente entre a reconstituição de uma hegemonia política no Levante e a divisão interna reinante nos estados europeus, com

---

<sup>76</sup> Vide Idem, *L'Empire Ottoman di XVIe. au XVIIIe. siècle. Administration, économie, société*. Londres: Variorum Reprints, 1984, p. 127.

<sup>77</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 127-138.

<sup>78</sup> Aqui estabeleceu laços com os *khans* da Crimeia, sucessores dos Mongóis. Vide nota de rodapé 57, que faz uma breve reflexão acerca da ligação entre turcos e tártaros da Crimeia e da sua interdependência ao longo dos séculos.

<sup>79</sup> Nasceu em 1423 e morreu em 1478. Foi governante da dinastia turcomana Ak Koyunlu. O seu principado estava rodeado por duas potências inimigas: a este, a dinastia turcomana rival de KaraKoyunlu e a oeste, o crescente poder dos otomanos. A morte do primeiro e as alianças que estabeleceu fizeram com que Uzun cria-se um império efémero no Irão, Iraque, Turquia, Azerbaijão e Arménia, entre 1453 e 1478. Vide E. van Fonzel, Bernard Lewis e Ch. Pellat, *Encyclopédie de l'Islam*. Volume I, Paris: Maisonneuve e Larose, 1978, pp. 320-321.

particular incidência nos estados italianos, que fazia perigar a própria segurança dos Estados Pontifícios. Sisto IV viu como única solução possível dar um novo impulso ao movimento de Cruzada, face ao movimento que os turcos cometiam na zona dos Balcãs e na Europa Oriental e Central.<sup>80</sup>

As preocupações do Papado, bem como os receios de Veneza foram simultâneos ao projecto de conquista de Itália gizado por Mehmed II, projecto este apenas retardado devido à guerra então travada por Uzun Hassan.<sup>81</sup> A cruzada papal aglutinando forças de Veneza, Nápoles e Rodes atacou Adália na costa da Ásia Menor, em Agosto de 1472, mas as forças cristãs não levaram mais além a sua acção, tanto mais que a dissidência entre napolitanos e venezianos, em torno da liderança das operações, comprometeram a empresa.

No entanto, a persistência de Sisto IV fez-se de novo sentir em 1475 através da bula *Catholice fidei defensionem*, na qual se queixava amargamente da falta de meios financeiros para o combate aos Turcos, combate este que, tão entusiasticamente, queria liderar. Se, numa primeira fase, os anseios de Sisto IV foram esmorecidos pelas vitórias turcas de Caffa, pelas constantes ameaças a Chio, ambas possessões genovesas, e pela penetração de forças turcas em território veneziano em 1477, numa segunda fase, foram praticamente anulados, por um lado, pela paz assinada entre Veneza e a Sublime Porta, a 25 de Janeiro de 1479,<sup>82</sup> e, por outro, pela oposição de Lourenço de Médicis, então aliado de Veneza, Milão, Ferrara e França, às pretensões temporais do papa.

No entanto, o receio do papa era comprovado com o ataque, em 1481, de Mehmed para se apoderar da ilha de Rodes. Atacou o forte de S. Nicolau, mas a resistência dos cavaleiros de S. João obrigou os atacantes a retirarem-se. No entanto, os turcos vingaram-se da sua derrota, conquistando a cidade de Otranto, em 1480, na Calábria. Otranto, situava-se, de facto, numa zona charneira entre o Mediterrâneo cristão e o espaço à data ocupado pelos otomanos. A Europa e a Ásia estavam sobressaltadas, quando o Ocidente foi liberto de Mehmed II, com a sua morte no dia 3 de Maio de 1481.<sup>83</sup>

---

<sup>80</sup> A queda de Negroponto nas mãos turcas leva à constituição da Liga de Lodi, comprometida pelas atitudes de Milão e Florença. No sentido de organizar a cruzada, Sisto IV publica uma encíclica a 31 de Dezembro de 1471. Cit. por Kenneth M. Setton, *The Papacy and the Levant (1204-1571)*. Volume 2, Filadélfia: The American Philosophical Society, 1978, p. 315.

<sup>81</sup> Vide Dorothy M. Vaughan, *Europe and the Turk. A Pattern of Alliances, 1350-1700*. Liverpool: University Press, 1954, p.80.

<sup>82</sup> Paz negociada em Istambul, por Giovanni Dario, na qual é patente a vontade de Veneza em manter a sua presença comercial em Istambul e impedir o avanço turco nos seus territórios. Vide Kenneth M. Setton, *Op. Cit.*, p. 328.

<sup>83</sup> O seu epitáfio dizia entre outras coisas, segundo a tradução latina: *Mens erat bellare Rhodium, et superare superbam Italiam*. Vide Don Vicente Antonio Roger Coma, *Op. Cit.*, pp. 328.

O fim do Império Bizantino transportava consigo uma herança ancestral, fazendo com que o Império Otomano não só herdasse as vantagens de todos os locais que conquistava, mas também a cultura que esses locais transportavam consigo. Constantinopla, uma das principais cidades da Idade Média e do início da Idade Moderna, que estava ligada a vários pontos da Europa e da Ásia, comunicando com esses sítios e, levando a cabo uma vasta política diplomática, transferia-se para a nova entidade que Istambul constituía. A presença de embaixadores tornou-se num exercício que testemunhou muitas alianças que levaram à conquista de territórios que faziam parte de uma estratégia expansionista. Com o fim de Bizâncio é recuperada a ideia romana universal do Estado, sendo possível falar da constituição de um império romano-muçulmano. A aspiração ao domínio universal era sugerida pelo título de sultão do Islão e dos muçulmanos, pela ideia de indivisibilidade. Politicamente, reforça-se a ideia de divisão do mundo em territórios submetidos à direcção muçulmana, *Dar-al-Islam* e, territórios não submetidos aos muçulmanos, *Dar-al-Harb*.<sup>84</sup>

O Islão sunita que, depois de Bajazeto II, se impunha com cada vez mais firmeza, tornou a lei do *ghazi* um imperativo em todos os sultanatos. Este *status quo* demonstrava e comprovava que a Cristandade estava de facto sob ameaça e, que o seu poder manifestado em tempos pelas Cruzadas, estava fracturado e ultrapassado no Mediterrâneo oriental.

Em 1481, Bajazeto II herdou de Mehmed II um império que lutava com grandes dificuldades económicas e políticas em consequência directa das dispendiosas campanhas militares e da política interna, derivadas das tensões entre as principais facções em luta pelo poder, o partido do *devshirme*, constituído por cristãos recrutados na juventude para cumprirem o serviço militar, e a tradicional aristocracia turca. Bajazeto tentou dar ao Estado bases administrativas mais sólidas, instituindo um *cofre de guerra*, alimentado por impostos regulares cobrados em tempos de paz, substituindo as confiscações e imposições que tinham perturbado a vida económico-social no tempo do seu antecessor. Bajazeto procedeu também à restituição aos antigos proprietários da maior parte das terras confiscadas e redistribuídas por Mehmed II. Devido a esta sábia política assistiu-se ao início do desenvolvimento económico de Istambul e à melhoria geral da situação financeira, o que permitiu ao sultão destinar recursos ao exército e à marinha de guerra.<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> Vide Paula Limão, *Op. Cit.*, p. 59.

<sup>85</sup> Aumentava assim o número de janízaros munidos de armas de fogo e, começava a construção, sob a tutela de peritos genoveses de «navios de guerra de dimensões nunca vistas antes no Mediterrâneo». Foi o



As suas operações expansionistas decorreram na Europa, tendo Bajazeto II concluído as anteriores conquistas a sul do Danúbio e do Save, com a ocupação da Herzegovina em 1483. A Nordeste avançou ao longo da costa do Mar Negro até aos portos de Quília e de Akkerman, em 1484, importantes centros comerciais para os tráficos entre a Europa Setentrional, por um lado e, o Mar Negro e o Mediterrâneo, pelo outro.<sup>86</sup>

O sultão invadiu a Moldávia, antes que Matias Corvino, Rei da Hungria, pudesse opôr-se. Posteriormente, dirigiu as suas armas contra a Anatólia e contra a Síria, de onde pretendia desapossar o sultão dos mamelucos do Egipto. Porém, nesta segunda empresa fracassou, pois tomou e perdeu alternativamente várias praças e foi derrotado por duas vezes. Viu-se, assim, na necessidade de fazer a paz. Porém, agitado sempre pelo furor de conquistar, caiu sobre a Albânia saqueando-a e destruindo-a. Em 1500, armou-se por terra e por mar contra os venezianos, sob o pretexto de socorrer a Luis Sforza, duque de Milão, e apoderou-se na Moreia das cidades de Lepanto, Coron, Modon e Durazzo e devastou Frioul. Estes progressos rápidos intimidaram a república de Veneza e obrigaram-na a pedir a paz. Tais contactos anunciavam já as ligações e a dependência de Veneza, que já se encontrava sob influência do Turco.<sup>87</sup>

Selim I sucedeu a Bajazeto II, depois de o ter morto. Depois de em 1513 ter meditado numa guerra contra os persas, Selim I infligiu uma pesada derrota ao Estado Safávida, em Caldiran, em 1514, tomando-lhes as cidades de Táuris e Keman.<sup>88</sup> No entanto, Selim é forçado a refazer os seus projectos com receio de uma rebelião, fazendo novos recrutamentos no inverno de 1515.

Este sultão impôs-se através da soberania marítima sobre a parte leste do Mar Mediterrâneo. Empreendeu a guerra contra Qansawn al-Ghawri, soberano do Egipto, combatendo-o numa batalha perto de Alepo, na Síria, em 1516, onde conseguiu a vitória.<sup>89</sup> Conquistou, desde a Síria até ao Egipto em 1517, grandes portos que permitiram

---

responsável pela sua magnificência a reparação das muralhas de Constantinopla e de vários edifícios sumptuosos da cidade. Vide Ernst Diez, *O Islão*. (Trad. Fernando Melro), Lisboa: Editorial Verbo, 1971, p. 30.

<sup>86</sup> Vide Robert Mantran, *Histoire de l'Empire Ottoman*, pp. 109-110.

<sup>87</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 111-113.

<sup>88</sup> Caldiran assinala o fim das ambições da expansão Safávida para o Ocidente, embora não tenham faltado tentativas de organizar alianças com soberanos europeus, de que são exemplo a aliança com Luís II da Hungria, em 1516 e, com Carlos V, em 1523. Vide Giovanni Donini, *Op. Cit.*, p. 57.

<sup>89</sup> Até finais do século XV, as duas potências do Mediterrâneo Oriental ainda não se tinham empenhado a fundo numa luta entre ambas, e mesmo o conflito otomano-mameluco que eclodiu entre 1485-1491 tinha sido inconcludente: os Mamelucos tinham conservado Dulghadir e os Otomanos não conquistaram a posição que ambicionavam nas cidades santas. Vide Idem, *Ibidem*, p. 32. A vitória de Mardj Dabiq, em 1516 sobre os Mamelucos abriu as portas da Síria e, é um ano depois que Selim entra no Cairo. Vide André Miquel, *Op. Cit.*, p. 252.

a sua expansão naval e marítima e também o Norte da Mesopotâmia e do Azerbaijão.<sup>90</sup> Em consequência destes triunfos o monarca otomano tornou-se soberano das cidades do Cairo, Alexandria, Damietta e Trípoli, com tudo o demais do Egito, cujo reino reduziu à condição de província do seu império, pondo fim ao Sultanato Mameluco.<sup>91</sup>

Selim enriqueceu o tesouro e trouxe as cidades santas muçulmanas de Meca e Medina para o domínio dos dirigentes otomanos. Recebeu as relíquias do Profeta no Cairo, facto que lhe valeu o Califado<sup>92</sup> e o título de «*Guardião dos Lugares Santos*». O sultão passava a assumir a responsabilidade de permitir a peregrinação a todos os muçulmanos e proteger os seus interesses, sendo-lhe atribuída a proeminência sobre todos os soberanos muçulmanos. Tratou-se, assim, do reforço das suas funções religiosas com fortes implicações na legitimidade do seu poder político e religioso, enquanto factor de coesão do Império e das suas pretensões.

O domínio da rota dos peregrinos, que era muitas vezes a rota dos mercadores, funcionou como elemento desencadeador do potencial expansionista otomano, acentuando, por um lado, o fundamento religioso do Estado e a defesa da ortodoxia religiosa e, por outro, o carácter profético.<sup>93</sup> Em suma, os otomanos tinham-se tornado senhores de Constantinopla, abolindo o Império Bizantino, herdeiros do Império romano do Oriente, do Sultanato turco da Anatólia e, em 1517, do Califado. Em poucos séculos, construíram um Império com uma vasta longitude e influência e, muitas vezes, foram determinantes na sobrevivência de potentados que outrora detinham a hegemonia de territórios agora sob a sua alçada.

Apesar de Selim I ter levado a cabo e ter concretizado um dos grandes sonhos do Império Otomano, era necessário evitar que permanecessem redutos que levassem a cabo uma rebelião. Assim, as conquistas continuaram e, em 1518, Sinan Paxá bateu um corpo de mamelucos perto de Gaza. No mesmo ano, desloca-se a Jerusalém, onde articula o resto da sua armada e conduz-a ao Egito, onde se depara com a existência de mamelucos e dá-se a batalha de Ridânia, em que estes são derrotados. Em 1519, estabelece lugar-tenentes no Egito e no mesmo ano assiste-se ao suplícios de Yonus

---

<sup>90</sup> Além da campanha contra os partidários dos Safávidas nas províncias orientais, onde foram massacrados milhares de missionários xiitas e seus seguidores, em seguida, ocorreu uma expedição contra os territórios Safávidas, que apontava ao coração do Azerbaijão, apesar da relutância dos janízaros, que se opunham veementemente à expedição para Oeste. Vide Giovanni Donini, *Op. Cit.*, p. 56.

<sup>91</sup> Vide Robert Mantran, *Op. Cit.*, pp. 143-145.

<sup>92</sup> Vide Ernst Diez, *Op. Cit.*, p. 123.

<sup>93</sup> Vide R. Faroqui, "Moguls, Ottomans, and Pilgrims: Protecting routes to Meca in the Sixteenth and Seventeenth Century" in *The International History Review*, 10, nº2, Maio 1988, pp. 198-220.

Paxá e dos Principados de Amalfi. Faleceu a caminho de Andrinopla, em Cluri, na Trácia, o dia 21 de Setembro de 1520, depois de ter contraído uma doença pestilencial.<sup>94</sup>

Solimão foi proclamado sultão em 1520, simultaneamente à coroação do imperador Carlos V, em Aquisgrano. Desde que tomou as rédeas do governo manifestou a sua justiça, devolvendo os bens a quantos tinham sido despojados injustamente por seu pai e restabeleceu a autoridade dos tribunais. Neste seguimento, é o primeiro sultão que faz oficialmente as Ordenações para a administração da justiça e das finanças, isto é, confere uma organização mais moderna ao Califado instalado.

Considera-se que foi no sultanato de Solimão que os otomanos atingiram o apogeu da opulência e supremacia, a sua «*idade de ouro*». O sultão reforçou o Estado a nível interno, reorganizou o exército, construiu mesquitas monumentais e alargou o Império até Bagdad, Baçorá e ao Bahrein.<sup>95</sup> Solimão chegou ao poder sem se deparar com qualquer oposição e com o controlo total da classe do *devshirme* e do que restava da aristocracia turca. As conquistas de Selim I tinham duplicado as receitas do tesouro, sem a imposição de cargas fiscais dignas de nota, deixando a Solimão riqueza e poderes nunca atingidos na história otomana.<sup>96</sup>

Gaceli-Beg, governador da Síria, sublevou-se no início do seu sultanato e arrastou na sua rebelião uma parte do Egipto, numa revolta que ficou conhecida como Caitbeck. Porém, Solimão soube submetê-lo através dos seus generais. Confirmava-se, assim, o receio de Selim I em relação aos mamelucos. Solimão fez uma trégua com o xá Ismael Sofi, resolvendo o confronto com os Safávidas. Tranquilo já em relação à Síria e ao Egipto, sitiou e conquistou Belgrado, em 1521. Em 1522, sitiou Rhodes, que há mais de cem anos se encontrava no poder dos Cavaleiros de S. João, e decidido a levar a cabo a sua empresa, arrasou a cidade, que se entregou em 1522.<sup>97</sup> Estes postos tinham grande

---

<sup>94</sup> Vide Robert Mantran, *Op. Cit.*, p. 145.

<sup>95</sup> Vide Hans Kung, *Islão, Passado, Presente e Futuro*. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 471.

<sup>96</sup> Vide Giovanni Donini, *Op. Cit.*, p. 101.

<sup>97</sup> “Soliman Sultan, par la grace de Dieu, Roi des Rois, Souverain des Souverains, très grand Empereur de Byzance & de Trébisonde; très puissant Roi de Perse, de l’Arabie & de l’Egypte; Seigneur suprême de l’Europe & de l’Asie; Prince de ma Mecque & d’Alep; Possesseur de Jérusalem & Dominateur de la mer universelle; A Philippe Villiers de l’Isle-Adam, Grand-Maitre de Rhodes, salut. Je te félicite de ta nouvelle dignité, & de ton arrivée dans tes Etats; je souhaite que tu y regnes heusement, & avec encore plus de gloire que tes prédécesseurs. Il ne tiendra qu’à toi d’avoir part dans notre bienveillance. Jouis donc de notre amitié; & comme notre ami, ne sois pas des derniers à nous féliciter des conquêtes que nous venons de faire en Hongriem où nous nous sommes rendus maîtres de l’importance place de Belgrade, après avoir fait passer par le tranchant de notre redoutable épée tous ceux qui ont osé nous résister. Adieu.” Esta carta obteve resposta: “Frere Philippe, Villiers de l’Isle-Adam, Grand-Maitre de Rhodes, à Soliman, Sultan des Turcs: J’ai fort compris le sens de ta lettre que ton Ambassadeur m’a apportée. Les propositions d’une paix entre nous me sont aussi agréables qu’elles le seront peu à Curtogli. Ce corsaire à mon passage de France n’a rien oublié pour me surprendre; mais n’ayant pu réussir dans son projet, & ne pouvant se résoudre à

relevância no avanço para Ocidente, tornando-se grande entrepostos para os Otomanos. Assim se justifica o objectivo constante da tomada de praças como esta.

Além destes avanços, marchou até à Hungria, em 1524 e, a 29 de Agosto de 1526, venceu a conhecida batalha de Mohács, onde pereceu o rei húngaro Luis II e, de seguida fez o saque de Buda e Viena, em 1529. O Estado húngaro viria a ruir permanentemente, em 1544, com a sua anexação parcial. Depois de vários avanços e recuos, no que diz respeito à governança da Hungria, os dois concorrentes, João Zapoli e Fernando de Áustria, estabeleceriam uma trégua, em 1533, apesar do apoio de Solimão a Zapoli.<sup>98</sup>

Depois destas querelas, a soberania do império otomano é alargada à Arábia e ao Iémen, em 1532 e, aos Estados da África Oriental, até Marrocos, excluindo este último reduto. A comunicação com as praças norte-africanas trouxe ao Império técnicos navais e almirantes corsários, uma mais-valia à potência que se afirmava. No Mar Vermelho e no Índico, os otomanos lutavam pela reposição do equilíbrio e do poder que as expedições marítimas portuguesas à África tinham destruído graças à inauguração das rotas marítimas entre a Índia e o Sul e Sudeste asiáticos.<sup>99</sup> Para contrariar esta emergência de novos pólos comerciais, os otomanos levaram a cabo uma série de ofensivas nos mares

---

sortir de ces mers sans nous avoir causé quelque dommage, el est entré dans la riviere de Lycie, & a tenté d'enlever deux vaisseaux marchands qui sortoient de nos ports. Is avoit même investi une barque appartenante à des Candiot. Mais des galeres de l'Ordre, que j'ai fait sortir du port, l'ont contraente de lâcher pride; & de peur de tomber lui même en notre puissance, il a cherché son salut dans une prompte fuite." O sultão envia outra carta: "On nous assure que la lettre que Notre Hautesse t'a écrite t'a causé plus d'étonnement que de plaisir. Sache que j'ene me contente pas de la prise de Belgrade, mais que je me propose d'en faire bientôt une autre plus importante, de laquelle tu seras averti le premier, toi & tes Chevaliers ne sortant guerres de ma mémoire." O Mestre da ilha de Rodas responde: "Je ne suis point fâché que tu te souviennes de moi & des Chevaliers de mon Ordre. Tu me parles de ta conquête de Hongrie & du dessein où tu es de faire une autre entreprise dont tu esperes le mêmes succès; mais fais réflexion que, de tous les projets que forment des hommes, il n'y en a pas de plus incertains que ceux qui dependente du sort des armes." É declarada a guerra: "Les brigandages que vous exercez tous les jours contre nos fideles sujets, & l'injure que vous faites à Notre Hautesse, nous engagent à vous commander que vous ayez incessamment à nous remettre l'isle, & forteresse de Rhodes. Si vous le faites de bon gré, nous jurons par le Dieu qui a fait le ciel & la terre, par le très grand Prophete Mahomet, par les vingt-six mille Prophetes tombés des cieux, par les quatre Ecrivains de l'histoire évangélique, par les Ames adorables de nos peres & ayeux, & par le sacré chef de Notre Hautesse, que vous pourrez sortir de l'isle & les habitants y demeurer, sans qu'il soit fait ni à eux ni à vous aucun dommage. Mais si vous ne déférez pas promptement à nos ordres, vous passerez tous par le fil de notre redoutable épée; & les tours & les murailles de Rhodes seront réduites à la hauteur de l'herbe qui croît au pied." Vide *Histoire de L'Empire Ottoman, depuis son origines jusqu'à la paix de Belgrade en 1740*. Volume I, Paris: Libraire Le Clerc, 1771, pp. 432-442.

<sup>98</sup> Em 1528, João Zapoli, vaivode da Transilvânia, é eleito rei por um partido na Hungria, enquanto Fernando de Áustria é eleito rei por outro. Os turcos declaram-se em favor de Zapoli, sendo que, em 1529, Solimão conduziu Zapoli à Hungria, à cabeça de uma grande armada, tendo colocado a Coroa de S. Etienne na cabeça do rei Zapoli. Depois de, em 1530, Bogdan, Príncipe da Moldávia se ter tornado tributário dos turcos, Solimão marchou ao lado de Zapoli, em 1531. Vide Robert Mantran, *Op. Cit.*, pp. 147-150.

<sup>99</sup> Para uma leitura mais aprofundada desta temática vide Giancarlo Casale, *The Ottoman Age of Exploration*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.

orientais.<sup>100</sup> As forças do sultão acorreram às frentes balcânicas a fim de impor a dominação otomana sobre as rotas mercantis, as minas abundantes e outros recursos económicos.

Em 1534, Solimão passou ao Oriente, estabelecendo de novo uma guerra contra a Pérsia. Porém, sabendo o percurso que os otomanos iam percorrer, pelo deserto, os persas esperam-nos perto do monte Tauros, onde os surpreendem e batem, em 1535. Noutra frente de acção, Barbarroxa desloca-se a Constantinopla, levando consigo o pretendente ao trono de Tunes e, é escolhido pelo sultão para comandar a frota otomana para tomar Tunes, em 1535. Porém, é defrontado por Carlos V, que acaba por tomar La Goleta.<sup>101</sup> O confronto com Veneza é mantido também com este sultão, que apesar de conquistar algumas ilhas que estavam sob alçada da Sereníssima, entre 1536 e 1537, acaba por estabelecer a paz com esta República.

Mais adiante, teremos oportunidade de observar que a França, apesar de constituir uma Monarquia Católica, não se alia aos confederados que viriam a combater o Turco, pois mantém-se como aliada deste. É com este sultão que começam os contactos mais incisivos. Em 1542, Francisco I envia uma embaixada a Istambul para formar uma Liga com os turcos contra Carlos V. No ano seguinte, a frota otomana toma Reggio, costeia os Estados da Toscana e de Génova e, sem provocar nenhuma desordem chega a Marselha. Este avanço semeia na Europa um verdadeiro receio de invasão que seria confirmado com a destruição das costas da Sicília, pelo sucessor de Barbarroxa, entre 1548 e 1549.<sup>102</sup>

Bajazeto resiste à ordem de ir a Amalfi, dada por seu pai e, tomando as armas, marcha ao encontro do seu irmão, Selim, que comandava a armada de seu pai sob Iconium. Porém, esta rebeldia seria desmantelada, em 1558, quando Bajazeto é batido e obrigado a mover-se para uma estadia na Pérsia. Acabaria por morrer, em 1559, juntamente com os seus filhos.<sup>103</sup> Este exemplo ilustra que a política expansionista levada a cabo pelo Império não se inspirava numa coesão interna, no que toca às relações familiares dos seus responsáveis, mas revelava-se instável e problemática no que dizia respeito aos avanços territoriais e à dificuldade no acatamento de ordens superiores, principalmente dos filhos do sultão, que lutavam entre si para serem o próximo califa.

---

<sup>100</sup> Na costa indiana, ajudaram os governantes locais a enfrentar os portugueses e enviaram reforços navais para as Molucas, que se batiam para conter a crescente supremacia marítima europeia. Vide Donald Quataert, *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>101</sup> Vide Robert Mantran, *Op. Cit.*, p. 153.

<sup>102</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 154.

<sup>103</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 155.

Assim, em variadas ocasiões sucedeu a morte de filhos do sultão, quer por lutas internas entre irmãos, concretizada através de fraticídios, quer de homicídios, cometidos na pessoa do sultão, de seus filhos ou pessoas chegadas na sua comitiva.

No entanto, o receio ocidental manifestava-se com cada vez mais intensidade e, já não se limitava aos discursos dos chefes monárquicos. Veja-se o caso de Espanha, com Felipe II que, entre 1561 e 1562, enviou as suas tropas entrar em Orão e tomar Peñon de Velez, auxiliadas pelos Cavaleiros de Malta. Este avanço não trouxe nenhuma solução ao progresso dos otomanos, uma vez que Solimão levou a cabo o cerco de Malta, em 1565.<sup>104</sup> A ameaça desta praça, assim como a de Rodes, pode ser vista como o atear do conflito que se manifestaria, mais tarde, na década de 70. Após esta contenda, assiste-se a um período comandado pela severidade de Solimão, continuando a tomar as ilhas nevrálgicas, dotadas de um forte poder estratégico. Em 1566, apoderou-se da ilha de Chio, possuída pelos genoveses desde 1346, apesar da protecção do embaixador francês aos seus habitantes. Este califa infatigável concluiu a sua carreira na Hungria no sítio de Sigeth a 30 de Agosto de 1566.

É importante destacar neste âmbito o impacto da civilização otomana no Ocidente. O caso de Solimão suscita, de facto, uma enorme contradição nesta *idade de ouro* do Império Otomano. Para os otomanos, o seu cognome *muhteshem* (Legislador), para os ocidentais, *kanûnî* (Magnífico) demonstra bem o seu *status*. Consubstanciando este facto com a chegada a Viena, em 1529, observamos idilicamente esse fenómeno de admiração por um sultão que se vem afirmando e que põe em causa um equilíbrio que se verificava até então, apesar da política expansionista que se verificava desde o século XIII. Daí o fenómeno de temor, pois estava em causa a ordem do Ocidente, na medida em que, uma possível entrada em Viena, no coração do continente, fazia temer uma incursão na península itálica e a de uma possível entrada em Roma.

As vitoriosas armas de Solimão fizeram-no não menos temível na Europa que na Ásia. O seu império estendia-se desde Argel ao Eufrates, desde o mar Negro até ao centro da Grécia e de Epiro. Após a morte de Solimão, as glórias otomanas prosseguiram, embora com menor fôlego do que antes.

---

<sup>104</sup> Os turcos desembarcaram e atacaram o forte de S. Elmo e, apesar de ter sido enviada ajuda para a defesa da ilha, o forte é tomado e, a frota entra no porto, procedida de um ataque à ilha de Sangle. Os turcos abandonam o cerco de três fortes para retomar o de Malta. A frota siciliana aparece à frente da ilha, e desembarca homens para o seu auxílio. Os turcos acabam por fugir mas, regressam e desembarcam uma segunda vez, porém a armada de auxílio acaba por batê-los. Vide Idem, *Ibidem*, p. 155.

### 2.3. Quarta fase da política expansionista do Império Otomano

Segundo a divisão que neste capítulo é apresentada, podemos afirmar que uma quarta fase do sultanato se apresenta com Selim II (1566-1574). No ano seguinte à morte de Solimão celebrou um tratado de tréguas com o imperador Maximiliano II, em 1568, apaziguou os problemas na Arábia e confirmou a paz que o seu pai tinha estabelecido com os venezianos. Porém, faltando ao compromisso declarou-lhes guerra em 1570, cercando Nicósia e, posteriormente, Famagusta, o que se traduziu na conquista da ilha de Chipre. A tomada desta praça, antecedida da ameaça a Rodes e Malta, concretiza o controlo das rotas do Mediterrâneo Oriental, bem como das principais praças que o permitiam. Após tal conquista, o Papa Pio V convoca todos os príncipes cristãos, com o objectivo de combater os Turcos. A armada turca seria derrotada no dia 7 de Outubro de 1571, na batalha de Lepanto. No entanto, como veremos mais adiante, a quase total destruição da armada otomana e a vitória da Santa Liga revelou-se efémera.<sup>105</sup>

Em 1572, os turcos esforçam-se para reparar as suas perdas após o confronto de Lepanto. No entanto, os confederados reúnem-se e, D. Juan de Austria comanda a frota respectiva. Porém, as galeras espanholas e as do Papa recusam o pedido dos Venezianos para atacar os turcos. Consequentemente, D. Juan trás de volta as galeras espanholas. De seguida, e com os transtornos que este não avanço provocou, a paz foi concluída entre a Sublime Porta e Veneza, sem que esta informação fosse comunicada à Liga dos confederados. Em 1573, o embaixador francês é admitido à audiência do Grande Senhor, transportando este facto histórico uma pesada força na influência francesa junto da Liga, pois a deslocação do representante francês a Istambul era explicitamente reveladora da posição da França em relação ao confronto com o Turco, que tentava a todo o custo o estabelecimento da paz entre Veneza e a Sublima Porta e, consequentemente, o fim da Santa Liga.

Depois desta pesada derrota, Selim quis exigir um tributo duplo ao vaivode da Moldávia, que o recusa, levando a cabo uma guerra contra este príncipe. Devido a esta recusa, Selim quer colocar o irmão do vaivode da Valáquia no trono da Moldávia, tentando destituir o reinante. No entanto, é batido, e rende-se aos turcos, sendo massacrado contra o seu juramento. Após a desistência de uma continuação do confronto contra o califa otomano, D. Juan de Austria submete os tunisinos e, estes reclamam a

---

<sup>105</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 155-156.

ajuda da Sublime Porta, em 1574, dando azo à continuação de um conflito não directo. Selim presta auxílio a Tunes e, Sinan Paxá estabelece uma República. Depois deste sucesso Selim morre, em 1574.<sup>106</sup>

\* \* \*

Se levarmos a cabo uma análise transversal destas quatro fases de sultanatos concluímos que este conjunto de vitórias supracitadas evoca um Estado Otomano no seu processo expansionista.<sup>107</sup> *«O saldo global foi extremamente positivo, dilatando as fronteiras e aumentando as novas riquezas, os impostos e a população»*.<sup>108</sup> Os recursos e as rotas mercantis que haviam sustentado Roma e Bizâncio, posteriormente repartidos pelos Estados rivais de Veneza e Génova, da Sérvia e da Bulgária, pertenciam agora a um único potentado. *«O êxito do Império Otomano, não é apenas o êxito das suas armas, é também o de uma política de nacionalidades»*.<sup>109</sup> E destaca ainda André Miquel,

*«Desenham-se já as razões profundas do sucesso otomano. Por detrás das vantagens da situação natural, da personalidade dos chefes ou do ardor bélico, o que é preciso notar é o carácter metódico da conquista, a administração montada imediatamente, o cuidado posto na organização do exército ou dos edifícios, a interferência das estruturas políticas, religiosas e militares ligando o Estado num corpo coerente (...)»*<sup>110</sup>

Assim, o Império Otomano tornou-se um dos mais vastos, potentes e duradouros da História. Os seus primórdios datam do mesmo século em que o poderoso Estado Xung Chinês chegou ao fim, da era em que Gengis Khan assolava o mundo Euro-Asiático, edificando um Império que se estendia desde a China até à grande Polónia, ao mesmo tempo que, na Europa, a França e a Inglaterra estavam prestes a envolver-se na Guerra dos Cem Anos. Na África Ocidental surgia o Estado do Benim e na mesma altura nascia no Vale do México o Estado Asteca. Assim, simultaneamente configuravam-se, nesta época e de formas diversas, grandes unidades político-territoriais com características do que podemos designar por Impérios.

---

<sup>106</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 155-156.

<sup>107</sup> Ver Elenco Imagético 1.

<sup>108</sup> Vide Donald Quataert, *Op. Cit.*, p. 47.

<sup>109</sup> Vide André Miquel, *Op. Cit.*, p. 249.

<sup>110</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 251.



No caso otomano, as características internas do Império contribuíram para o seu êxito. O seu carácter de empreendimento enquanto Estado Dinástico auxiliou a sua política expansionista; os casamentos com motivações políticas eram auxiliares de uma consolidação territorial; os métodos da conquista, no que toca à sua relação de alternância com os vizinhos, mantendo a igualdade inicialmente, prosseguindo depois para a vassalagem dos seus habitantes, verificando-se nalguns casos a subjugação e aniquilação das populações e, a crescente importância das armas de fogo que contribui, em grande medida, para a renovação do exército e para o seu mais eficaz desempenho.

A nível externo ocorriam factores que também favoreceram a sua consolidação, como a fragilidade e desorganização dos adversários, principalmente no início da construção do Império Otomano; as rivalidades que punham em confronto os Estados mais poderosos do Mediterrâneo Oriental; o declínio da ordem feudal, também impulsionado pelo Império, sendo que muitos senhores feudais eram até incorporados no exército Otomano e, o colapso de poderosos reinos, como a Sérvia e a Bulgária.

No que diz respeito à religião, a afirmação do Islão sunita impulsionou, em grande medida, a continuação das conquistas levadas a cabo pelos sultões. Se reflectirmos sobre o desequilíbrio da Cristandade à época do crescimento do Império Otomano concluímos que, efectivamente, a Cristandade se reúne numa Liga, mas que esse acto não muda a preponderância do Império Otomano pois, apesar da vitória, a Santa Liga não continua o seu processo de recuperação de domínio dos territórios que tinha perdido para os Turcos. A desestruturação de uma religião que até ao final da Idade Média se mantinha como substantiva era posta em causa no início da Idade Moderna. Mas a desagregação que se prosseguiu, apesar dos reis católicos que se impunham e afirmavam como recuperadores da Cristandade, não foi vingada pela Confederação que se estabeleceu.

No que se relaciona com a dimensão religiosa, o Império Otomano contribuiu para alterações na paisagem urbana e na paisagem humana, pela introdução de vivências e práticas que alteraram costumes e comportamentos no seu aspecto religioso. Uma consequência típica da “colonização” foi a introdução da arquitectura islâmica, feita de minaretes e mesquitas, bazares e madrassas, fontes e banhos públicos. De uma forma geral, assistiu-se a um florescimento da vida urbana, que desde o início, acompanhou a expansão do Islão, como também na paisagem rural. Acerca desta reflexão, Giovanni Donini afirma:

*«O Islão não é algo monolítico, e muito menos algo que se possa identificar, ainda que durante alguns séculos, com o Império Otomano. Não é monolítico*

*no plano diacrónico, porque é fruto dos contributos das imensas culturas que o abraçaram e o tornaram grande depois dos Árabes (pode falar-se de um Islão iraniano, turco, africano, centro-asiático, subsariano, indonésio); e não o é no plano sincrónico, porque acerca deles se podem propor as interpretações mais diversas, há um Islão dogmático, tolerante, culto, popular, militante e biográfico.»<sup>111</sup>*

---

<sup>111</sup> Vide Giovanni Donini, *Op. Cit.*, p. 17.

### Capítulo 3

#### A formação e actuação da Santa Liga face ao avanço Turco no Mediterrâneo

Acompanhando a história do Mediterrâneo, a expansão persistente do Império Otomano e as consequências que daí advêm, observamos claramente uma reacção por parte do Ocidente, nomeadamente dos reinos que tinham sob a sua tutela territórios que estavam a ser ameaçados e, por vezes, conquistados pelo Turco. A paz entre turcos e venezianos chegaria ao fim em Março de 1570, quando um emissário do Sultão desembarcou em Veneza, exigindo a imediata entrega do domínio de Chipre.<sup>112</sup> Porém, a opinião dos Senadores estava dividida quanto à decisão a tomar. A rendição da ilha significaria o sacrifício do território mais rico, que poderia levar a perda de outros em cadeia. O “*ultimatum*” seria rejeitado, levando à chegada dos turcos a Chipre em Julho de 1570, que é reveladora de uma ameaça, pelo menos para Veneza, que estava cada vez mais frágil e sem recursos de resposta a este avanço turco, apesar de pedir auxílios a outras potências para organizar uma expedição de socorro.<sup>113</sup>

O auxílio satisfatório veio por parte do Papa Pio V (1572-1584)<sup>114</sup> depois de Veneza ter esgotado as restantes opções. Segundo Braudel, Pio V tinha o sentido dos

---

<sup>112</sup> Na carta enviada por Selim, este declarava-se como senhor de Chipre, como sucessor dos direitos do sultão do Egipto. Fazia reclamações acerca da atitude de Veneza e dos tratos estabelecidos naquela zona, nomeadamente que molestassem os peregrinos que todos os anos se encaminhavam em devota romaria ao santuário de Meca. Os baxás da Porta dirigiam também ao Senado veneziano outra carta: “Os demandamos á Chipre que por grado ó por fuerza habéis de darnos; y guardaos de enojar la tremenda espada, porque con ella os haremos cruelísima guerra por todas as partes; y no os fieis de vuestros tesoros, porque los haremos pasar como un corriente.” Vide *Historia del combate naval de Lepanto, y juicio de la importância y consecuencias de aquel sucesso: obra premiada por voto unánime de la Real Academia de la Historia, en el concurso de 1853*. Madrid: Imprensa de la Real Academia de la Historia, 1853, p. 23.

<sup>113</sup> Leonardo Donà, embaixador veneziano, foi enviado a Espanha para negociar com o seu soberano um tratado de aliança militar. Também alertado por Veneza, Pio V enviaria Luis de Torres, funcionário oficial espanhol ao serviço do Papa, a Portugal e Espanha com a missão de convocar os seus representantes para um congresso que seria celebrado em Roma, para a realização de um acordo entre os príncipes católicos na organização de uma coligação contra o turco. Vide Padilha Vieira Júnior Rivadávia, “Maioria Tibi: Triunfo dinástico de Felipe II na Alegoria da Batalha de Lepanto (c. 1573-1575), de Ticiano Vecellio”. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013, Precedentes de Lepanto.

<sup>114</sup> Nasceu a 17 de Janeiro de 1504, em Bosco, perto de Alexandria. Aos 14 anos entra para o Convento dos Dominicanos, em Voghera. Em 1521, professava no Convento de Vigevano. Foi ordenado Padre em 1528. Estudou em Bolonha e Génova. Prior e depois Provedor, chega a inquisidor da diocese de Côme em 1550, onde luta com furor, visto que era um ponto nevrálgico da fronteira e da defesa católica. Em 1550 manda apreender pacotes de livros heréticos. Nomeado comissário-geral da Inquisição de Júlio III, foi eleito bispo de Sutri e Nepi com a subida ao trono de Paulo IV a 4 de Setembro de 1556. O Papa nomeia-o Prefeito do Palácio da Inquisição. Ascende ao Cardinalato a 15 de Março de 1557. Segundo Fernand Braudel, Pio V seria o único a agir com uma violência tanto maior quanto a sua política católica, que tinha sempre sido uma política de combate. Numa atmosfera, de paixão religiosa, num momento de exaltação dos destinos da Cristandade, atacada simultaneamente nas margens do Norte, pela Reforma, e nas próprias margens do mar meridional, pela ameaça turca. Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, p. 404.

conflitos da Cristandade, contra os infiéis e os heréticos. O sonho deste papa passava por travar estes grandes combates e acalmar os conflitos que dividiam a Cristandade. Retomaria o velho projecto de Pio II de unir os príncipes católicos contra os Turcos. Uma das suas primeiras acções passou por pedir a Felipe II que renunciasse à querela de honra com a França que, sob o pontificado de Pio IV, tinha provocado a retirada de Requesens.<sup>115</sup> Outra política de Pio V passava por contribuir com o armamento marítimo de Espanha, renovando o subsídio das galeras concedido por Pio IV, que expirava na altura da sua eleição.

O facto de Pio V tentar garantir o auxílio de Veneza, pedindo ao rei espanhol que interviesse no socorro de Chipre demonstra o *status quo* em que se encontrava a “Europa”. Efectivamente, era Espanha a grande potência naval que tinha capacidade e autonomia para auxiliar qualquer território que estivesse em perigo perante a ameaça turca. Pio V perante a situação apresentada procura estabelecer uma Liga de Estados Cristãos contra a Sublime Porta, exortando a todos os príncipes cristãos que a integrassem, sendo assinada em Roma a 25 de Maio de 1571.<sup>116</sup> Felipe II não estando imediatamente decidido a integrar a confederação, devido às relações vacilantes que mantinha com Veneza, à revolta dos mouriscos que ocorria em Granada<sup>117</sup> e à insurreição dos Países Baixos,<sup>118</sup> ordena que Juan Andrea Doria vá em socorro de Chipre e que una as suas forças com as restantes. A armada confederada concentrada em Creta fica nominalmente às ordens do general do Papa, Colonna, apesar das decisões se tomarem em Conselho de Generais. A armada dirige-se até Chipre, mais precisamente à sua capital Nicósia, e posteriormente a Famagusta, que sofreu um largo assédio e acabou por cair em poder turco.<sup>119</sup> As forças

---

<sup>115</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 405-406 e 459-460.

<sup>116</sup> Ver Anexo 1: Carta que Su Santidad escribió al Rey Felipe II, excitándole á la liga y guerra contra los turcos.

<sup>117</sup> O levantamento dos mouriscos de Granada na noite de Natal de 1568, durou até à rendição dos revoltosos em Maio de 1570. A revolta foi, em grande medida, o resultado de um longo processo de problemas raciais e religiosos na Andaluzia. O conflito adquiriu contornos mais amplos dentro do contexto de luta da Espanha cristã contra o Islão, quando os espanhóis não podiam deixar de observar a revolta como uma prova dos perigos que ameaçavam a estabilidade da Cristandade. No entanto, em Abril de 1569, Felipe II decidiu colocar a campanha sob o comando geral de D. Juan de Austria e, a 20 de Maio de 1570, o líder da revolta assinou um tratado de paz. Vide Padilha Vieira Júnior Rivadávia, *Ibidem*, Precedentes de Lepanto.

<sup>118</sup> Antes de conhecer os levantamentos populares da segunda quinzena de agosto de 1566, Felipe II escrevia a Requesens, seu embaixador em Roma: “Podeis assegurar a Sua Santidade que antes de sofrer a menor coisa que possa prejudicar a religião e o serviço de Deus, perderei todos os meus Estados, perderei mesmo cem vidas se as tivesse. Porque não penso, nem quero ser senhor de heréticos.” Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, p. 416 – *Apud* Carta de Felipe II a Requesens. Roma, 12 de Agosto de 1566.

<sup>119</sup> Famagusta caiu sobre o poder dos turcos a 1 de Agosto de 1571. Vide Padilha Vieira Júnior Rivadávia, *Ibidem*, Precedentes de Lepanto.

confederadas detêm-se e enquanto Pontíficios e Venezianos invernam em Cândia, Dória fá-lo na Sicília. Com isto se termina a campanha de 1570.<sup>120</sup>

Já no caso francês, a integração na Liga ficou por cumprir. Carlos IX encontrava-se sob o domínio de Coligny e do partido huguenote, que congeminava uma aliança ofensiva com os turcos contra Espanha e mantinha uma atitude de neutralidade benévola em relação aos sultões, embora voluntários católicos franceses viessem a tomar parte na batalha de Lepanto a título individual. A atitude francesa em relação à Liga foi manifestamente negativa, defendendo que os venezianos deviam salvaguardar a sua liberdade e entenderem-se com o turco. Com tal objectivo, empenharam-se em impedir a Liga e em conseguir o entendimento de Veneza com o Sultão, facto que se espelharia na assinatura da paz separada, quando a Senhoria ainda fazia parte da Liga, em 1573.<sup>121</sup>

Alguns historiadores fazem alusão a esta tentativa de reunião de príncipes cristãos como uma cruzada.<sup>122</sup> No entanto, com rigor histórico não podemos confirmar a veracidade da afirmação se atentarmos na definição deste conceito: em primeiro lugar foi uma expedição de cristãos contra aqueles que não o eram e um movimento militar que partiu da Europa Ocidental em direcção à Terra Santa e à cidade de Jerusalém com o intuito de conquistá-las, ocupá-las e mantê-las sob o domínio cristão. Estes movimentos estenderam-se entre os séculos XI e XIII, época em que a Palestina estava sob o controlo de forças muçulmanas.<sup>123</sup> Se por um lado, as cruzadas aprofundaram a hostilidade entre a Cristandade e o Islão, por outro estimularam os contactos económicos e culturais para benefício permanente da civilização europeia. O comércio entre a Europa e a Ásia Menor aumentou consideravelmente e a Europa conheceu novos produtos, em especial, o açúcar e o algodão. Por sua vez, os contactos culturais que se estabeleceram entre a Europa e o Oriente tiveram um efeito estimulante no conhecimento ocidental e, de uma determinada óptica, ajudaram na preparação do caminho para o Renascimento. No entanto, o ideal de cruzada não se observa tão explicitamente durante os séculos XIV e XV. Porém, durante este tempo continua a luta contra o “infiel”, mas não se trata especificamente de uma cruzada, mas sim da defesa e protecção dos interesses comerciais de alguns Estados do

---

<sup>120</sup> Vide Francisco-Felipe Olesa Muñido, *Op. Cit.*, p. 367.

<sup>121</sup> Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, p. 471.

<sup>122</sup> No tempo em que ocorreu, este conceito era ausente, sendo utilizadas expressões como peregrinação ou guerra santa. Vide Amin Maalouf, *As Cruzadas vistas pelos Árabes*. (Trad. G. Cascais Franco), 2ª ed., Lisboa: Difel, 1990, p. 54.

<sup>123</sup> No Médio Oriente, as cruzadas foram chamadas de “invasões francas”, já que os povos locais viam estes movimentos como invasões e porque a maioria dos cruzados vinha dos territórios do antigo Império Carolíngio e se autodenominavam francos. Vide Idem, *Ibidem*, p. 55-60.

Mediterrâneo, assim como de uma reacção ante o avanço otomano.<sup>124</sup> Podemos afirmar sim, que esta tentativa de constituição de uma Liga Católica tem inspiração nos ideais de cruzada, mas que efectivamente se enquadra mais nesta época de protecção de territórios que estavam em perigo, não directamente relacionada com as Cidades Santas, apesar de Pio V e D. Juan de Austria, depois da vitória de Lepanto, deterem a vontade desta direcção.

A acção de Pio V perante a Cristandade não foi inovadora no que toca à constituição de Ligas Santas.<sup>125</sup> Já em 1538, Carlos V tinha planeado uma Liga para lançar a Cristandade, pelo menos numa versão mais representativa no Mediterrâneo. As capitulações que foram estabelecidas serviram de inspiração à Liga de 1571 e até os seus participantes se repetiam décadas mais tarde, como a Santa Sé, Veneza e Espanha. Revela-se importante, neste sentido, compreender o que mudou, o porquê do responsável da Igreja e da Cristandade ser agora o medianeiro que leva a cabo esta resolução.

Entretanto, apesar da hesitação de Felipe II para a entrada na Liga, depois do auxílio de Chipre acaba por aceitar a sua integração. No entanto, é de ressaltar que tal decisão não foi transmitida antes do papa renovar os subsídios que ultrapassavam anualmente o milhão de ducados, informação confirmada na corte espanhola.<sup>126</sup> Naturalmente que Pio V estava ciente de que a participação espanhola era fundamental, senão vital, para que a Liga chegasse a bom porto. Quanto à motivação da formação desta confederação, não podemos concluir que foi levada a cabo simplesmente por motivos religiosos, a não ser pelo seu medianeiro Pio V que via neste acontecimento um renovar

---

<sup>124</sup> Vide Alain Servantie e Ramón Puig de la Bellacasa (Org.), “L’ Empire ottoman dans l’Europe de la Renaissance: idées et imaginaires d’intellectuels, de diplomates et de l’opinion publique dans les Anciens Pays-Bas et le Monde Hispanique aux XV, XVI et debut du XVII siècles” in *Op. Cit.*, p. 67.

<sup>125</sup> Em 1455, Calisto III, Filipe de Borgonha e Afonso de Aragão concluíram uma aliança contra o turco. Pouco antes de 1544, Afonso de Aragão entrou em negociações com Henrique IV de Castela a fim de repartir os papéis na luta contra os infiéis. Afonso propôs-se atacar o sultão do Egipto, os turcos e os árabes da Tunísia e o rei castelhano virou-se para os mouros de Granada. Vide Paula Limão, *Op. Cit.*, p. 259.

<sup>126</sup> Luis de Torres, na sua deslocação a Espanha levava consigo, em nome do Soberano Pontífice, a concessão do *Cruzado* e do *Escusado*, adiada até então. Este substancial apoio para o orçamento espanhol pesou na decisão de Felipe II na integração da Liga. Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, p. 460. Luis de Torres levou a cabo vários discursos com o objectivo de convencer Felipe II de que integrar a Liga era do seu interesse: “Si el Turco vence a venecianos, creciendo su soberbia y poder, necesidad tendrá V. M. de hacer nuevos gastos, pues está claro que no se contentará con Chipre; y hecho señor de las fortalezas de venecianos, que son antemural de las de V. M., o siendo necesitados a concertarse, desamparados de V. M., claro está que querrá pasar adelante volviendo todo su esfuerzo contra V. M.; si se defienden con su ayuda, la honra toda es de V. M., sabiéndose que no son bastantes a hacerlo de por sí solos; si pierden o se defienden sin ella, grande ocasión pierde V. M. de perpetua gloria, y cosa nueva sería que en su vida alguno venciese o se defendiese sin su favor y ayuda; y grande autoridad es de V. M. que en sus tiempos casi todos sus enemigos o no amigos se han puesto en sus manos o implorado du favor.” Vide *La Liga de Lepanto entre España, Venecia y La Santa Sede (1570-1573): ensayo histórico a base de documentos diplomáticos*. Madrid: Escuela Española en Roma, 1918, p. 60.

da Cristandade, que se encontrava em crise e em cisão religiosa. Os restantes príncipes tinham na Liga um meio de reforço da vinculação ao chefe da Igreja, mas também uma forma de reforçar e consolidar a sua hegemonia, como ocorre no caso espanhol. Assim se manifestam claramente distintos os objectivos dos diferentes intervenientes. O desejo mais acérrimo de Felipe II era África, nomeadamente recuperar Tunes, mantida pelas forças argelinas desde 1570. Os argumentos da diplomacia filipina eram pujantes, pois as razias dos berberiscos desde Tunes até Argel também ameaçavam as costas italianas e, sendo os coligados hispano-italianos, tinham que colocá-las nos seus objectivos primários. Este desiderato iria chocar com os restantes aquando da definição das capitulações, na medida em que Veneza queria combater o Turco nos seus territórios e recuperar as benesses que vinha perdendo desde a ocupação otomana dos principais centros venezianos.

Apesar das reuniões para a estipulação das capitulações terem sido iniciadas e reiniciadas diversas vezes<sup>127</sup> devido à divergência acerca dos assuntos discutidos pelos representantes dos vários Príncipes, as capitulações seriam finalizadas nos seguintes termos:<sup>128</sup> que a Liga devia ser perpétua, não só contra o poder dos turcos, mas também contra os mouros de Argel, Tunes e Trípoli – neste primeiro ponto reflecte-se não só o objectivo de Veneza, mas também o de Espanha. No entanto, a longo prazo dá-se mais actividade à vontade da primeira, sendo que o soberano espanhol tenta tirar proveito de todas as pausas na actuação da Liga para ir sobre Argel, Tunes e Trípoli. Assim, este termo representa bem os objectivos de ambas as partes, mas na prática Felipe II não consegue fazer vingar a sua vontade, o que representa à partida um entrave, na medida em que os seus investimentos na Liga e a sua participação podem ser a longo termo duvidosos, pois os acontecimentos decorrem em favor de Veneza. Observando a baliza cronológica da Liga, a sensação transmitida é de que este termo é meramente representativo, como se fosse condição teórica para que a Liga fosse assinada por Espanha.

---

<sup>127</sup> Na primeira fase de negociações foi proposto como texto de discussão o da Liga de 1538. No início de Setembro de 1570 correu o boato de que a Liga estava concluída. O projecto foi enviado aos soberanos para ser examinado e corrigido, o que levou à primeira suspensão até Outubro. Em Dezembro, devido à nomeação de D. Juan de Austria ocorreu outra suspensão. Em Março de 1571 foi estabelecido um novo texto, mas Veneza, que esperava os resultados da deslocação de Ragazzoni à Turquia, retardou a sua aquiescência, sob diversos pretextos até Maio. Dia 20 estavam trocadas as assinaturas e cinco dias mais tarde, a Liga era oficialmente proclamada na Basílica de S. Pedro. Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, p. 469.

<sup>128</sup> Ver Anexo 2: Capituciones en castellano, copiadas de la Crónica de Jerónimo Torres y Aguilera. Serão analisadas no decorrer do texto os termos das capitulações que remetem para uma reflexão crítica e construtiva.

O terceiro termo residia sobre os *timings* da Liga. Ficava estipulado que no mês de Março ou mais tardar no de Abril estivessem prontas as forças para as empresas do Levante, trabalhando estas segundo os seus capitães achassem mais conveniente. Outro problema que se denota é que os prazos não eram cumpridos, verificando-se muito frequentemente atrasos na preparação das frotas e falta de manutenção, homens e mantimentos nas mesmas, sendo que, esta situação ocorria na frota veneziana com frequência, tendo a frota espanhola de facultar alguns dos seus provisionamentos.

O quarto termo deixava definido que o ano em que não houvesse empresa comum, pudesse cada um dos confederados fazer a sua empresa particular, sobretudo a de Argel, Tunes e Trípoli, por parte do Rei Católico, em cujo caso, não se temendo agressões das armadas turcas, se obrigavam os venezianos a dar ao Rei para os ditos efeitos 50 galeras. Na mesma obrigação ficava Felipe II a respeito dos venezianos quando tentassem realizar algum intento no interior do Golfo. Na prática, este termo não se levou a cabo. Em primeiro lugar, o rei católico nunca foi autorizado às suas empresas particulares e, apesar de estar capitulado, em algum momento Veneza lhe daria galeras suas para levar a cabo empresas particulares nos locais supracitados? Como tal acontecimento podia decorrer se Veneza não estava a favor do primeiro termo?

O quinto termo explicita o que levou à criação da Liga e também ilustra as razões explicadas anteriormente que demonstram que a Liga não é conceptualmente uma cruzada. Vejamos: os confederados deviam defender reciprocamente os Estados uns dos outros, quando se vissem ameaçados pelo turco e, principalmente, as terras e lugares da Igreja, sem outra obrigação por parte do Sumo Pontífice. Este termo levanta outras questões, que influenciaram em grande parte os receios de Veneza e de Espanha, nomeadamente, o receio de as partes abandonarem a Liga quando os seus objectivos estivessem cumpridos. Veneza abandonaria a Liga quando os seus territórios estivessem protegidos e recuperados? Espanha manter-se-ia na Liga mesmo se Argel, Tunes e Trípoli fossem recuperados para a sua tutela? Que vantagens podia trazer a sua manutenção na Liga, sendo esta perpétua, mesmo que os seus objectivos fossem cumpridos parte a parte?

O sexto termo diz respeito ao financiamento da Confederação. Para todos os gastos da guerra, Felipe II contribuiria com três partes de cada seis, e o Dux e Senado de Veneza com duas partes, a sexta parte ficaria a cargo do Papa. Estabelecida esta divisão, quando não fosse possível ao Papa cumprir o seu financiamento, se fariam da sua parte três partes, duas das quais supriria o Rei Católico e, a outra aos venezianos. Desta capitulação extrai-se a importância da participação do rei de Espanha na Liga. Como seria



possível a Liga subsistir sem o financiamento espanhol? Até que ponto é vital a presença espanhola?

A nona capitulação demonstra que, efectivamente, todos os intervenientes da Liga podiam retirar vantagens da sua participação a longo termo, nomeadamente no que diz respeito ao comércio e aos novos contactos comerciais que podiam ser estabelecidos, pois este seria de benefício comum e de livre saída para todos, ou seja, todos podiam usufruir dele sem pagar imposto directo na revenda desses produtos. Assim, cada interveniente da confederação podia extrair os produtos que lhe parecessem mais oportunos, depois de serem cobertas as necessidades de cada um em variados portos de reabastecimento.

A décima capitulação diz respeito à administração e ao governo da terra, sendo que nesta intervinham os três capitães gerais dos confederados, e a execução das suas determinações dizia respeito ao capitão geral da Liga - D. Juan de Austria, que seria substituído em ausência ou impossibilidade por Marco Antonio Colonna. Este termo pode ser analisado de dois pontos de vista distintos: seria vantajoso para Espanha e simultaneamente desvantajoso para Veneza ser o capitão geral da Liga D. Juan de Austria? Seria enganador o capitão geral da Liga ser responsável pela execução das determinações da administração e do governo da terra?

A repartição dos lugares que se adquirissem havia de fazer-se entre os confederados, conforme o disposto na Liga de 1538, exceptuando-se Tunes, Argel e Trípoli, por serem domínios de Felipe II, e as demais deviam ser divididas entre os mesmos. Este termo levanta várias problemáticas. Em primeiro lugar, como seria possível Veneza contribuir com galeras para o rei espanhol na recuperação de Argel, Tunes e Trípoli, sabendo de antemão que esses lugares seriam incontestavelmente de Felipe II? Partindo do pressuposto que seriam adquiridos vários lugares, mais os domínios do rei espanhol, analisando matematicamente a repartição seria sempre desigual. Qual seria a reacção de Veneza? De todas as diferenças que pudessem suscitar-se seria árbitro e juiz o Papa, ou quem lhe sucedesse. Este termo colocava em pé de igualdade todos os intervenientes, o que de certo modo, poderia trazer alguma estabilidade e segurança tanto a Espanha como a Veneza.

O último termo é bem explícito quanto ao contacto com os turcos. No entanto, Espanha era bem clara quanto a este assunto, demonstrando a sua insegurança quanto a Veneza, que desde cedo tinha firmado, oficial ou oficiosamente, alianças com os turcos. No que toca a este assunto, compreende-se a naturalidade com que foi recebida a notícia em Espanha, após o estabelecimento de tréguas entre a Porta e Veneza. O termo

estabelecia que nenhum dos confederados podia firmar pazes, tréguas nem alianças com os turcos, sem notícia e consentimento das demais partes. Estando já a par das capitulações, França fez sempre um jogo duplo, incentivando Veneza a estabelecer a paz com o turco, informando Veneza e a Porta das vantagens para ambas as partes, enviando para tal efeito o bispo Dax a Constantinopla, durante o decorrer da Liga.

Depois da definição das capitulações e de assinada a Liga pelos seus intervenientes, rapidamente começaram as primeiras desavenças e desconfianças. O atraso da chegada da frota espanhola na primeira empresa causaria algum desconforto na armada veneziana e pontificia, uma vez que a saída de D. Juan de Austria não ocorreu em data desejada e ainda teve de transportar dois arquidukes austríacos, que se encontravam, desde 1564, em Espanha até Génova e aguardar pela transmissão do estandarte da Liga vindo de Roma em Nápoles.

No decorrer de todo este processo a transmissão do estandarte a D. Juan carregava um simbolismo e carácter sacral para a Cristandade de importante destaque. Este ostentava a imagem de Cristo crucificado, tendo aos seus pés as armas do Papa, de Espanha e de Veneza. Foi entregue pelo Cardeal Granvela, que no acto afirmou perante D. Juan: *“Toma, ditoso Príncipe, a insígnia do verdadeiro Verbo Humanado. Toma o sinal vivo da Santa Fé, da qual és defensor nesta empresa. Ele te dará uma vitória gloriosa sobre o ímpio inimigo, e por tua mão será abatida a sua soberba. Amén!”*. A referência à insígnia do verdadeiro Verbo Humanado<sup>129</sup> que tem aos seus pés os seus fiéis transmite a ideia de vassalagem, de respeito e submissão para com a Cristandade. Por outro lado, a referência que carrega consigo o Estandarte, como sinal vivo da Santa Fé, permitindo reflectir sobre a crise que vivia a Cristandade, sendo esta empresa vista e vivida como uma possível renovação da Fé, uma verdadeira conversão no sentido da vivência do religioso. E, por fim, a confiança que é transmitida na sua entrega revela o mistério da Fé, acreditando o Cardeal na vitória da Liga, mesmo sem saber as empresas que iam decorrer e os sucessos que podiam advir desta reunião de Príncipes.

A armada concentrou-se em Messina em Setembro de 1571,<sup>130</sup> depois de ocorrer a caída de Famagusta, derradeira fortaleza do Chipre que acabaria por ceder. Requesens

---

<sup>129</sup> Segundo Génesis (1, 1-31 e 2, 1-4), “No começo, antes da Criação, o Filho de Deus já existia em Deus, voltado para o Pai: estava em Deus, como a Expressão de Deus, eterna e invisível. O Filho é a Imagem do Pai, e o Pai vê-Se totalmente no Filho. Vide Raimundo de Oliveira, *Bíblia Sagrada, Edição Pastoral*. (Trad. João Gomes Filipe), 3ª ed., Lisboa: Paulus, 1997, p. 1438.

<sup>130</sup> É de destacar a referência que é feita na obra *Historia del combate naval de Lepanto, y juicio de la importância y consecuencias de aquel suceso* no que diz respeito à recepção feita a D. Juan de Austria em tal local. Segundo o actor a recepção foi de extremos, pelos obséquios e magnificência das festas em sua

e Juan Andrea Doria aconselhavam que a armada se limitasse a uma atitude estritamente defensiva.<sup>131</sup> Em Setembro, os venezianos tinham considerado ser demasiado tarde para avançarem em direcção ao Levante e tentar reconquistar Chipre. D. Juan estava tentado também por uma expedição contra o Estreito dos Dardanelos.<sup>132</sup> Porém, depois da reunião dos Generais decidiu-se pela partida para o Levante em busca da frota do turco e, quando D. Juan ficou a par que estava no Golfo de Corinto, sob o comando de Ali Paxá, dirigiu para lá as suas forças. A frota saiu de Corfu com o objectivo esclarecedor na mente de D. Juan de Austria de enfrentar o turco.<sup>133</sup>

Depois de identificar a localização da amada turca e de ser decidido, em Conselho de Generais, dar a batalha foi levada a cabo a preparação das armadas antes de se dar o confronto directo. Entretanto, chegou a Messina um emissário do Papa, portador de graças espirituais, que Sua Santidade concedia a todos os alistados naquela nova empresa. Assim, o Núncio Odescalco publicou um jubileu, para o qual se prepararam os generais, capitães e soldados com jejum e outras práticas piedosas, fazendo confissão geral e recebendo o Sacramento da Eucaristia. Depois de uma solene procissão, a que assistiu o vigário geral da armada, D. Jerónimo Manrique, o Núncio outorgou além da bênção apostólica, as indulgências concedidas aos conquistadores.<sup>134</sup> Na expedição era proibida a presença de mulheres, o que remete para uma visão mais teológica de pecado original, como se representassem alguma impureza numa vitória e confronto que se pretendiam sagrados. As blasfémias eram castigadas com pena de morte e era exigido o jejum durante três dias. Este ritual apresenta um rigor e sentido de purificação das almas para o confronto que remete para a santidade. Podemos mesmo questionar se estes homens acreditavam que a purificação e a preparação através de rituais e cerimoniais sagrados trazia alguma vantagem no desenrolar do conflito.

D. Juan de Austria transportava na sua nau uma imagem de Nossa Senhora de Guadalupe, facto que, numa análise mais aprofundada, nos encaminha para a devoção. Esta *devocio* remete-nos para a revisão das tropas, em que o comandante supremo se

---

honra; pelas ruas cheias de multidão; as janelas decoradas e as praças, cheias de pórticos, arcos, colunas, inscrições e hieróglifos. Vide *Historia del combate naval de Lepanto, y juicio de la importância y consecuencias de aquel suceso*, p. 42.

<sup>131</sup> Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, p. 478.

<sup>132</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 482.

<sup>133</sup> “La gana que en esta armada hay de pelear es mucha y la confianza en lo de vencer no menos. Hágalo Dios como El más se sirva (...)” Vide Vargas Hidalgo, R., *Guerra y Diplomacia en el Mediterráneo: Correspondencia inédita de Felipe II con Andrea Doria*. Madrid: Polifemo, 2003 – Apud “Carta de D. Juan de Austria a Felipe II”, 16 de Setembro de 1571 (partida da armada de Corfu).

<sup>134</sup> Vide *Historia del combate naval de Lepanto, y juicio de la importância y consecuencias de aquel suceso*, p. 43.

apresenta em todas as embarcações com um crucifixo na mão, clamando: “*Este é o dia em que a Cristandade deve mostrar o seu poder, para aniquilar esta seita maldita e obter uma vitória sem precedentes.*” Simultaneamente, procedia-se à entrega de escapulários, medalhas e rosários. D. Juan recorria à oração e as suas tropas imitavam-no na sua acção de recolha e pedido de auxílio ao divino. Os religiosos que estavam presentes deram bênçãos e uma absolvição geral a todos os que se iam expor à morte pela Fé. Este enquadramento transporta-nos, efectivamente, para a ideia de Cruzada, emergindo um ambiente com um vigor religioso veemente, reflectido num ritual religioso de *devocio*, *miserere et pietas*.

A ideia de que, no decorrer da batalha, os turcos avistaram por cima dos mastros da esquadra da Liga uma Senhora que os aterrava com o seu aspecto majestoso e ameaçador, permanecer no imaginário da Cristandade é reveladora da concretização de um *status quo* que representa uma ligação constante fiel ao divino. Após a vitória, o dia 7 de Outubro foi consagrado a Nossa Senhora da Vitória, celebrando-se no primeiro domingo do mês de Outubro. Mais tarde, foi consagrado ao Santo Rosário, sendo que, em 1573, o novo Papa Gregório XIII denomina-a de Festa da Virgem do Rosário. Esta alteração decorre por a batalha ter acontecido no primeiro domingo de Outubro, data das Confrarias do Rosário. Neste seguimento foram designadas várias capelas com invocação de Nossa Senhora da Vitória, tanto em Espanha como em Itália. Depois do confronto, a novidade da vitória foi acolhida com grande alegria em toda a Cristandade. Pio V, fez com êxito o pronunciamento de uma frase bíblica: «*Fuit homo missus a Deo cui nomen erat Joannes.*»<sup>135</sup>

Depois da vitória em Lepanto e de um confronto exaustivo os barcos da Liga retiraram-se até ao Golfo de Pétila para reparar as avarias. Desde Pétila a frota da Liga deslocou-se a Corfu, onde estavam as naves da esquadra de apoio logístico, que não tinham tomado parte na batalha. Deram-se assim por terminadas as operações, até ao ano seguinte.

A animosidade francesa contra Espanha não deixara de aumentar desde os inícios da guerra de Chipre. Acentuava-se em 1571, afirmava-se depois da assinatura da Liga, eclodia com uma agressividade indissimulável depois de Lepanto.<sup>136</sup> No decorrer dos acontecimentos, os portugueses também se inquietam com as iniciativas que uma frota francesa disponível poderia tentar. Como consequência, equiparam uma grande frota com

---

<sup>135</sup> “Houve um homem enviado por Deus, cujo nome era João.” Vide Manuel Álvarez, *Op. Cit.*, p. 476.

<sup>136</sup> Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, p. 485.

mais de vinte mil soldados. Segundo Sauli, os portugueses temiam que os franceses quisessem tomar, em Marrocos, o Cabo de Gué, o que perturbaria as navegações portuguesas às Índias Orientais e às Índias do Ponente.<sup>137</sup> Quanto a Itália, a ilha nevrálgica era Piemonte, os Estados do Saboiardo e a grande praça de armas de Milão, como referido no primeiro capítulo. Em Milão, os soldados vindos da Alemanha não cessavam de se acumular. Quando, a 11 de Maio de 1572, os Argelinos pedem protecção ao rei de França, este apressa-se a aceitar.<sup>138</sup> O facto de Carlos IX ser atraído tão facilmente pelas promessas de Euldj Alí revela que julgava o primeiro empurrar com engenho um dos peões do jogo que o opõe ao rei de Espanha.

O Soberano Pontífice convocara uma nova conferência para Roma, para revisão e actualização das capitulações para o ano de 1572. No entanto, como sucedeu na primeira reunião do ano anterior, a discussão terminava com vantagens para a Senhoria. O acordo estipulava que os aliados agiriam no Levante, o que afastava os projectos contra a África do Norte desejados por Espanha. Os víveres ficaram previstos para sete meses e devia ser embarcado grande quantidade de material para auxiliar os gregos, que se julgava a ponto de se revoltarem na Moreia. Em Otranto seria constituído um acampamento de onze mil homens, uma espécie de exército de reserva onde se iria recrutar de acordo com as necessidades. A força numérica da frota era superior à de 1571. O calendário previa a reunião da frota pontifícia e da frota espanhola em Messina, em fins de Março, a partir de onde se juntariam em Corfu à frota veneziana.<sup>139</sup>

No seguimento de tais acordos, Felipe II ordena a D. Juan de Austria que tente uma expedição contra Bizerta ou contra Tunes, no início da Primavera de 1572, sob a forma de uma viagem ultra-rápida que precederia a ida ao Levante. Naturalmente que o rei espanhol pretendia tirar proveito do facto de ter a sua armada pronta para investir na Liga, o que o levou a ordenar tal acção a D. Juan, tendo em conta que mais uma vez eram os interesses vitais de Veneza que estavam em jogo, como em 1570-1571.<sup>140</sup> No entanto, este plano não seria concretizado, devido em grande medida ao efeito catastrófico que tal acção podia produzir nos venezianos e, também, por não terem chegado a Messina as galeras de Nápoles, que se deviam deslocar sob o comando do marquês de Santa Cruz. Assim, D. Juan propõe sair até Corfu, com o objectivo de saírem desta forma venezianos,

---

<sup>137</sup> *Apud Idem, Ibidem*, p. 489.

<sup>138</sup> *Vide Idem, Ibidem*, – *Apud* “Carta do Rei ao Bispo Dax”, 11 de Maio de 1572, p. 489.

<sup>139</sup> *Vide Idem, Ibidem*, p. 493.

<sup>140</sup> *Vide Idem, Ibidem*, p. 494.

impedindo simultaneamente com a sua presença que a frota turca se deslocasse até às ilhas venezianas do Levante como tinha efectuado anteriormente. Caso a frota veneziana estivesse ordenada propunha uma empresa na Albânia ou na Moreia, porém esta proposta seria rejeitada.<sup>141</sup>

Sucede, entretanto, a morte de Pio V, a 1 de Maio de 1572, o que por si só colocava em causa a continuação da Liga, não sabendo os príncipes cristãos que a compunham se o novo pontífice queria investir com o mesmo objectivo nos assuntos da Cristandade.<sup>142</sup> Colocava-se a questão da política europeia e a do Estado Pontifício. Assim, a 20 de Maio, Felipe II enviava a D. Juan a ordem peremptória de suspender a partida das suas galeras para o Levante.<sup>143</sup> As razões oficiais apresentadas pelo soberano espanhol eram falaciosas, argumentando que detinha D. Juan em Messina com receio de uma ruptura com os franceses.<sup>144</sup> Não se pode afirmar que este perigo não fosse tido em conta por Felipe II, porém, não era um perigo acreditado em pleno mês de Maio de 1572. Servira-se igualmente de outro argumento que justificasse a sua atitude, a morte do Papa. Nesta ocasião, dependia de Roma o orçamento de guerra de Espanha e da sua frota. Efectivamente, a razão determinante de Felipe II manter D. Juan em Messina reside no facto de o empreendimento do Levante agradar pouco ao rei espanhol, insistindo na investida das praças do Norte de África.

*“Sabeis a ordem que dei a meu irmão e as cores sob as quais recomendei que apresentasse a manutenção da frota em Messina, tomando como pretexto a morte do Santo Padre, sem falar das ordens que enviei. (...) Tendo-se a nova eleição realizado tão rapidamente, já não podemos servir-nos destas razões (...) fazer esta expedição é o que convém a toda a Cristandade em geral e ao bem dos meus Estados em particular, se pretendo que retirem alguns frutos desta Liga e de todas estas despesas, em vez de as empregar numa coisa tão incerta como a expedição do Levante. (...) Ao papa, será necessário dar como razões a revolta da Flandres, as desconfianças que se têm da intervenção de França e de Inglaterra, e as*

---

<sup>141</sup> Vide *La Liga de Lepanto entre España, Venecia y la Santa Sede*, p. 168.

<sup>142</sup> A carta de D. Luis de Requesens a D. Juan de Austria ilustra bem o conjunto de problemáticas que se manifestam nesta fase. Ver Anexo 3: Carta original de D. Luis de Requesens á D. Juan de Austria.

<sup>143</sup> Ver Anexo 4: Carta de Felipe II a D. Juan de Austria.

<sup>144</sup> Ver Anexo 5: Carta de Felipe II a Gregório XIII, em que dá conta deste motivo para D. Juan não sair de Messina ao Levante.

*notícias que se recebem dos armamentos franceses. E, sobretudo, não falar de Argel!*”<sup>145</sup>

Entretanto, D. Juan de Zuñiga aproximou-se do Vaticano, seguido do embaixador de Veneza, pedindo em nome de Felipe II, de D. Juan de Austria e dos coligados que fosse ordenada a imediata saída da frota pontifícia para Messina, depois de Colonna ser confirmado no seu cargo de General da mesma. Zuñiga, a 29 de Março, afirma que “*Los Cardenales trataron de lo de la Liga, y todos conformes, habiéndose hecho por votos secretos, resolvieron que se atendiese a la expedición de la armada de la Sede Apostólica y partida de Marco Antonio con muy gran diligencia, y que se sacasen de Sant Angel para este efecto cien mil ducados, y más si fuesen menester; y cuando éstas no pudiesen venir, que partiese Marco Antonio con las dos que el Papa había armado.*”<sup>146</sup>

Gregório XIII foi eleito por aclamação e deu continuidade àquilo que tinha sido a política de Pio V. Assim, manda prosseguir a expedição da Liga do ano corrente, da forma que estava ordenada, e ordena que Colonna saia sem demora para Nápoles com as galeras pontifícias.<sup>147</sup> Na segunda semana de Junho, chegou a Messina um núncio especial de Gregório XIII, designado Monsenhor Odescalco, com a missão de solicitar imediatamente a saída de D. Juan ao Levante, dar a sua bênção, e despedir a frota cristã, outorgando, como anteriormente Pio V, importantes graças espirituais.<sup>148</sup>

Este núncio levava consigo uma missão “secreta”, que consistia em limitar os poderes de D. Juan de Austria, tornando o cargo de General Chefe da Liga um cargo meramente honorífico. Descobertas estas intenções pelos espanhóis, era natural que estes não olhassem o General pontifício com simpatia, mas antes o considerassem mais afecto a Veneza do que a Espanha e como zeloso partidário da República, em diminuição da obediência e agradecimento devidos ao seu legítimo soberano Felipe II. No entanto, esta missão acabaria por não promover nada notável no que diz respeito à limitação das faculdades de D. Juan na armada.<sup>149</sup>

---

<sup>145</sup> Vide Idem, *Ibidem*, – *Apud* “Carta de Felipe II a D. Juan de Zuñiga, e, Saint-Laurent”, 2 de Junho de 1572, p. 496.

<sup>146</sup> Vide *La Liga de Lepanto entre España, Venecia y la Santa Sede*, - *Apud* “Carta de Zuñiga”, 29 de Março, p. 169. A 25 de junho de 1572, D. Juan de Zúñiga ainda manifesta a Felipe II o seu receio de que a Liga se desfaça e não coopere devido à retenção de D. Juan de Austria em Messina. Ver Anexo 6: Carta de D. Juan de Zúñiga a Felipe II.

<sup>147</sup> Vide *Ibidem*, p. 189.

<sup>148</sup> Este Núncio tinha também a missão especial de ordenar aos Generais que proibissem com rigorosos castigos aos infractores e infiéis que embarcassem com eles, cortesãos e gente de moralidade suspeita, que não tendendo ao carácter religioso da expedição nem às censuras promulgadas do ano anterior, tinham concorrido a Messina desejosos de passar ao Levante. Vide *Ibidem*, p. 191.

<sup>149</sup> Vide *Ibidem*, p. 192.

Depois de ter enviado uma carta notável, a 12 de Junho de 1572 a Felipe II,<sup>150</sup> D. Juan receberia, a 4 de Julho, ordem para se juntar aos aliados:

*“Todavía ha podido conmigo tanto el verdadero deseo y proposito, que siempre he tenido y tengo, de la continuacion de la liga (como obra tan santa y tanto servicio de Nuestro Señor y daño del enemigo de la Christiandad) y el dar satisfacion y contentamiento a su Santidad, a quien yo deseo agradar y satisfacer sobre todo y el no desanimar ni desconsolar a Venecianos, imponerlos en aventuras de que con los ruines solicitadores, que no faltaran viniesen a algun concierto con el turco (que a mi me doleria en gran manera), pensando que yo queria faltar al cumplimiento de la liga, de que estoy tan lexos quanto se vee por las obras y por la resoluçion que agora he tomado, que con importar estotro quanto se vee, he querido que la mayor parte de esta armada y gente y vuestra misma persona passeys a lo de Levante en cumplimiento de la liga, procurando que la necesidad de lo de aca y el peligro que mis Reynos y Estados podrian correr con alexarse mis fuerças, se remedie con alguna parte de la gente y galeras que teneis juntas; que ha sido la menor que yo he podido desmembrar. Que segun la gente con que os haveis venido a allar y el número de naos y otro genero de navios, que haveis juntado, mas de lo que conforme a la capitulaçion se havia de poner de mi parte, viene a ser muy pequeña la que se desmiembra en tiempo, en que yo tenia y tengo tan preçisa y forçosa necesidad de todas mis fuerças para la prevençion, que he dicho, y tanta falta de sustançia y facultad para poder suplir a tantos y tan grandes gastos, como se me offreçen al presente en diversas partes. Y assi he mandado bolveros a despachar este correo en diligencia en la misma galera para avisaros desta resoluçion, que he tomado y de la orden particular, que quiero que sogays en la execuçion y cumplimiento de lo que haveys de llevar con Vos y dexar aca, encargandoos primero, como lo hago, que no se sepa la orden, que se os embia, ni la gente, ni galeras, que haveys de dexar hasta que Juan Andrea, con las galeras que le mando que parta luego para esse Reyno aya llegado. Pero para consuelo y satisfacion de los ministros de Su Santidad y Veneçianos que con vos se hallan les podreys dezir, que estais aguardando al dicho Juan Andrea y las galeras que lleva para vuestra partida y porque podria ser fuese partido para donde vos estais, podeis decir que esperais las galeras que*

---

<sup>150</sup> Ver Anexo 7: Carta de D. Juan de Austria a Felipe II.



*de aca se buelven a embiar, y en llegando entendereys luego en dar orden en lo que haveys de llevar y dexar, sin que se sepa hasta el punto de la partida. Y quando todo esté embarcado y en orden, darles eys quenta de la que vos teneys para yr a Levante en exequucion de la liga, y para dexar aca lo que se os ordena, diziendoles las causas forçosas que a ello me mueven, que son tan preçisas que si no fuera por las consideraciones dichas no pudiera dexar de retener toda mi armada y fuerças della, pues es mayor la obligacion que se tiene a reparar el fuego de casa y mayor servicio de Nuestro Señor y beneficio de la christiandad, prevenir el grande daño, que en ello podria succeder, que no el que se puede hazer al enemigo tan lexos con las demas raçones de arriba, y que a Vos os parecieren a proposito.*”<sup>151</sup>

Ao saber que a frota turca se encontrava na Malvasia, D. Juan partiu ao seu encontro, conduzida a sua ao extremo sul da Grécia, onde as duas frotas se encontraram a 7 de Agosto, ao largo de Cerigo.<sup>152</sup> Depois do primeiro combate, num segundo confronto, o resultado é o mesmo, tendo os turcos fugido, não tendo tirado nenhum proveito a frota de D. Juan. Não existindo resultados imediatos nem viáveis, D. Juan é levado, a 12 de Setembro, para Cefalónia, de seguida para Zante e, para o litoral da Moreia. Entretanto, Euldj Alí era localizado em Navarino. A tentativa cristã sairia frustrada, pois apesar de ter viajado durante a noite, com o objectivo de surpreender o adversário, não conseguiu evitar que o comandante turco se retirasse para Modon. Mas os cristãos seguiram-no, começando uma nova disputa na Moreia. Segundo Cervantes, o turco estava preparado para abandonar as suas galeras, mesmo antes de serem atacados.<sup>153</sup>

Os venezianos reagiram mal a este fracasso, pois o seu desejo era continuar o bloqueio durante algumas semanas, contribuindo para que se rompesse a defesa turca, ou que no seu regresso a Constantinopla, submetida à prova do mau tempo se perdesse. No entanto, os aliados abandonavam Modon a 8 de Outubro, e recuavam até Zante. A 18 encontravam-se em Corfu, mas a 20 de Outubro estavam já separados.<sup>154</sup> Esta empresa revela que a Liga não estava em harmonia e estimulava o pressentimento, revelado em determinado ponto por Foscarini, de que no Outono de 1572 a Liga já estaria finalizada. Foscarini em carta a Veneza, a 24 de Outubro de 1572 afirmava:

---

<sup>151</sup> Ver Anexo 8. Esta carta refere todas as particularidades que Felipe II exigiu em carta a D. Juan de Austria como condição antes de dar continuidade à empresa da Liga.

<sup>152</sup> Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, p. 498.

<sup>153</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 500-501.

<sup>154</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 502.

*“A única coisa pelo pouco que se fez nesta expedição, foram os Espanhóis que, em vez de ajudarem a Liga, só procuraram arruinar e enfraquecer Veneza. Os atrasos de D. Juan, as suas irresoluções durante a campanha apenas corresponderam a este plano de exterminar pouco a pouco as forças da República, de assegurar o proveito do rei de França na Flandres, desprezando os interesses da Liga e chegando a prejudicá-la: a má vontade dos Espanhóis foi patente em tudo o que dizia respeito ao benefício dos Estados venezianos.”*<sup>155</sup>

O pressentimento e a desconfiança que pairavam verificou-se e revelou-se com a saída oculta de Veneza da confederação. Na esteira desta desunião está, em grande medida, a diplomacia francesa, que não se resignava a perder o seu velho aliado e portanto, a corte de Paris levava a cabo gestões activas, enviando um embaixador especial a Constantinopla com a missão secreta de convencer os turcos do interesse que eles teriam em reatar as relações com Veneza. A intervenção do bispo de Dax foi decisiva: conseguiu uma moderação das condições turcas e, a 7 de Março, a aquiescência do sultão a um acordo pacífico. A 13 de Março, as condições turcas eram enviadas a Veneza, onde chegaram a 2 de Abril.<sup>156</sup> Veneza devia ceder Chipre, renunciar aos postos que o turco lhe retirara na Dalmácia, restituir as suas próprias conquistas na Albânia, libertar os prisioneiros turcos sem qualquer resgate e pagar trinta mil cequins de indemnização de guerra, antes de 1576. Sem isso, o acordo seria considerado nulo e não existente. Além de que teria de delimitar a sua frota a sessenta galeras e elevaria para dois cequins o tributo anual pago por Cefalónia e Zante.<sup>157</sup> Como “recompensa” podia voltar a comerciar com todos os portos do Mediterrâneo Oriental do Império Otomano.<sup>158</sup> *“On négociait ai lieu d’agir et le 7 mars 1573, la paix était signée entre Venise et le sultan. Par ce traite, la République abandonnait Chypre; elle payait une indemnité de guerre de 300 000 decats; elle consentait à augmenter le tribut qu’elle payait pour la possession de Zante; elle restituait enfin les conquêtes que ses armées avaient faites en Dalmatie.”*<sup>159</sup>

Separada da Liga uma das três potências que a compunha e reduzida aquela às forças do rei espanhol e às débeis do pontífice, estava terminada a Liga, pelo menos no que diz respeito ao seu carácter formal e ao seguimento da lei das capitulações. D. Juan

---

<sup>155</sup> Vide Idem, *Ibidem*, – *Apud* “Carta de Foscarini à República”, 24 de Outubro de 1572, p. 503.

<sup>156</sup> A 6 de Abril, escrevia já em Roma sobre a paz de Veneza com o Turco D. Juan de Zúñiga a D. Juan de Austria. Ver Anexo 9: Carta autógrafa de D. Juan de Zúñiga á D. Juan de Austria.

<sup>157</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 504-505.

<sup>158</sup> Vide Manuel Álvarez, *Op. Cit.*, p. 478.

<sup>159</sup> Vide Charles Diehl, *Une République Patricienne: Venise*. S/I: 2015, p. 203.

ordenou que fosse retirado da sua galera o estandarte e fosse colocado no seu lugar o estandarte espanhol. Com esta atitude, era demonstrado à República o mesmo menosprezo com que ela observava os seus aliados.<sup>160</sup>

Depois de tal desastre, o nuncio Ormaneto, bispo de Pádua, é enviado a Madrid com o objectivo de reunir forças contra Veneza. Felipe II e os seus conselheiros não aceitaram as ideias apresentadas, tendo o papa levado a cabo a sua reacção directa contra Veneza, revogando todas as graças que tinha concedido à mesma.<sup>161</sup> O receio em relação ao turco pairava sobre os Estados que pertenciam à confederação, no entanto, apesar da saída da frota até Otranto, no fim do mês de Setembro encontrava-se já em Lepanto, a renovar os seus víveres.<sup>162</sup> O agente florentino del Caccia, escreve a partir de Madrid:

*“Pensa-se aqui que se prepara alguma expedição contra o Turco, Argel ou qualquer outra parte, dados os grandes preparativos que se vêm fazer, o dinheiro que se junta, os novos recrutamentos em Espanha e o lançamento das galeras construídas em Barcelona. Com efeito, não se pode pensar que tal esforço sirva apenas para a defesa contra a armada turca.”*<sup>163</sup>

Em 1573, Felipe II autorizou o seu meio-irmão D. Juan a ocupar Tunes. Antes da expedição havia hesitações: por um lado Felipe II, D. Juan e a “opinião pública” espanhola, com preferência em Argel e por outro, Bizerta e Tunes, exigido pela Sicília, como o aconselhava a proximidade às bases e como desejava o Conselho de Madrid. Vingou Tunes na sua escolha.<sup>164</sup> A 15 de Agosto, D. Juan de Austria declarava ao rei estar decidido a fazer a expedição. O papa declarava em Roma, a 20 de Outubro, que “*se Tunes fosse conquistada, o melhor seria conservar este reino sem o entregar a qualquer mouro.*”<sup>165</sup> A 27 de Setembro, D. Juan de Austria chegava já de Palermo a Trapani.<sup>166</sup> A 9 de Outubro desembarca em La Goleta e, dois dias depois, ocupa a cidade, decidindo em Conselho que seria conservada para o rei de Espanha. É deixada em Tunes uma guarnição a cargo de Gabrio Serbelloni,<sup>167</sup> medida que originou a nomeação de um governador

---

<sup>160</sup> Veja-se *Historia del combate naval de Lepanto, y juicio de la importância e consecuencias de aquel suceso*, p. 209.

<sup>161</sup> Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, p. 506.

<sup>162</sup> Vide Idem, *Ibidem*, – *Apud* “Carta de Granvelle a D. Juan de Zuñiga”, Nápoles, 8 de Outubro de 1573, p. 508.

<sup>163</sup> Vide Idem, *Ibidem*, – *Apud* “Carta de Agente florentino del Caccia”, Madrid, p. 508.

<sup>164</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 509.

<sup>165</sup> Vide Idem, *Ibidem*, – *Apud* “Carta de D. Juan de Zuñiga a Felipe II”, 23 de Outubro de 1573, p. 510.

<sup>166</sup> Vide Idem, *Ibidem*, – *Apud* “Carta do Duque de Terranova a Felipe II”, Palermo, 30 de Outubro de 1573, p. 511.

<sup>167</sup> Viveu entre 1508 e 1580. Comprometeu-se na carreira de armas como tenente do seu primo *Condottiere* Jean Jacques de Médicis. Foi nomeado capitão-general da guarda papal de Pio IV, em 1559. Depois da

indígena, o infante Muley Hamet, irmão do antigo rei e, a construção de um forte, que dominasse a cidade.<sup>168</sup>

Quanto a Bizerta, rendeu-se sem oferecer resistência, a 25 de Outubro, depois de se tomar Porto Farina. A 12 de Novembro D. Juan de Austria encontrava-se já em Nápoles, onde Granvelle parafraseia a célebre frase “*veni, vidi, vinci*”.<sup>169</sup> Parecia o único prémio visível da vitória de Lepanto: a recuperação daquelas praças que tinha ensenhoreado Carlos V, em particular a famosa La Goleta, deixando o reino tunisino em mãos de um rei feudatário, Muley Hamet. Mas seria esta decisão sensata?

Depois da tomada destes baluartes, eram analisadas as vantagens e desvantagens de manter estes territórios. Felipe II não estava muito empenhado em manter estes territórios, pois acarretavam mais despesas, quando o foco da sua atenção estava virado para Génova, os Países Baixos e a França. No entanto, D. Juan de Austria e Granvelle argumentavam que se fortificassem Bizerta e Porto Farina, Felipe II poderia garantir a posse do Leste Africano, o que por mar perturbaria os turcos nas suas comunicações com Argel. Terminando o forte, poderiam cobrar-se os rendimentos que eram usufruídos pelos soberanos de Tunes e, conseqüentemente, aumentar os rendimentos encorajando o comércio cristão nestas regiões.<sup>170</sup>

No meio destas adversidades, a ambiguidade em relação aos territórios africanos ficou suspensa, pois D. Juan foi nomeado, a 16 de Abril de 1574, lugar-tenente de Itália, com autoridade sobre os seus ministros. O essencial da sua missão visava a Lombardia, onde se pensava em Madrid, a sua chegada inquietaria suficientemente a França para o impedir de procurar querelas para Espanha.<sup>171</sup> Sob o ponto de vista de D. Juan, as ordens de Felipe II tiveram um efeito catastrófico – “*Que se advirta meu irmão de que as questões de Trípoli e Bugia não parecem ter uma importância tal que se deva, por elas, arriscar a armada durante o Inverno*”.<sup>172</sup> No entanto, o esforço de D. Juan de Austria revelava-se efêmero, pois a frota turca chegava ao Golfo de Tunes, a 11 de Julho de 1574, conquistando La Goleta, a 25 de Agosto, Puerto Carrero e Tunes, a 13 de Setembro,

---

morte do papa e de ter servido a Carlos V, transfere-se para Espanha, onde fica ao serviço de Felipe II. Foi feito cavaleiro de Malta e nomeado Prior da Hungria, tendo participado, em 1565, na defesa do assédio de Malta. *Enciclopedia Ilustrada Europeo-Americana*. Volume VIII, pp. 436-437.

<sup>168</sup> Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, pp. 511-512.

<sup>169</sup> Vide Idem, *Ibidem*, – *Apud* “Carta de Granvelle a D. Juan de Austria”, Nápoles, 24 de Novembro de 1573, p. 512.

<sup>170</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 514.

<sup>171</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 514-515.

<sup>172</sup> Vide Idem, *Ibidem*, – *Apud* Felipe II em Consulta no Conselho de Guerra, p. 516.

depois de Seberlloni capitular.<sup>173</sup> Dava-se por terminada a Liga com a pactuação de Veneza com o Turco e o desinteresse de qualquer empresa determinada pelas capitulações. O rei espanhol estava agora focado noutros projectos, que colocariam o Atlântico na dianterira dos seus interesses.

Depois desta breve análise propõe-se a divisão da Liga em três fases. A primeira diz respeito à sua formação, que se entende e consolida com a vitória de Lepanto, apresentando como balizas cronológicas 1570-1571. Uma segunda enquadrada após Lepanto, em que decorre uma possível tentativa e discussão de tomada de principais baluartes mediterrânicos, que acabam por não se concretizar, entre 1571 e 1572-1573. E uma terceira que diz respeito à sua dissolução em 1574, em que a Liga acaba por se dissolver no ceio de novas crises internas dos aliados que a constituíam.

---

<sup>173</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 517.

## Capítulo 4

### Depois da Santa Liga: a consolidação de um imaginário ocidental

*"(...) significou o fim de uma serventia. O halo do poderio turco ficou rasgado."*

Fernand Braudel, *O Mediterrâneo (...)*, p. 482

O pós-Lepanto pode ser analisado de variadas perspectivas, no entanto, na presente dissertação tiveram-se em conta dois campos distintos: o devocional e o simbólico. No primeiro, o Rosário é, sem dúvida, o que mais se destaca, como veremos mais adiante. No segundo, a perspectiva de que a batalha foi vencida com a intercessão de Nossa Senhora, neste caso, do Rosário, inscreve-se no ideário católico através da oração. Isto é, apresentamos uma panorâmica, que à partida parece debruçar-se sobre dois campos distintos, mas que, na verdade, se interligam e estão intimamente relacionados.

Segundo Braudel, antes de se ironizar acerca de Lepanto, como fez Voltaire, talvez seja sensato considerar o verdadeiro peso da jornada. Se atentarmos naquilo que precedeu Lepanto, esta vitória aparece como o rasgar de um halo, o fim de um verdadeiro complexo de inferioridade da Cristandade e da supremacia turca perante a mesma. A vitória cristã abrandou o caminho a um futuro que se anunciava muito sombrio.<sup>174</sup>

A valorização do acontecimento deu-se pela proporção enorme que a movimentação de homens e recursos para conseguir a vitória promoveu, destacando também o princípio do declínio do império otomano, embora não se possa atribuir à derrota de Lepanto o principal motivo para esse processo. Contudo, Braudel não concedeu à batalha um valor decisivo desde o ponto de vista militar. O seu enfoque consistiu na ênfase da importância da conjuntura no enfrentamento de civilizações.<sup>175</sup>

A vitória de Lepanto apresenta-se como um acontecimento complexo, com variadas perspectivas. No entanto, se nos debruçarmos sobre a personagem medianeira, Pio V, constatamos que há um imaginário que se consolida e perpetua. Atentemos no caso específico do Rosário. Dois acontecimentos marcaram de forma significativa o segundo grande acontecimento na história do Rosário e das suas confrarias, na segunda metade do

---

<sup>174</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 483.

<sup>175</sup> Vide Manuel Rivero Rodriguez, *La batalla de Lepanto. Cruzada, guerra santa e identidad confesional*. Madrid: Silex, 2008, p. 115.

século XVI. Em primeiro lugar, o Concílio de Trento e, sobretudo, a vitória cristã de Lepanto, ambos vinculados num momento singular da história da Igreja Católica e da já fragmentada Cristandade europeia perante as graves ameaças do Protestantismo e o avanço dos turcos. O facto da historiografia moderna se referir à reforma católica como “contra-reforma” e a Lepanto como “cruzada” é de facto significativo e influenciador para o imaginário que se consolida, referenciais como henraça e como noção de afrontamento.<sup>176</sup>

Durante o Concílio de Trento evidencia-se a necessidade de organizar e harmonizar as numerosas iniciativas pastorais que, já desde a Idade Média, diversos episcopados e monarcas tinham levado a cabo em dioceses concretas ou inclusive territórios, algumas pontuais ou desordenadas, mas outras perfeitamente coordenadas e aplicadas. Esta racionalização tridentina responde a inquietudes da Cúria Romana e de diversos episcopados, que se vão concretizar nos concílios provinciais que cada um na sua diocese convoque e regule. Esta iniciativa vai consolidar e estruturar a pastoral da Igreja. Neste contexto, o Rosário vai constituir-se num meio privilegiado da racionalização e do centrismo romano, como um protótipo de uma religiosidade paralela à sacramental.<sup>177</sup> Segundo Mensaque, o Rosário insere-se nas práticas de piedade públicas e privadas, no que concerne à religiosidade “oficial”<sup>178</sup> que é ordenada e controlada pelo clero com a ajuda da instância civil.

O documento fundamental que estabeleceu definitivamente a normalização e fixação da oração do Rosário foi a Bula *Consueverunt* (1569) do papa Pio V. Concede a S. Domingos a glória de ser o seu autor e à Ordem de Predicadores os seus genuínos propagadores. É uma bula que pela primeira vez se dirige a toda a Igreja. Na Bula não falta a lamentação bíblica interpretada num sentido cristão e mariano. O mais relevante é a estrutura e conteúdo do Rosário. Propõem a forma das dezenas de Avé Marias precedidas do Pai Nosso. Insiste que o Rosário é um modo e método de oração que consiste na meditação dos mistérios de Cristo. O conteúdo da meditação é muito cristológico, pois segundo a Bula com o Rosário venera-se a Virgem, mas o que se medita

---

<sup>176</sup> Vide Carlos José Romero Mensaque, “La universalización de la devoción del Rosario y sus cofradías en España. De Trento a Lepanto” in *Angelicum*, nº 90, Califórnia: Pontificia Universitas a Sancto Thoma, 2013, p. 218.

<sup>177</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 218-219.

<sup>178</sup> Segundo Mensaque, a religiosidade seria a expressão ou manifestação da Fé, tanto a “ordenada” como a “vívda” e divide-se em duas religiosidades: a oficial e a popular. Vide Idem, *Ibidem*, p. 219. Para uma análise mais aprofundada sobre este assunto vide Jean Delumeau, “Religion officielle et religion populaire pendant la reforme et la contra-réforme en France” in *Concilium*, nº 206, 1986, pp. 23-31.

e contempla são os mistérios de Cristo. Esta meditação está ligada ao Pai Nosso no início das Avé Marias.<sup>179</sup>

O Papa inclina-se pela modalidade mais usual em Itália e na Espanha. Neste sentido, prossegue com os quinze mistérios e a segunda parte da Bula volta a confirmar a oração semanal, enriquecendo com indulgência a cinquentena. Pio V refere-se pastoralmente ao Rosário com as palavras “divulgação” ou “instituição”, mas não propriamente “predicação”, enfatizando o carácter acessível e fácil de oração. Pode pensar-se que se busca um conceito de Rosário menos como método de oração e mais como uma espécie de “arma” frente ao cisma, baseado na repetição e na oralidade.<sup>180</sup>

A vitória de Lepanto foi atribuída por Pio V à intercessão da Virgem da Vitória, mas rapidamente se vinculou à devoção do Rosário, a advocação mariana mais significativa. Esta vitória supôs uma explosão de alegria e alívio em toda a Europa cristã, mas foi a Igreja Católica quem monopolizou extraordinariamente o evento ao ter sido a promotora da frota juntamente com Espanha e Veneza. Havia uma clara consciência de perigo ante o avanço imparável dos turcos no Mediterrâneo. No entanto, politicamente, podemos afirmar que o seu efeito foi curto e muito limitado.<sup>181</sup>

A efeméride vinculou-se desde o primeiro momento à especial intercessão da Virgem Maria. Pio V, principal impulsor do que considerava uma autêntica “cruzada”, assim o declarou na sua Bula *Salvatoris Domini Nostri Iesu Christi*, de 5 de Março de 1572, em que recordava a vitória e estimava que nunca devia cair no esquecimento e para isso confirmava as indulgências que se aplicavam aos confrades do Rosário. A Bula confirmava autoridade à Confraria do Rosário de Martorell (Barcelona), que se encontrava a construir uma capela própria, um de cujos impulsores e protectores era Luís de Requesens, lugar-tenente general da armada, senhor da vila e que tinha combatido em Lepanto. Parece que ao seu requerimento ou devido à sua influência em Roma, o papa concedeu à Confraria um Jubileu perpétuo em comemoração da vitória de Lepanto a celebrar o 7 de Outubro, constituindo-se na data da sua festa principal, substituindo a anterior, que era o segundo domingo de Maio.<sup>182</sup>

Tudo parece indicar que no ânimo do papa dominicano Pio V estava a instauração de uma festa própria de Nossa Senhora do Rosário vinculada à vitória de Lepanto,

---

<sup>179</sup> Vide Carlos José Romero Mensaque, *Op. Cit.*, p. 224-225.

<sup>180</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 225.

<sup>181</sup> Vide Jhon Elliott, *La Europa dividida 1559-1598*. Madrid: 2005, pp. 195-199.

<sup>182</sup> Vide Carlos José Romero Mensaque, *Op. Cit.*, p. 226-227.



outorgando assim à oração uma dimensão universal e um carácter missional tridentino. A oração mariana converte-se no arquétipo oracional da Catolicidade que faz especialmente possível a vitória frente aos inimigos da Igreja. Por isso, o seu sucessor Gregório XIII, a 1 de Abril de 1573, e mediante a Bula *Monet apostulus* estabelece a festividade da Virgem do Rosário para todas as igrejas que tenham altar dedicado à Virgem com esta advocação. A Bula afirma:

*“Cayendo en la cuenta también que el mismo día 7, que entonces fue primer domingo de dicho mes de octubre, todas las cofradías establecidas por todo el mundo bajo la invocación del dicho Rosario, saliendo procesionalmente, según sus laudables normas y costumbres, elevaron a Dios piadosas oraciones, las cuales hay que creer que fueron muy provechosas para conseguir dicha victoria por la intercesión de la Santísima Virgen, hemos juzgado que haríamos una buena obra si, para conservar el recuerdo de tan gran victoria, evidentemente concedida por el cielo y para dar gracias a Dios y a la Santísima Virgen, instituyésemos una fiesta solemne denominada del Rosario, que habría de celebrarse el primer domingo del mes de octubre.”*<sup>183</sup>

A instituição no primeiro domingo de Outubro e não concretamente no dia 7 é claramente rosariana, já que era costume nalgumas confrarias as procissões e festas nos primeiros domingos do mês. A partir de aquele momento, em todas as constituições das confrarias fixou-se, pela primeira vez, esta festa como a principal.<sup>184</sup> Depois de Lepanto, o instituto das confrarias estabelece as denominadas festas mensais com missa solene e procissão claustral os primeiros domingos, e obrigação de confessar e comungar, sendo a principal a de Outubro, também denominada de “Batalha Naval” comemorativa de Lepanto, e dedicada especialmente à Virgem do Rosário, com função, panegírico, música e procissão pública com a imagem. Nesta festa, a procissão podia sair pela manhã ou à tarde, à descrição do prior e dos oficiais. Os confrades deslocam-se à frente da imagem e levam na mão um círio e na outra um rosário orando a Deus pela Igreja. No caso espanhol, o ritual da festa variava consoante as zonas geográficas: Saragoça, Galiza, Catalunha e Santiago de Compostela.<sup>185</sup>

---

<sup>183</sup> Vide *Acta Sanctae Sedis necnon*, vol. II, parte I e II, s/d, pp. 99-104, [http://ccfr.bnf.fr/portailccfr/jsp/index\_view\_direct\_anonymous.jsp?record=bmr%3AUNIMARC%3A3437439 – data de consulta: 04/09/2017].

<sup>184</sup> Vide Carlos José Romero Mensaque, *Op. Cit.*, p. 228.

<sup>185</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 234-236.

A expansão das confrarias do Rosário não se limita ao laicado dos conventos dominicanos ou às paróquias maiores, mas também, a partir de Lepanto, a armada espanhola toma a Virgem do Rosário como patrona da Carreira das Índias e erige, com licença dominicana, diversas confrarias entre os oficiais e a tropa. E não só na armada, mas também na generalidade do exército.<sup>186</sup> Em alguns quartéis encontravam-se capelas, mas noutros o altar era portátil com o objectivo de acompanhar os destacamentos aos seus destinos.

Também no caso da Península Itálica se encontra esta devoção a Nossa Senhora do Rosário. Na Basílica de S. João e S. Paulo, os católicos venezianos pouco tempo depois da vitória de Lepanto dedicaram, em acção de graças, a capela votiva da Senhora do Santo Rosário. A capela foi construída pelo veneziano Alessandro Vittoria e o tecto foi pintado pelo célebre Paolo Veronese.<sup>187</sup>

Se atentarmos agora no aspecto cultural observamos ainda outra perspectiva da vitória de Lepanto. Se o Rosário representa a consolidação e um reforço da Cristandade contra as adversidades que se lhe apresentavam, a imagem representa um vínculo a Lepanto que carece de alguma análise na perspectiva que a liga directamente a Nossa Senhora. Podemos afirmar, que as duas perspectivas de análise da vitória de Lepanto se complementam na definição do imaginário pós-Lepanto.

Segundo Gruzinski, as imagens são produzidas dentro de uma tradição histórica e cultural, portanto, podem representar e dar seguimento a uma determinada expressão de um seguimento social ou instituição, representar a si mesmo e/ou aos outros num tempo e num espaço.<sup>188</sup> Mahiques destaca a iconografia como a disciplina que nos permite conhecer o conteúdo da figura em virtude da especificidade das suas características e da sua relação com determinadas fontes históricas. Por outro lado, o conceito de iconologia equivale a uma interpretação histórica das imagens, em que se busca compreender as situações e os ambientes onde essas imagens cumpriram com uma função particular cultural, estabelecendo uma linguagem entre a imagem e o contexto histórico.<sup>189</sup> Observamos então alguns casos que aqui se inserem de maior importância histórica.

---

<sup>186</sup> Podem citar-se como exemplo a Confraria do Terço Provincial do Reino de Toledo com sede em Barcelona, que foi erigida na segunda metade do século XVIII ou a do Regimento Imemorial do Rei de Madrid. Vide Idem, *Ibidem*, pp. 242-243.

<sup>187</sup> Vide John Vennari, “A capela do Rosário em Veneza em honra da vitória do Rosário na batalha de Lepanto.”

<sup>188</sup> Vide Gruzinski, S., *Op. Cit.*, p. 39.

<sup>189</sup> Vide Mahiques, R. G., “Los conceptos de iconografía e iconología. Introducción” in *Iconografía e Iconología. La Historia del Arte como Historia Cultural*. Madrid: Ediciones Encuentro, 2008, vol. I, p. 49.

A obra de Tiziano Vecellio conhecida como *Alegoria da Batalha de Lepanto*,<sup>190</sup> porém intitulada *Felipe II ofreciendo al cielo al príncipe Don Fernando*, foi produzida em resposta à encomenda do monarca espanhol com a intenção de celebrar dois momentos marcantes do seu reinado, em 1571 – a vitória naval sobre a frota turca e o nascimento do seu herdeiro. Segundo os autores Junior Vieira e Padilha Rivadávia, apesar da pintura ser reconhecida como a *Alegoria da Batalha de Lepanto* não coloca em destaque o acontecimento bélico. A batalha é representada no último plano da composição, sendo desvanecida por uma série de elementos carregados de simbolismo dinástico e religioso.<sup>191</sup> Acrescentam ainda que esta pintura é um raro exemplo de quadro do género alegórico do monarca espanhol. A alegoria é uma expressão pictórica que convida o observador a buscar compreender um significado geral e abstracto a partir de uma figuração de um facto ou situação. No género alegórico, cada elemento pode personificar um sentido simbólico nos seus detalhes. Partindo desta premissa dos autores, então não podemos concordar totalmente com a afirmação feita anteriormente, pois o facto de a batalha estar representada em último plano na pintura não significa necessariamente que seja eclipsada, mas sim que aparece somente em segundo plano.

A nossa perspectiva de análise vai de encontro à reflexão apresentada por Víctor Mínguez. Na obra em análise, Felipe II sustém nas mãos o seu filho nu, recém-nascido, elevando-o ao céu, de onde se desloca um anjo, que entrega ao menino uma palma de triunfo. Não é a aparição de uma personagem celestial que distingue esta pintura dos retratos régios, mas todos os elementos que rodeiam o grupo principal e que transformam a composição numa alegoria de poder e, mais concretamente, de legitimação do poder: um turco cativo, o combate naval e, inclusive, a mesa-altar, as colunas ou o cão. O interesse desta obra reside, à margem das valorizações estéticas, em que parece ser que o próprio Felipe II se implicou pessoalmente no encargo e na supervisão da pintura, assinalando as directrizes gerais da obra. Assim, esta obra situa-se dentro de uma estratégia propagandística que pretendia mostrar uma vez mais Felipe II como defensor da fé católica. É um quadro comemorativo e alegórico, posto que ressalta a glória da dinastia Austríaca pelo triunfo na batalha naval. A conexão entre o nascimento do príncipe e Lepanto não é menor. Até que nasceu Fernando um partido cortesão postulava

---

<sup>190</sup> Ver Elenco Imagético 2.

<sup>191</sup> Vide Padilha Vieira Junior Rivadávia, *Op. Cit.*.

a D. Juan de Austria como herdeiro do monarca ao trono espanhol.<sup>192</sup> Estará apresentado o motivo porque, até a continuidade dinástica estar garantida, o monarca tardou em reconhecer e festejar a importância da vitória naval?

Segundo González de Zárate, o acto de o anjo entregar símbolos de triunfo, induz a pensar que o herdeiro estava destinado a maiores glórias e triunfos. Para o mesmo autor, a presença de um cão alude à imagem tradicional de Justiça e Fidelidade, virtudes capitais que deviam possuir os monarcas. Nesta perspectiva, a obra de Ticiano concertar-se-ia com a leitura de “*el triunfo, la gloria y la victoria en la guerra justa*”.<sup>193</sup> Já segundo Fernando Checa Cremades, “*esta tela no es sólo un retrato, aunque contiene el último que Tiziano realizó del rey de España, ni tampoco una pintura de historia, si bien en el fondo aparece representada la batalla de Lepanto, ni una mera conmemoración dinástica (...); pero es todas estas cosas en conjunto*”.<sup>194</sup>

Acompanhando este retrato alegórico de Felipe II e o seu filho, foram enviadas a Espanha outras duas obras de Tiziano desde Itália: *San Jerónimo penitente*<sup>195</sup> e *La religion socorrida por España*.<sup>196</sup> A segunda obra é de novo um quadro alusivo à monarquia espanhola como defensora do Catolicismo. Apesar de se tratar de um quadro que anteriormente representava o triunfo da virtude sobre o vício, no fundo representador da exaltação de Espanha *versus* a natureza do poder, foi reformulado.<sup>197</sup> Surgia agora um turco a dirigir o que tinha sido o carro de Neptuno, enquanto Minerva, substituindo a figura de Vénus, passava a simbolizar a Monarquia Católica que socorria a fé ameaçada. Todo o sentido do quadro transformava-se numa nova alegoria do triunfo de Lepanto<sup>198</sup>, enquanto elemento marcante para o Catolicismo no Ocidente.

A Sala de Batalhas do Escorial apresenta-se com cenas de vitórias espanholas decisivas e que proclamavam o papel da guerra como instrumento de poder. Este é um dos lugares em que se pode encontrar a série de seis grandes telas pintadas pelo pintor genovês Luca Cambiaso, que teria sido encomendada pelo próprio Felipe II. De carácter

---

<sup>192</sup> Vide Víctor Mínguez, “Iconografía de Lepanto. Arte, propaganda y representación simbólica de una monarquía universal y católica” in *Obradoiro de Historia Moderna*, nº 20, 2011, pp. 271-274.

<sup>193</sup> Vide González de Zárate, Jesús María, “Imagen y Poder. Alegorías en Emblemas” in *Emblemata Aurea. Na emblemática en el arte y la literatura del Siglo de Oro*. Madrid: Akal, 2000, p. 226.

<sup>194</sup> Vide Checa, Fernando, ficha catalográfica en *Felipe II. Un monarca y su época. Un príncipe del Renascimineto*. Sociedad Estatal para los centenarios de Felipe II y Carlos V, 1998, pp. 497-499.

<sup>195</sup> Ver Elenco Imagético 3.

<sup>196</sup> Ver Elenco Imagético 4.

<sup>197</sup> Este quadro foi primeiramente elaborado para Afonso I de Ferrara, cuja morte precipitada fez com que Tiziano o guardasse e reutilizasse. Vide Víctor Mínguez, *Op. Cit.*, p. 275.

<sup>198</sup> Vide Martínez Cuesta, Juan, ficha catalográfica en *Felipe II. Un monarca y su época. Un príncipe del Renascimineto*, p. 520.

claramente comemorativo a Lepanto, na série de Cambiaso somos apresentados a uma narrativa dos sucessos da campanha, deste a partida de Messina até ao retorno vitorioso.<sup>199</sup>

As imagens comemorativas de Lepanto<sup>200</sup> têm quase todas em comum o emprego de uma linguagem alegórica, que destaca a crença numa intervenção divina para a conquista da vitória, estando deste modo interligadas a primeira e a segunda perspectiva desenvolvidas neste capítulo. Destaca-se, portanto, uma visão essencialmente providencialista.

A notícia da vitória chegou a Barcelona por volta do dia 27 de Outubro, oito dias depois de ter chegado a Veneza. Em Espanha deu-se início a uma rápida difusão através da circulação de poemas e louvores, manuscritos, impressos, festas e da realização de procissões, missas e outras celebrações, à medida que a notícia se ia espalhando.<sup>201</sup> Já Veneza organizou um concurso, em que o pintor Paolo Veronese foi o vencedor, para a realização de uma grande tela destinada à Sala do Colégio, no Palácio Ducal, intitulada *Sebastiano Vernier agradecendo a Cristo a vitória de Lepanto*, produzida entre 1581 e 1582.<sup>202</sup> Estampas e gravações também constituíram a forma mais eficaz em difundir e fazer propaganda do acontecimento. Numerosas séries de gravuras foram impressas nos Países Baixos e na Península Itálica, como a de Cavalleriis, *La Batalla de Lepanto*,<sup>203</sup> em Roma, em 1572.<sup>204</sup>

Em Roma, o Papa tinha solicitado a produção de quatro medalhas diferentes para celebrar a efeméride, enquanto Felipe II ainda não tinha solicitado nenhuma. Foi o Cardeal Granvela, como vice-rei de Nápoles, quem ordenou a cunhagem de uma medalha comemorativa, que trazia a sua própria efígie e, no reverso, o acto de entrega a D. Juan de Austria do estandarte da Santa Liga benzido por Pio V.<sup>205</sup>

---

<sup>199</sup> Vide Jonathan Brown, *La sala de batallas de El Escorial*. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1998.

<sup>200</sup> A aproximação do historiador com os documentos imagéticos consolidou-se no campo historiográfico a partir do século XX. A partir do movimento da Escola dos Annales, produziu-se um diálogo entre as histórias e as demais áreas das ciências humanas, abrindo espaço para o estudo da imagem como documento histórico. A esta aproximação com o campo imagético somaram-se as contribuições da nova história da arte, ao visar um entendimento globalizante, ou seja, estético, histórico, ideológico e contextual, em contraposição a uma história de arte formal. Vide Padilha Vieira Junior Rivadávia, *Op. Cit.*, Introdução.

<sup>201</sup> Vide Idem, *Ibidem*, Desenvolvimento da batalha. Ver Anexo 10: Carta original del secretario Alzamora á D. Juan de Austria. Ver Anexo 11: Institucion en la catedral de Toledo de fiesta anual en memoria de la batalla de Lepanto.

<sup>202</sup> Ver Elenco Imagético 5.

<sup>203</sup> Ver Elenco Imagético 6.

<sup>204</sup> Vide Idem, *Ibidem*, Desenvolvimento da batalha.

<sup>205</sup> Vide R. Mulcahy, “Celebrar o no celebrar: Felipe II y las representaciones de la batalla de Lepanto” in *Revistas del Patrimonio Nacional*. Nº 168, 2006.

Assim, dezenas de pinturas inspiradas na batalha foram realizadas tanto imediatamente, como nos séculos posteriores, com um intenso simbolismo escatológico. A Biblioteca Nacional de Barcelona conserva uma série de gravuras, onde, com humor realista, é representada a batalha e a disposição das embarcações nas diferentes fases da batalha. Uma representação correspondente, mas ainda mais simbólica, conserva-se no Museu Naval de Madrid, na qual se destaca o papel da artilharia. Estas gravuras, iguais a outras que se encontram na Alemanha, na Biblioteca Nacional de Madrid e no Museu Nacional de Greenwich, apresentam uma imagética da frota em perfeita simetria, como se fossem arquétipos mais do que imagens da batalha real.<sup>206</sup> Por outro lado, outros quadros centram-se no carácter dramático do confronto, como o de Andrea Vicentino<sup>207</sup>, hoje no Palácio Ducal de Veneza, e o de Juan Luna, *La batalla de Lepanto*<sup>208</sup>, que ilustra bem a ferocidade da batalha.

A crença de que a vitória das forças da Liga foi resultado de intervenção divina espelha-se na produção de imagens que incorporam visões e personagens celestiais. Tal facto verifica-se nos dois frescos de Giorgio Vasari<sup>209</sup>, um para a Sala Real do Vaticano, por encomenda de Gregório XIII, poucos meses depois do combate, em que se observam as frotas formadas em ordem de batalha, as três potências cristãs aliadas e a morte a aterrorizar os inimigos. O segundo fresco<sup>210</sup> reflecte o momento do auge da batalha, com múltiplas abordagens e disparos artilheiros das frotas. Nesta produção quem resolve a batalha não são os soldados nem os marinheiros, mas uma visão celestial situada na parte superior esquerda, em que as nuvens se abrem e Cristo, S. Pedro, S. Paulo, S. Marcos, S. Tiago e uma legião de anjos aniquilam a frota turca. Na parte inferior esquerda uma alegoria da Fé sentada sobre turcos cativos é coroada com o laurel da vitória por um anjo. Esta pintura foi reproduzida numa imagem romana de 1572 por Giovanni Battista Cavalleriis, que permitiu difundir a leitura milagrosa da batalha.<sup>211</sup>

---

<sup>206</sup> A obra de Mario Kartaro tentava recrear o combate com vigor, representado fielmente as costas do Golfo de Lepanto, a ordem da batalha e os movimentos de ambas as frotas. Esta forma de representar o combate, desprovida de artifícios propagandísticos e simbólicos teve a sua continuidade. Observa-se na Galeria dos Mapas da cidade do Vaticano e numa representação do século XVIII de Sebastián de Caster. Vide Víctor Mínguez, *Op. Cit.*, p. 263.

<sup>207</sup> Ver Elenco Imagético 7.

<sup>208</sup> Ver Elenco Imagético 8.

<sup>209</sup> Ver Elenco Imagético 9.

<sup>210</sup> À data da conclusão da dissertação e da investigação não foi possível encontrar o fresco a que fazemos menção.

<sup>211</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 263-264.

Também se insere nesta linha de produção o quadro de Paolo Veronese,<sup>212</sup> onde a metade superior é ocupada pela invocação de Veneza, personificada na Virgem, com um fundo de coros de santos e anjos. No quadro de Lazzaro Baldi representa-se, em 1673, a visão de Pio V da vitória das forças da Liga.<sup>213</sup> Esta obra representa a visão profética que o papa teve da vitória de Lepanto, apesar da notícia só ter chegado a Roma dia 21 de Outubro. Já o simbolismo da vitória pode ser observado em muitas obras de carácter puramente alegórico, como foi referido anteriormente, personificações de Veneza, de Espanha e do mal – os otomanos. Característica desta série de obras é *Sueño de Felipe II*<sup>214</sup>, de El Greco, pintada entre 1578 e 1579.

Esta obra é conhecida por diversos nomes, *La adoración del nombre de Jesús*, *La gloria de Felipe II* ou a *Alegoria de la Liga Santa*. As suas distintas denominações indicam algumas das variadas interpretações que se têm feito dele. A composição divide-se em duas zonas sobrepostas e ligadas pelos raios de luz e a observação dos personagens da secção inferior. Na parte superior observa-se a glória, e entre nuvens e anjos manifesta-se o anagrama do nome de Jesus. Na parte inferior uma multidão ajoelhada, encabeçada pelo rei de Espanha, o papa e o Dux contempla a visão. Atrás deles descobrem-se as portas do Purgatório, e em primeiro lugar, à direita, a boca do leviatã a devorar os condenados – infiéis e hereges. Os três governantes recordam na sua atitude humilhada na composição de Andrea Marelli, *Alegoria de la Liga Santa*, realizada em 1572.<sup>215</sup>

Anthony Blunt reconheceu a pintura como uma alegoria da Santa Liga, posto que aparece nela Felipe II, o Dux de Veneza Alvise Mocenigo e Pio V. Junto a eles identificou-se a figura juvenil e meio despida armada com espada como um retrato do almirante D. Juan de Austria. A ser correcta esta identificação tratar-se-ia de uma pintura lepantina. Enquanto El Greco realiza esta pintura produz-se o duplo falecimento de D. Fernando e de D. Juan de Austria. Portanto, este lenço<sup>216</sup> integrar-se-ia na corrente exaltadora da gesta de Lepanto, iniciada com o nascimento do príncipe. A confirmar o motivo certo da realização do quadro esteve a sua colocação na tumba de D. Juan de

---

<sup>212</sup> Ver Elenco Imagético 11.

<sup>213</sup> Ver Elenco Imagético 12.

<sup>214</sup> Ver Elenco Imagético 13.

<sup>215</sup> Esta obra mostra de uma forma mais directa o vínculo entre os líderes e os respectivos almirantes da sua frota. Ao centro Pio V, e de ambos os lados Felipe II e o Dux de Veneza, junto aos seus almirantes. Atrás deles uma paisagem marítima com ambas as armadas formadas, dispostas a começar a batalha. No alto, contempla-se o inevitável e conveniente aparecimento da glória, Jesus Cristo, junto a S. Pedro e S. Paulo, a bendizer o acontecimento. Vide Idem, *Ibidem*, p. 270.

<sup>216</sup> Esta palavra é usada como vocabulário na presente dissertação por ser o termo técnico utilizado nas Artes. Equivale numa linguagem mais vulgar ao vocábulo tela.

Austria, cujos restos se trasladaram para o Escorial em 1578. Isto justificaria a sua presença no lenço, e explicaria o facto de que representasse a Liga, inclusive uns anos depois de esta se ter dissolvido, a modo de reconstrução histórica. Também circulou na historiografia que podia ser um lenço realizado como carta de apresentação ante o monarca, pois desejava introduzir-se no círculo cortesão, apesar de que se assim foi não obteve o resultado que pretendia.<sup>217</sup>

Fernando Marías ressaltou o carácter teológico da obra, frente ao significado político, já que considera que a presença do papa e do Dux estaria motivada tão somente como representação dos poderes terrestres. Assim sendo, o verdadeiro protagonista do quadro seria Felipe II, que estaria à espera do Juízo Final, eminentemente glorioso. E isto explicaria os nomes que no século XVII o quadro recebia nos inventários – *Felipe II en la Gloria, Visión que tuvo Felipe II* ou mais popularmente *La Gloria de Felipe II*. A inclusão do Purgatório também é pertinente, como imagem de penitência associada à temática teológica de condição humana e do pecado.<sup>218</sup>

Víctor Mínguez interpreta que nos encontramos perante um quadro teológico-político, concebido desde a óptica jesuítica. Segundo o mesmo, a originalidade da obra reside em unir os retratos dos líderes da Santa Liga e a alusão a Lepanto com um juízo universal presidido pelo nome de Jesus. Mínguez afirma que é evidente que o clima espiritual da Espanha Contrarreformista e a influência dos jesuítas estão presentes nestes elementos que retrata El Greco. A importância que adquire o Sacramento da Penitência depois do Concílio de Trento manifesta-se não só na alusão do Purgatório, mas sobretudo, na multidão ajoelhada, enquanto a Companhia de Jesus está presente através do anagrama do nome de Jesus. E acrescenta que o anagrama é uma das chaves da pintura, pois a pintura parece inspirar-se num texto do apóstolo S. Paulo, “*para que ao nome de Jesus todo o joelho se dobre nos céus, na terra e nos abismos*” (Flp. 2. 10). Segundo Mínguez, o papel que desempenhou a Companhia de Jesus na formação da Santa Liga foi crucial, actuando como mediadora entre Felipe II e Pio V, para chegarem ao consenso de que D. Juan de Austria seria o chefe da Liga. Os jesuítas foram embarcados nas galeras espanholas, enquanto os capuchinhos viajavam nas papais e os franciscanos e dominicanos nas genovesas<sup>219</sup>, o que ilustra o papel específico e determinante das várias influências das Ordens religiosas. Manuel Rivero Rodríguez, corroborando esta

---

<sup>217</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 275-277.

<sup>218</sup> Vide Fernando Marías, *El Greco: biografía de un pintor extravagante*. Madrid: Nerea, 1997, p. 126.

<sup>219</sup> Vide Víctor Mínguez, *Op. Cit.*, p. 278.



problemática afirma que “*el protagonismo de los jesuitas fue muy marcado, no sólo por ser la única orden disseminada por todas las escuadras, sino porque los principales mandos dispusieron de capellanes de la Compañía*”.<sup>220</sup> Esta desde as suas origens cultivava uma perspectiva de cruzada.

No entanto, a propaganda e a interpretação simbólica da batalha iniciaram-se inclusive antes das frotas zarparem dos seus respectivos portos para se confrontarem. Veja-se, a título de exemplo, a galera real de D. Juan de Austria, que tinha sido construída em 1568, em Barcelona, com decorações mitológicas e evocativas de uma capela ambulante.<sup>221</sup>

No século XVII, em quase todas as produções se representa a intervenção divina decidindo a vitória, que a partir desta data é protagonizada sempre pela Virgem. A Igreja de Monêtier-les-Bain, nos Altos Alpes, tem uma produção na vertical, *La Batalla de Lepanto*, que mostra na sua metade inferior a derrota dos turcos, com as suas galeras a desfazerem-se no meio do fogo ou a afundarem-se e o mar coberto de náufragos com turbantes. Na metade superior o céu abre-se a uma Virgem que envia raios destruidores contra a armada turca. Também um lenço anónimo do primeiro terço do século XVII atribuído a uma escolha madrilena, *Lepanto*, localizado no Museu Casa Cervantes, foi inspirado numa gravura do italiano Martinus Rota, realizado pouco tempo depois da batalha, é a Virgem do Rosário quem decide o combate. A Virgem do Rosário é igualmente protagonista de outro lenço anónimo, *Batalla de Lepanto*, na Capela do Rosário da Igreja de S. Vicente Ferrer, em Castellón, de princípios do século XVIII, que fazia conjunto com outro lenço desaparecido, que fazia alusão a D. Juan de Austria.<sup>222</sup>

Direccionando o olhar sobre a América, concluímos que a presença dos dominicanos contribuiu para a devoção à Virgem do Rosário e por extensão à difusão da iconografia de Lepanto. No Vice-reinado da Nova Espanha existem dois quadros de Andrés de Concha, em S. Francisco de Texmelucan e Yanhuitlàn, em que a maior parte do espaço é ocupado pela Virgem abraçada ao Menino pelas contas do Rosário. Aos seus pés estão o papa e o rei de Espanha, acompanhados de personagens das suas cortes, o que em determinado aspecto faz lembrar a disposição das imagens no Estandarte da Santa Liga. Também no templo de Atotonilco está representado o combate num mural pintado

---

<sup>220</sup> Vide Manuel Rivero Rodríguez, *Op. Cit.*, pp. 139-140.

<sup>221</sup> Em 1971, por ocasião do IV Centenário, o Museu Naval de Barcelona realizou uma reconstrução da galera em tamanho real. Vide Martínez Hidalgo, *Lepanto, la batalla, la Galera Real: recuerdos, reliquias y trofeos*. Barcelona: Diputación Provincial de Barcelona y Museo Marítimo, 1971.

<sup>222</sup> Vide Víctor Mínguez, *Op. Cit.*, p. 267.

na cúpula, feito por Martínez Pocasangra. A abóboda está dividida e a batalha aparece representada com grande detalhe. Ocorre a aparição da Virgem do Rosário no interior da igreja de Santa Maria Maior perante uma multidão de eclesiásticos que a adoram presididos por Pio V. No vice-reinado do Perú encontram-se produções semelhantes na Igreja de Santa Ana de Potosí, na Bolívia, assim como na Catedral de Cuzco, no Perú, em que a abóbada da nave central tem uma representação da batalha.<sup>223</sup>

No século XVIII, já na Dinastia dos Bourbon, continuam a ocorrer representações do divino. É um exemplo Lucas Valdés com a produção *Lepanto*, para o Convento dominicano de S. Paulo, em Sevilha, datado entre 1710 e 1715, ocorrendo nesta obra uma acção mais reveladora da importância do Rosário, o envio de rosários por querubins sobre a frota cristã. Também na igreja paroquial de Santa Maria de Requena, em Valência, há uma pintura com o papa a entregar o estandarte a D. Juan de Austria e, mais uma vez, a representação da Virgem do Rosário ao fundo da imagem.<sup>224</sup>

Orações, hinos religiosos e cantos épicos foram escritos para glorificar o triunfo do Cristianismo. São exemplos dos últimos, *La Austriada*, de Juan Rufo; o poema do cavaleiro português Jerónimo Corte Real, impresso em 1578; *Araucana*, de Ercilla, que consagrou a este assunto o canto 24; Cristóbal de Virues, com o poema *El Monserrate*, e na *Eploga* que intitulou de batalha naval, impressa na *Colección de obras trágicas y líricas*, em Madrid, em 1609; Jerónimo Costiol acrescentou à sua *Primera parte de la Chronica de D. Juan de Austria o Canto al modo de Orlando*, desde a guerra de Chipre à vitória da confederação cristã, em 1572; Juan Puyol escreveu *Historia poética* dividida em três cantos – o primeiro trata a guerra de Chipre, o segundo, a liga formada contra Selim e o terceiro a vitória da batalha; o rei Jaime VI de Escócia e I de Inglaterra escreveu, em 1585, um poema sobre Lepanto;<sup>225</sup> Chesterton, nos princípios do século XX, encontrava o feito ainda mais impressionante para escrever o seu poema em título homónimo. Depois desta reflexão coloca-se a seguinte problemática: além da defesa da religião, a batalha inspirou, em última instância, os seus valores culturais comuns, nomeadamente a revalorização do Rosário?

Levando a cabo uma análise de largo espectro, observamos até ao século XX celebrações e comemorações dos centenários de Lepanto, são exemplo disso, medalhas,

---

<sup>223</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 268-269.

<sup>224</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 269.

<sup>225</sup> Vide *Historia del combate naval de Lepanto, y juicio de la importancia y consecuencias de aquel suceso*, p. 78.

selos<sup>226</sup> e publicações em jornais. Atentemos agora na análise de alguma imprensa que carece de análise neste âmbito.

No *Diario Curioso, histórico, erudito, comercial, civil y económico*, de dia 16 de Julho de 1772, na secção de Piadas: “*Embiò Phelipe Segundo, por Embaxador al Gran Turco, un Personage, que tenia fea la cara de heridas recibidas en la Guerra: Dixole un Aulico del Sultàn: No havia outro menos señalado que embiarnos? Si havia, (respondiò) muchos pero quiso mi Rey acordaros com estas cicatrices, las cuchilladas que os dimos en la reciente Batalla de Lepanto.*” Este excerto mostra certamente como era vivida a memória da vitória de Lepanto na Espanha da época. Já não era tempo de engrandecer e prestigiar a vitória, mas de relembrar aos leitores do jornal que, efectivamente, a vitória de Lepanto era agora vista com um lado satírico, que de determinado ponto de vista de vista menosprezava o sultão e queria permanentemente relembrar o quão importante era essa vitória no imaginário da Cristandade.<sup>227</sup>

No mesmo jornal, de dia 7 de Outubro de 1772, encontramos na secção de História do Dia, uma forma ilustre do autor, Frei Vicente de Paílos, de se dirigir aos protagonistas da Santa Liga – Sereníssimo Príncipe Don Juan de Austria. É interessante destacar como faz referência que o desenlace tão favorável à Igreja fez com que o papa tivesse uma revelação de imediato. O resto do artigo aborda as perdas humanas e materiais depois de uma breve biografia de D. Juan de Austria, que depois de uma carreira militar heróica morria jovem aos 33 anos de idade, sepultado no Escorial. O artigo não menciona as perdas da frota cristã, mas sim pormenorizadamente as perdas turcas. Esta ausência de referência às perdas cristãs enquadra-se na busca de valorizar a vitória e não tanto no rigor histórico.<sup>228</sup>

No jornal *La Ilustración, revista semanal de literatura, artes y ciencias*, de 7 de Outubro de 1883, surge uma publicação do dia do aniversário de Lepanto nesta publicação semanal de tipo cultural, como a anterior publicado em Barcelona. O artigo começa por assinalar as forças contendentes, referindo que as datas são díspares segundo as fontes: “*dotación sobre la que hay disparidade de pareceres, habiendo algunos que la hacen ascender ó 120 000 hombres en total.*” Narra os acontecimentos da batalha e aprecia-se na sua descrição um tom narrativo, que se pode dizer literário, que termina

---

<sup>226</sup> Ver Elenco Imagético 14.

<sup>227</sup> Vide *Diario Curioso, Historico, Erudito, Comercial, Civil y Economico*, 16 de Julho de 1772, nº 40, p. 3.

<sup>228</sup> Fernando Najera Lavid, *La Batalla de Lepanto en la prensa escrita de los siglos XVII, XIX y XX*. S/I: 2012, p. 3.

com a reacção da frota cristã ao ataque turco, “y los españoles se lanzan intrépidos á la galera turca y renuévase con inaudito furor la lucha hasta que herido de un balazo en la cabeza Alí-Bajá sus soldados son arrollados por todas partes. Alí-Bajá es rematado, y al propio tiempo que su cabeza era clavada en una pica, desaparecía de la galera capturada el estandarte de los califas para ser sustituido con la bandera de la Cruz.” A narração termina quando o autor refere os dados das perdas cristãs e turcas, não deixando esquecido o botim da armada turca. O artigo termina fazendo referência ao sentido de dever cumprido, começando em D. Juan de Austria e terminado nos restantes combatentes. No entanto, não deixa de observar a bravura de Miguel Cervantes, “*fuera nos es pronunciar uno solo (nombre), el de un joven que oscuro é ignorado hasta entonces había un día de ceñir laureles más puros y envidiables que los que crecen en los campos de batalla (...) Miguel de Cervantes Saavedra.*”<sup>229</sup>

No jornal *El Imparcial*, de dia 12 de Outubro de 1911, com o título “*El sabotage de la Historia*”, insiste-se numa crítica à imprensa francesa, numa altura em que Espanha tinha perdido as últimas possessões ultramarinas e ultrapassava uma fase complexa, longe das vitórias conquistadas anteriormente. A referência que *Le Gaulois* tece em relação à batalha de Lepanto é, no mínimo, provocadora e redutora da realidade segundo o conhecimento das fontes existentes. “*(...) para manifestar el papa Pio X sus simpatías hacia el ejército italiano en su actual expedición contra el Gran Turco, dispuso que se celebraran rogativas en todas las iglesias de Rima y de Italia el pasado día 7, aniversario de la batalla de Lepanto y fiesta del Rosario, que instituyó el papa Pio V para conmemorar aquella gran victoria de la cristiandad, atribuida por aquel pontífice (dice el diario parisiense) á la devoción de los capitanes italianos Marcantonio y Sebastiano.*” Mariano de Cavia acusa *Le Gaulois* de sabotagem histórica e de omissões deliberadas, tanto quanto à ausência de Espanha e da sua armada no seu discurso, assim como de D. Juan de Austria, Alvaro de Bazán, Requesens, Cardona e Alexandre Farnesio. Cervantes é acusado de impostor, na sua produção de *El Quijote* e o jornal parisiense afirma que Tiziano foi enganado miseravelmente para que adulasse Felipe II, quando o fizeram produzir obras com 95 anos e quase cego. O autor termina à sua crítica com a seguinte reflexão: “*qué habremos hecho á los señores de Allende el Pirineo? No contentos convernors hoy tan menguados de talla, querrían dejar todos los fastos y gestas de la*

---

<sup>229</sup> *La Ilustración: revista semanal de literatura, artes y ciencias*, 7 de Outubro de 1883, nº 153, p. 478.

*nación española tanquam tabula rasa in qua nihil est depictum (como uma tábua rasa em que nada está pintado).”*<sup>230</sup>

No jornal *La Época*, de dia 14 de Abril de 1934, surge o título *Mesianismo de Don Juan*, que consiste numa reflexão antropológica do termo messianismo. Segundo José Maria Peman, em primeiro lugar deve ter-se em conta que a intuição de que a eficácia histórica de um homem é infinitamente superior à de uma simples ideia, sendo “*la idea la expresión de una parte, la parte intelectual, del espíritu humano. El hombre es la realización plena de un espíritu en todas sus várias dimensiones intelectuales, sentimentales y éticas.*” O texto prossegue desta ideia para a imagem de D. Juan de Austria para o povo e de como deve ser observado e de como é sentida a sua imagem. A reflexão termina com o simbolismo da esperança e da fé no messianismo, sendo exposto o exemplo dos cativos de Argel, que segundo José Peman “*le esperaban*”.<sup>231</sup>

No Museu Militar de Istambul não se identifica nada sobre Lepanto. Para a historiografia nacional, a batalha equaciona-se como um acontecimento obscuro. Não obstante, não se silencia nas fontes otomanas. Tanto Katib Tselebî, autor da obra monumental sobre as batalhas navais otomanas, como o historiador húngaro Ibrahim Peçevi dedicam extensos fragmentos à batalha.<sup>232</sup> No entanto, Lepanto serviu de aprendizagem ao sultão. A sua derrota interrompeu a sua expansão até ao Oeste e inspirou mudanças estruturais na tecnologia naval, no investimento em armas de fogo, que aumentou exponencialmente, e no impedimento da união das forças ocidentais, criando expectativas em cada uma separadamente sobre os benefícios económicos da sua colaboração, assinando com cada uma e em diferentes momentos, as famosas capitulações de paz.

A Espanha não foi excepção no que toca ao estabelecimento da paz com o turco. Iniciadas negociações em 1578, seguiu-se uma trégua oficialmente concluída em 1581, renovada em 1584 e, uma vez mais, em 1587. As tréguas assinadas deixaram os turcos senhores do Mediterrâneo Oriental e firmemente estabelecidos nas principais bases da África do Norte (Argélia, Trípoli e Tunísia). Por sua vez, a Europa adquiriu o domínio do Mediterrâneo Ocidental, por alto preço, através de uma firme protecção da Itália, Sicília,

---

<sup>230</sup> *El Imparcial*, 12 de outubro de 1911, nº 16 025, p. 1.

<sup>231</sup> *La Época*, 14 de Abril de 1934, nº 29 480, p. 1.

<sup>232</sup> Ibrahim Peçevi foi autor de uma obra com dois volumes intitulada *Peçevi Tarihi*, ou seja, a História de Peçevi, dedicada à história do Império Otomano. Esta obra é tida como grande referência para o período entre 1520 e 1640. Além da sua obra, Peçevi foi um dos primeiros historiadores otomanos que utilizou fontes escritas europeias. Vide *Historia del combate naval de Lepanto, y juicio de la importância e consecuencias de aquel suceso*, p. 215.

Malta e o emprego de uma resoluta vigilância defensiva contra as actividades do corso, o que, em certa medida, permitiu consolidar uma ordem no Mediterrâneo.<sup>233</sup>

Em 1580, o sultão procurou estabelecer um *modus vivendi* com a Espanha. E Felipe II pôde voltar-se definitivamente para o mundo atlântico: os Países Baixos, a Inglaterra e Portugal. Os turcos, por seu turno, lançaram-se em guerra contra os países do xá Abbas. Cada um tinha o seu herético a combater: os otomanos, os xiitas persas; os espanhóis, os protestantes holandeses ou ingleses. Os turcos, por falta de meios para a construção de navios de alto bordo, ficaram fiéis à galera e não realizaram a revolução técnica necessária quando navios daquele género consagraram a sua superioridade no Mediterrâneo.<sup>234</sup>

No entanto, a queda dos pontos de apoio da Tunísia, em 1574, não teve as consequências que se teriam podido temer. Nenhuma catástrofe se seguiu à da Sicília e Nápoles. É certo que estas se serviram da armada que lhe restava, as suas esquadras e galeras. Parece que os espanhóis o compreenderam então e deliberaram que a melhor defesa das costas ameaçadas era lançar no mar galeras, em vez de as deixar, como se fizera demasiadas vezes antes de 1570, cuidadosamente agrupadas em Messina, à espera dos ataques turcos. Muitos projectos de reconquistas foram adiantados depois da queda de Tunes. Um deles, em 1581, estabelece de início, em primeiro lugar ser forte no mar. Este novo modelo de defesa, pela agressão, arriscava mesmo ser mais vantajoso do que anteriormente por causa do restabelecimento económico do Magrebe.<sup>235</sup>

Assim, quer do ponto de vista religioso, quer do ponto de vista simbólico, observamos que a memória está associada ao estabelecimento de uma nova ordem religiosa e política no Mediterrâneo.

---

<sup>233</sup> Vide Julieta Marques de Oliveira, *Op. Cit.*, p. 182.

<sup>234</sup> Vide Georges Livet e Roland Mousnier (Dir.), *Op. Cit.*, p. 321.

<sup>235</sup> Vide Fernand Braudel, *Op. Cit.*, p. 223.

## Capítulo 5

### Estudo de caso – Portugal no projecto da Santa Liga

Depois da morte de D. João III, a 11 de Junho de 1557, ficava estabelecido, por vontade do rei, que até aos 20 anos de D. Sebastião, seu neto, fosse regente do reino D. Catarina de Áustria, sua mulher e, posteriormente o cardeal D. Henrique, apesar do último não ter sido estipulado por D. João III. Pretendia-se assegurar o governo do Reino na menoridade de D. Sebastião. Cumprindo os desejos do seu avô, D. João III, no dia 16 de Junho, um menino de 3 anos ia ser aclamado rei de Portugal. A cerimónia teve lugar em Lisboa, na Sala Grande do Paço da Ribeira, a qual fora minuciosamente preparada, obedecendo a um regimento do secretário Pêro de Alcáçova Carneiro, onde sobressaíam o rigor e o pormenor. Esse regimento era um verdadeiro guião onde se ordenavam as disposições respeitantes à decoração e à operacionalidade dos espaços, mas também a colocação e os movimentos de cada uma das personalidades segundo a hierarquia ditada pelo protocolo e pela intervenção na cerimónia.<sup>236</sup>

No entanto, cumprindo-se escrupulosamente o que fora determinado pelas Cortes de 1562-1563, no dia do seu décimo quarto aniversário, a 20 de Janeiro de 1568, D. Sebastião tomou posse do governo do reino de Portugal e de seus senhorios e conquistas. Nessas Cortes ficara estabelecido que a menoridade do novo soberano do reino não terminaria já aos 20 anos, mas sim aos 14.<sup>237</sup> A entronização teve lugar no Paço dos Estaus e, para que o acto pudesse ser presenciado pelo povo, instalara-se um cadafalso de tabuado, estendendo-se das janelas do paço até ao convento de S. Domingos.<sup>238</sup> Joaquim Veríssimo Serrão dá-nos conta de um testemunho coevo, que deixou o seguinte relato:

*“Aos 20 – de Janeiro do anno de 1568 – em dia de Sam Sebastiam tomou elRey dom Sebastião o gouerno, no qual dia fazia 14 annos por naçer no mesmo dia, pera a entrega do qual vierão a esta cidade todos os sñors e fidalgos deste Reino custosamente atauitados como pera o tal Auto se requeria e pera este efeito se fez hum grande cadafalço de tauoado no Roçio mui ricamente atauiado e*

---

<sup>236</sup> Vide Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*. 1ª ed., Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006, p. 42 e José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso, e lastimado, com a vida, e perda do senhor rey D. Sebastião, o desejado de saudosa memoria. Historia chronologica de suas acções, e sucessos desta monarquia em seu tempo; suas jornadas a Africa, batalha, perda, circunstances, e consequências notáveis dela. Lisboa: Oficina de Antonio de Sousa Silva, 1737*, pp. 4-5.

<sup>237</sup> Vide Joel Serrão e A. H. Marques (Dir), João José Alves Dias (Coord.), *Nova história de Portugal. Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. Volume V, Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 744.

<sup>238</sup> Vide Maria Augusta Lima Cruz, *Op. Cit.*, p. 137.

*aparamentado que entestaua com as ginelas do paço do Roçio onde elRey ao tal tempo poussaua, ouue aquelle dia muitas festas e danças com muita alegria de pouo entregandolhe ali o gouerno com todas as serimonias deuidas ao tal auto.*”<sup>239</sup>

Depois de decorrerem todos as cerimónias oficiais, pareceu a D. Sebastião que para complemento da sua entronização devia participar a Pio V a sua exaltação. Enviou assim como representante da Embaixada D. Álvaro de Castro, que já tinha sido Embaixador na Cúria. Depois de receber a carta seguinte, Pio V parabenizou o novo rei português e também o cardeal D. Henrique, por ter instruído com tanta religiosidade o seu sobrinho. Assim, se dirigia o novo rei ao sumo pontífice:

*“Santissimo em Christo, Padre, e muito Bemaventurado Senhor. eu D. Sebastião, Dia do Bemaventurado Martyr S. Sebastião, deste presente anno, que he decimo quarto do meu nascimento, me entregou o Cardeal Infante, meu muito amado, e prezado tio, a quem até que eu chegasse a esta idade, em Corte, que mandey fazer, fora encomendada a governança destes meus Reynos, e Senhorios, em muita paz, e quietação, na qual elle o tempo que a teve, servio a Nosso Senhor, e a mim, conforme ao que de sua muita prudencia, e raras virtudes podia, e devia esperar, e eu aceitey confiando mais que nas forças, e idade, que assistindo-me o Senhor Deos com sua santa graça, e favor, e à Rainha, minha Senhora, e dito Cardeal Infante, com ajuda, e conselho, pode, se não em tudo, em parte, cumprir com a obrigação, que pela Divina Providencia, e ordenança me há commettido, do que me pareceo devido avisar a V. Santidade, para lhe pedir por merce, como affectuosamente faço, que em seus santissimos sacrificios peça, e rogue ao Rey dos Reys, e Senhor dos Senhores Deos Omnipotente, para que aderece minhas tenções, e acções, conforme aos meus desejos, pelo caminho da justiça, e para lhe significar, que essa Santa Sé applica a V. Santidade, particularmente a quem por suas singulares virtudes, e merecimentos eu especialmente muito amo, e observo, teraõ sempre em mim hum obedientíssimo, e devotíssimo filho, como o foraõ todos os meus antepassados Reys, de gloriosa memoria, e que estimarey muito todas as occasiões, que se offerecerem para a servir, defender, e exaltar.*”<sup>240</sup>

---

<sup>239</sup> Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *Historia de Portugal. O século de ouro (1495-1580)*. Volume III, Póvoa de Varzim: Editorial Verbo, 1978, p. 64.

<sup>240</sup> Utilizado apenas um excerto que demonstra a fidelidade do Rei ao Papa e a sua fé. Para consulta da carta completa vide Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo de ELRey D. Sebastião, único em o nome, e decimo sexto entre os Monarcas Portuguezes: Do anno*



Depois de estas oficialidades serem cumpridas, a regência de D. Sebastião investiu na política interna e externa, no entanto não nos cabe aqui desenvolver essa temática de uma perspectiva abrangente. Só será feita referência aos acontecimentos que, implícita ou explicitamente, digam respeito à formação e actuação da Santa Liga. Um dos aspectos que mais tempo consumiu a D. Sebastião foi, efectivamente, o casamento com Margarida de Valois, filha de Henrique II que, como se verá mais adiante, acabou por não se consumar. No entanto, parece relevante fazer uma breve apresentação do sucedido e da importância que o mesmo tinha aos olhos de Pio V e de Felipe II.

Se inicialmente o enlace previsto era com a segunda filha do imperador Maximiliano II, a arquiduquesa D. Isabel, que era apoiado tanto por D. Joana de Áustria, mãe do rei, como pela sua avó, e agradável ao imperador, acabou por não suceder. A morte da rainha de Castela, D. Isabel de Valois, alterou esta determinação, pois Carlos IX enviou logo a Castela o cardeal de Guisa, que propôs a Felipe II para consorte Margarida de Valois. Depois desta proposta, Carlos IX promoveu o seu casamento com a arquiduquesa de Áustria, D. Ana, filha mais velha de Maximiliano, ficando reservado para D. Sebastião D. Isabel. Porém, o imperador não ficou agradado com tal proposta, pois desejava que D. Ana casasse com Felipe II. Assim, estipulou-se que o rei de Castela casasse com D. Ana de Áustria e Carlos IX com D. Isabel. É assim destinada Margarida de Valois a casar com D. Sebastião.<sup>241</sup>

Quando D. Sebastião toma conta da novidade, não fica satisfeito pela atitude de Felipe II e dos restantes envolvidos, pelo facto de ser definido em Castela qual seria a sua consorte sem ter conhecimento da mesma alteração. No entanto, Felipe II insiste em concretizar o negócio que estava em suas mãos, por ter dado a sua palavra a Carlos IX de como trataria do casamento do seu sobrinho D. Sebastião. Felipe II pede ao rei português, através de um embaixador em Portugal, D. Hernando Carrillo de Mendoza, que envie poderes ao seu embaixador em Espanha, D. Francisco Pereira, para que seja assinado o tratado matrimonial:

*“Señor. He recebido la Carta de V. A. de 17 del pasado, y con mucha razón fia de mi V. A. lo que toca a su casamiento, pues yo procuro de mirarlo, y enderezarlo con el mismo amor, y cuidado, que si V. A. fuera mi hijo, pues le tengo por tal; yo*

---

de 1568 até o anno de 1574. Tomo III, Lisboa: Regia Officina Sylvianna, e da Academia Real, 1747, pp. 24-26.

<sup>241</sup> Ver Anexo 12: Carta de Felipe II a D. Catarina de Áustria. Vide José Pereira Baião, *Op. Cit.*, pp. 142-145 e Maria Augusta Lima Cruz, *Op. Cit.*, p. 152.

*tuve del Emperador la respuesta, que V. A. entenderà de la Reina mi señora, y de D. Hernando Carrillo, y lo que en conformidad della he escrito a Francia; quisiera agora, que V. A. embie su poder para que venido el de Francia se acabe de tratr este negocio como conviene, y yo lo deseo, que desta manera será a mucha satisfacion de V. A. la qual le dè siempre Nuestro Señor, y guarde la muy Real Persona de V. A. como deseo. De Madrid a 18 de Julio de 1569. Buen Tio de V. A. YO ELREY.*”<sup>242</sup>

Apesar do Conselho ter sido convocado e ter reunido a 18 de Setembro de 1569, e estando muitos a favor que tal se realizasse, com tal prontidão que resolveram enviar os poderes desejados por Felipe II, D. Sebastião já tinha rejeitado o envio de qualquer poder para que o contrato fosse finalizado, enviando um parecer ao Conselho pelo seu mestre e confessor, os irmãos Martim Gonçalves, com as seguintes palavras: *“Pelo Reyno porey a vida muitas vezes; e pela honra, e pela fé, porey honra, e vida, e tudo; pelo proveito do Reyno, e meu, não porey a honra do Reyno, e a minha, pois este foy o caminho dos Reys, que a ganharaõ. Hoje Domingo, 18 de Setembro de 1569. REY.*”<sup>243</sup> Naturalmente que os presentes compreenderam o intuito do rei e entenderam que não deviam enviar qualquer poder ao Rei de Castela no que concerne ao casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois, informando em carta o rei português essa decisão a Felipe II: *“(…) mas porque não tenho visto atégora, o que por parte de França se há de fazer (conforme ao que a Rainha minha Senhora, e avó em tudo aponto na Carta, que sobre esta matéria escreveo a V. A. em 13 de Março) me parece não haver necessidade por agora de mandar meus poderes, como se pedem, e tenho por certo parecerà o mesmo a V. A. pelas muitas razoes, que para isso há, confiando no muito amor, que V. A. me tem, e lhe eu mereço, que não se esquecerá em cousa alguma da obrigação em que está para fazer tudo, o que cumpre a minha autoridade, honra, e bem de meus Reynos, como disse D. Francisco Carrillo, e dirá a V. A. D. Francisco Pereira, a quem escrevo. Nosso Senhor guarde a muy Real Pessoa de V. A. como desejo. Dalcobaça a XIX de Agosto de 1569.REY*”<sup>244</sup>

Em finais de Setembro, D. Sebastião faz saber a Felipe II e a D. Joana, sua mãe, que tanto insistiu e apoiou o desejo do rei de Castela, a sua decisão de dar por encerrado o assunto do seu casamento. A Felipe II justifica a sua posição com a obrigação de defender o seu crédito, a sua reputação pessoal e a dos seus reinos e a confiança dos seus

---

<sup>242</sup> Vide Diogo Barbosa Machado, *Op. Cit.*, pp. 114-115 e Maria Augusta Lima Cruz, *Op. Cit.*, p. 159.

<sup>243</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 118 e José Pereira Baião, *Op. Cit.*, pp. 145-147.

<sup>244</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 119.

ofendidos vassallos. A D. Joana manifesta estranheza perante as insistentes tentativas de persuadí-lo a delegar poderes para tratar do seu casamento em França.<sup>245</sup>

No entanto, transcorrido algum tempo e face às insistências de Madrid, determinou-se submeter o assunto, novamente, a Conselho de Estado, em Março de 1570, embora tal iniciativa não tivesse a menor expectativa de alterações substantivas. E, de facto, segundo o parecer daquele órgão, o rei não devia casar tão cedo, em virtude da sua pouca idade e da salvaguarda da sua saúde. O Conselho tivera por conveniente requerer aos médicos da corte um parecer capaz de reforçar e fundamentar a posição assumida. Nesse documento, intitulado “*Capítulo de um regimento que se fez para que Sua Alteza vivesse muito são*”, além de considerarem prejudicial para a saúde de D. Sebastião casar-se antes dos 20 anos, os médicos arrolavam toda uma série de recomendações a observar pelo monarca até aos 25 anos de idade, caso viesse a casar. Prescrevia-se, nomeadamente, não “*ir à rainha senão duas noites por semana*” e, mesmo assim, com uma folga de quinze dias em cada dois meses, durante a qual o rei deveria ir montar, e recomendava-se ainda a adopção do “*honesto e antigo costume de ter camas apartadas*”. Coube a D. Álvaro de Castro a ingrata missão de levar a Felipe II a péssima nova.<sup>246</sup>

Tudo isto sucedia quando Pio V tratava de formar a Santa Liga, como foi analisado no terceiro capítulo da presente dissertação. Para esta Liga, o Sumo Pontífice convidou também D. Sebastião através do enviado Luis de Torres, clérigo da sua câmara, e também seu enviado a Espanha, onde chegou a 21 de Abril de 1570, e rogou que se unisse a venezianos para se oporem ao Turco. No Breve enviado pedia ao rei que, para o efeito de ajustarem a Liga, enviasse a Roma o seu ministro, ou entregasse os seus poderes reais ao embaixador que tinha na Cúria. Pedia igualmente que ordenasse aos capitães das suas galés de Nápoles que se recolhessem em Messina, para daí observarem o movimento do Turco e auxiliarem onde este interviesse. Acrescentava que os vice-reis daquele reino e da Sicília permitissem a Veneza comprar as armas e os mantimentos que precisassem. Felipe II respondeu que aos vice-reis e capitães ordenaria que obedecessem às ordens do Santo Padre e que em relação à Liga convocaria o seu Conselho porque tinha já em mãos duas guerras contra os infiéis, a primeira contra os mouros rebelados de Granada e a outra na Flandres contra os huguenotes hereges e rebeldes.<sup>247</sup>

---

<sup>245</sup> Carta dada em Tomar, 27 de Setembro de 1569. Vide Maria Augusta Lima Cruz, *Op. Cit.*, p. 163.

<sup>246</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 171.

<sup>247</sup> Vide Fr. Manuel dos Santos, *Historia Sebastica, contém a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal e os sucessos memoráveis do Reyno, e Conquistas no seu tempo, dedicada a*

De Madrid Luis de Torres passou a Lisboa, a 4 de Junho de 1470, com outro Breve, dado em Roma a 14 de Março de 1570. Propôs que sendo Sua Majestade tão zeloso em dilatar a Fé Católica, como era notório, e servia tanto a Igreja com as suas armadas na África, na Ásia e na América, devia socorrer os venezianos, pois seria em benefício de toda a Cristandade, contra o seu inimigo comum. E acrescentava que com qualquer ajuda que mandasse tinha grande confiança no seu bom sucesso, pelo valor dos portugueses e da sua prática militar e que era próprio dos reis de Portugal ocuparem-se de semelhantes empresas. Neste âmbito, é importante referir os contactos que já tinham sucedido anteriormente com o turco, quer através de D. Afonso V, quer de D. Manuel I que, em certa medida, combatiram o Turco no Norte de África e no Oceano Índico. No entanto, Luis de Torres incentivava o rei a mandar 10 galés armadas ao Levante para lá se incorporarem com as de Nápoles. Exortava-o igualmente a que casasse com Margarida de Valois, pois declarava-o essencial para a entrada da França na Liga.<sup>248</sup>

A D. Sebastião agradou-lhe a proposta por ser matéria de guerra contra infiéis, em que tanto desejava investir, e conforme o seu ânimo pouco fizera em prometer grossa armada, e oferecer-se para ir como General dela em serviço da Igreja e do seu Pastor. Porém, o estrago que a “peste grande” deixou no reino durante o ano de 1569 e as contínuas armadas que todos os anos enviava às suas conquistas o desobrigava por enquanto. No entanto, prometeu mandar a sua ajuda para o ano seguinte, de 30 navios, e, por enquanto, ajudaria com dinheiro e avisaria a Índia que pelo Mar Roxo e Pérsico as suas armadas molestassem o Turco sempre que lhe fosse possível. Já no que dizia respeito ao casamento não diferiu qualquer reacção por ser assunto tratado com o rei de Castela. Sobre tais matérias escrevia a Pio V, dia 8 de Junho.<sup>249</sup>

Luis de Torres, em carta ao cardeal Alexandrino, datada de 14 de Junho, relata as duas audiências que lhe concedeu o monarca, assim como as entrevistas que teve com a rainha D. Catarina, o cardeal D. Henrique, o confessor Martim Gonçalves da Câmara, Lourenço Pires de Távora, D. Álvaro de Castro e outros membros do Conselho de Estado. Deram-lhe alguns a entender que só o Padre Luis Gonçalves da Câmara e o irmão se opunham ao casamento, “*para não serem desapossados do governo do rei e do reino, de que estavam absolutamente senhores.*” Segundo o enviado, o único que podia pôr termo

---

ELRey N. Senhor D. Joao V. Lisboa: Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1735, pp. 216-217 e Maria Augusta Lima Cruz, *Op. Cit.*, p. 178.

<sup>248</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 217; José Pereira Baião, *Op. Cit.*, p. 251 e Queiroz Velloso, *D. Sebastião (1554-1578)*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1935, p. 169.

<sup>249</sup> Vide José Pereira Baião, *Op. Cit.*, p. 251 e Queiroz Velloso, *Op. Cit.*, pp. 125 e 170.

a esta situação era Pio V. No entanto, devia falar claramente ao embaixador português em Roma e enviar novo breve a D. Sebastião, manifestando a sua vontade. Se em Madrid, para onde partia, recebesse este despacho, voltaria a Portugal.<sup>250</sup>

No entanto, o evoluir dos acontecimentos em França, onde a influência de Coligny junto de Carlos IX ia crescendo, cada vez mais, exigia uma intervenção rápida em reforço das posições católicas. Também neste sentido, a 6 de Agosto, Pio V expediu o segundo Breve, sugerido por Luis de Torres, que voltou imediatamente de Madrid a Lisboa, recebendo-o D. Sebastião a 9 de Setembro, na mesma altura em que escreveu a D. Catarina e ao cardeal D. Henrique, pedindo para que persuadissem o rei a concretizar com brevidade o casamento. Apesar do papa lhe suplicar que apressasse o seu consórcio com Margarida de Valois, como o *“mais seguro caminho para a paz da Christandade”*, D. Sebastião declarou a Luis de Torres que não resolvera ainda mudar de estado. Porém, se no futuro as coisas de França tomassem melhor rumo nada deliberaria sem primeiro o comunicar ao pontífice<sup>251</sup>. E neste sentido lhe escreveu a 14 de Setembro. Luis de Torres trazia também, por indicação de Felipe II, instruções ao embaixador D. João de Borja, para voltar a abordar com o cardeal D. Henrique e com o confessor Luís Gonçalves da Câmara a problemática inerente ao casamento. Depois da sua missão Luis de Torres regressou, levando ao papa uma carta da rainha com queixas dos validos de D. Sebastião.<sup>252</sup>

Apesar da Liga ter sido assinada e publicada, a 25 de Maio de 1571, deixava lugar aberto, nas capitulações, para que entrassem nela o imperador, o rei de França e o de Portugal.<sup>253</sup> Pio V parecia acreditar que talvez a vitória de Lepanto levasse a um impulso destes soberanos e que assim entrassem na Liga, pelo bom fruto da jornada. No caso português, a notícia da vitória foi recebida a 3 de Novembro e foi mandada aplaudir publicamente. Foi feita uma procissão, a 8 do dito mês, composta por todas as confrarias, comunidades religiosas e pelo clero. Foram recitados dois sermões, em que ambos os oradores expuseram o valor heróico e zelo ardente com que os católicos tinham

---

<sup>250</sup> Vide Queiroz Velloso, *Op. Cit.*, p. 170.

<sup>251</sup> A partir de 8 de Agosto, com assinatura do acordo de paz de Saint Germain, os huguenotes passavam a beneficiar de um conjunto de vantagens nunca antes alcançado. E, simultaneamente ao facto da sua posição dominante no Conselho do Rei se consolidar, voltava a ouvir-se falar dos *“casamentos infernais”*, os enlances dos dois irmãos do rei francês, Margarida de Valois e o Duque de Anjou, com, respectivamente, o huguenote Henrique de Bourbon e a anglicana D. Isabel, rainha de Inglaterra. Vide Maria Augusta Lima Cruz, *Op. Cit.*, p. 178.

<sup>252</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 179; José Pereira Baião, *Op. Cit.*, p. 251 e Queiroz Velloso, *Op. Cit.*, p. 171

<sup>253</sup> Vide Fr. Manuel dos Santos, *Op. Cit.*, p. 217.

humilhado o orgulho e destruído o poder naval do Turco. Estes cerimoniais inserem-se no imaginário e nas festividades exploradas no capítulo anterior.<sup>254</sup>

Num Breve enviado, Pio V não hesita em suplicar de novo a D. Sebastião, que coligado com os Príncipes Cristãos envie a sua armada:

*“Pio Papa V. muito amada em Christo filho nosso, saúde, e benção Apostolica. Como fosse servido o Omnipotente Deos por seu ineffavel misericordia dar à nossa Armada, e da santa liga no Golfo de Lepanto huma insigne, e gloriosíssima vitoria contra o Turco; dado que a fama, e noticia da mesma vitoria já terá chegado a V. Magestade, pareceunos com tudo darvos a mesma noticia por estas nossas Letras, para que também alegrando-vos nos acompanheis em dar as devidas graças ao Senhor dos exércitos, e Deos de toda a consolação, e a mesma V. Magestade cuide muyto em ajudar com as suas forças, e poder as da santa liga: por quanto foy taõ grave, e taõ grande a destruição, que padeceu o cruelíssimo nosso inimigo na sua poderosíssima Armada de trezentas e mais vélas, parte das quaes ficaraõ cativas, parte metidas no fundo, que, se os Principes Christãos se unirem, como devem, em hum corpo, o acometerem por mar, e terra ao dito inimigo, he sem duvida que se melhorará de dia em dia, e será mais prospera a condição dos Catholicos. Pelo que, muyto amado filho nosso em Christo, como seja próprio louvor vosso, e de vossos antecessores fazer guerra continua contra infieis, e dilatar a Fé de Christo, desejamos que, assim como na África, e na India he celebre, e celebrado o glorioso nome dos Reis de Portugal, o seja também nestas partes da nossa Europa, e que na mesma Europa se orne de naõ menor gloria, e louvor, que na Asia; e que os vossos merecimentos em matérias de Fé, e da Religiaõ Catholica mais se ilustrem para sempre; o que confiamos, e temos por certo que farà V. Magestade pela sua excellente piedade, virtude, e grandeza de animo Real, como melhor, querendo Deos, o exporá brevemente a Vossa Magestade nosso amado filho Miguel Alexandrino Legado da Sé Apostolica. Roma aos 26 de Outubro de 1571 e de nosso Pontificado anno 6. Assim o Papa.”*<sup>255</sup>

D. Sebastião agradece o envio da notícia ao Sumo Pontífice e expressa o seu júbilo com as seguintes palavras:

---

<sup>254</sup> Vide Diogo Barbosa Machado, *Op. Cit.*, pp. 326-327 e José Pereira Baião, *Op. Cit.*, p. 250.

<sup>255</sup> Tradução apresentada em Fr. Manuel dos Santos, *Op. Cit.*, pp. 219-220.

*“Muito Santo em Christo Padre, e muito Bemaventurado Senhor. D. Sebastião por graça de Deos Rey de Portugal. Com toda a humildade envio beijar seus santos pés. He tamanha a merce, que Nosso Senhor fez a V. Santidade para toda a Christandade na grande victoria, que deu à Armada Christãa contra o Turco, que continuamente nos devemos alegrar com ella, e darlhe sempre por esta merce muitas graças: e por isso, ainda que eu logo mandasse ao meu Embaixador nessa Corte de V. Santidade, lhe desse da minha parte as emboras desta tão desacostumada victoria, significando-lhe o grandíssimo contentamento, com que eu della ficava, depois me tornasse a alegrar sobre isto com o Reverendissimo Cardeal Alexandrino, Legado, e sobrinho de V. Santidade, meu como irmão muito amado, e lhe escrevesse também por elle sobre a mesma victoria, me pareceo toda via cousa muy devida fazer este officio com mais demonstração da minha obrigação, e do filial amor, que tenho a V. Santidade, e enviar a este só efeito correio próprio com esta visitaçã para o meu Embaixador a fazer da minha parte, e tornar em meu nome a dar a V. Santidade os parabéns desta victoria, que Nosso Senhor lhe deu, porque ainda que haja muitos dias que passou, assim nos devemos alegrar com ella agora, como se hoje em dia fora, e assim parecerá a quem trazer na memoria as calamidades dos tempos, e o que eles promettiaõ em todas as cousas antes desta tamanha merce de Nosso Senhor, feita em tempo de V. Santidade, que dá grande esperança não somente de cobrar o perdido em tão largo tempo, mas de em outro muito breve se haverem novos, e grandes ganhos espirituais, e temporaes para a Igreja Catholica, e para toda a Christandade; e prazera a Nosso Senhor, que assim como foy servido de mostrar a V. Santidade, o que não viraõ os Santos Pontifices seus Antecessores, que tanto o desejaraõ, permittirá, que esta empresa da destruição do Turco, em que V. Santidade por todas as vias tem metido tanto cabedal de orações, e poder, se acabe em tempo de V. Santidade, e que colha o fruto do que à custa de tanto seu trabalho semeou, para que em breve tempo reduza V. Santidade à obediência da Igreja Catholica o Mundo todo, ou parte delle. Muito Santo em Christo Padre, e muito Bemaventurado Senhor. Nosso Senhor por muitos tempos conserve a V. Santidade a sua santo serviço. Escrita em Almeirim a 12 de Fevereiro de 1572.”*<sup>256</sup>

---

<sup>256</sup> Vide Diogo Barbosa Machado, *Op. Cit.*, pp. 329-332.

O papa estava claramente animado com a vitória em Lepanto, convocando de novo o imperador da Alemanha, o rei de França e da Polónia e D. Sebastião, enviando para este efeito a Portugal o cardeal Alexandrino, Miguel Bonello, seu sobrinho e dominicano, que saiu de Roma no fim de Junho de 1571. O legado atravessou a Itália, Sabóia, França e com brevidade chegou a Madrid.<sup>257</sup> Por tal motivo o monarca português enviou uma carta ao duque de Bragança com as instruções que este devia seguir na recepção ao Legado:

*“Honrado Duque Sobrinho Amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar, como aquella que muito amo, e prézo. O Cardeal Alexandrino, Legado, e Sobrinho do Santo Padre, que Sua Santidade ora envia a mi, há de fazer o caminho por essa vossa Villa de Villa-Viçosa, por o eu ai ter ordenado; e posto que está muito certo ser de vós tão bem recebido, e guazalhado, como o deveis a meu serviço, e ao merecimento do Cardeal Legado, e a que vós sois, e poderá por isso escusar de volo encomendar, quis toda via, que soubésseis por esta minha Carta como há de fazer o caminho por hi, e quão grande contentamento receberey de elle entender de vós o muito, que eu tenho desta sua vinda nas demonstrações, que nella fizerdes, que vos agradecerey muito. Escrita em Almeirim a XXVII de Outubro de 1571. REY.”*<sup>258</sup>

Como previsto por D. Sebastião, o legado Alexandrino entrou em Portugal a 28 de Novembro, sendo recebido na raia pelo duque de Bragança, com grande fidalguia. Até chegar a Lisboa passou por Elvas, Vila Viçosa, Estremoz, Évora e Montemor-o-Novo, descrições e apontamentos que os *Opúsculos* de Alexandre Herculano abordam com pormenor pela descrição do processo da viagem feito por João Baptista Venturino, acompanhado do legado que descreveu, em Italiano, notas e observações sobre as terras onde passavam e sobre os indivíduos com que tratavam.<sup>259</sup> Chegou ao Barreiro a 2 de Dezembro, tendo depois passado a Lisboa, no dia 3 do mesmo mês.<sup>260</sup> A crónica sebastica *Portugal, cuidadoso, e lastimado* descreve com pormenor todos os cerimoniais que

---

<sup>257</sup> Segundo a crónica sebastica *Portugal, cuidadoso, e lastimado*, Pio V enviou com o Legado devido à sua pouca experiência em negócios políticos 12 varões de grande prudência para o aconselharem. Neste relato são identificados Hypolito Aldobrandino, Alexandre Riario, Hypolito Rubeo, João Francisco, Francisco Maria Taruzio, Cesar Especiano, Francisco Baston, Vicente Herculano, Fr. Bartolomeu de Lugo e Francisco de Borja. Vide José Pereira Baião, *Op. Cit.*, p. 252 e Queiros Veloso, *Op. Cit.*, p. 141.

<sup>258</sup> Vide Diogo Barbosa Machado, *Op. Cit.*, pp. 340-343 e Fr. Manuel dos Santos, *Op. Cit.*, p. 220.

<sup>259</sup> Vide Giovanni Battista Venturino, “Viagem do Cardeal Alexandrino”, publicada por Alexandre Herculano in *Opúsculos*, Volume VI, *Controvérsias e Estudos Históricos*. Volume III, 5ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d, pp. 49-72.

<sup>260</sup> Vide José Pereira Baião, *Op. Cit.*, p. 252; Queiros Veloso, *Op. Cit.*, p. 142; Maria Augusta Lima Cruz, *Op. Cit.*, p. 202.



ocorreram aquando da chegada do legado a Lisboa. No entanto, faremos referência apenas a algumas passagens que a nosso ver carecem de uma análise e interpretação simbólica na historiografia portuguesa.<sup>261</sup>

Para a entrada do legado em Lisboa, D. Sebastião ordenou que não se trabalhasse na cidade esse dia e que se armassem as ruas por onde o cardeal legado ia passar e que todos os navios o acompanhassem à vela e o saudassem com a sua artilharia. Assim, cumprindo as ordens de el-rei, os navios dirigiram-se ao Barreiro. Chegando ao cais o Cardeal, já o esperavam o arcebispo D. Jorge com todo o clero, em procissão, e o cardeal D. Henrique. Pouco depois chegou el-rei com o senhor D. Duarte e toda a fidalguia, encontrando-se já os dois cardeais no passadiço do Paço à porta da capela, onde lhe fez sua cortesia. Assim deslocaram-se até à Sé, local onde o legado se despediu do rei e, à porta, foram recebidos pelo arcebispo, que os levou em procissão à capela-mor, onde oraram e o legado deu a bênção apostólica ao povo.<sup>262</sup>

Da Sé seguiram até ao castelo, onde o cardeal Alexandrino foi aposentado nos quartos altos do Paço com toda a sua comitiva, ficando el-rei nos de baixo, o qual o mandou logo visitar, e dar-lhe a boa vinda por D. Álvaro de Meneses, seu pajem da campainha, ao qual o Legado respondeu com um largo compêndio de agradecimentos. Na quarta-feira, 5 de Novembro, de manhã, esteve em conversações com D. Sebastião e o cardeal D. Henrique, ocasião em que entregou o Breve de Sua Santidade, de 25 de Junho, nas quais o exortava e persuadia a entrar na Liga, e a ajudar a guerra santa contra os turcos. A tradução do Breve, segundo a crónica *Historia Sebastica* apresentava-se assim:

*“(...) Cardeal Legado rogue a Sua Majestade queira entrar na liga: porque se militarem Portugueses contra os Turcos, será certa a vitória, por serem muito exercitados na guerra contra eles: que para esperar o Papa do Rei, que entrará na liga o move conhecer no mesmo Rei um notável zelo, e desejo de dilatar a Fé; e saber-se que é próprio, e propriedade gloriosa dos Reis de Portugal guerrearem a infiéis de boa vontade, segundo o mostrava a experiencia de muitas vezes, que lhe fizeram guerra: que para esta contra os Turcos, sem em algum tempo houve boa ocasião, era de presente, em que os Chefes da Cristandade estavam em paz, e emparentados entre si, e já se haver dado principio a fazer-se guerra aos*

---

<sup>261</sup> Para uma leitura completa e abrangente acerca da presença do Cardeal pelas terras do Sul e em Lisboa vide Idem, *Ibidem*, pp. 253-256 e Giovanni Battista Venturino, *Op. Cit.*, pp. 74-90.

<sup>262</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 253 e Maria Augusta Lima Cruz, *Op. Cit.*, p. 202-203.

*mesmos Turcos; que seria de grande honra para D. Sebastião ajudar este primeiro princípio da liga: porque se a expedição fosse bem sucedida, alcançaria grande gloria para o futuro; e também lhe seria de grande utilidade para o presente: porque apertado o Turco pelas armas unidas dos Príncipes Católicos poderia D. Sebastião facilmente estender as suas Conquistas na África vizinha a Portugal; e quando não fosse por mais, sempre interessava aliviar-se do justo temor, que a todos causava o inimigo comum: que se o Turco esperava conquistar toda a Cristandade, era certo que também punha o desejo em fazer-se senhor do Reino de Portugal; sobre a qual razão especial para os portugueses também era atendível o bem comum dos Cristãos, o qual clamava por si, chamava, e rogava ao Rei, por ser de ofício da Majestade Real defender a Igreja Católica: que se deixasse perder o Rei esta ocasião tanto oportuna, não se poderia escusar diante de Seus quando fosse chamado a juízo no último dia: que também o movessem as vozes da Sé Apostólica, e os rogos paternais do papa; e que se o Rei se tinha por muito obediente, e muito fiel à Santa Igreja, o devia mostrar no presente caso, para que a sua autoridade, e exemplo obrigasse aos outros Príncipes a também entrarem na liga; que ouvisse, e desse credito, como a sua mesma pessoa, ao Cardeal Alexandrino; porque era com quem o Papa comunicava as matérias do governo da Igreja, e quem o ajudava, e aliviava no mesmo governo participante dos segredos do seu peito. Roma 25 de Junho de 1571.*”<sup>263</sup>

Em segundo lugar foi proposto ao Rei que aceitasse o casamento com Margarida de Valois, apresentando as razões de Pio V para que tal sucedesse: dirigiam-se ao bem da sucessão do reino de Portugal e à extirpação das heresias de França. O rei respondeu que, em relação ao primeiro ponto, entraria na Liga sem falta, aceitando desde já as capitulações da mesma. Assim, enviaria 6 galeões, 12 galés e 4 galeças, providas e armadas por si. Quanto ao casamento, aceitava, por fim, o tão gerador de discussões e desentendimentos enlace com Margarida de Valois, insistindo, como se observará na carta enviada a João Gomes da Silva, na condição de que o rei francês entrasse também na Liga e, para facilitar o casamento, oferecia-se para ir buscar Margarida de Valois. Acrescentava ainda que, para que Carlos IX não se desculpasse com os grandes gastos que tinha com a guerra dos Huguenotes, desistia do dote e dos 400 000 ducados que os reis de França tinham por tradição dar no casamento das suas filhas e irmãs. Além destas

---

<sup>263</sup> Vide Fr. Manuel dos Santos, *Op. Cit.*, pp. 227-228.

dispensas, afirmou que financiaria a título de empréstimo, sempre que necessário, 400 000 ducados para continuar a guerra contra os huguenotes. Estas condições foram apresentadas igualmente a Pio V e a Carlos IX.<sup>264</sup> Ainda no mesmo dia, acompanhado pela fidalguia, o cardeal Alexandrino visitou D. Catarina, em Xabregas e, no regresso, a infanta D. Maria em Santa Apolónia.<sup>265</sup>

Dia 9 do dito mês D. Sebastião e o cardeal legado foram ao convento de Nossa Senhora da Graça, para dar graças a Deus pelo nascimento do príncipe D. Fernando de Castela. No mesmo dia, o monarca convidou o legado a ver o exercício militar no campo de Santo Amaro. Nos dias seguintes trataram-se os negócios a que veio o cardeal Alexandrino e, concluídos com brevidade, despediu-se o legado do rei e do cardeal D. Henrique a 13 de Dezembro. A partida justificou-se com a chegada de uma carta de Pio V a Lisboa, com aviso de que se não demorasse e partisse logo para França e outra de Felipe II, pois desejava que o cardeal estivesse presente no baptismo do filho. Embarcou em Xabregas, onde se despediu da infanta D. Maria e de D. Catarina.<sup>266</sup>

Quando o legado se ausentou, D. Sebastião escreveu ao seu embaixador João Gomes da Silva, que se encontrava em França, onde brevemente havia de chegar o mesmo legado, uma larga instrução, onde se compreende a missão do Legado:

*“(...) E porque quanto à Liga assentey entrar nella, e que dispendo-se as cousas da Christandade para alguns Reys Christãos se acharem presentes nesta empresa, eu me ofereci a ser o primeiro nella, ainda que estivesse mais longe, e tivesse os meus Estados mais alongados do Turco, e ajudaria em tal tempo a Liga com minha pessoa, e poder, assim com o destes Reynos, como com o que tenho no Estado da India, por se levar avante tão santa empresa, e que para se logo ella ir proseguindo pelo modo, que agora estavaõ as cousas da Liga, em quanto nellas se não dava outra forma, e assento, ajudaria pelas partes da Asia, e mar Roxo com huma Armada, que fosse só a este efeito, de por alli se fazer guerra ao Turco, e além disso mandaria logo em meus Reynos fazer aperecimentos de gente, munições, e navios, para huma grossa Armada, para toda, ou parte della ser em ajuda da Liga, se as necessidades presentes dessem a isso lugar.”* Quanto ao enlace “assentey de me declarar mais em meu casamento, e dar minha comissão, e consentimento ao Cardeal Legado, para da parte de S. Santidade tratar delle em França,

---

<sup>264</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 228-229; José Pereira Baião, *Op. Cit.*, pp. 267-268 e Queiros Velloso, *Op. Cit.*, p. 142.

<sup>265</sup> Vide José Pereira Baião, *Op. Cit.*, pp. 253-254.

<sup>266</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 254.

*onde S. Santidade o manda ir, e ora vay, intervindo vós também nisso juntamente com elle, e estando nesse Reyno as cousas desta matéria dispostas para se proceder nella com a autoridade, e respeito devido a mi.”* O rei apresenta na carta instruções concretas sobre a determinação do estabelecimento do matrimónio, revelando as suas condições, *“aceitarey por dote entrarmos ambos nesta Liga, de que se devem, e podem esperar (se toda a Christandade se ajuntar, e fizer em hum corpo contra as barbaras nações dos Infieis, que tanta parte do Mundo, com tanta offensa dos Christãos, tem occupado) grandíssimos efeitos nas merces, que estão certas da parte de Nosso Senhor, quando da nossa fizermos cousa tão devida, e obrigatória, e necessária em geral, e em particular, como he entrarmos todos na Liga.”*<sup>267</sup>

Quando o cardeal Alexandrino chegou a França e, consequentemente, à corte francesa, no início de Fevereiro, e pediu a Carlos IX que entrasse na Liga, o rei não aceitou por não querer rejeitar a paz e as negociações com o Turco. E quanto ao casamento de Margarida de Valois com o soberano português também não tece efeito a sua tentativa de negociação. Tal sucedeu porque estava já planeado que a infanta se casaria com o príncipe de Bearne para poder executar nos Huguenotes a mortandade da noite de S. Bartolomeu. Tendo-se notícia deste acontecimento em Portugal, parecia ao rei que os franceses tinham tomado favor dos turcos e dos hereges, com grande quebra da Fé da Cristandade. No entanto, tal acontecia pela proximidade de Carlos IX de Coligny, que augurava fazer mocha nos reinos dos príncipes cristãos, principalmente dos envolvidos na Santa Liga.<sup>268</sup>

Logo que o cardeal Alexandrino sai de Lisboa, D. Sebastião regressava a Almeirim, a 27 de Dezembro de 1571, de onde expediu ordens urgentes, mandando aprestar a armada, que devia entrar na Liga. Como o Erário Régio não suportava tamanha despesa, enviou cartas circulares aos bispos e cabidos,<sup>269</sup> pedindo emprestadas importantes quantias, a pagar em quatro anos; e o mesmo fez com os fidalgos e mercadores ricos. Também vendeu certas rendas da Coroa e tomou, igualmente, a título de empréstimo, o dinheiro existente em diversos cofres, como o dos Órfãos de Santo Elói, de Lisboa. Os navios não podiam, porém, construir-se com a rapidez que ele desejava; então ordenou que fossem embargadas, em todos os portos, as embarcações capazes de entrar em combate. Para reunir a tripulação e os soldados, que deviam guarnecer os

---

<sup>267</sup> Ver Anexo 13: Carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva, para leitura da carta completa que revela as decisões de D. Sebastião quanto à entrada na Santa Liga e ao casamento com Margarida de Valois.

<sup>268</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 268-269 e Fr. Manuel dos Santos, *Op. Cit.*, pp. 230.

<sup>269</sup> Ver Anexo 14: Carta de D. Sebastião ao cabido de Évora.

navios, lançou mão de vários processos: primeiro, convocou os antigos militares, residentes na capital; depois, aceitou pregões, perdoando aos homiziados que se inscrevessem na armada; e convidou ainda os senhores de terras a contratar homens aptos para os serviços do mar, pagando-lhes, à sua custa, três meses de soldo.<sup>270</sup>

Enquanto se organizava a colaboração na Liga promovida por Pio V, D. Sebastião nomeou general da armada D. Duarte, com dois conselheiros para os assuntos de guerra, Lourenço Pires de Távora e D. Álvaro de Castro. Se a armada, composta afinal de um numero de navios muito superior aos que o rei prometera ao legado pontifício, chegasse a partir de Lisboa, o seu comando seria assumido pelo próprio monarca.<sup>271</sup>

Corroborando as embaixadas de Pio V, Luis Mocenigo enviou também a Espanha e a Portugal Antonio Tiépoli, que chegava a Portugal no mês de Janeiro de 1572. Envia também a França João Michaeli com o intuito de pedir ao rei que conservasse a boa amizade e correspondência que tinha com Espanha e, assim, não perturbasse a evolução da Liga que era tão útil para a Cristandade.<sup>272</sup> Antonio Tiépoli trazia por missão reforçar o convite para a adesão do rei à Santa Liga, usando dos argumentos, previamente acordados com o Cardeal Alexandrino, com quem estivera em Madrid. Reconhecendo-se as efectivas dificuldades de Portugal em dar apoio militar à Liga, por ter os seus meios empenhados no combate às constantes ameaças corsárias às costas portuguesas e às posições ultramarinas no Atlântico, tinha-se por mais útil a sua intervenção na frente oriental do Império Turco. Segundo o embaixador veneziano, isso poderia ser feito através de acções militares no Golfo Pérsico e da intervenção diplomática junto do xá da Pérsia, tradicional adversário dos otomanos, para que integrasse a coligação contra o Turco.<sup>273</sup> Em resposta a esta embaixada, D. Sebastião, em Almeirim, escreveu duas cartas ao Doge de Veneza em que se conhece toda a negociação:

*“Illustrissimo, e poderoso Principe. Eu D. Sebastião. Pelo vosso Embaixador Antonio Tiepoli, que me enviastes, recebi agora a vossa Carta de 15 de Outubro, e o ouvi sobre a matéria da Liga, em que me fallou da vossa parte; e antes que elle chegasse a mi, tinha eu já respondido ao Cardeal Alexandrino, Legado do Santo Padre, que nisso me fallou da parte da Sua Santidade, que era contente de entrar na Liga contra o Turco, conforme ao que lhe disse; e agora também*

---

<sup>270</sup> Vide Queiros Veloso, *Op. Cit.*, p. 143.

<sup>271</sup> Vide José Pereira Baião, *Op. Cit.*, pp. 256-257 e Fr. Manuel dos Santos, *Op. Cit.*, p. 230.

<sup>272</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 289.

<sup>273</sup> Vide Maria Augusta Lima Cruz, *Op. Cit.*, pp. 205-206 e Julieta Marques Oliveira, *Op. Cit.*, pp. 185-199.

*respondi ao vosso Embaixador, e nesta resolução, que tomey à instancia de Sua Santidade, tive o respeito devido a esta Senhoria, e à antiga amizade, que os Reys meus antecessores sempre com ella tiveraõ, que eu desejo muito continuar, como he razão, assim por estes respeitos, como pelo muito que a Senhoria tem feito, e faz nesta Liga com tanto louvor seu, e merecimento diante de Deos; e bem se mostra quão aceito he a Nosso Senhor, isto que a Senhoria faz, e o zelo que tem a Religião Christãa, e pureza da Fé, pois lhe deu tamanha victoria de seus inimigos, como foy a que a Armada da Liga houve o anno passado contra o Turco, cousa maravilhosa, e digna de perpetuamente se darem por ella muitas graças a Nosso Senhor, e de que eu recebi grandíssimo contentamento, e muito o tive também de entaõ saber o successo da batalha, e certeza da victoria, por huma Carta vossa, que me enviou o meu Embaixador, que rezide na Corte do Serenissimo Rey de Castella, meu tio, e o cuidado, que disto tivestes (que he conforme ao que vos mereço a prompta vontade, e muito desejo, que tenho para todas as cousas dessa Senhoria) estimey grandemente, e o recebi de vós em muy singular prazer: e espero de por outra Carta de me tornar a alegrar com vosco por esta tamanha merce, que Nosso Senhor fez a essa Senhoria, e a toda a Christandade; e porque sobre a matéria da Liga falley largamente com o vosso Embaixador, que me pareceo pessoa, que tem qualidades, conforme a conta que delle fazeis, a elle me remeto, para vos referir mais particularmente, o que vos nesta digo. Illustrissimo, e poderoso Principe. Nosso Senhor. Escrita em Almeirim a XXIII de Janeiro de M D LXXII.*”<sup>274</sup>

A proposta do embaixador foi aceite e posta em execução. A 18 de Março de 1572 já Miguel Abreu de Lima saía de Lisboa, a bordo da Carreira da Índia, com a missão de fazer chegar ao xá da Pérsia uma carta de D. Sebastião e um Breve papal. O rei português, além de apelar ao xá da Pérsia para fazer guerra ao Turco, por “*ser tão antigo inimigo*” e, assim sendo, convir à segurança do seu reino, prometia ainda dar guerra aos otomanos a partir da Índia. Na mesma armada seguiam o primeiro punhado de missionários da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho com o objectivo de se fixarem em Ormuz, base a partir da qual visariam a evangelização de persas, arménios e georgianos, numa área onde viriam a revelar-se fundamentais como agentes diplomáticos na Pérsia.<sup>275</sup>

---

<sup>274</sup> Vide Diogo Barbosa Machado, *Op. Cit.*, pp. 410-413. Ver Anexo 15: Carta de D. Sebastião ao Doge de Veneza, Luis Mocenigo.

<sup>275</sup> Vide Maria Augusta Lima Cruz, *Op. Cit.*, p. 206.

Para que os aprestos corressesem céleres, em fins de Abril de 1572, o rei recolhera a Lisboa. Em meados de Agosto estava pronta a armada, porém, em toda a cidade, constava que o seu destino não seria combater os turcos. Dizia-se que D. Sebastião recebera avisos de que em portos franceses se estava a aparelhar uma esquadra, que tinha por objectivo Cascais. Na realidade, a 14 de Julho, Felipe II escrevera a D. João de Borja, incumbindo-o de dizer ao sobrinho que a armada espanhola não podia cooperar na Liga, por causa da revolta da Flandres; e que em França se preparava uma esquadra, cujo destino ignorava. O mesmo lhe comunicara João Gomes da Silva, seu embaixador junto de Carlos IX: receava ele que o alvo da frota fossem as nossas possessões africanas, especialmente Mina. A 8 de Julho, participou constar-lhe *“que a armada tinha ordens para fazer todo o dano possível a Hespanha”* e como a maior parte dos navios era de particulares e entre eles *“havia alguns corsarios estrangeiros, palpitava-lhe ... que se dirigisse a Lisboa, afim de se recompensarem das despesas feitas com o seu preparo e das offensas que a França tinha de Portugal.”* Portanto, aconselhava *“a nossa armada não deve sayr mais longe que Cascaes, porque tendo recado por toda a costa que dê aviso quando nella fôr vista estoura, poderá acudir onde fôr necessário com mais brevidade e inteireza.”*<sup>276</sup>

Falecido Pio V a 1 de Maio de 1572, logo foi eleito Gregório XIII, a 13 de Maio do mesmo ano, cuja notícia, chegando a Portugal, provocou em D. Sebastião um grande pesar. A 30 de Junho escreveu ao novo eleito uma carta de parabenização da sua exaltação e a 15 de Julho, outra de obediência. Em ambas as cartas o exortava a prosseguir com a Santa Liga, ratificando a sua promessa de ajudar nela. E como Pio V já não teve oportunidade de ler as cartas que D. Sebastião lhe enviou, foram entregues a Gregório XIII, às quais respondeu, e que aqui apresentamos com a tradução da crónica de *Portugal, cuidadoso, e lastimado*:

*“Gregorio XIII. Ao nosso amado filho D. Sebastiao, Rey de Portugal. (...)*

*E quanto as outras cartas, que pelo Cardeal Alexandrino escreveo V. Magestade ao Santissimo Pontifice Pio V. e elle não pode ver, lendo-as nós, tanto nos alegamos em o Senhor, que nem de as ler, nem de louvar a vossa insigne piedade, nem de dar a Deos as dividas hraças podíamos saciarnos; taõ ardente era o desejo de V. Magestade, que nellas víamos de ajudar a Igreja Catholica com*

---

<sup>276</sup> Vide Edgar Prestage, “A embaixada de João Gomes da Silva ao Rei Carlos IX da França e a matança de S. Bartholomeu” in *Revista de História*, nº 20, ano V, p. 314 e Maria Augusta Lima Cruz, *Op. Cit.*, p. 207.

*galès, nãos, armas, e com todo o outro aparato bellico; e não só de socorrer a nòs nestas partes de Europa; mas de accommeter também os turcos pelo mar Vermelho, de os perseguir, e não deixar soccegar, e os privar do grande lucro, que tiraõ do Commercio do Oriente; e com aquella deversaõ pela Asia os desviar de nos poderem fazer guerra por estes mares. Porventura poderia alguém desejar outros mayores socorros, que estes que V. Magestade nos promete? Mandaremos (dizeis nas vossas cartas) logo preparar neste nosso Reino munições, navios, e o mais, que for necessário para fornecer uma Armada, que toda, ou parte dela possa servir a Santa Liga. Oh! Abençoe o todo poderoso Deos, e crescente tanta virtude, e a remunerar com todas as prosperidades do Ceo, e da terra; visto que nòs não podemos, salvo dar a Vossa Magestade as graças em nome desta Santa Sé, e de toda a Igreja Catholica, e prometer-lhe amplíssima retribuição da parte daquele Senhor, Esposo da mesma Igreja, que a comprou com o tão prezioso preço do Seu Divino Sangue, e que tem guardados mayores prémios para aquelles, que a defendem: mas o que faz mais insigne, e mais realça a piedade de V. Magestade, he a terra, em que vive, e a situação do seu Reyno, muito distante dos Othomanos; e quanto mais desviado do perigo, em que nòs vivemos, e do medo dos inimigos tanto manifesta mais a Caridade de Christo, que vos move, a qual não busca a própria conveniência; com tudo também he nosso o que he de nossa Mãe a Santa Igreja.*

*Por tanto as vossas cartas, que reputamos escritas não só a Pio V. mas também a nòs, (...) e assim a Deos, e a V. Magestade damos as devidas graças, e pedimos em nome de toda a Igreja, que no anno, que vem, a socorra com essas mesmas forças, que promete; do que suposto não duvidamos, com tudo o nosso grande desejo de o ver obriga, a que vos reguemos. Os dias, e as noites nos leva, como he razaõ, este importante cuidado do bem da Igreja; e assim não cessamos de chamar, e persuadir a que também entrem na Santa Liga o Emperador Maximiliano, e ElRey de França; e não desesperamos de que se resolvaõ: mas ou eles entrem, ou não, o que Deos não permita, não seja esse o impedimento, para que vòs, charissimo filho, nos falteis com o vosso socorro.*

*Reparamos que vòs nas cartas para Pio V. duas cousas prometeis; huma, que entrareis na Liga; mas na supposição de que entrem também os outros Principes Christãos; o que Deos nos conceda ver; e que a vòs, e a eles tenhamos por companheiros na mesma Liga: a outra cousa he, que mandareis as vossas nãos a*



*Levante, e accommeteréis os Turcos pelo mar Vermelho, mas no caso que não ocorra outra occasião de necessidade mais precisa para os vossos Estados; esperamos em Deos que não haverá essa necessidade, e que a Igreja Catholica, ainda que não entrem na Liga os outros Principes, nem por isso deixará de gosar do vosso favor, da vossa perpetua fé, e de vossos mayores; da vossa piedade, e valor em a defender dos inimigos de Christo, e amplificar a Sua gloria. (...)*

*Dado em Roma em S. Marcos, debaixo do Anel do Pescador, no dia 17. De Setembro de 1572. Anno primeiro do nosso Pontificado.*”<sup>277</sup>

A 6 de Setembro de 1572 chegaram a Lisboa cartas do embaixador em Paris, dando conta da odiosa matança dos calvinistas, no dia de S. Bartolomeu. Os desejos de se bater pessoalmente, de pôr à prova a sua intrepidez e a sua bravura manifestam-se no jovem monarca. Se a armada não ia combater os turcos, com a morte de Pio V, estava a Liga virtualmente desfeita. Se já não tinha papel a desempenhar na submissão dos protestantes franceses, como parece ter sido intento seu, podia a armada servir-lhe para uma expedição ao Oriente.<sup>278</sup>

Por outro lado, o Turco tendo conhecimento da Legacia com que Pio V tentava unir todos os príncipes cristãos contra ele, mandou a França um embaixador ratificar a paz e amizade com Carlos IX e incentivar os Ministros para que perturbassem a concórdia com Felipe II, fomentando a rebelião dos Países Baixos, como explorado no terceiro capítulo. Assim, surge a armada francesa, a mando de Coligny, que pôs em alvoroço Espanha e Portugal, acautelando-se para a defesa e conservação dos seus domínios. Assim, os Turcos evitavam de sobremaneira que os príncipes cristãos saíssem com a sua frota e fizessem coisa digna contra si, e estimulavam as desconfianças de Veneza e a ponderar a paz com a Sublime Porta.<sup>279</sup> Porém, na noite de 13 de Setembro, uma violenta tempestade açoutou Lisboa e todos os portos do sul, destruindo todas as embarcações que supostamente viriam a integrar a armada da Santa Liga.

A 19 de Fevereiro de 1573, D. Sebastião recebia em Évora um legado do Papa, Bernardo Marini, arcebispo Lanciani. Trazia como missão conseguir a participação de Portugal na reanimação da Santa Liga. O rei português acabaria por aceitar o

---

<sup>277</sup> Vide José Pereira Baião, *Op. Cit.*, pp. 285-288 e Fr. Manuel dos Santos, *Op. Cit.*, pp. 237-238.

<sup>278</sup> Vide Queiros Veloso, *Op. Cit.*, p. 148. Ver Anexo 16: Carta de Gregório XIII a D. Sebastião, que relata como recebeu o Pontífice a notícia de que D. Sebastião tinha escrito a Carlos IX, louvando a acção do rei português de mandar justificar os hereges daquele reino, exortando-o a prosseguir, oferecendo o seu auxílio contra eles. Vide Maria Augusta Lima Cruz, *Op. Cit.*, p. 207.

<sup>279</sup> Vide José Pereira Baião, *Op. Cit.*, p. 289.

compromisso de um donativo de 40 a 50 mil cruzados, que as fontes não permitem saber se chegaram a ser enviados. A recusa da integração na Liga tinha já argumentos válidos. Desde final do Outono que os príncipes cristãos já desconfiavam de que a Liga perdera o efeito, não tanto pela derrota de Modon, mas pelas vicissitudes que antecederam a jornada, reflectindo-se na sua preparação e actuação. A 7 de Março, enquanto o delegado do papa se desdobrava em esforços, Veneza firmava a paz com o Turco.<sup>280</sup>

Por outro lado, o pouco interesse manifestado por D. Sebastião nesta altura do confronto numa reanimação da Santa Liga não pode deixar de estar relacionado com o projecto de Marrocos visado pelo rei português que, cada vez mais, se lhe deparava como fundamental e adequado aos interesses nacionais. A juntar a isto, as notícias do Oriente revelavam não ser aquele o momento ideal para a prometida investida contra o Turco e o Golfo Pérsico, não estando preparada a armada e o aparelho de gente do rei para batalhar em duas frentes.<sup>281</sup>

Observado de uma panorâmica retrospectiva, apesar do esforço das embaixadas e dos legados enviados a Portugal e de o rei, à primeira vista e inicialmente, ter feito um esforço para que fosse possível o seu auxílio à Santa Liga no confronto com o Turco, as manobras dos reinos mais influenciadores e determinantes para a sua inclusão não ocorreram com sucesso. No entanto, não deixa de ser importante destacar o papel de Portugal numa “Europa” que se via a medo com a ameaça turca, que não tinha fim, e que se observaria em 1574, mas sem mais fulgor.

É igualmente importante destacar as relações de vassalagem mantidas entre Portugal e a Santa Sé, na medida em que, a admiração mútua e a insistência manifestada demonstravam, efectivamente, as fortes ligações e o interesse ambivalente dos contactos estabelecidos, não menosprezando Portugal os pedidos do Sumo Pontífice. Grosso modo, é passível de ser questionado, se a armada estimulada por D. Sebastião, seria mesmo para a integração da Santa Liga, ou se, por outro lado, os boatos que corriam a cidade tinham um fundo de verdade. Assim sendo, D. Sebastião estabelecia com a Santa Sé uma dupla estratégia, pois mantinha-se no centro das atenções ao preparar a armada, o que, inequivocamente lhe podia trazer vantagens e, simultaneamente, tinha pronta uma armada para ordenar e utilizar para o fim que desejasse.

Assim, o século XVI abriu uma nova página nas relações entre o Império Turco e as nações europeias, e também com Portugal, na medida em que se alarga

---

<sup>280</sup> Vide Maria Augusta Lima Cruz, *Op. Cit.*, p. 219.

<sup>281</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 219.

definitivamente, não só a ambição de conquista de novos espaços, mas também a correlação de forças, quer políticas, quer económicas, agora já não circunscritas à área do Mediterrâneo e do Oceano Índico, mas igualmente do Atlântico.<sup>282</sup>

---

<sup>282</sup> Vide Paula Limão, *Op. Cit.*, p. 306.

## Considerações Finais

O Mediterrâneo apresentou-se durante a Idade Moderna como palco de forças, quer a nível económico, quer nos planos político e cultural. Os territórios que o compõem apresentavam entre si rivalidades que, nalgumas vezes, favoreciam confrontos e, noutras, estimulavam alianças. O confronto entre o Ocidente e o Império Otomano foi motivo para que se concretizasse a segunda. Desde o início do século XVI que este Império vinha chegando à Europa de forma consolidada e semeava no seio das monarquias cristãs o temor e o receio das suas invasões. No entanto, a posição dúbia e vulnerável de alguns territórios, como é o caso de Veneza, fomentava, ainda mais, a apetência do Turco para entrar na Europa.

A ofensiva otomana do século XVI caiu sobre uma Europa convulsionada pela grande crise da Reforma. Os papas aproveitaram a ocasião para pregar a defesa da Cristandade como meio de restaurar a unidade cristã, mas a Reforma envolvera-se demasiado na política para que este objectivo pudesse ser atingido. No século XVI, as vitórias militares dos turcos intensificaram as divergências religiosas na Europa Oriental. O catolicismo húngaro foi paralisado pela catástrofe de Mohács, onde morreram sete dos dezasseis bispos do reino. O alastramento do Protestantismo não só dividiu a Europa na altura em que era mais forte a pressão turca, como reduziu possibilidades de reconquista dos territórios perdidos.

O caso veneziano, que estava ligado a Constantinopla desde a época de Bizâncio, reflecte, em certa medida, a carência de autonomia e hegemonia política e económica. O comércio com o Oriente e a dependência do Turco, quer a nível comercial, quer através de alianças e tratados de paz, deixava Veneza à mercê do grande gigante que se vinha afirmando perante um mundo em convulsão. Por outro lado, os conflitos entre as duas grandes hegemonias do Ocidente, a França e a Espanha, que se tentavam anular mutuamente, fazia com que a disputa do Mediterrâneo não se afirmasse só com o Império Otomano mas também entre potências internas no Ocidente. Analisado o caso francês, rapidamente concluímos que apostava a sua frente em duas forças. Em primeiro lugar, tentando destabilizar Espanha, com o objectivo de impedir que esta se unisse a outras potências cristãs para confrontar o turco e, em segundo, aliando-se ao Império Otomano, com o objectivo de delinear estratégias que igualmente não permitissem o confronto com este. Exemplo destes acontecimentos, foi a intervenção francesa dissimulada, em 1572,

investindo na destabilização da monarquia espanhola, preparando uma armada que, até à data, as fontes não permitem compreender até onde se iria deslocar. As embaixadas constantes enviadas a Istambul, junto do sultão, nomeadamente o envio do bispo Dax para negociar junto do sultão o tratado de paz com Veneza, argumentando que seria de benefício comum para o Turco e para Veneza, manifesta essa atitude ambígua de França.

No que toca ao imperialismo, é de ressaltar que, apesar da França se querer hegemonizar, a Espanha e o Turco detinham as maiores forças para se confrontarem. Carlos V deteve territorialmente o maior Império e o Turco, desde Solimão, detinha o maior Império do Oriente. No entanto, as empresas de Selim deixam Veneza à beira da “falência” no que toca aos seus pontos de estratégia vitais. O cerco de Chipre e o *ultimatum* feito pelo sultão, através de um embaixador em Veneza, revelam-se, depois da conquista de Rodes e de Malta, o espólio de um grande confronto. Ao intervir no caso, Pio V afirma-se como o papa da defesa da Cristandade, que vê no estabelecimento de uma confederação de príncipes cristãos a melhor solução para auxiliar Veneza e confrontar o Turco.

No entanto, o auxílio pedido a Felipe II não se concretizou imediatamente, aliás como todos os envios da armada para as empresas estipuladas para cada ano, depois de terem sido assinadas as capitulações. Porém, acabou por auxiliar Chipre e, depois de ter recebido os subsídios que tanto esperava em contrapartida do papa, acabou por aceitar a integração da Liga, denominada Santa. Além de Espanha, Pio V convocou outras monarquias, entre elas a francesa, que mais uma vez se mostrou muito ocupada, convenientemente, com os protestantes franceses e sem tempo para dedicar ao confronto contra o Turco, não apoiando tal investida por parte dos príncipes cristãos.

Depois da Liga ser assinada e proclamada em Roma, a 25 de Maio de 1571, D. Juan de Austria avançou com a armada e derrotou o Turco. Há vários apontamentos que nos parecem pertinentes reter. Em primeiro lugar, estávamos perante uma Confederação com algumas deficiências: o atraso das armadas que, poucas vezes, cumpriram os tempos estipulados nas capitulações; a falta de homens e mantimentos nas embarcações e os atritos que havia entre os capitães eram reveladores de que os interesses pessoais de cada um eram mais motivadores do que o motivo principal de derrotar o Turco. A vitória de Lepanto, apesar de não ter provocado nenhuma mudança estrutural na política do Mediterrâneo, provocou uma mudança nas mentalidades, prova concreta disso é o quarto capítulo, em que é analisado pormenorizadamente a importância do Rosário e das suas Confrarias na manutenção desta memória e a produção de arte, que cresceu

exponencialmente com motivos religiosos e militares. A Bula *Salvatoris Domini Nostri Iesu Christi* publicada por Pio V, recorda a vitória e relembra que nunca devia cair no esquecimento do mundo. É a partir desta vitória que a oração do Rosário passa a ter uma dimensão universal e um carácter missional tridentino. Também Gregório XIII investiu neste aspecto, com a proclamação da Bula *Monet Apostulus*, que investe oficialmente na festividade da Virgem do Rosário em todas as igrejas que tenham altar dedicado à Virgem.

A importância da imagem, que ainda hoje continua em museus e igrejas, mesmo na América, é fundamental para a continuação da análise desse imaginário. A transformação do temor em superação por parte do Ocidente é, em parte, a vitória dessa grande batalha que a História observou. Também os periódicos, como se faz referência na dissertação, neste caso espanhóis, demonstram como, de facto, a passagem da memória e dos séculos trazem a exposição dos assuntos.

A morte de Pio V e a aclamação de Gregório XIII provocaram algumas viragens no seio da Liga. Prova disso foi o núncio Odescalco, que tinha como missão diminuir os poderes de D. Juan de Austria, secretamente. Esta atitude, apesar de não ter tido consequências, provocara em Felipe II a confirmação da desconfiança que vinha de antes e a vontade de investir a sua armada numa empresa particular, facto que se consumaria com o envio de D. Juan a Tunes em 1573. Esta ordem de ida ao Norte de África acabaria por se revelar infrutífera, uma vez que, a armada do turco recuperara os territórios que Espanha conquistara para a sua tutela, em 1574.

O caso português não fica aquém do sucedido com tantos potentados que foram convocados para a Liga e que acabaram por não a integrar. O envio de Luis de Torres e do cardeal Alexadrino, por Pio V, e de Antonio Tiépolo, por Veneza, ilustra, em primeiro lugar, o interesse que tinham em que Portugal integrasse a Santa Liga. Nestes contactos não pode deixar de se fazer menção ao papel dos embaixadores que representavam os seus soberanos. No caso do casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois compreende-se que estes foram responsáveis pela não existência, quiçá, de um confronto directo entre Portugal e Espanha. O monarca português afirma nas condições do casamento, quando finalmente se decide a efectuar-lo, que apenas selaria o enlace se o rei francês entrasse na Santa Liga, desculpando-o de todas as quantias que desde sempre o rei dava aquando da assinatura de contratos de casamento. Compreende-se pela correspondência trocada entre os papas e o rei português que, efectivamente, pelo menos inicialmente, havia interesse em integrar a Liga. No entanto, os problemas com os

corsários e os investimentos que se tinham no Oriente acabavam por ser limitativos da sua intervenção directa, apesar de ter estado uma armada aparelhada no rio Tejo, depois de terem sido pedidos vários empréstimos em todo o Reino, para que fosse possível a sua concretização. Porém, os rumores que existiam insisitiam que a armada assim que estivesse pronta não era para reforçar a Santa Liga, mas sim para uma investida em Marrocos, como se virá a efectuar mais tarde. O facto é que não é possível afirmar assertivamente o que tinha planeado D. Sebastião.

As verdadeiras modificações que se operaram de forma evidente no século XVI, no Mediterrâneo, quer nos queiramos referir às profundas transformações operadas pelo estabelecimento da rota do Cabo, ou à alteração do equilíbrio económico e político desencadeado pela conquista otomana do conjunto do Egipto, Síria e Palestina, são percursoras e, em certa medida, impulsionadoras da época contemporânea que se avizinhava. Foi, de facto, o século XVI, que viu nascer, pelos elementos dinâmicos, que então se apresentavam, uma evolução do comércio internacional em que os agentes envolvidos acalentaram progressivamente o ensejo de domínio e monopólio de rotas e da posse de territórios extra-europeus. Com efeito, depois do paradoxo de 1571-1574, as grandes manobras são terminadas no Mediterrâneo. Não aparecem mais alertas, escaramuças, operações com grande envergadura, apesar de continuarem as investidas dos corsários.

Assim, observamos Lepanto como um acontecimento histórico que, sendo uma batalha, é sobretudo uma conjuntura que no contexto tridentino foi elaborado ideológica e simbolicamente como o reforço do poder do papa e do rei de Espanha, enquanto pilares da Cristandade Romana que se afrontava, também, com a herança da divisão religiosa no continente europeu.

## Bibliografia

### Fontes Impressas

- “Lettres de Catherine de Médicis publiées par M. le Cte Hector de la Ferrière, membre non résidant du Comité des travaux Historiques et des Sociétés savantes” in *Colection de Documents Inédits sur l’Histoire de France publiés par le soins du Ministre de l’Instruction Publique, 1570-1574*. Tomo IV, Paris: Imprimerie Nationale, 1891;
- ARROYO, Marco Antonio, *Relacion del Progreso de la Armada de la Santa Liga, hecha entre el Papa Pio Quinto, el Rey Catholico Phelippe Segundo, y Venetianos contra el Turco debaxo Don Inan de Austria Capitan general della*. Milão: Miguel Tin, 1576;
- BAIÃO, José Pereira, *Portugal cuidadoso, e lastimado, com a vida, e perda do senhor rey D. Sebastião, o desejado de saudosa memoria. Historia chronologica de suas acções, e sucessos desta monarquia em seu tempo; suas jornadas a Africa, batalha, perda, circunstancias, e consequências notáveis dela*. Lisboa: Oficina de Antonio de Sousa Silva, 1737;
- COMA, Don Vicente Antonio Roger, *Descripcion geográfica política, militar, civil y religiosa del Imperio Otomano, con una noticia relativa á su administración de justicia, á su policía, á su hacienda, y á otros varios objetos; y la cronología histórica de los sultanes desde Otoman I, fundador del imperio, hasta Mahamud II, actualmente reinante*. 2ª ed. Madrid: Imprensa de D. Miguel de Burgos, 1829;
- Histoire de L’Empire Ottoman, depuis son origines jusqu’à la paix de Belgrade en 1740*. Volume I, Paris: Libraire Le Clerc, 1771;
- Historia del combate naval de Lepanto, y juicio de la importância y consecuencias de aquel sucesso: obra premiada por voto unánime de la Real Academia de la Historia, en el concurso de 1853*. Madrid: Imprensa de la Real Academia de la Historia, 1853;
- La Guerre de Chypre et la Bataille de Lépante par le Vice-Amiral Jurien de la Graviere membre de l’Institut. Ouvrage accompagné de quatorze Cartes et Plans*. Tomo II, Paris: Libraire Plon, 1888;



*La Liga de Lepanto entre España, Venecia y La Santa Sede (1570-1573): ensayo histórico a base de documentos diplomáticos*. Madrid: Escuela Española en Roma, 1918;

MACHADO, Diogo Barbosa, *Memorias para a Historia de Portugal, que comprehendem o governo dELRey D. Sebastião, único em o nome, e decimo sexto entre os Monarcas Portuguezes: Do anno de 1568 até o anno de 1574*. Tomo III, Lisboa: Regia Officina Sylvianna, e da Academia Real, 1747;

SANTOS, Fr. Manuel dos, *Historia Sebastica, contém a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal e os sucessos memoráveis do Reyno, e Conquistas no seu tempo, dedicada a ELRey N. Senhor D. Joao V*. Lisboa: Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1735.

### **Periódicos**

*Diario Curioso, Historico, Erudito, Comercial, Civil, y Economico*, Barcelona: 6 de Julho de 1772 [hemerotecadigital.bne.es/issue.vm?id=0003944067&search=&lang=es – data de consulta: 04/09/2017]; 7 de Outubro de 1772 [hemerotecadigital.bne.es/issue.vm?id=0003947213&search=&lang=es – data de consulta: 04/09/2017];

*Época (La)*, Madrid: 14 de Abril de 1934 [hemerotecadigital.bne.es/issue.vm?id=0001131373&search=&lang=es];

*Ilustración (La): revista semanal de literatura, artes y ciências*, Barcelona: 7 de Outubro de 1883 [hemerotecadigital.bne.es/issue.vm?id=0001414763&search=&lang=es];

*Imparcial (El)*, Madrid: 12 de Outubro de 1911 [hemerotecadigital.bne.es/issue.vm?id=0000285312&search=&lang=es].

### **Obras consultadas**

“Francesco Petrarca” in *Gigantes da Literatura Universal*. Lisboa: Verbo, 1972;

ABULAFIA, David (Dir.), *The Mediterranean in History*. London: Thames & Hudon, 2003;

ABULAFIA, David, *The Great Sea: a Human History of the Mediterranean*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2011;

AGÉ, Paul (Dir.), *Larousse du XX siècle*. Volume IV. Paris: Librairie Larousse, Montparnasse, 1931;

- ÁGOSTON, Gábor e Bruce Masters, *Encyclopedia of the Ottoman Empire*. Nova Iorque: Facts on File, 2009;
- ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Felipe II y su tiempo*. Madrid: Espasa, 1998;
- ARBEL, Benjamin, “The port towns of the Levant in sixteenth century travel literature” in *Mediterranean Urban Culture (1400 -1700)*, Alexander Cowan (Dir.), Exeter: University Press, 2000;
- BASCHET, M. Armand, *La diplomatie vénitienne. Les Princes de l’Europe au XVI siècle*. Paris: Ed. Plon, 1862;
- BENASSAR, Bartolomé e Jean Jacquart, *Le XVI siècle*. Paris: Armand Colin, 1972;
- BENEYTO, Juan, *Espíritu y estado en el siglo XVI: ensayos sobre el sentido de la cultura moderna*. Madrid, 1952;
- BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*. Volume II, 2ª ed. Lisboa: Publicações dom Quixote, 1995;
- BROWN, Jonathan, *La sala de batallas de El Escorial. La obra de arte como artefacto cultural*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1998;
- CAMPOS, Javier e Fernandez Sevilla (Dir.), *Felipe II y su época: Actas del Simposium*. Madrid: San Lorenzo del Escorial, 1998;
- CASALE, Giancarlo, *The Ottoman Age of Exploration*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010;
- COLES, Paul, *Os Turcos na Europa*. Lisboa: Editorial Verbo, s/d;
- CREMADES, Fernando Checa, “Ficha catalográfica” in *Felipe II. Un monarca y su época. Un príncipe del Renacimiento*. S/l: Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 1998;
- CROWLEY, Roger, *Empires of the Sea: The Final Battle for the Mediterranean (1521-1580)*. Londres: Faber and Faber, 2008;
- CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, 1ª ed. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006;
- DELUMEAU, Jean, “Religion officielle et religion populaire pendant la réforme et la contra-réforme en France” in *Concilium*, nº 206, 1986;
- DIEHL, Charles, *Une République Patricienne: Venise*. S/l: 2015;
- DIEZ, Ernst, *O Islão*. (Trad. Fernando Melro), Lisboa: Editorial Verbo, 1971;
- DONINI, Pier Giovanni, *O Mundo Islâmico, do século XVI à actualidade*. (Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo), Lisboa: Editorial Presença, 2008;

- DUCELLIER, Alain, Michel Kaplan, Bernadette Martin e Françoise Micheau, *A Idade Média no Oriente: Bizâncio e o Islão, dos Bárbaros aos Otomanos*. (Trad. Luís de Barros), Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994;
- ELLIOTT, Jhon, *La Europa dividida 1559-1598*. Madrid, 2005;
- Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*. Volume VII e VIII. Bilbao: Espasa-Calpe, 1930-1933;
- FAROQHI, Suraiya, *The Ottoman Empire and the world around it*. Nova Iorque: I. B. Tauris, 2004;
- FAROQUI, R., “Moguls, Ottomans, and Pilgrims: Protecting routes to Meca in the Sixteenth and Seventeenth Century” in *The International History Review*, 10, nº 2, s/l, 1988;
- FONZEL, E. van, Bernard Lewis e Ch. Pellat, *Encyclopédie de l’Islam*. Volume I, Paris: Maisonneuve e Larose, 1978;
- GENTILE, Giovanni (Dir.), *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*. Volume XIII. Milão: Instituto dell’Enciclopédia Italiano fondata da Giovanni Treccani, 1931-1936;
- GOMEZ, Manuel de Foronda, *Estudios del reinado de Felipe II*. Madrid: Editorial Escelicer, 1954;
- GRUZINSKI, Serge, *A colonização do imaginário: indígenas e ocidentalização do México espanhol (sécs. XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003;
- HAAN, Bertrand, *Une paix pour l’éternité, La négociation du traite du Cateau-Cambrésis*. Madrid: Casa de Velásquez, 2009;
- HARRIS, W. V., “The Mediterranean and Ancient History” in *Rethinking the Mediterranean*. Nova Iorque: Orford University Press, 2005;
- HIDALGO, Martínez, *Lepanto, la batalla, la Galera Real: recuerdos, reliquias y trofeos*. Barcelona: Diputación Provincial de Barcelona y Museo Marítimo, 1971;
- HIDALGO, Rafael Vargas, *Guerra y Diplomacia en el Mediterráneo: Correspondencia inédita de Felipe II con Andrea Doria y Juan Andrea Doria*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003;
- IBARRA, Miguel Ángel de Bunes, *La imagen de los musulmanes y del Norte de Africa en la España de los siglos XVI y XVII, los caracteres de una hostilidad*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1989;
- KUNG, Hans, *Islão, Passado, Presente e Futuro*. Lisboa: Edições 70, 2010;

- LANE, Frederic, "Venetian Bankers, 1496-1533" in *Venice and History. The collected papers of Frederic C. Lane*. Edited by a Committee of Colleagues and former students foreword by Fernand Braudel. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1966;
- LAPEYRE, Henry, *Las monarquías europeas del siglo XVI: las relaciones internacionales*. Barcelona: Editorial Labor, 1969;
- LAVI, F. Nájera, *La Batalla de Lepanto en la prensa escrita de los siglos XVII, XIX y XX*. S/I: 2012;
- LIMÃO, Paula, *Portugal e o Império Turco na área do Mediterrâneo (século XV)*. Volume I. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994;
- LIVET, Georges e Roland Mousnier (Dir.), *Historia Geral da Europa: a Europa desde o início do século XVI ao final do século XVIII*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1980;
- LUTZ, Heinrich, *Reforma y Contrarreforma, Europa entre 1520 y 1648*. Madrid: Alianza Editorial, 2009;
- MAALOUF, Amin, *As Cruzadas vistas pelos Árabes*. (Trad. G. Cascais Franco), 2ª ed. Lisboa: Difel, 1990;
- MAHÍQUES, Rafael García, *Iconografía e Iconología. La Historia del Arte como Historia Cultural*. Volume I, Madrid: Ediciones Encuentro, 2008;
- MANSEL, Philip, "The French Renaissance en Search of the Ottoman Empire" in *Re-Orienting the Renaissance: Cultural Exchanges with the East*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005;
- MANTRAN, Robert (Dir.), *Histoire de l'Empire Ottoman*. Lille: Fayard, 1989;
- MANTRAN, Robert (Dir.), *L'Empire Ottoman du XVIe. au XVIIIe. siècle. Administration, économie, société*. Londres: Variorum Reprints, 1984;
- MARÍAS, Fernando, *El Greco: biografía de un pintor extravagante*. Madrid: Nerea, 1997;
- MELLO, Ana Maria Lisboa de, *Poesia e Imaginário*. Coleção Memória das Letras, nº 11. Porto Alegre: Edipucrs, 2002;
- MENSAQUE, Carlos José Romero, "La universalización de la devoción del Rosario y sus cofradías en España. De Trento a Lepanto" in *Angelicum*, nº 90, Califórnia: Pontificia Universitas a Sancto Thoma, 2013;
- MÍNGUEZ, Víctor, "Iconografía de Lepanto. Arte, propaganda y representación simbólica de una monarquía universal y católica" in *Obradoiro de Historia Moderna*, nº 20, 2011;

- MIQUEL, André, *O Islame e a sua civilização*. (Trad. Francisco Nunes Guerreiro), Lisboa: Edição Cosmos, 1971;
- MUÑIDO, Francisco-Felipe Olesa, *La organizacion naval de los Estados mediterráneos y en especial de España durante los siglos XVI y XVII*. Volume I, Madrid: Editorial Naval, 1968;
- O'CONNELL, Monique, "The Italian renaissance in the Mediterranean, or, Between East and West" in *California Italian Studies*, nº 1. S/l: Wake Forest University, 2010;
- OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua História*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000;
- OLIVERA, Raimundo de, *Bíblia Sagrada*, Edição Pastoral. (Trad. João Gomes Filipe), 3ª ed. Lisboa: Paulus, 1997;
- PAKSOY, H. B., "Crimean Tatars" in *Modern Encyclopedia of Religions in Russia and Soviet Union*. Volume VI. Academic International Press, 1997;
- PELAYO, Marcelino Menéndez, *Historia de los heterodoxos españoles*. Volume III, Madrid, 1947;
- PIDAL, Ramón Menéndez (Dir.), *Historia de España, España en tiempo de Felipe II*. Tomo XXII, Volume 2, Madrid: Espasa-Calpe, 1981;
- PINTO, Jaime Nogueira Pinto, *O Islão e o Ocidente - A Grande Discórdia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2015;
- PRESTAGE, Edgar, "A embaixada de João Gomes da Silva ao Rei Carlos IX da França e a matança de S. Bartholomeu" in *Revista de História*, nº 20, s/d;
- PRETO, Paolo, *Venezia e i Turchi*. Florença: Sansoni, 1975;
- QUATAERT, Donald, *O Império Otomano, das origens ao século XX*. Lisboa: Edições 70, 2000;
- R., Mulcahy, "Celebrar o no celebrar: Felipe II y las representaciones de la batalla de Lepanto" in *Revistas del Patrimonio Nacional*. Nº 168, 2006;
- RIVADÁVIA, Padilha Vieira Júnior, "Maioria Tibi: Triunfo dinástico de Felipe II na Alegoria da Batalha de Lepanto (c. 1573-1575), de Ticiano Vecellio". Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013;
- RODRÍGUEZ, Manuel Rivero, *La batalla de Lepanto. Cruzada, guerra santa e identidad confesional*. Madrid: Silex, 2008;
- SÁNCHEZ, Juan Antonio Vilar, *Carlos V, Emperador y Hombre*. Madrid: Editorial EDAF, 2015;

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Historia de Portugal. O século de ouro (1495-1580)*. Volume III, Póvoa de Varzim: Editorial Verbo, 1978;
- SERRÃO, Joel e A. H. Marques (Dir), João José Alves Dias (Coord.), *Nova história de Portugal. Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. Volume V, Lisboa: Editorial Presença, 1998;
- SERVANTIR, Alain e Ramón Puig de la Bellacasa (Org.), *Actes du programme organisé par l'Institut Cervantes de Bruxelles. L' Empire ottoman dans l'Europe de la Renaissance: idées et imaginaires d'intellectuels, de diplomates et de l'opinion publique dans les Anciens Pays-Bas et le Monde Hispanique aux XV, XVI et debut du XVII siècles*. Leuven: Leuven University Press, 2005;
- SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.), *Imaginário, Cotidiano e Poder, Memória afro-brasileira*. São Paulo: Edições Selo Negro, 2007;
- SIMMS, Brendan, *Europa – a luta pela supremacia: de 1453 aos nossos dias*. Lisboa: Edições 70, 2015;
- TABAK, Faruk, *The Waning of the Mediterranean (1550-1870): a geohistorical approach*. Maryland: The Johns Hopkins University Press, 2008;
- VAUGHAN, Dorothy M., *Europe and the Turk. A Pattern of Alliances, 1350-1700*. Liverpool: University Press, 1954;
- VELLOSO, Queiroz, D. *Sebastião (1554-1578)*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1935;
- VENNARI, John, “A capela do Rosário em Veneza em honra da vitória do Rosário na batalha de Lepanto”. S/l: s/d;
- VENTURINO, Giovanni Battista, “Viagem do Cardeal Alexandrino”, publicada por Alexandre Herculano in *Opúsculos*, Volume VI, *Controvérsias e Estudos Históricos*. Volume III, 5ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d;
- WALKER, Cristopher, *O Islão e o Ocidente: uma harmonia dissonante de civilizações*. (Trad. Victor Silva), Lisboa: Edições 70, 2006;
- ZÁRATE, Jesús María González, “Imagem y Poder. Alegorías en Emblemas” in *Emblemata Aurea. Na emblemática en el arte y la literatura del Siglo de Oro*. Madrid: Akal, 2000.

## Anexos

1

*Carta que su Santidad escribió al Rey Felipe II, excitándole á la liga y guerra contra los turcos.*<sup>283</sup>

Pio Papa Quinto. = Muy amado hijo: Quando atentamente me pongo á considerar el estado que al presente tiene la república christiana, y hallo en ella tanta miseria y desventura, tanta afliccion y trabajo, no puedo dejar de recibir un pesar y sentimiento tan entrañable, que vengo con el Apóstol á desear la muerte y decir á Dios lo de Elias: Señor, basta-lo que he vivido. No soy mejor que mis pasados, porque verdaderamente ha venido mi pontificado á un tiempo tan desventurado y triste, que no solo me pesa de vivir, mas aun me averguenzo. A qualquiera parte que vuelvo los ojos veo enflaquecida la christiandad y las fueras de nuestra féé, y amanciliada y angustiada del todo la hermosura de la Iglesia de Dios: hecha esclava está ya la que fué libre y señora de las gentes; y sin recontar pérdidas passadas que ha recibido este pueblo christiano, vengamos á las de agora. Apenas hube tomado sobre mi este cargo de servidumbre apostólica, quando el Gran Turco tan poderoso ejército de pié y de á caballo entró por Ungria, á sugetar lo poco que alli le feltaba para ser toda suya, y puso en tanto aprieto á Maximiliano, electo Emperador, y en tanto miedo á toda Alemania, que si Dios por su infinita misericordia y por oraciones de los fieles no amansara la uria desta guerra con muerte de aquel tirano, no solamente asolara aquella provincias, mas aquí en Italia corriéramos el mismo peligro y desventura. Amansada, pues, esta tempestad, no diré cierto que vino bonanza en la Iglesia de Dios, porque luego en la Baxa Alemania, que es de vuestro señorío, se levantaron tantos errores y herejias, que estuvieron bien á punto de salirse de vuestra obediencia. Congójome en penssar, quanto más en escribir, las maldades y abominaciones que allí se cometieron, unas iglesias quemadas, otras asoladas, echándolas por tierra profana, y las imágenes de los santos rasgadas y vituperadas. Deshacian altares, perseguian y mataban á los sacerdotes, derramando infinita sangre de justos, y dieron rienda suelta á todo género de torpeza y deshonestidad, poniendo los herejes todo su

---

<sup>283</sup> Vide *Historia del combate naval de Lepanto, y juicio de la importância y consecuencias de aquel suceso*, pp. 163-167 (Doc. I). Roma, 5 de Março de 1551. Detecta-se que a data está errada.

esfuerzo en apartar los cathólicos de su verdadera religion; y assi, á un tiempo que esto pasaba en Flandes, habia lo mismo en Francia: que alborotos, qué incendios dexaron de acometer en ella los rebeldes herejes? Su atrevimiento llegó á tanto, que se pusieron á prender su Rey christianissimo Carlos, nuestro amado hijo, y hiciéranlo si una hora antes no fuera avissado y hubiera huido de sus manos: saquearou las ciudades que no eran de su opinion; robaran las cassas y hacienda de los cathólicos; á todo aquel reino rebolvieron con batallas, muertes y sangre; y aunque esto se sosegó por algunos dias, no dejaron por eso de bolver á sus maldades y vellaqueras, hollando el Santo Evangelio, violando todo lo sagrado, los obispos vestidos de pontifical traídos por las calles en su escarnio y afrenta; á uno empozaban, y á otros despeñaban, y arrojaban sus vestidos y cuerpos á bestias fieras; los demas ministros de Dios martirizados con dolorosos géneros de tormentos; su Rey puesto en gran aprieto, y milagrosamente se ha librado de sus traiciones, y vive aora rodeado de tantos enemigos dentro y fuera de su casa, que verdaderamente parece que tiene la vida y reino á disposicion dellos. Qué diré de Inglaterra? quán poco florece ya en fée y christandad, habiendo agora á governarse por una deshonestissima muger! La qual con abominable tirania ha hecho su reino sumidero de inmundicias, adonde se recoge aora cuanta ediondez y vascosidad de herejias hay en el mundo, y quitando el Santo sacrificio de la Missa, encarcelando los cathólicos prelados, apartando de su consejo los varones nobles y honestos, se intitula cabeza de la Iglesia en sus Estados. !Oh abominacion terrible! esta misma malvada hembra, ó por mejor decir ponzoña y corrupcion de la república, tiene en Prision á la Reina de Escocia, nuestra querida hija en Jesu-Christo, privada de sus reinos y señorios, y tras esto con sobervios edictos y premáticas fuera á todos los fieles que professen su herejia y nieguen la verdadera religion cathólica, para que della ninguen rastro quede en todos sus reinos. Y porque á semejantes calamidades subcedan por nuestros pecados otras tales ó mayores, el Turco, nuestro comum y cruel enemigo, quebrando las antiguas reguas que con venecianos tenia, se apercibe aora de poderosa armada, y por tierra de grandes exércitos, para acometer á la christandad, amenazando á los Principes della con muerte y total destruicion de sus reinos y ciudades. Pues you, si estoy aqui á solo ver tanto mal y en tantas partes, si en ello no pongo algun remedio, si no soy de algun provecho y ayuda, á qué quiero vivir más? Porque esta Saneta Silla no tiene de si fuerzas bastantes que resistan á un enemigo que con nuestros mismos descuidos se ha hecho tan poderoso, sino es poniendo los príncipes christianos juntos su último poder y esfuerzo por mar y tierra. No ay esperar su furia: no puedo hacer otra diligencia sino es la de mi officio, que es atalar de este lugar alto donde Dios me ha



puesto, y avissar, como el Profeta manda, á los Reyes y pueblos, que vienen enemigos, para que se gaurden, no sean despues á mi cargo ninguna de las almas que perecieren. = Con tiempo pues aviso á todos que viene gran tempestad; y levantando mi voz hasta el cielo, pido ayuda y socorro á los Príncipes christianos, especialmente á V.M., para que junto con ellos de conformidad se defiendan, hagan guerra á este bárbaro, y sea con la presteza que la necessidad requiere. La christandad está ya tan desmayada y arrinconada, que si toda ella no se junta á remediar su peligro, imposible es dejar de perderse muy breve, pues la experiencia nos muestra que el poderio de ningun Rey christiano es igual solo al turco, y junto el de todos es muy bastante para quebrantalle y deshacelle. Necessario y forzosso es que todos de una misma conformidad, voluntad y fuerzas resitan al enemigo comun. Esto es lo que á V.M. ruego yo que haga; y pues en religion y poder resplandeceis entre todos los Príncipes christianos, la ayuda que en este negocio hiciéredes tambien ha de ser muy aventajada. Mirad lo que los turcos señorean las tierras y provincias que mandan, y sobre todo la hambre y codicia con que pretenden sojuzgar á Europa; y para temer que puedan salir con esto, consideremos que en breve se hicieron señores de Assia y de lo mejor de Africa, y despues de toda Grecia, y luego passaron á Ungria, y tienen della lo más importante, que es tenermos puesto el cuchillo á la garganta; porque siendo aquella tierra la defensa y amparo de Alemania y Italia, aora que es suya, abierta tiene la puerta por Instre y Frexe para meter los ejércitos que quissiese; por mar en menos de una noche puede llegar su armada á Brindis desde la Belona; y yerra grandemente el que imagina que gente beliciosa y rica y tan rabiosa de señorear, se contentarán con lo que aora poseen. Por cierto ninguna victoria alcanzarian que no piensen que es escalon para subir á otra mayor, hasta acabar de enterrar el Evangelio y publicar en todo el mundo su malvada seta de Mahoma: assi que, hijo mio y muy amado en Jesu-Christo, á quien Dios todo pedoroso adornó de tan extremas virtudes, y de tantos y tan abundosos reinos os hizo señor: sed vos el primero que persuadais á los demas esta liga contra turcos: ninguno dellos habrá que no siga vuestro parecer y auctoridad, ninguno de los reinos dejará de tomar este negocio y pelear por proprio y particular suyo. Yo tambien de muy entera y alegre voluntad ayudaré con lo que pudiere á tan justos movimientos, y assimismo mandaré se haga oracion pública por toda la Iglesia para que se duela Dios de nosotros. Esperamos que siendo fuente de misericordia, se apiadará de su pueblo, y no permitirá que su pueblo venga á manos de infieles: sin falta será en nuestra ayuda, y haremos maravillas en su nombre. Desará nuestros enemigos, porque no es abreviada su mano para hacernos merced; que aunque aorea se ha alejado de nos por

nuestros pecados, es tan piadoso, que en llamándole se nos acercará: aplacarle hemos con humildad, pues con sobervia le offendimos, y viéndonos con contrito corazon y que venimos esforzadamente á pelear por su nombre, terror y espanto pondrá á los enemigos, en tanto que se concluye esta general concordia y defensa comun; y en tanto que se adereza lo necesario de ella, ruego á V.M. por las entrañas de Jesu-Christo y le requiero que embie luego la mayor armada que pudiere á Sicilia, porque estará allí apropósito para que si los enemigos viniesen sobre Malta, puedan defenderla, como lo hicieron otra vez; y si cercaren á la Goleta, con más facilidad será socorrida; y quando acometiese como se teme á Chipre, isla de venecianos, y cerrasen el paso para estorbar el socorro que le fuese, estando las galeras de V.M. juntas con las de Venecia, los turcos no se harán señores de la mar, ó se podria offrecer ocasion de pelear con ellos y alcanzar alguna victoria con ayuda de Dios. Esto pido á V.M. con el encarecimiento posible, porque entiendo claramente que si la armada de V.M. se pasase en Sicilia, seria un freno terrible para los enemigos, y gran desmayo para quanto emprendiesen, y los nuestros en qualquiera parte que sean acometidos, ternán por cierto el socorro; y como cosa esta de tanta importancia, torno á rogarlo á V.M. y que ponga delante el peligro comun de la christiandad, de su proprio estado la fée que en el baptismo profesastes, y con cuántos beneficios os ha Dios obligado á defender su Iglesia, no tan solamente por haberos criado y redimido con su sangre, y dádoos tantos reinos y señorios, mas aun tambien por la honra que su sancta Iglesia, Madre de los fieles, ha dado siempre á vuestros progenitores de gran memoria, authorizándolos con un glorioso titulo y renombre de cathólicos. = Esta pues sancta Iglesia y Madre nuestra se está quejando, y con lágrimas pide vuestra ayuda: si sus hijos no lo remedian, de quién espera favor? Yo como Pastor que tengo á cargo tantos rebaños de almas, estoy viendo sobre ello una noche arto escura con herejias, y bien temerodas por los continuos rebatos en que nos ponen estos lobos infieles: aora que oyo sus aullidos, aviso á todos dello, y con viva lágrimas les notifico que se acerquen. Yo de mi parte por la conservacion y guarda de mi ganado, por defenderles destas fieras, muy aparejado estoy á tomar qualquiera trabajo y ponerme á qualquiera peligro. Ni más ni menos amonesto á V.M. que lo esté, y por aquel Soberano Señor le encargo que assi, ymbiar su armada á Sicilia y concluir liga y union con los demas que es necessario para la guerra contra turcos, muestre V.M. á todo el mundo el celo que tiene á la honra y servicio de Dios; y aunque yo sé que sin esto mi aviso y advertimiento se resolverá V.M. á hacerlo, mas por cumplir con mi officio y obligacion, y con el cuidado que debo tener de verdadero Padre, he querido significarlo en carta, y porque en ella no se puede decir esto tan cumplidamente

como desseo, embio el maestro Torres de nuestra cámara, persona á quien por su bondad y virtud tenemos particular aficion; y siendo tan leal vassallo de V.M. ha venido mas apropósito encargarle este negocio, y assi todo lo que de mi parte propusiere, rogamos á V.M. le dé el mismo crédito que á mi. En Roma á 5 de Marzo de 1551 años.

*Capitulaciones en castellano, copiadas de la Crónica de Jerónimo Torres y Aguilera.*<sup>284</sup>

“Ante todas cosas invocando el nombre de Dios Omnipotente, Padre E hijo y Spíritu Sancto. Año del nacimiento de nuestro Señor Jesu Christo de mil y quinientos y setenta y uno, y seis del Pontificado de nuestro muy Sancto Padre en Christo, por la Divina Providencia Pio Papa Quinto, á veinte y cinco días del mes de Mayo, en Roma, en el palacio apostólico, en la sala donde reside el sacro consistorio del mismo sanctísimo señor Papa nuestro y de los romanos Cardenales de la Sancta Iglesia romana infrascriptos , presentes y asistentes á lo que será referido, y siendo llamados especialmente para esto lo que serán nombrados. Como el mesmo Sanctísimo Padre Pio Papa Quinto hubiese tenido nueva quel cruelísimo tirano de los turcos con grande aparato de guerra procurase de expugnar con crueldad de bárbaro la isla de Chipre, tierra más cercana á los lugares de la Tierra Sancta, donde nuestro Señor Jesu Christo nació, padesció y murió: conformándose con lo que dice el Propheta Ezequiel, por escusar el cuchillo y castigo que nos amenaza, ha procurado despertar y mover á los Príncipes cristianos, para que con ayuda y consejo común resistan al común enemigo. Para lo qual procuró que el Sereníssimo Philipppo, Rey Cathólico, y el Ilustrísimo Duque y Senado veneciano hiciesen liga y unión para defensa de la República christiana y offensa de la crueldad de los turcos, induciendo y amonestándoles, así por lo que cada uno debe y es obligado á Dios Omnipotente, fee y religión christiana, como su particular provecho y evitar el grande y general peligro; para lo qual el dicho Sereníssimo Rey Cathólico, siguiendo las pisadas de los Reyes sus predecesores de ínclita memoria, y no apartándose de su antigua costumbre, que es el procurar el bien comun y el exalzamiento de la religión christiana, con gran presteza embió sus letras y mandatos á los romanos señores cardenales Granvela y Pacheco, y al ilustre D. Juan de Zúñiga, su embajador cerca de Su Santidad, con las quales les embió poder para tratar y efectuar la dicha liga. Esto mismo hicieron el dicho Duque y Senado de Venecia, continuando su antigua devoción y cuidados de la salud y dignidad de la República christiana venida en tal ruína, embiando sus poderes y mandatos á los claríssimos señores Miguel Suriano y Juan de Soranzo, sus embaxadores cerca de Su Santidad, para efectuar y concluir la dicha Liga. Y como por algunos días se hubiese

---

<sup>284</sup> Vide *Ibidem*, pp. 190-194 (Doc. VII). O documento em latim encontra-se entre as páginas 180 e 189, numa versão mais completa e alargada.

tratado deste negocio entre Su Santidad y las personas para esto diputadas y los dichos señores procuradores y embaxadores, al fin aspirando principalmente á esta conclusión y liga el favor de Dios Omnipotente, se concluyó de manera que el dicho Sereníssimo Rey Cathólico dentro de quatro meses, por medio de los dichos señores sus procuradores, ratificará y terná por firme por sí y en nombre suyo y de sus sucesores todo aquello que en esta pública escriptura se ha concluido y determinado. Y asimismo el dicho Ilustrísimo Duque y Senado de Venecia, por los mismos sus clarísimos embaxadores y procuradores, en nombre suyo y de sus sucesores, dentro del dicho término ratificarán y ternán por firme lo contenido en esta dicha escriptura, embiando juntamente como los demás confederados y contenidos en esta liga pública, escriptura de que lo tienen por firme y valedero. Lo mismo hizo y se obligó nuestro Santísimo Padre por la Divina Providencia Pío Papa Quinto, que presente estaba asistiendo, y queriendo y consistiendo los Reverendísimos Cardenales de la Sancta Iglesia de Roma, en nombre de la Sancta Sede Apostólica y de sus sucesores, á gloria de la Santísima y individua Trinidad, Padre, Hijo y Spíritu Sancto, y para exalzamiento de la fé cathólica, concluyeron la liga de la manera y con las condiciones que en estos capítulos que se siguen se contiene. Lo primero, que esta liga que para destruir las fuerzas de los crueles turcos, que con el favor de Dios Omnipotente las dichas partes han efectuado, sea perpétua, y no solamente para defender los confederados en ella sus estados y señoríos de los turcos, y los de aquellos que quisieren juntarse á esta liga, pero para ofenderle y destruirle como á común enemigo por mar y por tierra, comprehendiendo en esto Argel, Túnez y Trípol. Para cuya execucion y efecto se acordó entre los susodichos que necesario que haya docientas galeras, cien naos de carga y cincuenta mil infantes españoles, italianos y alemanes, y cuatro mil y quinientos caballos ligeros, de lo qual se haya de usar así por mar como por tierra: habiendo también el bastante número de artillería, con las municiones y las demás cosas necesarias, para que cada año por el mes de Marzo, ó á lo mas tardar el de Abril, las dichas gentes y aparatos de guerra juntamente estén á punto en el mar de Oriente, de las quales usen sus capitanes como les paresciere, conforme al tiempo y ocasión que más convenga, para mayor daño y ruina del común enemigo, y para mayor provecho de los Príncipes confederados y de la república christiana. Y porque podría suceder entre tanto que se hace alguna conquista en las tierras del enemigo, qué embie sus fuerzas contra algún lugar ó fuerza de los confederados, que en tal caso sean obligados los capitanes á proveer la defensa de los tales lugares, con la parte que fuere necesaria de su ejército, ó si fuere menester, dejando aquella conquistada, vuelvan con todo su poder á defender aquellas

tierras que fueran acometidas por los turcos. Asimismo han de ser los príncipes desta liga obligados cada año en el otoño á consultar y determinar por sus embajadores con su Santidad de la expedición de la guerra para el año siguiente, y de las cosas y gente que será necesario proveer mas ó menos, según converná y de lo que mejor les parezca, conforme al estado de las cosas y fin que se pretendiere. Y en lo que toca al común gasto de la Liga, fue asi concertado, que nuestro Sanctísimo Padre, en nombre suyo y de la Sancta Sede Apostólica, juntamente con consejo y consentimiento de los señores Cardenales, promete que para esta expedición, asi para defender como para ofender, dará doce galeras aparejadas de las cosas necesarias, como adelante será declarado; y asi mismo dará de su parte para el ejército de tierra tres mil infantes y docientos y setenta caballos. Los dichos procuradores y embaxadores del Serenísimo Rey Cathólico en nombre de S. M. y de sus subcesores prometen, que darán de seis partes das tres de todos los gastos que se hicieren en la dicha expedición, y los embaxadores de la República de Venecia, que arriba nombrados, en nombre del Duque y Senado de Venecia y de sus subcesores y República, prometen que darán para los dichos gastos las sextas partes. Demás de lo cual los procuradores de los dichos Rey y Venecianos, en nombre de sus príncipes prometen, que ellos darán á su Santidad en feudo la otra sesta parte que estaba obligada el año de mil y quinientos y treinta y siete lo que nuestro Sanctísimo Padre y la Sede Apostólica sobre la dicha collación no pudiese contribuir, de manera que desta parte el Serenísimo Rey Cathólico sea obligado á pagar las tres partes, y venecianos las dos: de esta manera, que por las dichas dos partes dé la República de Venecia veinte y cuatro galeras aparejadas de todo lo necesario, y con condición que si esto no llegare para cumplir las dos partes, sea obligada a suplir lo que faltare, y si sobrare, le haga equivalencia por ello en Serenísimo Rey Philippo en otras cosas. Para esto los dichos embaxadores de Venecia prometen que el Duque y Senado de Venecia prestará á su Santidad y á la Sede Apostólica las dichas doce galeras, si su Sanctidad y sus sucesores las quieren, aparejadas de todos instrumentos navales, artillería, y cosas para ellas necesarias, las cuales galeras Su Sanctidad les haya de volver según y de la manera que quedaren y estuvieren. Item, para la provision de las dichas galeras, naves y las otras cosas necesarias que se han de comprar por el Rey Católico y la República de Venecia, convendrá que cada uno dellos proven de mayor copia de aquellas cosas que fueren más abundantes en sus estados, y está concertado entre ellos que lo que cada uno trajere más delo que sea obligado, le sea hecha equivalencia en otras cosas. Item, si las vituallas que cada día se gastan se acabaren en algún lugar de los confederados, se hayan de tomar de

sus lugares y tierras más cercanas por el justo precio, y sean obligados á dar libre salida para el beneficio desta expedición, conforme á la necesidad de los lugares donde los confederados querrán sacar la provision, y lo que sin notable daño suyo puedan sufrir, principalmente como qualquiera de los contenidos en la Liga haya y deba traer la mejor cantidad de mantenimientos que ser pueda, ni que tampoco menos que verdadera necesidad escuse desta obligación, ni que á ninguno le sea concedido sacar cantidad de mantenimientos de las partes donde hubiere necesidad, sin que primero sean avisados de los dichos pueblos los de la Liga, para que se provean las necesidades de mar y tierra, de tal manera que pueda el Rey Cathólico ante todas sus cosas proveer de los Reinos de Nápoles y Sicilia, la Goleta, melilla y su armada. Item, que los lugares donde hubiere algún acostumbrado derecho, el tal no pueda aumentar en perjuicio de los de la Liga, y en los que no hubiere cierto y acostumbrado derecho, sino voluntario, que se les ponga algún premio á suma honesta, de la cual no se pueda exceder: asi en el Reyno de Nápoles que no se pague más por un carro de grano que quince ducados, moneda de aquel reino, aunque la imposición para las otras gentes sea mayor, y que si fuere menor, la paguen asimismo menor los de la Liga: y en el reino de Sicilia por imposición extraordinaria no paguen más por qualquiera salma que dos ducados, moneda de aquel reino, aunque mayor imposición se ponga á otros, y si fuere menor la paguen como los demás: ni en ninguno destos Reynos se pueda por esta razon añadir entre tanto que los confederados enbiaren por algunos mantenimientos. Item, que todas las veces que el Serenísimo Rey Cathólico tuviere necesidad para se defender de los Turcos, principalmente de Argel, Túnez y Trípol, si fuere en tiempo no haya común expedición de los de la Liga, el Ilustrísimo Duque y Senado de Venecia haya de enviar á S. M. Cathólica cincuenta galeras en socorro, bien armadas y aparejadas, como S. M. Cathólica las embié en socorro al mismo Duque y Senado de Venecia: lo qual el Serenísimo Rey Cathólico sea obligado á hacer igualmente todas las veces que los venecianos fueren acometidos, de tal condición que el que fuere acometido y pidiere el tal socorro, deba ser creído en este caso, y no se le pueda negar, con tal aditamento que para su defensa tenga hechos á su costa mayores gastos y copia de gente y navios que pidiere á sus valedores, aunque no se entienda por esta provision que se deroga lo que en el primer capítulo se contiene cerca de la general defension. Item, que si aconteciere que el dicho Serenísimo Rey Cathólico pretendiere la conquista de Argel, Túnez ó Trípol en algún año, en el qual ni fuere conquista común de Liga, ni el armada de los turcos salga, tal que sea verisímil que haya de temer la República de los venecianos acometimiento de turcos, entonces hayan de embiar al Serenísimo Rey

Cathólico cincuenta galeras bien armadas y apercebidas, como S. M. Cathólica embió el año pasado en ayuda al Duque y Senado de Venecia; y al tanto, en igual y condiciones, el Serenísimo Rey Cathólico haya de embiar á la República de Venecia la misma ayuda, quando quiera que la República tuviere alguna conquista dentro del seno Adriático, llamado en vulgar la Velona, hasta Venecia, con tal condición, que el primero socorro se haya de dar al Rey, y el segundo á la República, si no fuere que no lo pidiendo el Rey, la República lo pida, en el qual se haya de dar el socorro en segundo lugar al Rey. Item, si aconteciere que sean acometidas las tierras y lugares sujetos á nuestro Sanctísimo Padre y Sede Apostólica, los dichos confederados sean obligados con todas sus fuerzas á ayudar y defender los dichos lugares á nuestro Sanctísimo Padre, fuera de qualesquiera obligaciones que tenga su Sanctidad y la Santa Sede Apostólica. En la administración y gobierno de la guerra es necesario que se junten tres Capitanes Generales de la Liga para los consejos y determinaciones que convengan, y lo que la mayor parte de estos tres terminare, esto sea el común parescer de todos; lo qual mande poner en ejecución el que fuere Capitan General de la Liga, aunque acontezca ser el uno de los tres. Tiene que ser Capitan General del Armada y de los ejércitos de tierra que han de servir en la armada, el Ilustrísimo Don Juan de Austria, el qual conveniendo su voto con los otros del general de las Galeras de su Sanctidad, y del general de las galeras de los Illmos. Duque y Senado de Venecianos, se ejecute lo que á mayor parte dellos les pareciere que conviene, según que en el capítulo próximo pasado está dicho. Y si el dicho Ilustrísimo D. Juan de Austria por qualquier impedimento ó causa no viniese en aquel tiempo, en el qual la armada estuviese á punto de navegar, ó estuviese ausente, ó por otra qualquier causa faltare á la presente expedición, sea Capitan General Marco Antonio Colona, nombrado por la Majestad Cathólica, y de los demás confederados aprobado, aunque acontezca que sea General del armada de su Sanctidad, ó del Rey Cathólico ó de los Ilustrísimos Duque y Senado de Venecia, con la autoridad y mando que se contiene mas largamente en la escriptura firmada de todos los confederados: y qualquiera que fuere capitán general desta Liga no use de proprio estandarte, sino de aquel que fuere común á la Liga, y asi se llame Capitan General de la misma Liga: y si se hiciere alguna particular expedición de la manera que está declarado, sea Capitan General de la tal expedición particular el que nombrare la parte en cuyo favor se hiciere la dicha empresa. Item, se deja honradísimo lugar al Senorísimo ínclito Emperador, y al Christianísimo Rey, y al Rey de Portugal para entrar en esta Liga: á los quales se les reparte aquella parte de gasto que les tocara para augmentar las fuerzas de la liga. Item, que nuestro Santísimo Padre con amonestaciones



haya de mover al Serenísimo Maximiliano, electo Emperador, y á los demás Reyes y Príncipes Christianos que pueden ayudar esta sanctísima expedición, para que con las fuerzas de todos se procure la común salud y beneficio de los christianos, pues para ello el Serenísimo Rey Cathólico y el Duque y Senado de Venecia ponen tanta ayuda y trabajo. Item, que la partición de los lugares que se adquirieren con las armas desta Liga, se haga entre los confederados, como fue determinado en la Liga del año de mil y quinientos treinta y siete, sacando Túnez, Argel y Trípol, que pertenecen al dicho Serenísimo Rey Don Phelippe, y que el artillería y municiones, donde quiera que se gane, se divida porrata entre los confederados. Item, que los aragoceses con sus territorios, lugares y haciendas, no pasen ningún daño ni molestia de los confederados, ni desus ejércitos de mar y tierra, si no les pareciere de otra suerte por justa causa á nuestro Santísimo Padre ó sus succerores. Item, proveyendo la firmeza desta Santísima Liga, determinaron, que para que ninguna causa ó contienda pueda ser impedimento para que se deje continuar esta expedición y liga, que si alguna hubiere entre los dichos confederados pertenezca y se haya destar al juicio y arbitrio de Su Santidad y al de sus successores. Por la misma razón determinaron que ninguno de los confederados por si, ni otro en su nombre, puedan tratar de paz, treguas y concordia con el Señor de los Turcos, sin que los demás confederados lo sepan, participen y consientan, y para que todas las cosas que en estos capítulos se contiene, se guarden por los Príncipes confederados con lealtad y firmeza, como conviene á Reyes Príncipes Christianos, y contra ellas y ninguna dellas vayan.”

*Carta original de D. Luis de Requesens á D. Juan de Austria.*<sup>285</sup>

Milan 21 de mayo de 1572. = Serenísimos Señores: = Dos ó tres ordinario de Roma han ydo sin llevar carta mia para V.E., porque desde segundo deste mes me ha provado la tierra de manera, que he estado con unas muy buenas calenturas y sangrando dos veces, y purgado otras dos: y aunque agora estoy fuera de la cama, no estoy libre de calentura, ni de otros muchos achaques: con lo qual me podrá V.E. fácilmente perdonar si debo respuesta á XIII cartas tuyas que en tres pliegos he recibido estos dias, la más vieja hecha en Palermo á XVII de marzo, y la más fresca en Mecina á VII deste, y beso á V.E. las manos por todo lo que en ellas me dice, y por las copias de otras cartas que me ha mandado embiar. = Con muy justa causa ha sentido V.E. la muerte del Papa (que esté en el ciclo), porque cierto hará gran falta á toda la christandad, y muy particularmente al ministerio que V.E. tracta; y parecióronme en extremo bien todas las cartas que V.E. mandó escribir á los cardenales y á otras personas por esta ocasion; y ya que la pérdida de Pio Quinto no se puede excusar, yo creo que la eleccion que se ha hecho ha sido en el mejor subjecto que se podia dessear, y spero en Dios que lo de la liga se ha de conservar con su medio, como más particularmente mi hermano habrá scripto á V.E. Mucho desseo que no se aya detenido marco Antonio Colona y la infanteria del Papa, y no tendrá el Duque de Florencia excusa para no embiar desde luego sus galeras, pues han llegado ya las dos que habian ydo á España; y porque V.E. habrá tenido cartas de Juan Vasquez de Coronado, no scrivo lo que he entendido de la llegada de sus galeras, que fué á Barcelona á los seus deste, donde no se tenia aun ninguna nueva cierta de quando llegaria el Duque de Sessa, y V.E. tiene mucha razon de sentir su falta de salud, pues en todo lo demas no se pudiera hallar persona tan conveniente como la suya para el servicio de S.M. y de V.E.

No puedo encarecer á V.E. el sentimiento que tengo de lo que han tardado en embarcarse los alemanes, y la vida que me dan es de manera, que quando no tuviera otra ocupacion, era bastante para poder decir que no estava ocioso; y despues de haberles dado la primera paga, concerté que se contentasse cada regimiento con que se les socorriesse con mil scudos cada semana de las que estuviesen en la alojamiento, y mil y quinientos la que caminassen, y tres mil scudos al embarcadero, ofresciéndoles que llegados á Mecina, les mandaria V.E. acabar de pagar todo lo que se les deviesse, y todavia con esto venia esta

---

<sup>285</sup> Vide *Historia del combate naval de Lepanto, y juicio de la importância y consecuencias de aquel suceso*, pp. 224-228 (Doc. XXVI). Milão, 21 de Maio de 1572.

cámara á pagar en un mes en cada regimiento seis ó siete mil scudos menos que si les diera paga entera; y con esto hize caminar el regimiento del conde Vinciguerra á Pontremili, donde ha hecho alto veinte dias, esperando que llegasen las naos al Specie, las quales ha oy solos siete dias que llegaron (tan ruynes han sido hasta aqui los tiempos); y quando pensé que estaban ya embarcados, he tenido oy dos correos avisándome como no quieren embarcase, si no se les da paga entera, como V.E. lo verá por las catas de Adrian Verbeque; y assimismo que los vasallos de la Señoria de Génova tomaron las armas para no dexarlos entrar en su tierra, si no prometian que se embarcarian en llegando; y visto este desórden, les he embiado oy lapaga entera, *tomándola de la que se abia de dar á la infanteria y otra gente ordinaria deste estado*, y plega á Dios que ain con esto quieran embarcarse, que yo tengo muy mala satisfacion de los officios que el Vinciguerra y sus officiales hazen con su gente.

El otro regimiento está todavia en el Cremonés, con el qual se ha de hazer lo mismo que con estotro, que asi se concertó, y no lo osso hazer partir hasta saber que estan tambien las naos, en que han de ir, en la Specie, las quales no me da aun esperanza Don Sancho de Padilla que podrán llegar allo aunque tengan tiempo en estos siete ó ocho dias, y lo peor es que dice que con todas las naos que ha detenido, faltará embarcacion para mil hombres, y ansi he scripto al Duque de Florencia pidiéndole con mucho encarescimiento, que pues ha de embiar sus dos galeazas al armada, las haga llegar hasta la Specie, para que lleven los tudescos que no cupieren en las naos. Temo que no lo ha de hazer; y quando todo falte, pienso das órden que se embarquen todos los que se pudieren, y que queden los demas para yr con el Duque de Sessa, si en tanto no hallare Son Sancho algunas naos en que vayau, que en verdad que yo creo que él h ahecho todo lo que puede, y yo le muelo cada dia con quejarme de la dilacion; y lo que agora temo es que si entra el mes de junio antes que el segundo regimiento de embarque, como será cierto, no me pidan la tercera paga, que no sé de donde podella proveer. En fin V.E. erea que hago quanto puedo por embiar esta gente, y cierto es la mas pesada nacion esta y la mas inútil para la mar de quantas yo sé, y cuéstale al Rey demasiado, y yo aseguro á V.E. que antes de llegar á Mecina les habrán corrido á estos seus mill tudescos tres pagas, que con el anfequelt importarán casi 100 mil scudos, y no montarán menos de otros 40 mil, segun lo que Don Sancho me scrive, las vituallas y los fletes de las naos, porque ha mill dias que les corre el sueldo; y asi no se espante V.E. que yo le supplicase con tanta instancia que enviase galeras por esta gente; que yo seguro que se hubiesse ahorrado en ello harto tiempo y mucho dinero, y siempre será de parece que el traquetar gente de una parte á otra nunca

se haga en naos.

Ya havrá escrito á V.E. Don Sancho de Padilla el desórden que el capitan del Duque de Florenzia hizo de tirar tres piezas de artilleria á las naos ginovesas al entrar en el golfo de la Especie, porque no le abatieron la bandera antes de saber ellas que aquella nave habia de ser su capitania en este viaje, y Don Sancho hizo muy cueradamente en aplacar la cólera de la Señoria y hazer que le soltassen por no embaraçar esta embarcacion, pero será justo que V.E. le mande allá castigar, que assi se les ha offrescido á los Ginoveses.

He visto la relacion de lo que *se dere en esa armada y de la poca forma que V.E. tiene para proreerlo*, y he scripto á S.M. acordándoselo como V.E. me lo manda; y para que V.E. sepa *del arte que está lo de aqui*, hago saber que para el vilançes de lo ordinario de esto año *me faltan mas de 300 mill escudos, y que sobre las consignaciones de las rentas del año que viene, he tomado ya á cambio mas de cien mil scudos, y no tengo ya crédito para tomar un real, y esto es sin los extraordinario* que se pueden ofrecer, que cada dia son muchos, y serán infinitos *si la guerra se rompiesse: assi que V.E. me ha de ayudar tambien desde allá para que S.M. me provea*, y si embiare, será necesario que V.E. mande que se pague á esta cámara lo que se hubiere gastado en las armas y en los alemanes más de lo que S.M. y V.E. para llo han mandado proveer, de que se embiará particular razon en acabando de irse esta gente.

En quanto á *los mil soldados* que V.E. dessea que se embien deste estado, como S.M. lo embió á mandar V.E. esté cierto que yo desseo guardar las órdenes de S.M. tan pontualmente como quantos ministros tiene, y mucho más aquellas que son en servivio y satisfacion de V.E., pero la primer orden de todas es *que no pierda este Stado, en el qual con todas las tras compañías de bisoños que ahn legado, no hay aun el número de la gente ordinario que aqui ha de haber en tiempo de paz, tanta es la que se ha ido á esa armada y á otras partes*; pues mire V.E. si teniendo tantas ocasiones como hay *de temer la guerra*, como se verá por el sumario de las relaciones que aqui se han tenido de diversas partes, si es justo que yo *dé un solo hombre*, tanto mas estando *todas las fortalezas y presidios por el suelo, y sin rituallas ni municiones, ni sin un real ní crédito con que proveerlo, ni con que levantar gente tudesca no italiana; que solo se ha de sostenes esto con la reputacion de cuatro españoles que aqui ay*. Con todo esto, si quando el Duque de Sessa llegue á Genova, las cosas se hubiesen mudado de manera, que hubiese alguna vérosimilitud *que no se haya de romper este año, yo daré la gente, y si no la diere, V.E. esté cierto que será con tanta ocadion, que si V.E. la viese, sé que me daria de la suya*. Dios encamine lo de allá y de acá de manera que acertemos en servirle, y para todo ha

sido de importancia haberse heho tan brevemente la eleccion del Papa.

Con muy justa causa tiene V.E. lástima *de no haver hecho la jornada de Berberia*, pero bien ve V.E. las dificultades que en los tiempos ha habido, que no estan en manos de los hombres, y mill vezes he pensado despues que el Papa murió, que *mientras llegava su armada y los alemanes*, querria V.E. *embiar disimuladamente las galeras que ay tuviesse á tentar lo de Biserta*, y si no se huviere hecho, tendré por cierto que no ha havido para ello tiempo, pero quizá le tendrá V.E. *á la vuelta de levante para eso y para lo de Túnez; y si franceses tompen la guerra*, la qual Dios no permita, tendrá V.E. hartas ocasiones *en la costa de Francia* con que hacer á Dios y al Rey Nuestro Señor muy notables servicios. Los avisos que van en cifra son de un Hierónimo de Oria, que no le tengo por hombre muy auténtico, y asi creo que lo que dize *del conde de Valencia* y de algunas otras personas deste Stado, deve ser mentira.

Hoy ha acabado de partir el resto de las armas, de manera que ya queda esto á cargo de Guzman de Silva, el qual me ha scripto que tenia fletada una muy buena nao para embiarlas, que partiria en fin deste mes. Areabuzes no he embiado as de 17 mil con todos sus adrezos, porque estando embalados los 10 mil restantes, rescibi una carta de S.M. en que me mandaba que se embiasen aun muchos menos de los que han ido. También van cinco mil y quinientas picas menos de las que se habian mandado hazer, porque no se hallaron más de buena madera, y de todo lo otro ca el cumplimiento de lo que se habia mandado hazer, como V.E. lo verá por la relacion que aqui embio; y por embiar á V.E. los mill y quinientos quintales de pólvora, *quedo aqui sin ninguna, aunque he mandado hoy que se hagan otros mil quintales para provision deste Stado, y son muy pocos*, y para esto, como para todo, me faltan dineros, y parésceme que S.M. desca *que no se distribuyan todas esas armas si no fuere con necesidad muy precisa*, segun comprehendo por sus cartas, de que me ha parescido advertir á V.E., y los 10 mill areabuzes quedan aqui hasta ver lo que S.M. manda que de ellos se haga.

Visto lo que se diffiria el embarcar los tudescos y la falta que ay podia hacer la persona de D. Jorge Manrique, le dí licencia que se fuesse, y tengo ya cartas que es partido de Venecia, habiendo concertado con Guzman de Silva el aviamento de las armas.

En lo que V.E. manda que dé mi parecer sobre las personas que esto año pretenderán entrar en consejo no tengo qué dezir, sino parescerme muy bien el que V.E. ha tomado de consultarlo con S.M. y seguir su órden, que presupongo que llegará á tiempo; pero parésceme que se le olvidó al secretario Soto de poner en la relacion alguno de los que creo que será pretensores, como son los Duques de Nájera, Soma y Atri, y otros muchos

que dizen que vienen á esta jornada; y los consejeros ordinarios que van en la galera de V.E., está claro á mi parescer en los consejos que han de entrar, que son en los de la navegacion y en aquellos en que entraren los coroneles y otras personas de cargo; pero en los consejos más secretos que V.E. tuviere con el Duque de Sessa, Antonio de Oria y Marques de Trevico, Juan Andrea, Marques de Sancta Cruz y D. Juan de Cardona, no me paresce que tendrán razon de agraviarse, si algunas vezes no se llamaren á los demas. Bien ccredo que Paulo Jordan y los principes y otros querrán más.... y V.E. podrá tomar las resoluciones secretamente con quien fuereserviso, y hazer alguno consejos pro forma para saisfacer á esta gente; y parésceme muy bien la respuesta que V.E. mandó dar á Paulo sobre las preheminencias que pretendía; y pues V.E. conosce su humor, le sabrá muy bien llevar. Guarde Nuestro Señor la serenissima persona de V.E., y su estado prospere como yo desseio. De Milan, etc. = De V.E. mayor servidor que sus serenissimas manos besa. = D. Luis de Requesens.

Al Señor Don Juan

Teniendo entendido estos dias la indisposicion de Su Santidad y el peligro en que ha estado su vida del qual aun no se tiene por cierto que esté fuera, avia mandado que se mirasse lo que, en caso que Dios fuesse servido de llevarle para sy, seria bien que hiziesse mi armada y avia parescido que en ninguna manera se devria passar a lo de Levante, sino bolver a lo de Argel por ser negocio que tanto importa al bien de la Cristandad y de mis estados y vasallos, y que vos en el caso tomassedes la occassion para ello del estado nuevo en que se pornian las cosas con tal successo, y que convernía esperar aver el pontifice que succederia, y la resoluçion que tomaria en proseguir la liga, y que sin orden mia no os atreveriades a passar adelante. Principalmente pues, que estando las fuerças de mar del Turco tan deshechas, podrian muy bien Veneçianos atender a sus cosas y empresas particulares, *o a lo menos a su defensa*. Ha parescido que no dexarian Veneçianos de venir en ello, viendose apretados por no perderse rompiendo la liga, pues, si la rompieren en tal estado, harian muy mal su conçierto y el Turco dellos lo que quisiesse, viendolos a solas y sin el favor y socorro de la liga.

Ultimamente he entendido por cartas del duque de Alva de 20 del pasado, que ha sucedido en Zelanda, lo que vereis por la relacion que dello yra con esta, y me scrive, que porque podria ser que esto se huviesse movido con calor y inteligencia de Françia e Inglaterra (de que se puede tener harta sospecha por algunos avisos, que se han tenido por diversas partes, y por la mala inclinacion y voluntad que los unos y los otros tienen a mis cosas), convernía no alejar mi armada y fuerças della, porque no se desvergüenzen y rompan abiertamente con ver tan lexos de mis Estados mis fuerças, lo qual ha parescido de mucha consideracion y que converka mucho haziendo esto hasta ver en que para estotro y lo que se descubre mas de la intençion y determinaçion de franceses y de los demas.

Y assi os encargo mucho, que vays entreteniendo y alargando vuestra partida a Levante con gran secreto y disimulaçion, para que nadie pueda entender que es por esta causa *ni por orden suya*, sino tomando por larga y ocasion no paresceros que conviene partiros sin la vanda de galeras, que esta por aca embaraçada en cosas forçosas de mi serviçio y necessarias para todo; que esperays al duque de Sessa, que para vuestra compaña y para

---

<sup>286</sup> Vide *La Liga de Lepanto entre España, Venecia y La Santa Sede*, pp. 294-295 (Doc. III). Madrid, 17 de Maio de 1572.

el acertamiento de los negoçios importa tanto su llegada, y a Juan Andrea, que para las cosas de la mar y para lo que se offreçiere es tan conveniente su persona y con otras ocasiones de la gente, que no fuere llegada; de la dilacion, que podra aver en recoger las vituallas y otras cosas necessarias para la jornada. Y aunque podria ser que sucediesse, (como se teme de la calidad del mar e indisposicion de Su Santidad), que acabasse de aqui a algunos dias o semanas, y tanto mas convernía no averos alexado por lo que esta dicho, de lo de Argel, pero quando no suceda la muerte de Su Santidad, estotro es de tanta importancia y de tan gran consideraçon , que en ninguna manera conuiene, que os partais ni alexeis, hasta ver el succeso de las cosas, y assi os lo torno a encargar muy de veras y expresamente, porque quando françeses no tengan mal intento no se le ponga la occasion y descuydo y con el respecto y miedo de mis fuerças y de lo que con ellas les podria sobreuenir, esten quedos y con esto se allane y aiente mejor todo estotro. Y solo por esto he mandado despachar este correo en diligencia y vos me avisareys de como se yra haziendo esto y esperareis para moveros y hazer mudança orden y mandato mio, el qual ha de depender del suceso de los negocios. Y torno os a encargar mucho el secreto desta orden y de la causa della, y sea

IIImo. & de Madrid a XVII de mayo 1572.



*Carta de Felipe II á Gregorio XIII.*<sup>287</sup>

*(A su santidad de mano de Su Magestad.)*

Muy Sancto Padre.

A Don Juan de Çuñiga mi embaxador scrivo que de quente a V. Santidad de mi parte, como aviendo entendido que la gran armada y mucha gente y otras prevenciones de guerra, que se hazen de imbadir mys estados, viendo mi armada y fuerças lexos a aca, bengo ordenado a don juan, mi hermano, que no se parta a Levante, y si fuesse partido, que dé la buelta, con el respecto y miedo de mis fuerças y lo que con ellas les podria sobrevenir esten quedos y se ataje el fuego que con darles la occasion y dexar todo lo de aca desmamparado se podria encender en la Christiandad, en gran daño della, que es de tanto mayor momento e importancia, que lo que se puede considerar.

A V. Santidad supplico le crea como a mi mismo en lo que acerca desto le dixere y se satisfaga, que ninguna cosa desta vida me da tanto cuydado ni la propia mia, ni la conservacion de mis estados, como la de la Christiandad y obediencia dessa Santa Sede. Lo qual entiendo que correria peligro se en tiempo que françeses se estan armando y se veen tantas señales de su intento, les damos la occassion a cumplirle principalmente governandolo todo en aquel respecto los hereges y haviendo hecho el casamiento, que han hecho, con el hijo de Vandoma y la liga con Inglaterra, que V. Santidad ha entendido, que son bastantes causas quando no huviere estotro del armar tan veras como lo hazen para no fiarse dellos, y para no dexar lo que tanto importa por las cosas inçiertas, como son las de Levante(1).

Nuestro Señor guarde la muy Santa persona de V. Santidad, como yo deseo.

De dan Lorenzo, dos de junio 1572.

A nuestro muy Santo Padre.

Muy humilde hijo de V. Santidad.

---

<sup>287</sup> Vide *La Liga de Lepanto entre España, Venecia y La Santa Sede*, pp. 310-311 (Doc. VIII). Escorial, 2 de Junho de 1572.

Aquella noche llevo un correo de Meçina con cartas de los ministros de Su Santidad en que avisavan como el señor Don Juan todavia yya dilatando la partida y discurrían, que creían que lo hazia por persuassion de mi hermano.

Otro día por la mañana su Santidad embio a llamar al Cardenal Pacheco, el qual se vino por mi posada y me dixo que creía que le llamava para darle quexas de que el correo que llevo la noche antes avia traydo. Preguntome el Cardenal, que seria bien dezir al Papa. Parecionos, que estuviese firme en dezir que no sabia la causa de la detençion y que el mostrasse que sospechava que el señor Don Juan aguardava orden de V. M. aviendo sabido estos rumores de Flandes y que si el Papa le pidiese consejo, que le dixese que escribiese al señor Don Juan dandole prissa y ordenase a Marco Antonio, que si el señor Don Juan no queria partir, que el se partiesse con el proveedor de Veneçianos, que estava en Meçina, porque si el señor Don Juan huviese de hazer la jornada, presto les podria alcançar, y sino la quisiesse de hazer no se perderia tiempo.

Fué Pacheco con esto y dize que hallo al Papa congojado y el le dixo lo que aviamos conçertado. Su Santidad no se podia persuadir, sino que yo tenia cartas del señor Don Juan con la certidumbre de la causa para que se detenía y assi le mando que me viniesse a persuadir, que yo dixesse lo que en esto sabia, porque queria tomar resoluçion, en lo que se havia de hazer. Yo respondi que la ultima carta que tenia del señor Don Juan era del 15 de junio que acabava de reçibir en aquel punto, como era verdad y que el no me dezía las causas porque se detenía, pero que yo imaginava, que esperaba alguna orden de V. M. y que savia que desde Barcelona se havia despachado correo por mar con despachos para su Excelencia y para mi, que no eran llegados. Que los aguardava por horas.

Otro día que fueron los XXV llevo otro correo de Meçina con el qual escrivieron los ministros de Su Santidad, que el señor Don Juan se havia declarado en que queria esperar orden de V. M. para partir por respecto de los rumores de Flandes y entendiendo que se tratava de despacharle otro correo para dar priessa en su partida y que queria Su Santidad, que en todo caso, yo escribiesse a su Excelencia solicitando que la abreviasse. Y aviendo cobrado yo los breves de la confirmaçion de las graçias, pedi audiencia y diomela Su Santidad aviendo mandado tambien intimar la congregaçion de la liga y antes de la

---

<sup>288</sup> Vide *Ibidem*, pp. 341-344 (Doc. XVIII). Roma, 25 de Junho de 1572.

congregaçion entre yo y le dixe que de Genova me acabavan de llegar unos pliegos de V. M. que avian venido alli en una fragata, en los quales venia una carta para Su Santidad la qual tomo y me mando que se la leysse y despues de aberla oydo quiso que le explicasse la creença de V. M. y hizelo refiendole todos los indiçios que avia de que el Rey de Francia no esperaba sino que la armada de V. M. partiesse para Levante para romper la guerra. Representele el daño que a todas las cosas de la Christandad y particularmente a esta Santa Sede y aun para la mesma conservaçon de la liga seria, que françeses rompiessen o que si lo hazian ocupassen alguno de los estados de V. M., lo qual con las fuerças de la Armada se tenia por çierto que se estorvaría, porque ellos mirarian lo que hazian viendo estas fuerças tan çerca y quando esto no bastasse, con ella se les haria tal daño que se recobrasse qualquiera que ellos hubiessen hecho y que quietandosse estos rumores V. M. podria al año que viene attender con mayores fuerças a la guerra contra el turco, y que quando no se quietassen havia proveydo V. M. de aui alla sus cosas y Su Santidad ayudaría a V. M. de manera que se pudiese attender a la guerra de França y a la del turco.

Respondiome con mucha quietud, pero con gran sentimiento, que creia que la liga se desharia, pues V. M. no queria attender este año a la empresa, que estava conçertada y que ya todos los rumores havian cessado con aberse cobrado Valeçianas, y que la armada podia hazer poco si franceses rompiessen pues no podia yr a socorrer a Flandes.

Yo le dixe que la liga no era justo que se deshiziesse por esto ni Su Santidad lo havia de permitir, pues quedavan fuerças bastantes en los suyos y de veneçianos para contrastar contra el turco y que era de mucha importançia para retirar a françeses de los malos designos ver esta armada çerca, porque estava en ella la mejor gente que V. M. tenia y que si V. M. abenturara en esto solamente algun estado suyo y no el negocio de la Christandad , que no dexara de attender a lo de Levante, pero que Su Santidad considerasse que si se perdian los estados de Flandes los perdia esta Santa Sede de su obediencia y con esta guerra se acabarian de perder las pocas reliquias de religion, que han quedado en Francia, pues gobernandose agora todo aquel Reyno por hereges y siendo ellos los que han querido persuadir el Rey, que mueba esta guerra, esta claro que han de sacar a lo menos esta utilidad que han de reduzir al Reyno a la mala secta. Procure de hazerle capaz de que su armada junta con la de veneçianos podrian hazer grandes progresos en Levante. No le pareçe que sera esta armada con mucho superior a la del turco, ni que se debe atrever a pelear con ella.

Dixome que si el señor Don Juan le diese la mitad de la armada de V. M. que aun se podria hazer la jornada. Dixele que dudava mucho que el señor Don Juan se la pudiesse dar, porque para el effecto que esta armada se detenia, era para que por el miedo della franceses se detuviessen y conbenia detenerla entera y que no se dividiessse por este respecto.

No quise offreçerle la infanteria, que V. M. manda ni las nueve galeras, porque no me pareçio que por agora se satisfiziera Su Santidad ni ay que hazer quenta de las galeras de Saboya, ni de Genova, estandose todavia en sus puertos tan atrasmano para yr a Levante. Llamo Su Santidad al Cardenal de Como y le dixe lo que pasava. Sentialo en gran manera y todos tienen que la liga es deshecha y que Veneçianos se han de acordar y que al Papa se le ha hecho tiro y aunque el lo ha tomado hasta agora pacientemente, no se como lo hara adelante, porque no tiene las coleras de su predecessor y quanto mas en esto pensare y con mas gente tratarse del negoçio, tanto mas se le ha de acreçentar el sentimiento, y *porque en otra que firmamos Pacheco y yo se da quenta a V. M.* de lo que passo en la congregaçon no lo referire yo en esta.

Al Duque de Florencia escrebire mañana y le embiare la carta de V. M. y le pedire consejo de como le pareçe que se podra persuadir a S. Santidad, que proponga la jornada de Argel y que offizios y ayuda podra el hazer para encaminarlo.

Nuestro Señor &. de Roma XXV de Junio de 1572.

*Carta de Don Juan de Austria á Felipe II.*<sup>289</sup>

(*En la carpeta:* Descifrada=Mecina.=El Señor Don Juan de 12 de junio 1572=Recebida a 25 del mismo=Respuesta a las cartas que V. M. le escriuió de 17-18 y 19 de mayo=Sobre su detencion con la Armada y da su parecer en esto y en lo de Argel.)

(*Dentro:*) (Descrifada del Señor Don Juan, de Mecina a 12 del junio 1572.) S. C. R. Mag. = Ayer con una estafeta que me despacho de Napoles el Cardenal de Granvela recibí juntas quatro cartas de V. Mag. de las datas de los 17-18 y 19 del pasado a las quales satisfaré en esta y por el aviso, que se me da, de quescriva mi parecer sobre lo que contienen y por la obligacion que tengo al servicio de V. Mag., dire çerca dello llo que se me ofreçe con la afficion y sinceridad, que a el devo .

Primeramente quanto a lo que se me ordena que pare con esta Armada en qualquier parte donde me alcanzare el dicho despacho, pararé aqui como se me manda hasta tener otra orden, la qual quedo aguardando con harto deseo y no con poca pena de verme en los ojos de todo el mundo estar ocioso en tiempo que se podrian hacer tantos y tan buenos efectos. Desta me consuela cumplyr con lo que devo al servicio de V. M., que es el objecto principal que tengo y he de tener.

Quanto al no pasar con la dicha armada a Levante conforme a la traça y designo que se levava, tengo por sin duda, que pues V. Mag. me manda que no pase a Levante se havrá tomado la resolucion en negocio tan grave con fundamentos muy ciertos y a lo que yo entiendo pueden ser de mas consideracion, que el entender que el Rey de Francia quiere romper com V. Mag. la paz y confederacion, que tiene; porque respeto a esto no veo cosa que sea de momento tal que huviesse de estorbar el viaje, que con dicha armada esta resuelto, que se haga, y assi para decir mi parecer, como se me ordena, en negocio, tan importante es necessario hazer uno de dos fundamentos, es a saber, que se tenga por çierto que el Rey de Francia rompa la paz o la guarde, y si la quiere romper, que se haya de declarar luegoo disimular hasta que V. Mag. alargue su armada de Italia; porque en caso que la rompa esta claro que V. Mag. deve attender mas a defender sus Reynos y Señorios, que no a adquirir otros de nuevo en partes tan lexosy donde lo que se ganare, no se puede sustentar sin dificultades y trabajos.

---

<sup>289</sup> Vide *Ibidem*, pp. 317-321 (Doc. XI). Messina, 12 de Junho de 1572.

Pero este punto de saberse cierto que el Frances quiere romper, es a mi parecer el mas dificil de todos los que se pueden tratar en esta materia, porque en caso que el Rey de Francia estuviesse ya declarado por enemigo de V. Mag. despues de haver recibido tantos beneficios de su Real Mano, y poderse dezir con verdad, que de la misma tiene el Reyno que posee, en el mismo punto con gran razon se irritarian contra él los animos de la mayor parte de la Christandad, la qual no podria dexar de juzgarle por hombre muy ingrato y desconocido, que no lo tengo por de poca consideracion. Y lo que haze mas al caso, es que V. Mag. sin que el Papa ni Venecianos tuviessen causa justa de quexarse, podria atender por la misma capitulacion de la liga a defender sus Reinos. Pero no teniendose hasta la hora, que el dicho despacho se mescrivio mas certidumbre de rompimiento del que se me avisa, tengo por de tanta importancia la observancia de la capitulacion de la liga, por las causas que adelante diré, que no puedo dexar de suplicar a V. Mag., como humildemente le suplico, se considere bien resolucion en que tanto va, porque a mi parecer no estando las cosas de Francia muy declaradas en una de tres partes de los Estados de V. Mag. podrian franceses hazer daño; es a saver, en Flandes en las fronteras de esos Reynos y en el Estado de Flandes no se puede V. Mag. servir desta armada si no fuese por via de diversion, luchando un golpe de gente en las costas de Provença y Lenguadoc. Quanto a lo del Estado de Milan y fronteras de España podria V. Mag. valerse de parte de la gente de la dicha armada. Pero en que tiempo huviesse esto de ser, yo juzgo que convenia que fuesse quando franceses roto la guerra abiertamente, y pues entretanto se deve de yr poniendo recaudo en las plazas de fronteras y otros lugares ymportantes con disimulacion y por los mismos términos, que franceses van juntando su gente y en este mismo caso quando el Rey de Francia quisiese aguardar a declararse, estando la Armada de V. Mag. en Levante, no creo que sea conviniente bolver al Poniente con ella atras, sino pasando dende Corfú adelante, yr haziendo algunos effectos, aunque no fuesen muy importantes, sin largarme de aquellas costas; y desta manera quando franceses huviesen roto la guerra en muy pocos dias con cien galeras podria yo bolver atras y hechar veintemil hombres en las partes de Italia o d'España, que fuesen menester, y esto digo quando el Rey de Francia rompiese que quando no, el mismo tiempo y las ocasiones ensenarian lo que fuese mas servicio de V. Mag., que se huviese de hacer con la dicha Armada.

Para bolverme de aqui a lo de Tunez y Biserta e yr de ally a lo de Argel, la qual empresa por lo que he entendido de los dichos despachos ha mandado V. Mag. resolver, que se

haga el año presente, quedo solo aguardando el orden que se me ha de embiar, el qual executaré como arriba digo.

De lo de Tunez no hago mucho caso, antes tengo por cierto que se hallanara con muy gran facilidad, pues aquello se halla en el estado, que se vera por el traslado de la carta de Carrillo de Quesada, que va con esta.

Lo de Argel no ay duda ninguna sino que es de la importancia y consideracion, que todos sabemos, particularmente por lo que toca a la seguridad destos Reynos y contentamiento y satisfaccion de los vasallos dellos, pero considerandose el estado de las cosas presentes y caso que franceses no rompan la guerra antes que yo parta de aqui con la armada, no veo causa por la qual me puede convencer a que se aya de dexar de continuar la liga acudir a lo de Argel; pues quanto a lo primero lo que se pudiera dudar de que el Pontifice subcesor de Pio Quinto no tuviese intencion de que la dicha liga se conservase, por lo que hasta agora esta muy llano, pues no solamente muestra muy gran deseo de que se conserve, pero hace en ello mucha instancia, y ayer llego aqui el nuncio Odescalco con indulgencias para la gente de la Armada y a solicitarme la partida a Levante con brevedad. De volver atrás con la Armada de V. Mag. se ha de tener por sin duda ninguna succeder el rompimiento de la liga de lo qual resultará perder V. Mag. mucha parte de la opinion, que con gran razon el mundo tiene, de observar su Real palabra y que ni venecianos ni otros potentados no se osaran fiar de aqui adelante de lo que con ellos se contratare, viendo dexar a los colligados sin dar causa para ello, y la mejor razon que podrian ser ayudados y pudiendo con razon decir que han sido engañados, pues quando no tuvieran confianza en ell cumplimiento de lo capitulado huvieran hecho diversa resolucion, que lo que a esto toca, lo tengo por de muy gran importancia. Pero lo que a mi parecer es de no menor, que para mi tengo por cierto que en la misma hora, que el Papa entienda que la Armada de V. Mag. vuelve atrás, ha de revocar las facultades que concidió su antecesor, que esto V. Mag. puede mandar mejor considerar asi seria de inconveniente o no.

Pero bolviendo a lo de la empresa de Argel, quando V. Mag, quiera que se haga el año presente, supplico yo con la humildad que devo, se consideren estas cosas, es a saber: que se ha de tener por cierto que Venecianos se concertaran luego con el Turco, como el quisiese y que en concierto podria facilmente ser que les pidiese cinquenta o sessenta galeras: que quando se las diesen, juntas con las ciento y cinquenta que se entiende por todas partes que juntará este año, no sé con que seguridad pudiese yr la Armada de V. Mag. a poner sobre Argel, mayormente siendo Aluchali que es tan platico de las cosas de Berberia y particularmente de las de Argel, Capitan General del Turco.

La mayor parte o casi todas de las vituallas, municiones y armas que V. Mag. designa, que le ayan de servir para aquella empresa, se hallan al presente en Corfú, porque de las de aqui y de Nápoles han ydo ya diez y siete naves cargadas a aquella ysla y parte se han descargado en tierra para bolver las naves a Taranto a hazer otro viaje. Las armas, el Comendador Mayor de Castilla las encaminó de Milan a Venecia de donde el embaxador Guzman de Silva las ha embiado en naves a la dicha Corfú, de manera que quando se ayan de recobrar será necessario algun tiempo, pues no vendrán las dichas naves con la facilidad que han ydo haviendose valido para el yr de la comodidad de los embates de Poniente, que corren en esta sazón y assi sera forzoso embiar galeras a que las remolquen. Pero pasando mas adelante se ha de considerar, si podra haver alguna deficuldad en sacar las dichas naves de un puerto de Venecianos, donde se hallan con cien galeras, siendo cosa cierta no poderse hacer con dysimulacion, pues de aqui adelante estando como estava resuelto de partirme el domingo en la noche, que seran quince del presente, qualquier dilacion que aya en mi partida ha de causar grandisima sospecha a los colligados, tanto mas hallandose como se halla en este puerto dias há el proveedor general de Venecianos con 24 galeras, aguardando a que yo parta y certifico a V. Mag. que de ayer aca, viendo que he dilatado mi embarcacion, que estaba publicada para el mismo dia, se trata vulgarmente que el Nuncio ha venido a entretener mi yda y que la gente de guerra, que mostrava gran animo y gallardia parece que la va perdiendo.

Por todas estas causas buelvo a decir que en caso que franceses no rompam abiertamente, soy de opinion que mas que otra cosa alguna conviene al servicio de V. Mag. que su Armada pase adelante, conservando la liga que esta hecha y procediendo en las empresas con consideracion tal, que no se alargue mucho de Italia y que lo de Argel se dexé para la primavera, pidiendo para entonces a Venecianos parte tal de su armada, que quede la de V. Mag. superior a la del Turco, que es lo que juzgo que a su real servicio conviene. Y asi despacho una galera que lleve el presente correo con esta carta hasta Barcelona para que pase a essa Corte y le aguarde ally a que buelva con la respuesta la qual supplico a V. Mag., que se me embie con la brevedad que el negocio requiere, aunque entre tanto y reprocediendo en lo que tengo a cargo, conforme a la orden que tengo, y dando a entender a Marco Antonio Collona, al proveedor general de Venecianos y a los demas, que aguardo al Duque de Sessa, a Juan Andrea de Oria con las escusas que me parecieredes proponer, aunque ellos creeran lo que quisiesen, tanto mas, quanto que estos dias he andado consultando si era bien partir de aqui sin la infanteria alemana y hoy ha llegado la coronelia del Conde de Vincinguerre de Arcos y la del Conde de Lodron se aguarda de



dia en dia. Lo que nos escribe en la presente carta cerca del estado en que las cosas desta armada se hallan, se entendera por la inclusa relacion.

Guarde Nuestro Señor &. de Mecina a 12 de junio de 1572.

*Carta de Felipe II á Don Juan de Austria.*<sup>290</sup>

El correo que despachastes a XII del pasado llego aqui a XXV del mismo y con el reçivi la carta que me scrivistes y fue muy açertado despacharle con la galera en que vino, porque llegasse en diligencia y yo supiesse como os havia alcanzado la orden sobre vuestra detençion, que holgue harto de entenderlo y mucho mas que quedassedes con salud y tan en orden para todo.

Y quanto a este punto principal de vuestra detençion he holgado que me ayays escrito vuestro pareçer y todo lo que se os offreçe sobre esto, en lo qual he mandado mirar con mucha atençion y cuydado para tomar la açertada resoluçion, que se pudiere, como en negocio que importa tanto y aunque las cosas de Flandes no solamente no se van allanando, pero aun ha succedido nuevo lavantamiento en un lugar en el estado de Gueldres, y las sospechas que de françeses se tienen que fomenten y ayuden a los rebeldes de aquellos estados y de su ruin intençion creçen, segun los avisos que de cada dia se entienden, y por esta causa pudiera por las mismas razones, que me resolví en vuesta detencion con toda la armada no mudar de resoluçion, pues importa tanto al bine de la christiandad prevenir y reparar el fuego que en ella se puede ençender en daño de todos y en particular de mis Reinos y estados por dexas lo de aca desmamparadp, que es de tanto mayor momento e importançia, que lo que se puede hacer en levante que no se puede considerar.

Todavia ha podido conmigo tanto el verdadero deseo y proposito, que siempre he tenido y tengo, de la continuacion de la liga (como obra tan santa y tanto servicio de Nuestro Señor y daño del enemigo de la Christiandad) y el dar satisfacion y contentamiento a su Santidad, a quien yo deseo agradar y satisfacer sobre todo y el no desanimar ni desconsolar a Venecianos, imponerlos en aventuras de que con los ruines solicitadores, que no faltaran viniesen a algun concierto con el turco (que a mi me doleria en gran manera), pensando que yo queria faltar al cumplimiento de la liga, de que estoy tan texos quanto se vee por las obras y por la resoluçion que agora he tomado, que con importar estotro quanto se vee, he querido que la mayor parte de esta armada y gente y vuestra misma persona passeys a lo de Levante en cumplimiento de la liga, procurando que la

---

<sup>290</sup> Vide *Ibidem*, pp. 363-370 (Doc. XXVI). Madrid, 4 de Julho de 1572.

necesidad de lo de aca y el peligro que mis Reynos y Estados podrian correr con alexarse mis fuerças, se remedie con alguna parte de la gente y galeras que teneis juntas; que ha sido la menor que yo he podido desmembrar. Que segun la gente con que os haveis venido a allar y el número de naos y otro genero de navios, que haveis juntado, mas de lo que conforme a la capitulaçion se havia de poner de mi parte, viene a ser muy pequeña la que se desmiembra en tiempo, en que yo tenia y tengo tan preçisa y forçosa necedidad de todas mis fuerças para la prevençion, que he dicho, y tanta falta de sustançia y facultad para poder suplir a tantos y tan grandes gastos, como se me offreçen al presente en diversas partes. Y assi he mandado bolveros a despachar este correo en diligencia en la misma galera para avisaros desta resoluçion, que he tomado y de la orden particular, que quiero que sogays en la execuçion y cumplimiento de lo que haveys de llevar con Vos y dexar aca, encargandoos primero, como lo hago, que no se sepa la orden, que se os embia, ni la gente, ni galeras, que haveys de dexar hasta que Juan Andrea, con las galeras que le mando que parta luego para esse Reyno aya llegado. Pero para consuelo y satisfacio de los ministros de Su Santidad y Veneçianos que con vos se hallan les podreys dezir, que estais aguardando al dicho Juan Andrea y las galeras que lleva para vuestra partida y porque podria ser fuese partido para donde vos estais, podeis decir que esperais las galeras que de aca se buelven a embiar, y en llegando entendereys luego en dar orden en lo que haveys de llevar y dexar, sin que se sepa hasta el punto de la partida. Y quando todo esté embarcado y en orden, darles eys quenta de la que vos teneys para yr a Levante en exequuçion de la liga, y para dexar aca lo que se os ordena, diziendoles las causas forçosas que a ello me mueven, que son tan preçisas que si no fuera por las consideraçiones dichas no pudiera dexar de retener toda mi armada y fuerças della, pues es mayor la obligaçion que se tiene a reparar el fuego de casa y mayor servicio de Nuestro Señor y beneficio de la christiandad, prevenir el grande daño, que en ello podria succeder, que no el que se puede hazer al enemigo tan lexos con las demas raçones de arriba, y que a Vos os parecieren a proposito.

Y viniendo a lo particular de lo que me parece y quiero que lleveys a Levante e dexeys aca, assi de galeras y naves, como de gente y personas perticulares de cargo, es lo siguiente, y lo que os encargo que se exequite y cumpla en todas maneras.

Primeramente me ha parecido, como esta dicho, que vustra persona vaya a Levante porque sera de mucha autoridad a la misma liga y satisfacion de los colligados y por otras causas que podeys considerar.

Las galeras qye haveys de llevar quiero que sean sessenta y quatro en esta manera: Vuestra Real y Patrona, las treynta y seys del Reyno de Napoles del cargo del Marques de Santa Cruz; las quatro de la de Don Diego de Mendoça; vna de Rendineli Sauli y las tres de la Religion de San Juan, que vienen a hazer el numero de las dichas sessenta y quatro.

De las treynta e ocho naves y veynte y un barcones que por vuestra relacion parece que haviades tomado a sueldo, podreys llevar las treynta o treynta y dos naves y los barcones, assi para lo de la gente, que no cupiere en las galeras como para lo de las vituallas, armas y municiones que huvieredes menester para la jornada.

De los XI mil y 500 españoles, com que segun por vuestra relacion parece que os hallavades, se haze quenta que avra II.000 y destros podreys llevar los 6 mil, e dexar aca los 5 mil, y si huviere mas menos de los II mil, los podreys repartir por rata, conforme a lo que esta dicho entre los que deveis de llevar y quedar aca y los I.500 bisoños, que dezis que ay repartireys entre os paticos desta manera.

Con los dichos 6 mil españoles podran yr los dos Maestros de campo de los terçios de Napoles y Sicilia. De los ocho mil alemanes que saveis, que teniades, con los dos mil que quedaron del año passado, llevareys los quatro mill y con ellos al Conde Vincinguerra, advirtiendlo que si su Regimiento y el del Conde Alberico estuvieren desyguaes en numero los hagays ygualar de manera que vaya la mitad de los dichos alemanes.

Los seis mil italianos con su general y coroneles de ellos, llevareys enteramente con la demas gente, pues para lo de acá offreçendose neçessidad se podra levantar facilmente gente de la naçion.

Demas desto me parece que lleveys con vos todas las personas principales y de cargo que teneys cerca de vuestra persona, como son El Marques de Enico, y Antonio Doria, Paulo Jordan Ursino, el Conde de Sandriano los Coroneles de la infanteria italiana y Don Carlos Davalos y el Proveedor y Veedor y Contador de la Armada y el Marques de Santa Cruz y a Don Juan de Cardona en las galeras de su cargo y a Gil de Andrada por ser tan de serviçio y de vuestro consejo.

Esto es todo lo que haveys de llevar con vuestra persona, lo que me ha parecido que quede es lo siguiente:

La persona de Juan Andrea de Oria para tener cargo de la vanda de galeras que ha de quedar por tener la platica y esperiençia que tiene de las cosas de aca y de las franceses, principalmente y por las demas consideraçiones de su persona de tal calidad de mucho serviçio para lo que se podra offreçer y que queden con el las galeras siguientes:

Las doze suyas, las quatro de Loncellin, las quatro de Centurion, las dos de stephano de More, las dos de Grimaldo, las quatro de la esquadra de Juan Vazquez de Coronado, las quatro de Don Luys Vich, las quatro de la Don Francisco de Vargas, y las tres de Genova, que vienen a ser treynta y nueve galeras, para que con ellas y con gente de guerra que en ellas se metiere haga lo que se le ordenare, aunque en lugar de la esquadra de Juan Vasquez de Coronado, si os pareciere dexar una de las Napoles, porque el dicho Juan Vazquez que se vaya con vos por ser Capitan de vuestro \_\_\_\_ y de vuestro consejo, de podreys hazer o llevar su persona, dexado su esquadra, o como mejor os paresciere, que sera de inconveniente de embiar las de Napoles.

Los cinco mil españoles, que quedan de los XI mil, haveys de dexar como arriba esta dicho, embiando con ellos alguna persona por cabo hasta que llegue Don Lope de Figueroa o da aca se ordene otra cosa.

Assy mismo haveys de dexar quatro mil alemanes con el Conde Alberico de Lodron, que por se platico de las cosas del Estado de Milan y da aquellas partes adonde me ha parecido ordenar que se lleven, sera conviniente assi advirtiendolo como arriba se dize, que este Regimiento y el que haveys de llevar a Levante del Conde Vinçin Guerra, si estuviesen desiguales en numero, se igualen, y tambien advertireis de dexar orden al conde alberido de Lodron, que obedezca y siga la orden de Juan Andrea, entre tanto que no se ordena otra cosa.

Para la embarcacion destos quatro mill alemanes dexareis las naves necesarias, o las en que huvieren ydo, o las que alla mas pareciere de manera que en esto no aya falta.

A Gabrio Cerbellon me ha parecido que dexeys por lo que en I ombardia se podria ofreçer y assi se le podreys ordenar, dandole la carta que para el va con esta, encomendando vos alla lo de la artilleria de la Armada de algun soldado particular y platico; esto sin darle titulo ninguno dello.

Esto es todo lo que me ha parecido que dexeys para effecto, que esta dicho, y asi se avisa de todo ello a Juan Andrea para que lo tenga entendido y se le ordena que luego acuda a donde vos estuvieredes para que contando mayor brevedad se ponga en execucion todo esto, y a Juan Vazquez de Coronado, que parta luego de Barcelona con ocho galeras de las doze que troxo a juntarse con el dicho Juan Andrea, porque aya mas en que recojer la gente que ha de quedar.

Pero porque con el dicho Juan Andrea no podran yr ni quedar por agora al principio mas sus doze galeras y las quatro de la esquadra de Juan Vazquez Coronado y quatro de loncellines y dos dEstefano de Mare y las dos de Grimaldo, que son XXIII galeras, por

haver de quedar aca por algunos dias las de Centuriones y las otras de las esquadras de Don Luis Vich y Don Francisco de Vargas, y en las dichas veynte e quatro galeras no podran caber los cinco mil españoles, sera bien que vos deys orden como queden algunos baxeles para embarcar los que no cupieren en las dichas galeras para que entretanto que llegan las doze galeras, que aca quedan, que será con la brevedad que se pudiere, aya en que traer y andar la dicha gente española.

Sera menester que dexeys, y assi lo hareys, la provision necessaria de vituallas y municiones de las que se han hecho para la armada, assi para las XXXIX galeras, como para la parte española, que en ella ha de andar y la alemana, quedando vos proveydo para todo lo que llevays con el cumplimiento que es razon, que pues para toda la armada y gente estan proveydas las vituallas y municiones necessarias para este verano, se podra muy bien hazer esto y facilmente la quenta por lo que haveys de dexar de gente y galeras y sera que se me avise de todo lo que se dexase en particular, para que se tenga entendido. Tambien me ha parecido como siempre convenir que no se llevassen los tresçientos cavalos ligeros de los de Napoles y que se buelvan a aquel Reyno sin falta ninguna, pues bastara que se lleven los que en esse de Siçilia se huvieren levantado y los que mas se pudieren en el recoger, porque pues no han de ser de ningun effecto os unos ni los otros, se escuse el daño de que no se deshaga la cavalleria de Napoles, que para otras cosas y necessidades podra ser menester. Pero no por esto se entiende qye aya de dexar de yr el Conde de Sarno a la jornada por general de la cavalleria, que se levare.

Para tener quenta y razonn de las dichas galeras que han de andar a cargo de Juan Andrea y con la gente de guerra, que en ellas anduviere, podra quedar Andres Dalva con su cargo de Veedor y para lo de contador y pagador y el cuidado de las vituallas y municiones se podran nombrar alla las personas que paresciere, que sean de confiança, advirtiendo queste gasto y el que vos hizieredes en la jornada ha de ser uno mismo, y una misma quenta.

Pero no por esto entiende, que vos ayays de dexar para el dicho Juan Andrea parte del dinero con que os hallaredes para la gente con queda mas de lo que fuere menester hasta despacharte, que esto sera conviniente y forzoso, que para lo demas quedando aca çerca, se le podria yr proveyendo.

Ed Duque de Sessa se entiende que podra pasar en las galeras, que aca quedan, y han de yr a juntarse con Juan Andrea, pero porque llegado a ese reyno no le falte passage para yr a donde vos estuvieredes, sera bien que le dexeys en el recaudo de un par de galeras para su navegacion.

Lo que ha pareçido que puede hazer Juan Andrea estando juntas las XXXIX galeras y metiendo os cinco mil españoles dentrp dellas, es correr las islas y la costa de Italia en busca de corsarios, hasta ver si se offreçe otra cosa a que sea menester attender, y que si de aqui a mediando Agosto no se offreçiere ni huviere apparençia, que se offreçera cosa tal, podria acudir a lo de Levante y yr a buscaros para juntarse con vos, o lo que de aqui alla paresçiere y agora se le ordena, que use de mucha diligencia en yr a donde vos estays y solicite lo que le toca para que vos os detengays lo menos que fuese possible y se gane en todo tiempo, llevando vos las 64 galeras questan dichas y trayendo Juan Andrea 39, quedaran demas de aquellas doze en estos reynos, las costas, pues quando sea menester mayor numero se podran juntar con las que ha de traer Juan Andrea.

Una cosa os quiero advertyr en particular, demas de lo que arriba esta dicho, que porque podria ser que la gente española, que ha de quedar se fuesse y desmembrasse parte con la codicia de lo Levante y de yr con vos sabiendo que ha de quedar, hagays embarcarla toda primero en las galeras, sin que se sepa que ha de yr ni quedar ninguna parte de la Armada ni de gente, y asi conviene que esta orden la tengays muy secreta hasta la hora de la partida, pues embarcada toda y por la orden que aqui se ordena, podreys ordenar lo que ha de hazer la una y la otra.

Y porque, como arriba se os dize, de toda la expedicion que estava conçertada, que se pusiese por mi parte para lo de Levante este año no se quitan sino 29 ó 30 galeras, y en lugar destas llevays mas naves de las que estavades obligado, y de la gente, presupuesto que no haviades de llevar mas de 18 mil infantes, se vee quan poco es lo que se quita, pues llevays 16 mil, sera bien que lo deys assi a entender a los ministros de Su Santidad y Veneçianos en su ocasion para que vean como teniendo yo tan gran necessidad como tengo de que toda mi armada y fuerças della se entretuviera por aca, vengo de tan buena gana por las causas que he dicho, suprir mi necessidad con mas gasto y por la mejor forma que se ha podido.

Por las relaciones que me haveys embiado de las galeras, que haziades quenta que se havian de juntar con Vos este verano parece que las aziades de las tres del Duque de Saboya y el me ha avisado que por estar las dichas sus galeras tan mal paradas y tratadas, no seria possible poderlas tener en orden y a punto tan presto, y que quando mucho de todas tres con dificultad podria armar una dellas, pidiendome que le tuviese por escusado y yo le he mandado responder, que pues se hallan en este estado, podra escusar de embiarlas a la jornada de Levante, y que si para alguno otro effecto fuese menester alguna dellas, se le advertyra y este ultimo es porque a lo menos la una se arme y ande con la

vanda de galeras, qye ha de quedar con Juan Andrea, de que os he querido avisar para que lo tengays entendido y sea. Illmo. &<sup>a</sup> De Madrid a 4 de Julio de 1572.



*Carta autógrafa de D. Juan de Zúñiga á D. Juan de Austria.*<sup>291</sup>

Roma 6 de abril de 1573. = Serenísimo Señor: = Su Santidad fué á los tres deste á una casa de plazer del Cardenal Altaems siete millas de aqui, y no pensava venir hasta las ocho, y hoy llegó un correo al embaxador de Venecia, el qual fué luego á Su Santidad y le ha dicho como sus amos han affetuado la paz con el Turco. El Papa se ha venido luego á Roma, donde ha dos horas que llegó, y en esta que es media noche, me lo ha embiado á decir ansi el Cardinal de Coma, sin decirme otra particularidad. Yo seré en amaneciendo en palacio para saber de Su Santidad lo demas; y en el entretanto me ha parecido despachar este correo á V.E. para que sepa lo que pasa, y mande probeer en ese Reyno y en el de Sicilia y Malta y la Goleta lo que conviniere, pues si el Turco saca su armada, ha de venir á una destas parte. Yo pienso despues de haber dado á enender al Papa la maldad que estos hazen y la obligacion que á él la queda de resentirse, hablar en el caso com mucha templança, por no alterar á estos mas, y que de miedo de que S.M. ha de dar sobre ellos, se ligasen con franceses ú con el mismo turco; y en fin si conviniere castigar á estos, será mejor ponello por obra, que exasperarlos aora con palabras, estando las cosas del mundo en el punto en que estan. Nuestro Señor la serenísima persona de V.E. guarde y estado acreciente como yo deseo. De Roma, etc. = De V.E. mayor servidor que sus serenísimas manos besa. = Don Juan de Çuñiga.

---

<sup>291</sup> Vide *Ibidem*, pp. 243-244 (Doc. XLII). Roma, 6 de Abril de 1573.

Exmo. Señor. = La carta de V.A. de Corfú de XXVIII de Septiembre recibí á dos del presente con los avisos del armada del Turco, y como V.A. se partía para la Chefalonia en busca della con resolucion de combatir, y á último de Octubre, á las tres horas de la tarde, llegó aquí un correo de la República de Venecia á su embaxador con cartas de su Dux y del embaxador Diego Guzman de Sylva para S.M. con aviso de la victoria, que nuestro Señor fué servido de dar á V.A. contra la armada del Turco, en que refiere que fueron muertos en la batalla mas de veinte mil turcos, y tomados cinco mil, y ciento ochenta galeras y otras galeotas, y las demas echadas á fondo, sino cinco que se escaparon, en que huyó Aluchali, y demas desto se dió libertad á mas de quince mil christianos que venian esclavos, y que esta batalla se dió junto á la boca del golfo de Lepanto. Estas cartas y nuevas dió luego el Embaxador de Venecia á S. M. en la capilla de palacio dentro de la cortina, estando oyendo bisperas de todos Santos, y con ellas tanta alegria y contentamiento, que luego allí S.M. mandó dezir el *Te deum Laudamus*. Sembrose por la corte como negocio venido de la mano de Dios, y á todos nos parecia un sueño, por ser cosa que no se ha jamas visto ni pido esta batalla y victoria naval, y aquella noche por todas las calles y casas hubo grandes fuegos y lumbres. El dia siguiente de todos Sanctos S.M. oyó misa en el Monasterio de Sanct Phelippe, y la dixo el Legado, y de allí con todos los Consejos fueron en procesion general á Sancta Maria, donde anduvo todo el pueblo dando gracias á nuestro Señor por tan grande y no oida victoria que dió á la christiandad por mano de V.A.; y aunque la tenemos por cierta por aver venido de tan grande original y fundamento, todavia ver oy á los once aver passado tantos dias que llegó esta nueva y no la persona que V.A. abrá embiando á S.M., siendo todo un camino, con estas nuevas, y para darle razon de la manera que sucedió y como queda V.A., tiene á S.M., aunque lo debe disimular, en cuidado, y asimismo á toda la corte, y á mí en el mayor que sabré declarar. Plegue á nuestro Señor que llegue presto este caballero, y con las cartas de V.A. nos libre desta pena, y que lleve adelante esta tan gran victoria, que veamos en nuestros dias cobrada la santa casa de Hierusalem y el imperio de Constantinopla por mano de V.A.; que yo espero en Dios que este fin ha de seguirse de tal principio, á su santo servicio y de la Santa Sede y á universal beneficio de la

---

<sup>292</sup> Vide *Historia del combate naval de Lepanto, y juicio de la importância y consecuencias de aquel sucesso*, pp. 207-208 (Doc. XIII). Madrid, 11 de Novembro de 1571.

christandad, el que guarde y acreciente la Serenísima persona y estado de V.A. en la grandeza que sus criados desseamos y avemos menester. De Madrid á once de Noviembre 1571. = De. V.A. = Muy humilde criado que sus serenissimas manos besa. = Ju. Luis de Alzamora.

*Institucion en la catedral de Toledo de fiesta anual en memoria de la batalla de  
Lepanto.*<sup>293</sup>

El Rey. = Venerable Dean y Cabildo de la Santa Iglesia de Toledo: Ya sabeis como por nuestro mandado se ha tratado y platicado, y habemos acordado que se instituya y funde en esa Santa Iglesia una memoria para que perpetuamente en cada un año, á siete de octubre, se den en ella gracias á Nuestro Señor, por la victoria que fué servido dar aquel dia en el año pasado de setenta y uno á la Christandad, y á la Armada de la Liga, y á Nós particularmente, contra el turco enemigo de nuestra Santa Fé Catholica, y que la cantidad que por esta memoria se ha de dar, en que ha de quedar doctada, está acordado que se cargue sobre los nu quentos de mrs. que habemos mandado dar y señalar á la obra desa Santa Iglesia, por la evidente utilidad del trueco y permuta de la dehesa de Barciles, que habemos mandado comprar della; y como quiera que las scrituras y otros recaudos que cerca desto se han de hacer, no se han podido otorgar hasta aora, ni tampoco prevenirse para este mes de octubre algunas cosas que tenemos intencion de proveer, para que se haga la fiesta con la solemnidad y auctoridad que conviene, por ser el tiempo tan breve: porque deseamos sin embargo de todo esto se encomienze á dar las gracias á Nuestro Señor este presente año, os encargamos que conforme á lo que el licenciado Busto de Villegas, Gobernador deste Arzobispado, y Don Pedro Manrique, canónigo y obrero desa Santa Iglesia, á quien scrivimos sobrello, os dirán de nuestra parte, deis órdeen como se encomience á hacer la dicha memoria este presente año con la dolemnidad y auctoridad que tan grande é importante victoria merece, y en esa Santa Iglesia se acostumbra á hacer, y como de vosotros lo confio: que en ello, por ser de calidad que es, y en que Nuestro Señor será servido, recibiremos muy particular contentamiento. Del Monasterio de San Lorenzo á dos de octubre de MDLXXII. = Yo el Rey. = Por mandado de S.M., Martin de Gaztelu. = Por el Rey al venerable Dean y Cabildo de la Santa Iglesia de Toledo.

---

<sup>293</sup> Vide *Ibidem*, pp. 214-215 (Doc. XIX). Mosteiro de S. Lourenço, 2 de Outubro de 1572.

Señora. No he escrito a V. A. Ni respondido a su Carta de tres de Mayo en lo del casamiento del Señor Rey mi sobrino, porque cierto me ha tenido este negocio en mucho cuidado, y nõ con poca perplexidad deseando tanto por una parte el efecto de lo que estaba tratado, y habiendo ocurrido por otra tales novedades, que lo impiden, que ha sido menester tiempo para mirar bien lo que conviene, y poder advertir a V. A. y al Señor rey mi sobrino de todo lo que en este caso ay que considerar, para que V. A. como madre, y Señora de todos guie, y encamine con su mucha prudencia, y cristiandad aquello que mas convenga al servicio de Dios, y beneficio publico, y al contentamiento, descanso, y autoridad del Rey mi sobrino, que yo tanto deseo ya que tengo muy principal fin, y nõ me ha parecido repetir aquí a V. A. lo que neste negocio desde su principio ha pasado, ni los fines, y confideraciones, y particularmente a mi sustancia se tuvieran, para que se dexasse la platica de Francia, y se tratasse lo de la Princeza Isabel mi sobrina, ni lo de mas, que en el proceso desto ha habido hasta la partida del Archiduque de Alemania, pues de todo tiene V. A. tan particular noticia, y tan fresca memoria, y assi tratarè solamente de lo que después ha pasado, y se ofrece. Al tiempo que partiò de allà, se diò el Emperador entre otras cosas las instrucciones, comissiones, y memoriales, que en lo de los casamientos dela Princeza Anna con El Rey de Francia, y de la Princeza Isabel con El Rey mi sobrino me embiava con orden, que me las diesse, y me hablasse de su parte para que se pudiesse proseguir, y llevar adelante lo tratado. Llegado aquí el Archiduque depues de haverme hablado en otros negocios, me dixo, que trahia orden de hablarme en esto, era antes que el Emperador supiesse la mudança, que a cà avrà avido, pero que con ella nõ me quiera hablar en este particular de los casamientos hasta tener nueva orden suya; y después de algunos días me diò las dichas sus comisiones, y instrucciones en que espressamente le ordena el Emperador, que no se passasse adelante en el casamiento de la Princeza Isabel con El Rey mi sobrino, sin que primero estubiesse con olvido de la Princeza Anna con El Rey de su partida de Alemania, el Emperador nõ tuviesse entendido el nuevo suceso del fallecimiento de la Reina, que està en gloria, resultando desto tal novedad, que avrà puesto las cosas en tan diferentes términos, que podían causar mudança en la voluntad, y determinación del Emperador cerca de la disposición de sus hijas, nõ me pareció, que yo

---

<sup>294</sup> Vide Dio Barbosa Machado, *Op. Cit.*, pp. 98-108. Madrid, 1 de Fevereiro de 1569.

podía justamente usar de ninguna de las dichas comisiones, ni pasar adelante en el negocio, sin tornarselo a comunicar, o tener otro aviso de su voluntad después deste suceso; tanto mas aviendo em Emperador antes, y agora últimamente declarado, y dado orden expressa de que en todo caso se avrà de efectuar lo de la hija mayor, antes que se procediesse a lo de la segunda como he yà dicho, que lo avrà entendido del Archiduque; y sobre este fundamento, de que era necesario comunicárselo primero, y tener su aviso, se respondió al Archiduque, y en la misma conformidad al Cardenal de Guisa, que ha venido aquí por ElRey de Francia, y hazia instancia sobre su casamiento con la Princeza Anna, y por lo que después desto, y de aver entendido el Emperador, y Emperatriz mis hermanos la novedad, y suceso se ha escrito, a la Princeza mi hermana, y a mi, y al Archiduque, ha resultado moverse la platica, y trato en lo del casamiento de la Princeza Anna, como de mas de lo que de allà se ha escrito, se me ha por el Archiduque propuesto, y con esto juntamente se le embió orden, que suspendiesse el pasar adelante en lo de la Princeza Isabel: aviendose pues venido a este termino, y intervenido la novedad, que en el ay, quisiera yo mucho se pudiera escusar el tratarse de mi casamiento; porque de mas que con esto cessarà el impedimiento, que resulta el efecto de lo que estaba tratado, fuera muy conforme a mi voluntad, ya a mi particular contentamiento; mas en esta parte V. A poderà considerar, hallándome yo con tan poca sucession, y ninguna de caron, la obligación, que tengo a mis Reynos, e Estados, y como podera satisfacer a la instancia, que yà se me ha comenzado a hazer, y hará sobre esto, ni apartarme por mi contentamiento proprio destas obligaciones, y del común parecer, escusar esto lo dela Princeza Anna, que se me ha propuesto, allende de ser tan conveniente en todas consideraciones, y de tanta satisfacion, y contentamiento a sus padres, y a que yo con tanta razón devo mas inclinar, viene-a ser necesario, porque en lo de Madame Margarita hermana delRey de Francia, quando de Su Snatidad se pudiera obtener dispensación, que entiendo nò la daría, tengo yo por tan escrupoloso el casar con dos hermanas, que en ninguna manera pudiera asegurar, ni aquietar mi conciencia, ni concurrir en tal cosa; desta mudança en lo de la Princeza Anna viene el negocio a reducirse a terminos, que o ha de quedar de todo escluso ElRey de Francia destos matrimonios, o se ha de hazer también mudança en lo tratado de la Princeza Isabel para le poder satisfacer; y aun que en otro tiempo, y estado de cosas el quedar ElRey de Francia escludido, y ofendido nò fuera de tanta consideración, en el que al presente se hallan las de aquel Reyno, y Rey lo es tan grande, que nos obliga a todos los Principes, que somos Christianos, y Catholicos a mirar mucho en ello, y a prevenir, y escusar los inconvenientes, que de aquí pueden nacer; siendo assi como està entendido,

que escludido el dicho Rey de Francia de casar con alguna de las dos hijas del Emperador, y nõ aviendo por el presente, según los fines, y designios, que tienen, otra cosa a su propósito ni a que indinarian, con razón se teme seria persuadido, y atraído en esta ocasión por los malos, que con mucha solicitud lo procuran en su Reyno a que casasse em Alemania como se ha antes de agora tratado, y movido, de que assi mismo resultaría el concertarse con los herejes de su Reino, lo qual seguiendose, se acabaría de perder la religión con tanta ruina, y daño de la Cristiandad dentro, y fuera del, como se vè, y ninguna excusa poderíamos tener acerca de Dios, y del Mundo los que huviessemos sido desto causa, o pudiendolo remediar nõ lo huviesemos hecho; y como con esto juntamente yo aya considerado, que la platica del casamiento del Señor Rey mi sobrino en Francia nõ se avrà dexado, porque a que nõ fuesse en edad, calidad, autoridad, y otras consideraciones conveniente, sinò por otros fines concernientes al beneficio de todos, por entonces se tuvieron, los quales han cessado, y mudados la novedad, y el suceso, y estado de las cosas, y que tornándose agora a encaminar, y concluyéndose juntamente lo de los matrimonios de las dos hijas del Emperador, como està apuntado, vendría de aquí a resultar una unión, hermandad, amistad, y conformidad entre todos nos otros, que assi para lo de la religión, autoridad y obediencia de la Iglesia Catholica, y beneficio publico de la Cristiandad, como al particular de nuestros Estados, tanto importaría, y también estaría, u estoy tan satisfecho, y persuadido, que esto es lo que verdaderamente nos conviene, y lo que somos todos obligados a encaminar, que nõ dudo, que V. A. y el Señor Rey mi sobrino con el zelo, que tiene al servicio de Dios, y beneficio publico; y entendiendo con su prudencia lo que esto importa, y conviene, concurrirán en lo mismo. De mas de lo qual me ha parecido advertir V. A. que del Emperador com mucho fundamente, y por diversas vías se entiende, y a lo que vâ endereçada la prevención, que ha hecho el Archiduque para que suspenda la platica de lo que toda a la Princeza Isabel, se tiene por certo, que efectuándose lo que de nuevo ha movido en lo de mi casamiento, hará mudança en el de la Princeza Isabel, y concurrirà en lo de Francia; y que esto es de manera, que de las diligencias, que se heziessen insistiendo en el efecto de lo tratado nõ resultaría otro fruto sinò aver metido mas prendas, y mas autoridad, y nõ salir con ello, la qual autoridad, y beneficio del Rey mi sobrino yo procuro por todas vías reservar, y salvar; y assi el mudar de consejo, de màs de la conveniencia, viene a ser necesario, y sobre el dicho presupuesto, y entendiendo, que esto en todo caso conviene assi, y pareciéndome ser necesario hilo desde luego disponiendo, y prendando en la repuesta, que últimamente se ha dado al Archiduque se le ha assi declarado, y en la misma confirmidad al Cardenal

de Guisa, y con ella mismo escrivo al Emperador, u Emperatriz mis hermanos para que todos entiendan, que estos casamientos dependen los unos de los otros, y que nõ se pueden efectuar, ni proceder en ellos apartándolos, y haciendo condición de los demás, el del Señor Rey mi sobrino; y nesta declaración assi anticipada se ha tenido fin a que Francezes dexandoles su negocio con generalidad, y suspensión nõ se precipitasen como se podría temer se du condición, y del caso, y de la socilicitud, y diligencia con que allà se procede, y para que assi mismo el Emperador nõ se foesse prendando con ellos sin nuestro consentimiento, y intervención; y porque me ha parecido, que a la autoridad del Rey mi sobrino, con que yo tengo tanta cuenta, y traça salía a cà de nos otros ambos, y que nõ procedia dellos, y que nace de nuestra voluntad, y que nõ se contraviene a lo tratado sin ella, la qual prevención se ha a cà juzgado por muy conveniente, y por tal espero que la juzgarà V. A. y el Rey mi sobrino; y porque pudiera ser impedimento para esto del casamiento de Madama Margarita con el Señor Rey lo que por algunos nõ se ha dexado de apuntar, y mover, el tratarse el del Principe Rodolpho mi sobrino con ella; para que esto nõ aya estorvo, escrivo de nuevo a sus padres, pasando muy adelante en el casamiento, que yà avemos comenzado a tratar de la Infante D. Isabel mi hija con el dicho Principe, el qual sin duda ellos antepondrán a todos los de mas, y con esto, y con lo que se ha declarado a todas las partes, para que entiendan, que nõ se puede venir a efecto de ninguno de los otros matrimonios, sin que se concluya el del Rey mi sobrino, quedará todo allanado, y en la disposición, que conviene para procederse a la conclusión de lo que le toca, de lo qual todo he querido dar tan particular cuenta a V. A. como a madre, y Señora de todos, para que sepa el progresso, que esto negocio ha tenido hasta agora, y el estado en que queda, y lo pueda declarar, y comunicar El Rey mi sobrino, y el Señor Cardenal mi tio; porque a Sus AA. Escrivo breve, remitiéndome a esta, pues es todo una cosa, y todos vamos a un fin, que es procurar lo que cumple al Rey mi sobrino, cuya autoridad, y reputación tengo yo por tan propia, que con razón puede estar assegurada V. A. que he mirado por lo que le toca con tanta atención, y cuidado, como se fuera mi hijo, y que assi se deven de persuadir Vuestras AA: que el camino, que se ha tomado, es el que nos conviene a todos, y como tal le continuarè, y procurarè de trae a efecto, avida su voluntad, y respuesta, que la esperarè con deseo, y será para mi de grandissima satisfacion, y contentamiento entender, que desto le tienen Vuestras AA. Como espero, que le teràn, sabiendo el animo, amor, y respecto con que yo procedo en sus cosas, que las guie, y enderece Nuestro Señor, y guarde la muy Real Persona de V. A. como deseo. De Madrid postrero de Hebrero 1569. Hijo, y Servidor de V. A. YO ELREY.



O Cardeal Alexandrino, Legado, e Sobrinho do Santo Padre, quando agora veyo a mi por mandado de S. Santidade, me fallou da sua parte sobre haver de entrar na Liga contra o Turco, e casar em França; pedindo-me com muita instancia quisesse tomar resolução em ambas estas cousas pelas razões, que para ellas me representou; a isto lhe respondi com muita satisfação sua, conformando-me em todo com o que S. Santidade sobre isso me enviou dizer per elle.

E porque quanto à Liga assentey entrar nella, e que dispondo-se as cousas da Christandade para alguns Reys Christãos se acharem presentes nesta empresa, eu me ofereci a ser o primeiro nella, ainda que estivesse mais longe, e tivesse os meus Estados mais alongados do Turco, e ajudaria em tal tempo a Liga com minha pessoa, e poder, assim com o destes Reynos, como com o que tenho no Estado da India, por se levar avante tão santa empresa, e que para se logo ella ir proseguindo pelo modo, que agora estavaõ as cousas da Liga, em quanto nellas se não dava outra forma, e assento, ajudaria pelas partes da Asia, e mar Roxo com hum Armada, que fosse só a este efeito, de por alli se fazer guerra ao Turco, e além disso mandaria logo em meus Reynos fazer apercebimentos de gente, munições, e navios, para hum grossa Armada, para toda, ou parte della ser em ajuda da Liga, se as necessidades presentes dessem a isso lugar.

E quanto ao casamento, considerando eu como até aqui tinha procedido nisso como convinha à minha reputação, à honra da minha Coroa, e bem de meus Reynos, e como S. Santidade me enviava agora falar nisso por tal pessoa, como era o Legado seu Sobrinho, movido não somente do que particularmente nisto me cumpria a mi (a que S. Santidade tão grande amor mostra) mas do que convinha à conservação do Reyno de França, e à quietação, e conformidade dos outros da Christandade, que tão desunida está, (cousa assaz necessária para o efeito da Liga, e sem o qual parece, que ella não poderá permanecer) e como da irmãa do Christianissimo Rey de França, meu irmão, e primo, e das suas grandes virtudes, e qualidades eu tinha por S. Santidade, e por outras vias particulares (das quaes a vossa he hum das mais principaes) tal informação, de que com muita razão me podia satisfazer nesta parte, assentey de me declarar mais em meu casamento, e dar minha comissão, e consentimento ao Cardeal Legado, para da parte de S. Santidade tratar delle

---

<sup>295</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 400-408. Almeirim, 3 de Janeiro de 1572.

em França, onde S. Santidade o manda ir, e ora vay, intervindo vós também nisso juntamente com elle, e estando nesse Reyno as cousas desta matéria dispostas para se proceder nella com a autoridade, e respeito devido a mi, por ter cessado a practica, que se dizia, que corria sobre o casamento de Navarra, e por em França se entender estimar, e pedir o meu pelo modo que deve ser, e como he razão.

E porque o Cardeal Legado, segundo a ordem, que para esta matéria do casamento tem de S. Santidade, vay com esta minha reposta, e commissão, que leva, muy determinado de nisso fazer o que tem a cargo, e há de juntamente com vosco de proceder nelle, bem vedes, que agora he o tempo, em que convém, que mais vos advirtais, e veleis no que se deve fazer, e modo que nisto se deve ter, pois o negocio he tão grande, e tanto mayor cada vez mais, quanto se vay mais chegando a termos de se poder tomar nelle conclusão, e por isto não vos deveis satisfazer do muito, que fizerdes, senão quando for tanto, que nem o que possa parecer pouco, fique por fazer, entendendo que não pode haver em tamanha cousa, alguma que se deva ter por pequena, ainda que seja das muito acessórias.

Encomendo-vos, que tanto que o Legado chegar a essa Corte, e vos for dada esta Carta, que a elle daqui mando ora com outras para S. Santidade, o vades visitar, e logo então, ou ao outro dia, segundo vos bem parecer, e o tempo vos der lugar, lhe direis, como tendes aviso meu da commissão, que lhe tenho dada, para juntamente com vosco poder tratar de meu casamento, e que eu vos mando, que com elle, o trateis, e lhe comuniqueis todo o que desta matéria tiverdes entendido, e o que nella por meu mandado tendes feito até aqui, para também com seu parecer, e conforme a reposta, que lhe dey, e ao que vos atraz escrevo, procederdes no que se mais houver de fazer: guardando nisso as cousas, que atraz são apontadas, e tocaõ à minha autoridade, e reputação; e posto que o Legado sabe já de mi como aceitarey por dote do Christianissimo Rey de França, entrarmos ambos na Liga; tratareis mais particularmente este ponto com elle, para ambos ordenardes o modo de que se deve propor, para que suavemente se digna, e assi se receba, fundando as palavras, e tenção dellas no muito desejo, que tenho desta Liga se prosseguir com grande autoridade da Christandade, e geral uniaõ de todos os Principes della, e que ainda que tenha por certo, que o Christianissimo Rey de França, meu irmão, e primo, fará para este efeito da Liga o officio, que sempre fizeraõ em cousas desta qualidade os Christianissimos Reis seus antecessores, que com tudo para mais clara demonstração deste meu animo aceitarey por dote entrarmos ambos nesta Liga, de que se devem, e podem esperar (se toda a Christandade se ajuntar, e fizer em hum corpo contra as barbaras nações dos Infieis, que tanta parte do Mundo, com tanta offensa dos Christãos, tem occupado) grandíssimos

efeitos nas merces, que estão certas da parte de Nosso Senhor, quando da nossa fizermos cousa tão devida, e obrigatória, e necessária em geral, e em particular, como he entrarmos todos na Liga.

E também fallareis com o Padre Francisco, Geral da Companhia de Jesus, e lhe dareis conta de todas estas matérias, e as communicareis com elle muy particularmente, dizendo-lhe como vos mandey o fizeseis assi, e por elle correreis com o Legado naquelas cousas, que pela qualidade dellas, e conjunção do tempo, em que as houverdes de tratar, vos parecer, que será por então melhor usar deste meyo do Padre Francisco, que communicarlhes por vós pessoalmente, porque segundo o que se entende de vossas Cartas de às vezes se conferirem lá algumas cousas de outras, póde ser, que vos pareça deverdes escusar a muita continuação em casa do Legado, mas não que por este respeito deixeis de ir a ella todas as vezes, que for necessário, para se entender a conta, que com elle tenho por sua dignidade, e officio, e por que isto hey por mais importante, que o que particularmente me toca nesta parte, e sobre este meu particular não se me oferece que vos diga, além do que vos atraz advirto, senão tornarvos a encomendar muito encarecidamente, que vendo vós quanto nesta materia confio de vós, que he o que mais póde ser, vista a qualidade della, e o muito que toca à minha própria pessoa por tantas vias, e a particular obrigação, que tendes a meu serviço, pois já com este intento me comecey a servir de vós neste lugar em que estais, e folgo agora muito de vos ter nelle; assi me sirvais em tudo isto, que correspondaõ vossas obras ao que promete a obrigação, em que estas cousas vos poem, como eu creyo, e espero de vós, e de tudo o que nesta matéria passardes assi agora no principio, como indo ella mais adiante me avisareis, tendo nisso tal ordem, e modo, que venhaõ vossas Cartas com a segurança, e brevidade, que se requiere em tamanho negocio, e de que convém, que em muito a miúdo, e muy particularmente seja avisado, e advertido; e para isso viraõ vossas Cartas por via do Legado, ou por correys próprios, qual vos melhor parecer, e entre as particularidades, que tratares com o Padre Francisco, lhe direis todo o que vos parecer para impedimentos da practica de Navarra, que he cousa em que eu (ainda que se não houvera de tratar da commissão, que tenho dado ao Legado, e por esta Carta vos dou) fizera, e madara fazer todo o bom officio, que fora possível pela obrigação, que tenho o bem da Christandade, que he a principal, que me move a fazer nisso tanto, e a que em todas as cousas anteponho a tudo.

E quanto à practica do meu casamento, por quanto o Legado há de entrar nella por ordem de S. Santidade, e commissão minha, ainda que juntamente com vosco, terei toda via

visto, e em todas as dependências desta matéria os resguardos, que convém, para que se entenda, que se trata deste negocio por parte de S. Santidade, e ainda que eu tome por dote entrar o Christianissimo Rey de França, meu irmão, e primo na Liga, não deve esquecer a segurança de minhas demarcações, annullação de Cartas de mar, e castigo de insultos passados, e estando as cousas de França em tal estado, que ElRey não aceite entrar por agora na Liga, nesta caso se póde por sua parte oferecer o dote, o que communicareis com o Legado, e com o Padre Francisco, e de tudo me avisareis pelo modo, e com a diligencia, que atraz vos digo. De Almeirim a 3 de Janeiro de 1572.

Deão, Dignidades, Conegos, e Cabido da Sé de Evora. Eu ElRey vos envio muito saudar. Eu tenho mandado fazer prestes huma Armada para a enviar em ajuda da Liga contra o Turco, e nomeado por General della D. Duarte, meu muito amado, e prezado rio, e vendo eu ora a muy grande despeza, que se nisto ha de fazer, que não somente se não póde escusar, nem diminuir, mas nates se deve haver toda por muy necessária, e bem empregada, pois he para cousa tão comum, tão importante a toda a Christandade, e de tanta honra a meus Reynos, e para cumprir com a reposta, que inviey a S. Santidade pelo Cardeal Alexandrino, seu Legado, e Sobrinho, porque sobre esta matéria me mandou falar, e também para defesa de meu Reynos, sendo a dita Armada, ou parte della, necessária para este efeito, e para resistir aos Hereges, que estão confederados, e com determinação de fazerem por todas as vias todos os insultos, que poderem nas Costas destes Reynos, terras, e Ilhas de meus Sennorios; me pareceo pois somente de minha Fazenda, pelas grandes, e continuas necessidades della, se não podia ao presente fazer huma tamanha, e extraordinária despeza, que depois de para ella tirar de minhas rendas tudo o que fosse possível, com escusar muitas despesas, ainda que necessárias, e suspendo outras mais obrigatórias; devia ordenar por outras vias se suprissem, como agora o faço, mandando vender algumas cousas de minha Coroa, e outras, em que entra a renda das Apozentadorias, com consentimento dos póvos de Lisboa, Evora, e Santarem, que as derao para meus moradores; e porque meu intento em toda esta matéria he pertender o efeito della sem ppressão de meus vassalos, ou com a menor, que for possível, e pelo modo, que lhe for mais suave, considerando a ajuda, que também querer dos Prelados, e Cabidos das Sés de meus Reynos, me pareceo, que a mais conveniente de todas, e que melhor lhes viria, seria ajudarme nisto por causa de tão urgente, e geral necessidade usa, concedendo o mesmo ao Principes Christãos; o que eu queria escusar, e por isso busco todos os meynos pelo muito desejo, que tenho de as Pessoas, e cousas Ecclesiasticas não receberem oppressão, nem ficarem nesse costume; e porque confio de vós, que todos por estes respeitos, que são os que vedes, folgareis muito de em huma tal occasião, e necessidade como esta he, ajudardes por vossa parte a cumprir com a obrigação della, vos encomendo muito me queirais emprestar cinco mil cruzados, que se repartirão por todo o

---

<sup>296</sup> Vide Idem, *Ibidem*, pp. 416-418. Almeirim, 15 de Março de 1572.

Cabido, como vos bem parecer, conforme a renda, que cada hum tiver, e se entregaraõ a João de Orta, que vos esta dará, de que cobrareis seu conhecimento, porque se obrigue a vos enviar logo outro em forma do Thesoureiro Mattheus Mendes de Carvalho, e Provisão minha nas costas delle, para o dito dinheiro vos ser pago no Almoxarifado, que pedirdes em quatro anos, que se começarão da entrega delle em diante, sem para isso ser necessária outra Provisão, como vos diria de minha parte o dito João de Orta, e agradevervoshey muito fazerse esta entrega logo com toda a brevidade, porque cumpri assi muito à grande diligencia, com que convém que se a dira Armada acabe de aperceber, que não sofre dilação. Escrita em Almeirim a 15 de Março de 1572. REY.

Illustrissimo, e poderoso Principe. Eu D. Sebastião, vos envio muito saudar, como aquelle que muito amo, e prézo. Depois de ter respondido à vossa Carta, que me deu o vosso Embaixador Antonio Tiepoli, por outra que elle leva, e de lhe mandar dar por escrito mais largamente a reposta, que vos elle referirá sobre a Liga, em que me fallou de vossa parte, me tornou a pedir em nome dessa Senhoria, que para melhor, e com mais forças se poder fazer a guerra ao Turco, como eu já tinha assentado, quisesse ordenar, como entrasse em ajuda della o Sofi Rey da Persia: e vendo eu quaõ conforme isto era, ao que eu desejava para a importância desta guerra, e se ella poder fazer ao Turco por diversas partes, e divertindo elle por todas ellas seu poder, o enfraquecer mais; e por folgar muito de em tudo comprazer a essa Senhoria, assentey agora de logo mandar hum Embaixador àquelle Rey da Persia, para que da minha parte o persuada, pelo que particularmente lhe convém, e pela amizade, que folgarey, que meus Vice Reys, e Capitães, com elle sempre tenhaõ, a que prossiga com todo seu poder a guerra contra o Turco, seu inimigo, e se ajude para ella de taõ boa occasiaõ, como a que agora tem com a Liga, para que assim como se há de fazer guerra por estas partes da Europa, lhe faça também pela Asia com o poder delle Sofi, e com o que eu tenho no Estado da India, e além disto, mando logo, que por nenhuma via haja comercio com os Turcos por Ormuz, e Bassorà, nem por outro algum lugar daquelas partes; e por eu ora tomar resolulaõ nestas cousas, depois de vos ter escrita a outra Carta me pareceo devervolas fazer saber por esta, e para também nella vos significar a muita prudencia, zelo, e cuidado, com que o vosso Embaixador se houve nas lembranças, que de vossa parte me fez sobre esta matéria da Liga, a que o enviastes a mi conforme a confiança, que delle tendes, e as qualidades da sua pessoa. Illustrissimo, e poderoso Principe. Nosso Senhor vos haja sempre em sua santa guarda. Escrita em Almeirim ao derradeiro dia de Janeiro de M D LXXII.

---

<sup>297</sup> Vide Diogo Barbosa Machado, *Op. Cit.*, pp. 413-414. Almeirim, 1 de Janiero de 1572.

Gregorio Papa XIII. Ao nosso muito amado em Christo filho D. Sebastião, Rey de Portugal, Com grande, e especial contentamento ouvimos referir ao amado filho Antonio Pinto, que V. Magestade, com Principe taõ pio, escreveo a ElRey de França o devido parabém pela mortandade, que fez nos Hugonotes; os muitos conselhos, que lhe deu; abenevolencia, e a verdade, com que o instruhio sobre o cumprimento da Sua obrigação, e sobre o que deve obrar na prezente oportunidade, certamente muito desejada de todos, e esperada de ninguem; mas levada ao fim pela bondade de Deos; prudencia, e conselho do ditto Rey; e também a grande alegria de animo, com que V. Magestade lhe offereceo o seu soccorro: as quaes cousas posto que ainda agora as ouvimos, não foraõ novas para nòs e porque já as conhecíamos na Sua cau (...), a qual V. Magestade tem dentro (...); e he o Summo dezejo, com que zela a gloria de Christo; a tranquillidade, e a propagação da Sua Igreja; virtudes muito antigas em V. Magestade, e no parecer de nòs todos muito conformes à Sua insigne piedade: por esta razão démos logo estas Letras para V. Magestade em devido agradecimento da Sua virtude, e para lhe significar quanto a sobre dita noticia nos foy agradável; e assim como devemos reconhecer a Deos por Author de todo nosso bom propósito, assim he necessário que todos lhe agradessaõ poderem levar ao fim os Seus bons desejos, e que os ponhaõ por obra em tendo occasiaõ para isso; e esta occasiaõ não a pòde haver mais famosa, que a que temos de prezente entre mãos; a saber, a de quebrantaro furor, e a raiva dos Turcos inimigos cruelíssimos de Christo; e não só desviando-os de profanarem os Altares Sagrados, os Sacerdotes Santos, as Virgens, e meninos innocentes, e finalmente pondo-os longe de toda a Republica Christãa; mas também, segundo esperamos da Divina bondade, acabando de huma vez, e extinguindo aquella peste; o que nòs sem duvida, procuramos, e a esse fim trabalhamos com todas nossas forças, e como já mais livres de receyo dos Hugonotes, assim com animo applicadíssimo a este respeito; e quanto nòs dezejamos que V. Magestade abrace a sobredita empresa, bem o terà entendido e as nossas cartas, e da perseverança, com que não cessamos de o persuadir a isso mesmo, que sabemos dezeja muito V. Magestade pòr por obra, e nestes termos conheça V. Magestade que estas nossas Letras não são tanto exortatórias para V. Magestade, quanto significativas do nosso Summo dezejo; porque

---

<sup>298</sup> Vide tradução apresentada por José Pereira Baião, *Op. Cit.*, pp. 287-288. Roma, 8 de Novembro de 1572.



nada temos tanto no sentido, como ver a V. Magestade companheiro nosso nesta gloriosa obra da Liga principiada; por estarmos certos quanto o vosso poder, quanto o valor dos vossos Soldados exercitadíssimos, e prestantíssimos em defender a causa de Christo, à Armada Catholica darà animo, e alvoroço, ajudará a conseguir a vitoria, e ao furor dos inimigos meterà terror, e espanto.

Pelo que no principio do Veraõ, e a tempo, que possamos hir contra os inimigos, e fazer-lhes a guerra nas suas prayas, e não nas nossas, esperamos que mandeis a vossa Armada forte, e venturosa na peleja, e bem provida de tudo por confissão de todos, a Christo Senhor nosso, que por Seu próprio testemunho he perseguido, e maltratado nos Seus membros, que são os Fieis; a qual vossa Armada vendo-a nòs já com a concideração, e esperança vir pelo mar, damos a Deos as graças, porque ao poder de V- Magestade ajuntou hum animo verdadeiramente Real, e promptissimo para defender a Sua causa. Dado em Roma em S. Pedro debaixo do Anel do Pescador aos 8. De Novembro de 1572. Anno primeiro do nosso Pontificado.

# Elenco imagético

1

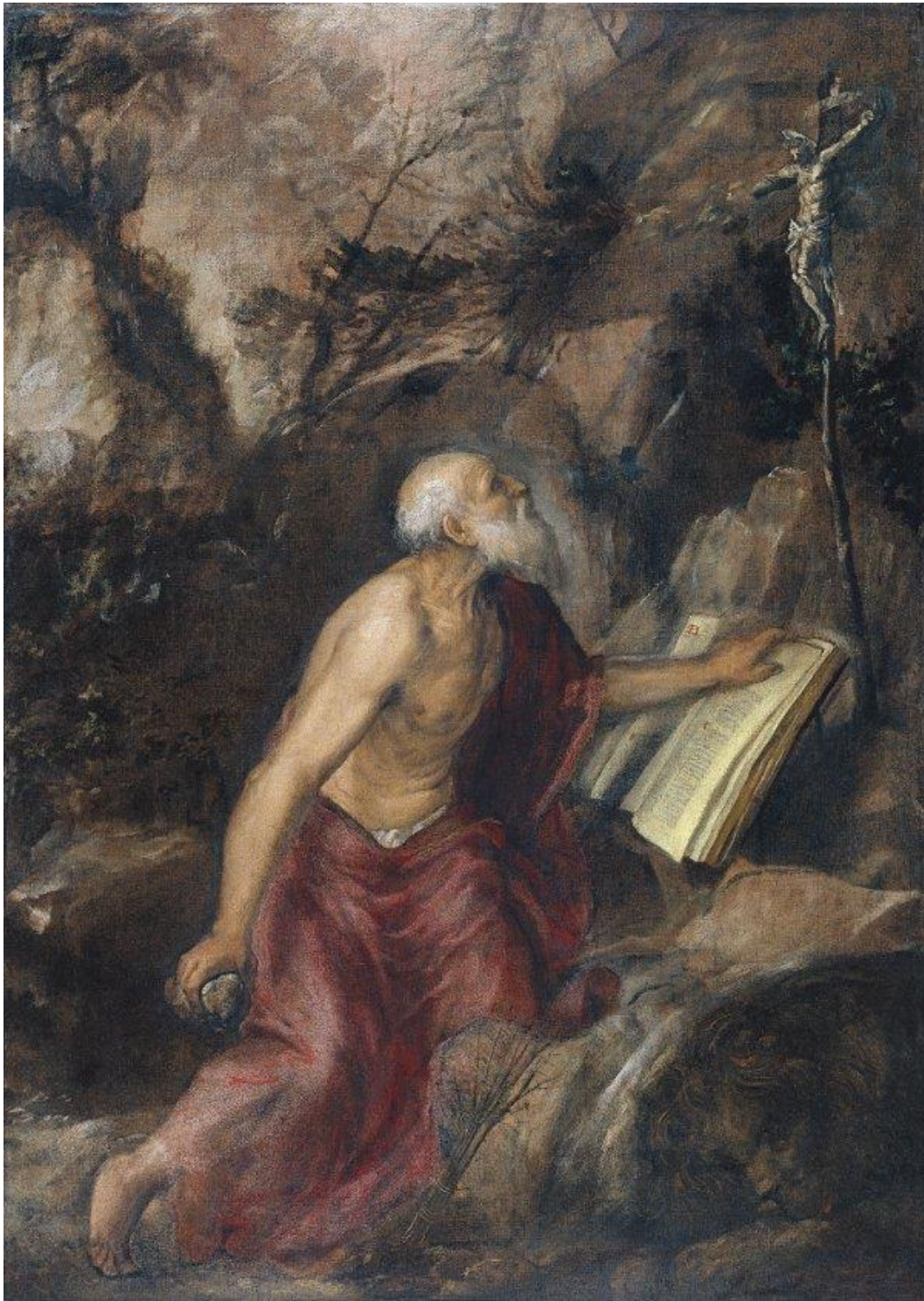


O Império Otomano das origens ao século XVII. Biblioteca Nacional de França  
(Gallica)



Tiziano Vecellio. *Felipe II, después de la victoria de Lepanto, ofreciendo al cielo al infante Don Fernando*. 1573-1575. Óleo sobre tela. 335x274 cm. Madrid: Museu do Prado. (<https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/felipe-ii-ofreciendo-al-cielo-al-infante-don/d1f2bea9-0d59-495e-9fb5-6efe7762798d>)





Tiziano Vecellio, *San Jerónimo penitente*, 1575. Óleo sobre lenço. 137x97 cm. Madrid: Museu Thyssen-Bornemisza.

(<https://www.museothyssen.org/coleccion/artistas/tiziano/san-jeronimo-penitente>)





Tiziano Vecellio, *La religión socorrida por España*. 1572-1575. Óleo sobre lenço. 168x168 cm. Madrid: Museu do Prado. (<https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/la-religion-socorrida-por-espaa/87d62756-4028-4ff6-a08a-c69bb035982a>)

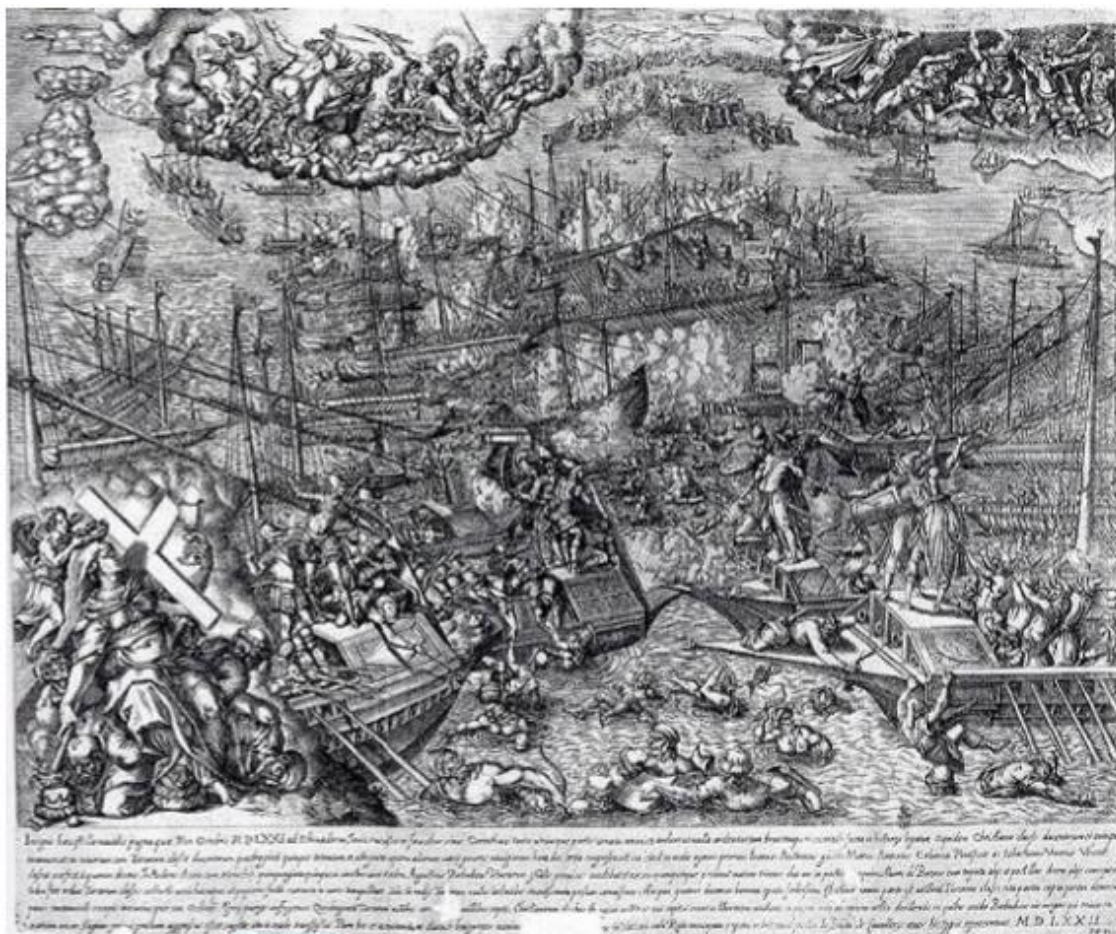


Paolo Veronese, *Sebastiano Vernier agradece a Cristo la victoria de Lepanto*. 1581-1582. Veneza: Palácio Ducal.

<https://barcosmaryarte.wordpress.com/2013/12/08/lepanto-la-representacion-de-una-b>

(Lepanto: a representação de uma batalha)





G. B. Cavalleriis, *La Batalla de Lepanto*. 1572. Madrid: Biblioteca Nacional de Espanha. (<http://cervantes.bne.es/es/exposicion/obras/batalla-lepanto2>)



Andrea Vicentino, *Batalla de Lepanto*. 1603. Óleo sobre tela. Veneza: Palácio Ducal.

([http://www.wga.hu/html\\_m/v/vicentin/lepanto.html](http://www.wga.hu/html_m/v/vicentin/lepanto.html)) (Web Gallery of Art)





Juan Luna, *La Batalla de Lepanto*. 1887. 350x550 cm. Óleo sobre lenço. Espanha:  
Museu Palácio del Senado de España.  
(<http://www.artehistoria.com/v2/obras/23236.htm>) (ARTEHISTORIA)





Giorgio Vasari, *Batalla de Lepanto*. Vaticano: s/l.

(<https://barcosmaryarte.wordpress.com/2013/12/08/lepanto-la-representacion-de-una-b>)  
(Lepanto: a representação de uma batalha)





Paolo Veronese, *Allegoria della battaglia di Lepanto*.

(<http://www.gallerieaccademia.it/allegoria-della-battaglia-di-lepanto>) (Gallerie dell' Accademia)



Lazzaro Baldi, *Santo Pio V ha la visione della vittoria di Lepanto*. 1673. Pavia: Collegio Ghislieri. (<https://barcosmaryarte.wordpress.com/2013/12/08/lepanto-la-representacion-de-una-batalla-iii/>) (Lepanto: a representação de uma batalha)





El Greco, *El sueño de Felipe II*. 1577-1580. Londres: National Gallery.  
([https://www.researchgate.net/figure/263448237\\_fig24\\_Fig-24-El-sueno-de-Felipe-II-El-Greco-National-Gallery-de-Londres-1](https://www.researchgate.net/figure/263448237_fig24_Fig-24-El-sueno-de-Felipe-II-El-Greco-National-Gallery-de-Londres-1)) (National Gallery de Londres)



1971: Selo do IV Centenário da Batalha de Lepanto. Perfuração 13x12 3/4.  
<https://www.stampworld.com/pt/stamps/Spain/Postage%20stamps/1970-1979?user=0&page=3> (StampWorld)